

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MANUEL HENRIQUES MATINE

**A integração de famílias autóctones no colonato do Limpopo em Moçambique, 1959-  
1977**

Niterói – RJ  
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A integração de famílias autóctones no colonato do Limpopo em Moçambique, 1959-  
1977**

MANUEL HENRIQUES MATINE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração de História Contemporânea.

**Orientador:** Prof. Doutor Marcelo Bittencourt Ivair Pinto

Niterói – RJ

2015

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

M433 Matine, Manuel Henriques.

A integração de famílias autóctones no colonato do Limpopo em Moçambique, 1959-1977 / Manuel Henriques Matine. – 2015.

147 f.

Orientador: Marcelo Bittencourt Ivair Pinto.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

Bibliografia: f. 138-147.

1. História de Moçambique. 2. Colonização. 3. Moçambique; política e governo. 4. Assentamento humano. 5. Negro. 6. Colono. I. Pinto, Marcelo Bittencourt Ivair. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 967.903

**TEMA:** A integração de famílias autóctones no colonato do Limpopo em Moçambique,  
1959-1977

MANUEL HENRIQUES MATINE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração de História Contemporânea.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Marcelo Bittencourt Ivair Pinto (Orientador)  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

**Andrea Marzano**  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio

---

**Luiz Fernando Saraiva**  
Universidade Federal Fluminense – UFF

Dedicada ao meu pai ***Henriques Augusto Matine*** «*in memoriam 1930-2012*».

## AGRADECIMENTOS

O mais simples e honesto gesto de gratidão expresso aos funcionários e à Direção do PPGH-UFF pela atenção no tratamento das minhas solicitações e preocupações durante o curso. Aos professores: Ismênia de Lima Martins; Milton Guran; Samantha Quadrat e Débora Lerrer que através das suas aulas me transmitiram conhecimentos e experiências que contribuíram para a formação e na produção deste trabalho. Estendo os agradecimentos para colegas e amigo(a)s que direta/indiretamente ajudaram-me na integração social e acadêmica, nomeadamente: Felipe Paiva; Núbia Aguilar; Alan Ribeiro; Gláucia Campus; Tina Ramalho; Sabrina Barbosa e a todos os estudantes africanos no Brasil.

Aos entrevistados e guias dirijo o meu agradecimento pela gentileza, disposição e forma sábia que demonstraram durante a pesquisa de campo no Distrito de Chókwè. Reitero a gratidão ao chefe do Posto de Lionde – José Marcos Munguambe – e à senhora Concessão Lázaro Cossa, pela garantia de alojamento em Chókwè. Agradeço ainda o apoio prestado pelos bibliotecários da Biblioteca Central do Gragoatá; Biblioteca Nacional de Moçambique; Biblioteca Central Brazão Mazula da UEM; Biblioteca da USTM; Biblioteca da UP; Centro de Documentação e Informação de Moçambique; Centro de Estudos Africanos da UEM; Arquivo Histórico de Moçambique; Instituto Camões, etc.

Ao Grupo de Estudos Africanos da UFF e a todos que durante as conferências ou mesmo seminários onde apresentei partes desta dissertação, contribuíram com comentários e sugestões que engrandeceram as minhas reflexões e pesquisas bibliográficas sobre o tema.

Aos professores Luiz Fernando Saraiva – UFF e Andrea Marzano – Unirio, que durante a banca de qualificação teceram sugestões e críticas que foram importantes na reestruturação do trabalho e no tratamento metodológico de diversas fontes usadas.

O agradecimento especial reservo para Marcelo Bittencourt Ivair Pinto – meu orientador – que com grande disposição transmitiu-me coragem, mesmo nos momentos de desalento, para seguir em frente. É verdade que se não fosse a sua escrupulosa orientação não teria sido possível transformar diversas e desarticuladas ideias sobre o colonato do Limpopo em dissertação. Por isso, em minha língua materna, changana, diria «*kanimambo*» que significa muito obrigado.

Por fim, agradeço incondicionalmente a ajuda financeira do PEC-PG - CNPq e o suporte institucional da UFF, que sem os quais o nível de mestrado continuaria uma miragem nos meus planos de formação.

## RESUMO

Esta dissertação busca analisar um dos maiores projetos sócio-políticos do colonialismo tardio português na colônia de Moçambique, iniciado no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Tal projeto, construiu-se na região Sul da colônia, junto à margem direita do curso médio do rio Limpopo, a cerca de 100km da sua foz, por isso a designação – colonato do Limpopo. Por tratar-se de um empreendimento concebido na tentativa de responder ao discurso político de criação no ultramar de sociedades *multi-raciais*, essa pesquisa, que se baseou em fontes bibliográficas e orais, teve como enfoque o processo da integração das famílias negras no colonato.

Para compreender a integração negra subdividimos a análise em: (i) o vale do Limpopo antes do colonato; (ii) regime jurídico-legislativo do colonato; (iii) política de integração das famílias negras no colonato e (iv) o colonato no imediato pós-independência. Essa estruturação permitiu-nos perceber que habitava na região do Limpopo, um campesinato tecnicamente móvel, que combinava a agricultura, a criação do gado bovino e o trabalho migratório de caráter sazonal para as minas e fazendas sul-africanas. Porém, com a implantação do colonato em 1953, houve uma reestruturação social com cerca de 3.000 famílias expropriadas das suas terras e obrigadas a reassentarem-se fora da reserva do colonato, portanto nas terras improdutivas do sequeiro.

A tal sociedade *multi-racial*, inspirada na teoria do *Lusotropicalismo*, foi ensaiada em 1957, momento em que algumas famílias negras tiveram acesso à fruição de glebas de 2ha. A partir de 1959, um reduzido número de negros foi integrado em casal agrícola, teoricamente na mesma base jurídico-legislativa dos colonos brancos. A tardia integração das famílias negras, além de outros fatores, permitiu-nos concluir que a criação da sociedade *multi-racial* baseada no colonato foi uma farsa no Limpopo. Sua propaganda visava despistar a crítica internacional que no pós-guerra intensificou a discussão do fim dos impérios coloniais.

Não obstante essas amarrações políticas, o vale do Limpopo, a par de outras regiões da colônia, forneceu homens ao movimento de libertação, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que depois de 10 anos de luta, proclamou a independência, em 1975. Terminava assim, os cerca de 20 anos da vigência do colonato. E, o novo governo introduziu a sua gestão que se caracterizou pela nacionalização da terra e dos imóveis, o que forçou o abandono massivo dos brancos e a perda da propriedade da terra dos «*colonos negros*» e camponeses em fruição. Atualmente a região denomina-se Distrito de Chókwè, pertencente à Província de Gaza ao Sul de Moçambique.

**Palavras-chave:** colonato, expropriação, reassentamento, integração, colonos brancos e negros e machamba[roça] irrigada.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze one of the biggest social-political projects about the delayed portuguese colonialism in the settlement of Mozambique, which begin immediately post World war II. This project can be seen in the South Region, close to the right riverside of the medium course of the Limpopo river, about 100km from its mouth, and therefore the designation – Limpopo colony. Since it was an undertaking conceived in the attempt to answer the politic argument of creation overseas of the *multi-racial* societies. This dissertation, which were based on bibliographic and oral sources, had emphasis on the process integration of black families of the settlement.

In order to understand the black integration, we subdivided this analysis in: (i) The Limpopo valley before settlement; (ii) juridical-legislative system of the settlement; (iii) political integration of the black families in the settlement and (iv) the settlement in the immediate post-independence. This structuring allowed us to realize that the Limpopo region was inhabited by a technically mobile peasantry, which combined agriculture, cattle herd farming and the migratory work of seasonal character to the south-African mines and farms. However, with the settlement implantation in 1954, there was a social restructuring with about 3.000 families expropriated from their lands and obligated to resettle out of the settlement reservation, therefore on the unproductive dry lands.

The *multi-racial* society, inspired in the theory of “*Lusotropicalism*”, was tested in 1957, when a few black families had access to usufruct of the rests of 2ha. From 1959, a reduced number of black people was integrated in agricultural couples, theoretically in the same juridical-legislative basis as the white settlers. A late integration of black families represented the analysis prelude of this process, beside others factor. This allowed us to conclude that the creation of a *multi-racial* society based on settlements was nothing but a fake in Limpopo, whose propaganda aimed to foil the international criticism that, in the post-war scenario, intensified the discussion about the end of the colonial empires.

Nevertheless, these political moorings in the Limpopo valley, alongside other regions of the colony, provided men to the liberation movement, the Mozambique Liberation Front (FRELIMO) that after 10 years of struggle, proclaimed the independence in the settlement of Mozambique in 1975. It was the end of almost 20 years of validity of the settlement. In addition, the new government inserted its control restricting the properties nationalization, forcing the massive white dropout and property loss of the “*black settlers*”. The same happened to the peasants in usufruct of the lands. Nowadays, the region is called Chókwè District, which belongs to the Gaza Province, in South Mozambique.

**Keywords:** settlement, expropriation, resettlement, integration, white and black settlers and irrigated [machamba] county.



## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I</b> .....	13
<b>EXPROPRIAÇÃO DA TERRA DOS CAMPONESES DA POVOAÇÃO NGAJANE</b> ..	13
1.1. Quadro natural da povoação Ngajane.....	13
1.2. A construção do colonato do Limpopo.....	19
1.3. A expropriação da terra dos camponeses do vale do Limpopo .....	26
<b>CAPÍTULO II</b> .....	36
<b>REGIME JURÍDICO-LEGISLATIVO DO COLONATO DO LIMPOPO</b> .....	36
2.1. Legislação sobre o povoamento do Limpopo .....	36
2.2. Gestão política-administrativa do colonato .....	41
2.3. Regime de contrato das famílias integradas no colonato .....	44
2.3.1. O estatuto de « <i>colono</i> » no Limpopo.....	47
<b>CAPÍTULO III</b> .....	52
<b>A INTEGRAÇÃO DAS FAMÍLIAS NEGRAS NO COLONATO DO LIMPOPO</b> .....	52
3.1. Visão geral da integração das famílias brancas .....	52
3.2. Política de integração das famílias negras no colonato .....	63
3.2.1. Os procedimentos de seleção .....	63
3.2.2. O processo de integração das famílias negras.....	69
3.2.3. A campanha de sensibilização das famílias negras para o colonato .....	78
3.3. O cotidiano dos colonos no Limpopo.....	86
3.3.1. O dia-a-dia na roça.....	86
3.3.2. A educação no colonato .....	93
3.3.3. As atividades recreativas, de promoção social e afins dos colonos .....	98
3.3.4. A religiosidade dos colonos .....	103
3.4. A demissão compulsória dos colonos.....	106
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	110

<b>O COLONATO DO LIMPOPO NO IMEDIATO PÓS-INDEPENDÊNCIA: DO COLAPSO À TENTATIVA DE RESTAURAÇÃO .....</b>	<b>110</b>
4.1. O abandono dos colonos brancos .....	110
4.2. O antigo colonato do Limpopo na gestão da FRELIMO, 1974-1977 .....	116
<b>V. CONCLUSÃO .....</b>	<b>133</b>
<b>VI. FONTES CONSULTADAS .....</b>	<b>138</b>
6.1. Entrevistas .....	138
6.2. Fontes da internet e periódicos .....	139
6.3. Legislação.....	140
6.4. Bibliografia geral.....	141
<b>VII. ANEXOS</b>	

## ÍNDICE DE MAPA E QUADROS

<b>Mapa 1.</b> Localização geográfica de Moçambique na região da África Austral.....	1
<b>Mapa 2.</b> Localização geográfica da Província de Gaza .....	2
<b>Mapa 3.</b> Localização geográfica do Distrito de Gaza .....	2
<b>Mapa 4.</b> Divisão administrativa do Distrito de Chókwè .....	18
<b>Quadro 1.</b> Famílias recrutadas pela JE para o colonato do Limpopo, 1956-1962 .....	58
<b>Quadro 2.</b> Recrutamento de colonos em função do local e famílias recém-formadas, 1966 .....	60-61
<b>Quadro 3.</b> Emigração de portugueses para a colônia de Moçambique, 1958-1973 .....	62
<b>Quadro 4.</b> Número de famílias negras integradas em casal agrícola, 1959-1967 .....	82
<b>Quadro 5.</b> Distribuição de colonos por aldeias do colonato, 1969 .....	82
<b>Quadro 6.</b> Distribuição de colonos em função da religião .....	104-105
<b>Quadro 7.</b> Visão geral da integração e demissão de colonos, 1954-1968 .....	109
<b>Quadro 8.</b> Estrutura fundiária do Distrito de Chókwè, 1976-1994 .....	127

## ÍNDICE DE ANEXOS

1. Formulário das entrevistas .....	11
2. Vida e obra de Trigo de Morais .....	19
3. Barragem do Limpopo .....	21
4. Localização geográfica do colonato do Limpopo .....	22
5. Aldeia do colonato .....	22
6. Habitação, estábulo e forno dos colonos .....	23
7. Diversas infraestruturas do colonato .....	24
8. Contrato provisório de colono .....	45
9. Contrato definitivo de colono .....	45
10. Contrato de concessão de um casal agrícola .....	46
11. Contrato adicional de colono .....	46-47
12. Bens entregues aos colonos e o respetivo valor .....	50
13. Relato de Alfredo Mukhavele sobre a sua resistência clandestina .....	77
14. Distribuição de colonos por aldeias do colonato, 1967 .....	84

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

- APIE** – Administração do Parque Imobiliário do Estado
- BTFPL** – Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo
- CAIL** – Complexo Agroindustrial do Limpopo
- CSFU** – Conselho Superior de Fomento Ultramarino
- FFP** – Fundo de Fomento de Povoamento
- FRELIMO** – Frente de Libertação de Moçambique
- GAPPO** – Gabinete de Apoio à Produção
- IGF** – Inspeção Geral de Fomento
- JAPABL** – Junta Autónoma de Povoamento Agrário do Baixo Limpopo
- JE** – Junta de Emigração
- JFS** – Companhia Agrícola João Ferreira dos Santos
- JPP** – Juntas Provinciais de Povoamento
- JPPM** – Junta Provincial de Povoamento de Moçambique
- LABHOI** – Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense
- LOMACO** – Companhia Agroindustrial Lonrho Moçambique
- PIDE** – Polícia Internacional e de Defesa do Estado Português
- SADC** – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
- SEMOC** – Sementes de Moçambique
- SIREMO** – Sistema de Regadio Eduardo Mondlane
- UDA** – Unidade de Direção Agrária

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação debruça sobre a História de Moçambique. Moçambique – antiga colônia portuguesa e independente desde 1975 – é um país localizado no Sudeste da África e pertencente ao grupo regional e econômico da África Austral, denominado Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Tem como limites: Norte – Tanzânia; Noroeste – Malawi e Zâmbia; Oeste – Zimbábwè; Sudoeste – Suazilândia e a África do Sul e Leste – Oceano Índico.

Tem uma superfície total de 802.718,3km<sup>2</sup>, com mais de 2.470km<sup>2</sup> de costa e numerosos portos naturais ao longo do canal de Moçambique, braço do Oceano Índico que separa o país da Ilha da Madagascar.<sup>1</sup> Sua capital Maputo, localiza-se no extremo Sul, à cerca de 210km do Distrito de Chókwè – antigo colonato do Limpopo –, região a ser analisada neste trabalho. “No último recenseamento geral da população em 2007, Moçambique registrou 20.07 milhões de habitantes, com projeções para cerca de 24.3 milhões em 2013.”<sup>2</sup>

O Distrito de Chókwè, localiza-se a Oeste de Moçambique, concretamente no Sudoeste da Província de Gaza. Possui uma superfície de 2.600km<sup>2</sup>, cerca de 3,43% da área total da província e situa-se na margem direita do curso médio do rio Limpopo.<sup>3</sup> Os seus limites são: “Norte: rio Limpopo que separa os distritos de Massingir, Mabalane e Guijá; Sul: Distrito de Bilene e pelo rio Mazimchope no Distrito de Magude; Leste: distritos de Bilene e Chibuto e Oeste: distritos de Magude e Massingir.”<sup>4</sup>

**Mapa 1.** Localização geográfica de Moçambique na região da África Austral



**Fonte:** <http://www.googlemaps.mapademoçabique>. Acesso em 26/5/2013.

<sup>1</sup> AMILAI, Castilho Mussa. *Evolução e diferenciação de sistemas agrários: Situação e perspectivas para agricultura e agricultores no perímetro irrigado de Chókwè-Moçambique*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese de Doutorado em desenvolvimento rural, Porto Alegre: 2008, 188 p.

<sup>2</sup> INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Projeções anuais da total, urbana e rural, Moçambique (2007-2040)*. <http://www.ine.gov.moz>. Acesso em 1/9/2014.

<sup>3</sup> Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Chókwè. Xai-Xai: abril de 2010, 79 p.

<sup>4</sup> MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. *Perfil do Distrito de Chókwè – Província de Gaza*. Maputo: Edição MAE, 2005.

**Mapa 2.** Localização geográfica da Província de Gaza



**Fonte:** <http://www.googlemaps.mapademocambique>. Acesso em 26/5/2013.

**Mapa 3.** Localização geográfica do Distrito de Chókhwè



**Fonte:** <http://www.googlemaps.mapademocambique>. Acesso em 26/5/2013.

O estudo busca analisar a integração das famílias negras no colonato do Limpopo no período entre 1959 a 1977. O marco inicial é dado por ser o ano de início do processo de integração das famílias negras no colonato, tendo sido o ano em que se registrou a fixação de cerca de 12 famílias. O marco final em 1977, é porque passados dois anos da independência da colônia de Moçambique, duas situações muito importantes ocorreram no Distrito de Chókhwè. Primeiro, as cheias de fevereiro de 1977, que abalaram o vale do Limpopo e segundo, o fato de durante o III Congresso da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO),<sup>5</sup> o governo ter

<sup>5</sup> Criada em 25 de junho de 1962, em Dar-es-Salam, na Tanzânia, como resultado de fusão de três movimentos políticos, designadamente: UDENAMO, UNAMI e MANU. Após tentativas fracassadas de pressão pacífica para a independência da colônia de Moçambique, o movimento decidiu em 25 de setembro de 1964, iniciar a luta armada para libertar a terra e o povo do colonialismo português. Decorridos cerca de 10 anos de luta armada, a partir de 1974, o novo governo português saído da Revolução dos Cravos, reconheceu a FRELIMO como o único movimento legítimo da colônia de Moçambique com o qual começou a negociar o processo da independência, que foi proclamada em 25 de junho de 1975. Desde então, a antiga colônia de Moçambique viveu o sistema de partido único, onde a FRELIMO foi a única força política até à Constituição de 1990, que decidiu pelo multipartidarismo o que contribuiu para o fim da guerra civil em 1992 e a posterior realização das primeiras eleições gerais em 1994. No entanto, a FRELIMO, transformada em partido político desde 1977, vem ganhando todas as eleições, diante do seu mais antigo e direto adversário político, a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO).

determinado transformar o antigo colonato em «*celeiro da nação*», o que implicou maior atenção sobre a região e mais investimentos agrícola.

De modo a aprofundar a análise da integração das famílias negras no colonato, antes de mais, realizamos uma breve abordagem diacrônica do colonialismo português, com o intuito de buscar subsídios para entender a colonização de Moçambique e a construção do colonato. O recuo temporal partiu da primeira metade do século XIX, momento em que Portugal começou a promulgar leis de povoamento branco em África.

Portugal ocupou o território que hoje é Moçambique no meio de disputas com Inglaterra, Alemanha e França. Sabe-se que foi depois da Conferência de Berlim (1884-1885) e do ultimato britânico de 1890 que Portugal intensificou as investidas militares com o intuito de realizar uma das decisões da Conferência de Berlim da ocupação efetiva das possessões africanas. Na colônia de Moçambique, devido ao fraco poderio econômico de Portugal, a dominação atrelou-se aos interesses das grandes potências imperialistas, particularmente da Inglaterra.<sup>6</sup>

Durante a colonização, Portugal demonstrou não apenas a debilidade econômica, como também apresentou falta de capacidade técnico-política para explorar os recursos naturais das colônias. Sua administração deficiente e incapaz de produzir e distribuir a riqueza internamente e canalizar o excedente para a metrópole, a exploração dos recursos coloniais foi repassada para o capital estrangeiro – representado por companhias – e os lucros canalizados para o exterior.

Essa situação contribuiu para que o seu campesinato<sup>7</sup> e a burguesia, ficassem presas nas técnicas rotineiras e confiantes nos contratos das empresas estrangeiras que exploravam as suas colônias; na pilhagem de recursos naturais; na exploração da força de trabalho e no fomento da emigração e povoamento ultramarino. “*O mais chocante foi o atraso da agricultura portuguesa (...)*”<sup>8</sup> que paradoxalmente, apresentava um enorme potencial agrário, mas sempre manteve-se importador de alimentos.

Diversas gerações de jovens viam-se compelidos a procurar melhores condições de vida no ultramar. A economia nacional demorou a modernizar-se: a crise atingiu a agricultura devido

---

<sup>6</sup> DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UEM. *História de Moçambique: Parte I – primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores, 200/300-1885 e Parte II – agressão imperialista, 1886-1930*. Maputo: Imprensa Universitária, Volume 1, 2000.

<sup>7</sup> População essencialmente dedicada ao cultivo da terra e que toma decisões autônomas quanto ao processo de cultivo, incluem-se nessa categoria os arrendatários e proprietários trabalhadores. O objetivo máximo do camponês é a sua subsistência e posição social, ganhas em um círculo restrito de relações sociais. Para assegurar sua continuidade na terra e manutenção da família, se afasta do mercado, pois um envolvimento ilimitado neste ameaça sua fonte de sustento. Assim, se apega aos esquemas tradicionais que lhe garantem acesso à terra e ao trabalho dos parentes e vizinhos. Além disso, dá preferência à produção destinada à venda quando estiver garantida a produção de subsistência. WOLF, Eric R. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global Editora, 1984, p. 15.

<sup>8</sup> CUNHAL, Álvaro. *A questão agrária em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Volume 27, 1968, p. 3.



ao desequilíbrio na distribuição da propriedade da terra – muito fragmentada no Norte e Centro e demasiada extensa no Sul –, à baixa produtividade e à persistência de técnicas tradicionais; e a industrialização foi tardia e incipiente. Mesmo o setor terciário, crescente nas regiões urbanas, se revelava incapaz de absorver o excedente da mão-de-obra rural, cujo nível de vida e educação era bastante baixo.<sup>9</sup>

Sucederam-se regimes políticos e diversos governos, entretanto a deficiência econômica manteve-se. Tentativas para resolver o problema da dependência em relação ao capital externo foram ensaiadas por quase todos os regimes políticos, com destaque para o governo de Salazar que conseguiu solucionar parte do problema. Porém, a conjuntura marcada pelo fim da Segunda Guerra Mundial contribuiu para que, a aparente estabilidade econômica resultante da direta e intensificada exploração das colônias, fosse ameaçada devido as ideias de auto-determinação dos povos subjogados ventiladas no pós-guerra.

Portugal, confrontado com a pressão internacional favorável à auto-determinação, tentou delinear uma argumentação capaz de legitimar a manutenção do *status quo* nas colônias. Esse processo de legitimação do colonialismo exigiu a alteração da legislação, reformulação doutrinária e medidas inéditas de fomento econômico. Algumas dessas reformas foram: (i) revisão da constituição em 1951; (ii) introdução dos planos de fomento em 1953 e (iii) revisão do estatuto dos indígenas em 1954.<sup>10</sup>

Verdade é, no entanto, que essas reformas basearam-se na teoria do Lusotropicalismo<sup>11</sup> que durante as décadas de 1930-1940, foi ignorada ou mesmo rejeitada completamente.<sup>12</sup> “Dois meses depois da afirmação da unidade nacional na Constituição da República Portuguesa [em 1951], o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre iniciou uma visita por «terras lusitanas».”<sup>13</sup>

Desde então, registrou-se um esforço sistemático por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros de doutrinação dos diplomatas no Lusotropicalismo. O objetivo foi prepara-los em

---

<sup>9</sup> ARROTEIA, Jorge Carvalho, apud. CASTELO, Cláudia, *Passagens para África: O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2007, 405 p.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Teoria de Gilberto Freyre. A sua idealização iniciou no livro “*Casa-Grande & Senzala*” onde aborda as três características do povo português, nomeadamente: (i) Mobilidade – um país pouco povoado conseguiu conquistar, ocupar e colonizar extensas terras pelo mundo fora; (ii) Miscibilidade – povo com a capacidade de convivência íntima com outros povos e culturas e (iii) Aclimatabilidade – as condições físicas do solo e do clima de Portugal assemelham-se mais às condições da África que às da Europa. Foi no livro “*O mundo que o português criou*” que desenvolveu o Lusotropicalismo, defendendo que Portugal foi habitado por Romanos, Visigodos, Mouros e outros povos honestos, e o seu clima quente, geograficamente próximo da África, faz do país a única nação europeia com povo humilde e com melhores capacidades de adaptação em outros climas e convívio com outros povos e culturas.

<sup>12</sup> CASTELO, Cláudia. *Uma incursão no Lusotropicalismo de Gilberto Freyre*. História Lusófona, Instituto de Investigação Científica Tropical. Ano VI, setembro de 2011, pp. 261-280.

<sup>13</sup> CASTELO, Cláudia. 2007, p. 108.

argumentos supostamente científicos para legitimar a continuidade colonial.<sup>14</sup> Paradoxalmente, o Lusotropicalismo em si, pelo menos no plano teórico não contraria o desejo de independência das colônias,<sup>15</sup> ou seja, na sociedade Lusotropical podia haver diversas pátrias independentes e comunidades interdependentes.<sup>16</sup>

No imediato pós-Segunda Guerra Mundial, em consonância com os debates do fim dos impérios coloniais estavam a URSS e EUA que saíram vitoriosos da guerra. Insistiram sobre a auto-determinação dos povos e confiaram a ONU pelo zelo do longo e conturbado processo das independências. A resposta desses debates não tardou, veio da Ásia e rapidamente impactou nas colônias africanas, exceto as portuguesas.

No pós-guerra, Portugal, em sentido contrário ao exemplo inglês ou francês, introduziu novos projetos sócio-políticos, canalizando grandes investimentos para a construção de núcleos de povoamento agrícola dirigidos pelo Estado, com vista a perpetuar o seu sistema colonial com a fixação camponesa. Esses núcleos previam uma convivência “*multi-racial*” o que funcionaria para contra argumentar a crítica internacional que, insistentemente, considerava o colonialismo uma instituição anacrônica.

Foi na margem direita do curso médio do rio Limpopo – a cerca de 100km da sua foz –, situada na região Sul da colônia de Moçambique – concretamente na povoação Ngajane – que se investiu no projeto sócio-político que resultou no colonato do Limpopo. O empreendimento pretendeu ser uma obra de engenharia de grande impacto político e socioeconômico, por isso incluiu grandes investimentos em barragens, canais de rega, diversas aldeias com habitações convencionais e edifícios públicos e comerciais, vias de comunicação, etc.

Desde o início previu-se que o colonato constituísse uma sociedade “*multi-racial*”, que se tornasse, segundo a propaganda colonial, um exemplo insólito de projeto de povoamento na história do colonialismo. “[*O colonato*] enraizado no regadio, é para brancos e negros e situa-se no caminho seguido desde sempre por Portugal na sua ação civilizadora. A vida de brancos e negros será fraternalmente ligada pelo anseio do engrandecimento espiritual da nação.”<sup>17</sup>

---

<sup>14</sup> CASTELO, Cláudia. 2011.

<sup>15</sup> A teoria do Lusotropicalismo é controversa em diversos aspectos, mesmo aplicada em espaço e tempo diferentes. As críticas aqui abordadas basearam-se nas seguintes leituras: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe* (1964); BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização* (1992); ENDERS, Armelle. *Historie de l’Afrique Lusophone* (1994); FELE, Buanga [Mário Pinto de Andrade]. *Qu’est-ce que le’Lusotropicalismo?* (1995); NEWITT, Malyn. *História de Moçambique* (1995); CASTELO, Cláudia. *O Modo português de estar no mundo: O Lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa* (1999) & THOMAZ, Omar Ribeiro. *O Lusotropicalismo: Paisagens, sentidos, identidades* (2001).

<sup>16</sup> FREYRE, Gilberto. *O Brasil em face das áfricas negras e mestiças*. Lisboa: Conferência proferida no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. 1963.

<sup>17</sup> Trigo de Morais, apud. MESQUITELA, Gonçalo. *Engenheiro Trigo de Morais*. Lisboa: abril-junho de 1966, p. 269-270.

Para tal, em 1951, Portugal decidiu iniciar o projeto de povoamento branco no vale do Limpopo e muitos recursos financeiros foram mobilizados para o investimento. As pesquisas e a execução do projeto foram responsabilizadas ao eng.º português Trigo de Morais, que a partir de 1954, começou a integrar as primeiras famílias brancas.<sup>18</sup> Entretanto, a integração de famílias negras não obedeceu a já referida propaganda “*multi-racial*”.

Com a construção do colonato, cerca de 3.000 famílias negras foram expropriadas das suas terras e forçadas a reassentarem-se fora da reserva do projeto. Não obstante, a política da integração das famílias negras foi iniciada mais tarde, tendo obedecido a duas fases: (i) em 1957, distribuiu-se apenas terra de 2ha – metade da dimensão da roça dos brancos. O intuito justificou-se ser de “instruí-las” em técnicas de irrigação e “torna-las” aptas para ingressarem no colonato<sup>19</sup> e (ii) a partir de 1959, arrancou a integração plena, onde algumas famílias negras receberam terra de 4ha; junta de boi; habitação; diversos subsídios e beneficiaram-se de direitos e deveres, teoricamente, iguais aos dos colonos brancos.<sup>20</sup>

É curioso o fato da política da integração das famílias negras coincidir com o início dos movimentos independentistas no continente, isso fez-nos repensar a possibilidade de Portugal ter introduzido esse vetor como importante e urgente forma de propaganda para, em parte, abafar os ânimos nacionalistas que se multiplicavam no continente africano, embora sem maior expressão na colônia de Moçambique.

Nos últimos anos da década de 1950, as atividades anticoloniais em África ganharam novo dinamismo. Após 1957, ano em que a luta nacionalista deu origem à independência de Gana, começou-se a programar a independência da Nigéria e a luta anticolonial nos territórios vizinhos da colônia de Moçambique – África do Sul, Rodésias e Niassalândia – atingiu novas dimensões. Na colônia de Moçambique a partir de 1957, surgiram alguns movimentos políticos, embora o governo proibisse as organizações partidárias com fins abertos e fundamentalmente políticos, formou-se em 1962, a FRELIMO e em 1964, iniciou a luta de libertação nacional.<sup>21</sup>

Com a guerra estendida na colônia de Moçambique, Portugal desenvolveu iniciativas sócio-políticas tendentes a granjear apoio entre as populações subjugadas e a reduzir a base de apoio do movimento independentista, bem como a educar os colonos nos valores da tolerância

---

<sup>18</sup> COVANE, Luís Antônio. *O trabalho migratório e a agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992)*. Maputo: Promédia, 2001, 306 p.

<sup>19</sup> LOPES, Manuel dos Santos. *Colonato do Limpopo: Aspectos sociais do povoamento*. Universidade Técnica de Lisboa, Monografia de Licenciatura em Estudos Ultramarinos, Lisboa: 1968, 538 p.

<sup>20</sup> HERMELE, Kenneth. *Lutas contemporâneas pela terra do vale do Limpopo: Estudo do caso do Chókwè, Moçambique, 1950-1985*. Maputo: Universidade de Uppsala-Suécia, 1986, 23 p.

<sup>21</sup> HEDGES, David & CHILUNDO, Arlindo. “A contestação da situação colonial, 1945-1961.” in: HEDGES, David (Coord). *História de Moçambique, Volume 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*. Maputo: 2ª Edição, Livraria Universitária, 1999, pp.197-257.

racial e dos direitos humanos.<sup>22</sup> Foi no período da intensificação das independências africanas – na década de 1960 – que Portugal incrementou a integração das famílias negras no colonato, embora o número de colonos negros sempre fosse reduzido em relação ao dos brancos.

Até 1975, com a independência da colônia de Moçambique, a disparidade entre os colonos brancos e negros era maior e favorável aos brancos, o que nos permitiu afirmar que o colonato não se tratou do “*paraíso multi-racial*” como a propaganda portuguesa defendera. Por conseguinte, depois de cerca de 20 anos da vigência do colonato, a gestão passou para o governo moçambicano – dirigido pela FRELIMO – que introduziu profundas reformas caracterizadas por nacionalização da terra, imóveis e a transformação do colonato em região agrária prioritária.

Esses dados fortaleceram a discussão sobre a integração das famílias negras no colonato, para além de terem tornado pertinente a pesquisa. Por outro lado, os dados contribuíram para repensarmos a integração negra com a reflexão centrada nas famílias negras como sujeito e não objeto do processo.

### **Hipóteses do estudo**

Durante as indagações houve dados que sugeriram determinada forma de reflexão, mas no decorrer das análises alguns se esvaziaram e outros reapareceram repetidamente embora sem alterarem em quase nada do conteúdo que se sabe até o momento sobre a integração das famílias negras no colonato. É verdade que nenhuma tese que dê ênfase a apenas um fator apresenta-se convincente. Por isso, foi preciso combinar o maior número de descobertas e teses já existentes para formular as hipóteses e é importante salientar que, mesmo as descobertas negativas e teses duvidosas tiveram alguma utilidade em nossas reflexões.

Começamos por descrever algumas questões que foram colocadas de lado: *(i)* o conforto proporcionado pelo colonato foi a base da integração negra, pois esse grupo de famílias saía de bairros desordenados, sem saneamento do meio e com casas precárias e *(ii)* as crenças mágico-religiosas afiguraram-se preponderantes na integração negra, visto que é tradição na região a preservação dos lugares sagrados onde jazem os antepassados. Logo, a integração deve ser analisada como a reconquista do panteão das famílias negras.<sup>23</sup>

O fato de colocar fora algumas questões e mesmo temas que pareciam instigantes, não significa que as suas hipóteses não sejam importantes, se não fossem, estamos convicto que não as detalharíamos. Esse também foi o caso de: *(iii)* as famílias negras foram enganadas ou mesmo

---

<sup>22</sup> CASTELO, Cláudia. 2011.

<sup>23</sup> Essas e outras visões eurocêntricas são comungadas por MOREIRA, Ilídio Rosário dos Santos (1961); LOPES, Manuel dos Santos (1968) & ALMEIDA, Antônio Lopes de (1970).

usadas para justificar a propaganda da criação de uma sociedade “*multi-racial*” no Limpopo;<sup>24</sup> (iv) algumas famílias integraram-se com o objetivo de receberem gado que depois vendiam para comprar bebidas alcoólicas<sup>25</sup> e (v) os ricos e influentes foram alvo de uma atenção especial na integração, por acreditar-se que influenciariam as demais famílias para integrarem o colonato.<sup>26</sup>

Consideramos essas hipóteses tendenciosas. Um dos problemas reside, para a maioria delas, na sua análise economicista das opções das famílias negras e na convicção de que o colonialismo português seria capaz de despistar as ações independentista africanas, pois “*até o início das guerras coloniais em África, verificava-se a quase ausência de um pensamento anti-colonial em Portugal.*”<sup>27</sup>

Entretanto, movimentamos a nossa análise para outros ângulos e nos baseamos em dois pressupostos: (i) as famílias negras formavam um grupo social, cultural e economicamente baseado na terra e (ii) Portugal não se encontrava preparado para conceder a independência. Para justificar esses pressupostos vale destacar duas importantes citações:

*“Para o camponês, a terra é muito mais do que objeto e meio de produção. (...) a terra é o seu lugar natural, de sempre, antigo. Terra e trabalho mesclam-se em seu modo de ser, viver, multiplicar-se, continuar pelas gerações futuras, reviver os antepassados próximos e remotos. A relação do camponês com a terra é transparente e mítica, é aí que se demarca o espaço da família, parentes, vizinhos. Todos são membros da mesma comunidade de laços e prestações, favores e obrigações. Apoiados na terra e no trabalho, todos participam de um mesmo e único nós. As desavenças, brigas e vinganças não rompem a comunidade; rompem apenas os laços de um ou outro com os seus; e recolocam as obrigações recíprocas, a teia das dependências entre semelhantes, iguais.”*<sup>28</sup>

*“O fascismo optou pelo velho imperialismo e velho colonialismo, certamente por entender que Portugal, tal como não pudera ser um colonizador competente, não poderia ser agora um descolonizador competente, ou seja, dada a sua condição semiperiférica, não teria poder para manter laços neocoloniais com as ex-colônias.”*<sup>29</sup>

---

<sup>24</sup> Relato de Eduardo Nkuna Machele, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. *Guijá, Província de Gaza 1895-1977: Trabalho forçado, cultura obrigatória de algodão, o Colonato do Limpopo e reassentamento pós-independência. Entrevistas e canções recolhidas, 1979-1981*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2003, p. 86.

<sup>25</sup> Ibid. p. 88.

<sup>26</sup> VALÁ, Salim Cripton. *A problemática da posse da terra na região agrária de Chókwè (1954-1995)*. Maputo: Promédia, 2003, p. 77.

<sup>27</sup> CASTELO, Cláudia. 2007, p. 381.

<sup>28</sup> IANNI, Octávio. “Revoluções camponesas na América Latina.” in: SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Revoluções camponesas na América Latina*. São Paulo: Editora Ícone, 1985, p. 28.

<sup>29</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. 2011, p. 48.

Firme nesses pressupostos conseguimos obter algumas descobertas sólidas com as quais formulamos as seguintes hipóteses:

(i) As famílias negras, embora com péssimas memórias da expropriação das suas terras com a construção do colonato, enfrentavam dificuldades na prática da agricultura e pastorícia nas terras do sequeiro para onde foram se instalar, e sendo fato que a agricultura de irrigação entusiasma qualquer camponês, não apenas por ser independente das condições climáticas, mas devido a produção mesmo em épocas consideradas mortas, isso fez com que as famílias negras desejassem integrar o colonato;

(ii) A irregularidade das chuvas e a forte evapotranspiração no vale do Limpopo, fazem com que a agricultura seja responsável por constantes ciclos de fome. Portanto, a agricultura da região apresentava as seguintes percentagens de produção por épocas: “(...) 53% são de anos de fome; 25% anos de colheitas escassas e 22% anos de boas colheitas.”<sup>30</sup> Esses registros evidenciam mais ciclos de estiagem, o que motivou as famílias negras a desejarem integrar o colonato;

(iii) O colonato apresentou algumas vantagens na pecuária, não para grandes criadores, que embora enfrentassem problemas de pastos e de água nos reassentamentos, consideravam o colonato sem condições para a pastorícia, mas para as famílias sem gado, a integração constituiu uma oportunidade de aquisição do gado bovino, utilizado como animal de tração na agricultura;

(iv) A política de integração negra resultou por um lado, da pressão internacional e por outro, da pressão popular para o acesso da terra irrigada; e

(v) o desenvolvimento da consciência nacionalista que começou a ganhar mais significado em África no pós-guerra e embrionária na colônia de Moçambique – durante os princípios da década de 1960 –, forçou Portugal a integrar algumas famílias negras como medida de precaução a eventuais movimentos independentistas.

## **Objetivos do trabalho**

O objetivo primordial desta dissertação é compreender a integração das famílias negras no colonato do Limpopo no período entre 1959 a 1977. De modo a ir ao encontro desse objetivo, o trabalho subdivide-se em quatro capítulos, sendo o primeiro, descritivo e analítico, o segundo, exploratório e os dois últimos analíticos. Os capítulos abordam os seguintes assuntos: capítulo

---

<sup>30</sup> MORAIS, Trigo de, apud. ALMEIDA, António Lopes de. *Colonato do Limpopo: Constituição da cooperativa agrícola no desenvolvimento socioeconómico*. Universidade Técnica de Lisboa, Monografia de Licenciatura em Estudos Ultramarinos, Lisboa: 1970, p. 152.

I: expropriação da terra dos camponeses da povoação Ngajane; capítulo II: regime jurídico-legislativo do colonato do Limpopo; capítulo III: integração das famílias negras no colonato do Limpopo e o capítulo IV: colonato do Limpopo no imediato pós-independência: Do colapso à tentativas de restauração.

Quanto ao desdobramento dos capítulos, vale salientar que o primeiro descreve a região da implantação do colonato com maior atenção para: (i) o quadro natural da povoação Ngajane, (ii) a construção do colonato do Limpopo e (iii) a expropriação da terra das famílias da região. O segundo discute parte da legislação produzida na metrópole e na colônia de Moçambique que determinou o fomento e as modalidades de povoamento ultramarino e serviu de base da criação do colonato. Analisa-se particularmente: (i) legislação do povoamento do colonato; (ii) gestão política-administrativa do colonato; (iii) regime de contrato dos colonos e (iv) o estatuto do «colono» no Limpopo.

Na sequência, o terceiro analisa pormenorizadamente a política da integração negra. A reflexão girou em torno de: (i) visão geral da integração das famílias brancas; (ii) processo da integração das famílias negras; (iii) cotidiano das famílias colonas e (iv) demissão compulsória dos colonos. Por fim, o quarto capítulo analisa o colonato no imediato pós-independência, com destaque para: (i) o abandono dos colonos brancos e (ii) o antigo colonato na gestão da FRELIMO, 1974-1977.

### **Metodologia da pesquisa**

Consideramos pertinente referir que a política de integração das famílias negras passou quase despercebida na literatura sobre o colonato do Limpopo, assim buscamos com este estudo dar conta dessa lacuna historiográfica. Para atender tal lacuna, baseamo-nos em algumas fontes bibliográficas que embora não abordem especificamente o tema em análise, abriram diversas possibilidades de reflexão e reforçaram a ideia de repensarmos esse tema recorrendo à História oral.

Assim, para a elaboração desta dissertação recorreremos a várias metodologias de ciências sociais e humanas,<sup>31</sup> começando pela análise bibliográfica<sup>32</sup> que consistiu na busca e seleção de

---

<sup>31</sup>Para a elaboração desta dissertação baseamo-nos na leitura atenta dos seguintes livros de metodologias: DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais* (1981); CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais* (2000); NUNES, Luiz. *Manual da monografia: Como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese* (2000); GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projeto de pesquisa* (2002); SEVERINO, Antônio. *Metodologia de trabalho científico* (2002) e ECO, Umberto. *Como se faz uma tese* (2012).

<sup>32</sup> Resulta de alguns anos de pesquisa que remontam em meados de 2007, – durante o quinto período da graduação – que consegui selecionar algum material bibliográfico que aborda o colonato do Limpopo, mas nenhum vai ao encontro da integração das famílias negras. Assim, decidi subdividir o material em dois contextos: o colonial e o pós-independência, de modo a analisar os motivos de não abordagem do assunto que considero incontornável para

materiais como: obras bibliográficas e de referência, teses, artigos, jornais, revistas, códices e diversos documentos oficiais do Estado colonial português como: relatórios, atas de reuniões e, sobretudo, a legislação sobre o povoamento do colonato do Limpopo. Depois, a elaboração de fichas de leituras, confrontação das informações recolhidas e a produção da síntese da pesquisa bibliográfica.

Ao nos depararmos com o silêncio das famílias negras em grande parte da bibliografia que fomos dados compulsar e com base no recorte temporal do estudo, desenvolvemos a ideia de ser possível localizar no vale do Limpopo – região do antigo colonato –, camponeses ligados aos eventos históricos do colonato. Para tal, fez-se necessário a realização da pesquisa de campo no Distrito de Chókwè de março à junho de 2014, para entrar em contato com a fonte oral<sup>33</sup> de modo a confronta-la com a bibliográfica.

Na pesquisa de campo, as técnicas de recolha de dados basearam-se exclusivamente, em entrevistas semiestruturadas<sup>34</sup> que foram coletadas com recurso à gravador de voz. A duração média das entrevistas foi de cerca de uma hora e obedeceram a dois critérios de acordo com a disponibilidade dos entrevistados: (i) entrevista individual e (ii) entrevista coletiva.

As entrevistas decorreram em quatro antigas aldeias do colonato, nomeadamente: cidade de Chókwè (vila Trigo de Moraes); Lionde; Conhane (Aldeia de Folgares) e Xilembene (Aldeia de Madragoa). Vale ressaltar, a bem da verdade metodológica, que não houve nenhum critério de seleção dos entrevistados nem da escolha das aldeias, visto que a recolha dos relatos resultou de buscas auxiliadas por guias para identificar os potenciais entrevistados e em seguida negociar a sua participação no estudo.

Ao todo, entrevistamos cerca de 20 pessoas com destaque para duas gerações de colonos – pais e filhos – com idade entre 50-80 anos. Esses testemunhos foram importantes na produção

---

o estudo de projetos sócio-políticos de povoamento. Porém, concluí que as pesquisas publicadas no tempo colonial estudam a integração das famílias brancas, enquanto a das negras foi sendo apresentada apenas em números dos requerentes, integrados e expulsos. E, as pesquisas do pós-independência, buscam responder a questão agrária do Distrito de Chókwè– declarado “*celeiro da nação*” – e procuram monitorar a gestão do vale do Limpopo no geral. Pelo menos, foi isso que consegui observar dos seguintes livros: MORAIS, António Trigo de (1956); MOREIRA, Ilídio Rosário dos Santos (1961); LOPES, Manuel dos Santos (1968); ALMEIDA, António Lopes de (1970); HERMELE, Kenneth (1986); MOSCA, João. (1988); NEWITT, Malyn (1995); COVANE, Luís António (2001); MANGHEZI, Alpheus (2003); VALÁ, Salim Crompton (2003-2006) e CASTELO, Cláudia (2007).

<sup>33</sup> Uma das discussões sobre a História oral evolve os termos: *fonte oral*, *documentação sonora* e *documentação oral*. O primeiro é definido como material recolhido por um pesquisador para as necessidades da sua pesquisa, em função das suas hipóteses particulares. O segundo, inclui informações registradas através do som em sentido amplo, enquanto o terceiro, seria o produto da coleta de testemunhos orais, registrados para fins documentais. FERREIRA, Marieta de Moraes. “História oral, um inventário das diferenças.” in: *Entre-vistas: Abordagens e usos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, pp. 1-13.

<sup>34</sup> As entrevistas basearam-se num formulário pré-elaborado que foi concebido para permitir alguma polivalência e flexibilidade que conferisse aos intervenientes maior oportunidade de criatividade e inovação no espaço e tempo real da entrevista. Vide anexo 1 – Formulário das entrevistas.



desta dissertação, apesar de alguns constrangimentos causados pelo fato da “*memória humana ser particularmente instável e maleável.*”<sup>35</sup> Parte dos constrangimentos decorreu das contradições ou mesmo excesso de protagonismo de alguns entrevistados em relatos que se consideram mais autorizados para testemunhar.

É de conhecimento dos fazedores das ciências sociais e humanas que a fonte oral ganha novos contornos e significação em confronto com o documento escrito,<sup>36</sup> por isso terminada a pesquisa de campo sistematizamos as falas e confrontamo-las com a síntese obtida na pesquisa bibliográfica. Do cruzamento dessas fontes resultou a redação final da dissertação.

Para terminar, importa ressaltar que a transcrição das entrevistas não obedeceu a ordem da sua recolha, mas à estrutura definida para a análise dos diferentes assuntos que corporizam este trabalho. Houve casos em que, para dar ênfase aos relatos, optamos em manter a construção frásica dos entrevistados, onde apenas “*retiramos repetições e vícios de linguagem próprios ao registro oral e não registramos na forma escrita as especificidades fonéticas da fala dos depoentes.*”<sup>37</sup>

Quanto aos vícios de linguagem próprios da região em estudo – Distrito de Chókwe – ou mesmo de Moçambique no geral, não obstante a língua oficial portuguesa, deparamo-nos com algumas palavras novas resultantes da influência das línguas estrangeiras nas locais, esse foi o exemplo do termo «*machamba*». <sup>38</sup> E, pelo fato de permear quase todas as falas, decidimos mantê-lo acompanhado com a expressão «*roça*» que é o seu sinônimo no vocabulário brasileiro.

Devido à questão da limitação do uso da língua portuguesa ou por preferência dos entrevistados, alguns relatos foram gravados em changana – língua predominante no Sul de Moçambique e por sinal, minha língua materna – cuja tradução foi direta. Para todos os efeitos, depositamos toda a nossa fonte oral no acervo do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense, (Labhoi).

---

<sup>35</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. UNICAMP, 2003, p. 462.

<sup>36</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. 1994.

<sup>37</sup> MATTOS, Hebe. “Memória do Cativo: Narrativas e identidade negra no antigo Sudeste cafeeiro.” in: MATTOS, Hebe & RIOS, Ana Lúgão (Org). *Memória do cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 42.

<sup>38</sup> Termo comum em Moçambique para designar campo cultivado ou terra arável. A palavra tem origem no Swahili “*shamba*” empregada para campos cultivados à enxada e corresponde ao termo angolano “*munda*”. LIESEGANG, Gerhard em prefácio de WEULE, Karl. *Resultados científicos da minha viagem de pesquisas etnográficas no Sudoeste da África Oriental*. Maputo: Imprensa Universitária, 2000. pp. 19-35.

## CAPÍTULO I

### EXPROPRIAÇÃO DA TERRA DOS CAMPONESES DA POVOAÇÃO NGAJANE

#### 1.1. Quadro natural da povoação Ngajane

Há registros que avançam a presença de população na região muito antes das invasões *Nguni*. A arqueologia por exemplo, atesta a presença de grupos de camponeses constituídos por famílias alargadas ao longo do vale do rio Limpopo. Os estudos sobre a população da região, anterior à presença *Nguni* são escassos, no entanto os vestígios localizados nas estações arqueológicas<sup>39</sup> próximas de Ngajane permitem a especulação sobre o povoamento anterior aos *Nguni*, portanto antes da formação do Estado de Gaza.

Um dos primeiros registros historiográficos da região é referente à organização político-administrativa do Estado de Gaza (1820-1895), a primeira unidade política pré-colonial do Sul da colônia de Moçambique, cuja origem associa-se à emigração do povo *Nguni*, natural da atual África do Sul. O seu fundador Sochangana, depois de subjugar os *Tsonga* – população da região do vale do Limpopo – que se encontravam organizados em diversas chefaturas sem estatuto de reinos, iniciou uma frente de expansão e anexação de territórios, a partir da sua capital Chaimite, localizada na margem esquerda do curso médio do rio Limpopo.

Fundado o Estado de Gaza, a população da povoação Ngajane – e de quase toda a região Sul da colônia – passou a pertencer a subunidade linguística *changana*, derivada do grupo etno-linguístico *Tsonga*, que constitui o principal tronco linguístico da região Sul de Moçambique e de parte do Norte da África do Sul. “Com o estabelecimento do Estado de Gaza, a população do vale do Limpopo transformou-se em tributária do Sochangana. [Por isso], até hoje, é conhecida por *changana*, que originalmente significa súbdito ou povo Soshangana.”<sup>40</sup>

A povoação Ngajane apresenta enorme potencialidade hidrográfica, sendo banhada na totalidade da sua extensão pela margem direita do rio Limpopo,<sup>41</sup> sua cintura é composta por

---

<sup>39</sup> Para a Missão Antropológica de Moçambique (MAM) a região é rodeada por diversas estações arqueológicas, com destaque para: Xai-Xai, Chonguene, Massingir, Bilene e Magude. A MAM argumenta que as peças líticas; carvão; plantas secas; búzios, etc. encontradas nessas estações são referentes a idade de pedra da história africana. ROQUE, Ana Cristina & FERRÃO, Livia. “As teias da História: Importância e contributo dos inventários de materiais para o conhecimento e (re)construção da História de Moçambique.” in: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de ciências sociais*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2004, pp. 1-19.

<sup>40</sup> DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UEM. 2000, p. 95.

<sup>41</sup> Nasce na África do Sul, a Norte de Witwatersrand, perto das cidades de Pretória e Johannesburgo. Antes de entrar na colônia de Moçambique, junta-se ao rio Notwane proveniente da Botswana, estabelecendo fronteira entre esse país com África do Sul, correndo no sentido Nordeste. Na confluência com o rio Shashe da Rodésia do Sul, o rio Limpopo vira para o Leste e corre ao longo da fronteira entre a Rodésia do Sul e África do Sul até entrar na colônia de Moçambique através de Pafuri – região fronteiriça com a Rodésia do Sul. No território da colônia, o rio Limpopo percorre cerca de 561km<sup>2</sup>, onde junta-se com o rio dos Elefantes e diversos riachos até a sua foz no Oceano Índico, através da Barra de Inhampuro, a cerca de 50km da cidade de Joao Belo. Durante o seu percurso assume diversas designações como: Crocodilos, Ouro, Mumithi, Bembé, Inhampuro, etc. O rio Limpopo tem cerca de 1.500km<sup>2</sup> de curso desde a nascente à foz e a sua bacia hidrográfica abrange uma área de 415.000km<sup>2</sup>, dos quais 81% nas terras

diversos rios periódicos, riachos e lagoas como: “*Mazimchope, Ngonwane, Munhuane, Chuezi, Nhambabwe, Chinangue, Ngondzo, Nhai-Nhai, Mbalambe e Khokhotiva.*”<sup>42</sup>

O clima da região é do tipo semiárido tropical, com chuvas deficientes todo o ano. Existe uma clara demarcação entre a época chuvosa e a seca, sendo os meses de novembro a março de chuvas abundantes, enquanto a época seca estende-se de abril a outubro. A evapotranspiração é forte, concentrando-se nos meses mais quentes que são dezembro e janeiro, em que a média das máximas é de 32,5° C, podendo atingir até 42° C.<sup>43</sup>

Quanto aos solos, a povoação é caracterizada por três principais tipos, designadamente: (i) materiais fortemente argilosos – estendidos ao longo da margem e de fácil mobilização; (ii) terrenos argilosos – quase sempre alagados, predominantes à montante da área levantada e no extremo de jusante. Esses exigem para ser agricultáveis uma prolongada exposição ao ar, depois de arroteados e devidamente drenados e (iii) materiais argilo-arenosos – estendidos ao longo das margens do Limpopo.<sup>44</sup>

As relações sociais gravitavam em torno da agricultura e pastorícia. Porém, a partir da década de 1870, integrou-se a atividade migratória de caráter sazonal para as minas e fazendas da África do Sul. Essa complementariedade tornou-se possível devido ao fato da agricultura de subsistência apresentar períodos em que as atividades na roça entram em recesso, permitindo a inserção no trabalho migratório, dos homens dispensados periodicamente na agricultura.

O trabalho migratório foi um dos elementos de desestruturação do campesinato no vale, visto que transformou o sistema de trabalho e de relações sociais baseado em gênero e geração para o dependente do capital. Apesar de contribuir na complementariedade agrícola em épocas de colheitas escassas, ao ser transformado em alimentos adquiridos dentro e/ou fora da região, o capital mineiro sul-africano minou a agricultura para as gerações subsequentes.

Desde o início do trabalho migratório verificou-se o paulatino afastamento de jovens da agricultura, fato evidenciado pela fraca substituição geracional na roça, contrariamente ao que se verifica, por exemplo, na substituição dos pais nas minas, por motivo de saúde ou mesmo de morte, como orientam alguns contratos. “(...) *alguns jovens só dizem que os pais têm roça, mas*

---

da África do Sul e da Rodésia do Sul e 19% na colônia de Moçambique, o que corresponde aproximadamente a 78.750km<sup>2</sup>. Para mais informações consultar: ELTON, Frederick. *Journal of an exploration of the Limpopo river* (1872); XAVIER, Alfredo Augusto Caldea. *Reconhecimento do Limpopo: Os territórios ao Sul do Save e os Vatuas* (1894); Anuário Estatístico de Moçambique (1963); DIAS, Saul. *Glossário toponímico histórico administrativo geográfico e etnográfico de Moçambique* (1981) e FAGAN, Brian Murray. “As bacias do Zambeze e do Limpopo, entre 1100 e 1500.” in: NIANE, Djibril Tamsir (Editor). *História Geral da África – IV: A África do século XII ao século XVI* (1988).

<sup>42</sup> Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Chókhwè. 2010, p. 9.

<sup>43</sup> MOSCA, João. *Contribuição para o estudo do setor agrário do Chókhwè*. Maputo: 1988, 76 p.

<sup>44</sup> MORAIS, Trigo de. *Projeto de irrigação do vale do Limpopo, 1925*. Lisboa: 1956.

*não sabem aonde. Os moçambicanos perderam o gosto de trabalhar a terra e substituíram por trabalho migratório. Aqui na aldeia as famílias que trabalham a terra, não chegam quatro.*”<sup>45</sup>

Contudo, durante o período da ocupação efetiva da África, a região do Limpopo tornou-se politicamente instável, devido às tentativas fracassadas de Portugal de impedir acordos entre o Estado de Gaza e o poder britânico sul-africano, e a recusa do Estado em prestar vassalagem. Fracassadas as opções diplomáticas, Portugal lançou a ação militar que culminou com a derrota da resistência de Gaza e o controle político-militar da região a partir de 1895.<sup>46</sup>

Com a região militarmente controlada, Portugal instalou o seu aparelho administrativo piramidal. No topo instituiu os concelhos, divididos em freguesias e na base as circunscrições, subdivididas em regulados.<sup>47</sup> Portanto, a base da administração foi ocupada por antigos líderes tradicionais, que sendo leais ao colonialismo continuaram com parte do poder que exerciam no Estado de Gaza, mas subordinado ao governo colonial. Esse foi o caso dos seguintes regulados: “*Ngajane; Machele; Machua; Machinho; Muwei; Chiaquelane; Canheze; Nwachicoluane; Olombe; Bangul; Mangubucha; Solane; Bolene; Zuza; Muzui; Ancata; Namechinga; e parte de Cuetane; Namassengana e Machegangambana.*”<sup>48</sup>

Foi fundamental para a administração colonial, no Sul de Moçambique, a maneira como as instituições tradicionais foram integradas na hierarquia política. Os principais agentes dessa integração foram os administradores e as autoridades tradicionais – os régulos. A partir de 1895, no vale do Limpopo, as antigas terras do Estado de Gaza transformaram-se em circunscrições dependentes do Distrito de Lourenço Marques.<sup>49</sup> A importância das autoridades tradicionais – também conhecidas por gentílicas e indígenas – foi evidenciada pelo seu papel administrativo:

*“As obrigações dos régulos segundo a lei de 1908, incluíam: (i) indicar trabalhadores; carregadores; recrutar homens para o exército e satisfazer as requisições do Governador; (ii) coletar imposto de palhota; (iii) controlar os estranhos que entrassem no regulado sem passe válido e (iv) impedir o comércio de bebida alcoólica, exceto vinhos portugueses. (...) pelo desempenho dessas funções os régulos não eram pago, apenas foram autorizados a cobrar uma taxa de 10xelins ou de 2\$50 por cada mineiro que regressasse das minas da África do Sul. Recebiam também uma quantia idêntica por cada conflito social que presidisse. Mas, isso não significou que os régulos deixassem de explorar os camponeses (...)*

---

<sup>45</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, filho de colonos negros integrados na Aldeia do Guijá, realizada em Chókwè, em 10/6/2014. O tratamento das entrevistas obedeceu a seguinte metodologia: a primeira vez que citamos determinado relato, apresentamos resumidamente o entrevistado e ao referenciá-lo novamente, destacamos apenas o local e a data da entrevista. O perfil geral dos entrevistados encontra-se detalhado na bibliografia final.

<sup>46</sup> COVANE, Luís António. 2001.

<sup>47</sup> DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UEM. 2000.

<sup>48</sup> ALMEIDA, António Lopes de. 1970, p. 21.

<sup>49</sup> DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UEM. 2000.

*obrigando-os à prestação de jornadas de trabalho nas suas machambas [roças].*<sup>50</sup>

Assim, percebe-se que na administração colonial a ideologia tradicional subordinava-se à nova ordem política, onde a incorporação dos régulos garantia a articulação entre o topo e a base. Essas funções dos régulos, que na verdade, foram a continuidade do seu papel no Estado de Gaza, transformaram-nos em reprodutores da exploração<sup>51</sup> e da violência colonial.

Implantado o aparelho administrativo na região, o vale do Limpopo passou a destaque nos planos de investimentos de quase todos os Governadores-gerais da colônia de Moçambique, a começar por Freire de Andrade (1906-1909). A instalação durante a década de 1910, do Posto Meteorológico de Culturas Regadas de Caniçado, na margem esquerda do Limpopo, constituiu uma demonstração do interesse colonial em investir no vale.<sup>52</sup>

Com base no registro pluviométrico iniciado em 1915, pelo Posto de Caniçado, passados alguns anos de observação foi possível classificar a agricultura da região como: “*para a cultura do milho- 52,7% anos sem colheita; 25% anos de colheita escassa e 22,2% anos de boa colheita e para o algodão - má colheita 22%, colheita escassa 16,7% e boa colheita 61%.*”<sup>53</sup>

O estudo sobre a agricultura no vale do Limpopo concluiu que é condição indispensável, embora não suficiente, para que os anos fossem de colheitas razoáveis/boas, que a pluviosidade mensal nos meses decorrentes de novembro a abril, seja igual ou superior a 100mm, equivalente a 1000m<sup>3</sup>, ou mais, de água de rega no mês. Assim, o resultado do ano agrícola devia depender do número de dias de chuvas e o seu espaçamento, o que confirmou a indispensabilidade de rega, mesmo em período pluvioso.<sup>54</sup>

Foi através das atividades do Posto de Caniçado que a povoação Ngajane teve o contato com os planos econômicos coloniais. No entanto, a povoação sempre teve contatos e influências socioculturais externas, como a da igreja metodista livre, que se instalou durante a década de 1930. Dos relatos reunidos destaca-se o carisma do pastor Chókwè-Chambale que pregou e

---

<sup>50</sup> Ibid. p. 385-469.

<sup>51</sup> Segue um depoimento de uma integrante do grupo de mulheres devedoras do imposto que foi obrigado a prestar serviços em casa do régulo no vale do Limpopo: “Quando chegamos fomos divididos em grupos de trabalho com base em critérios de «boa aparência». As mulheres consideradas bonitas permaneceram em casa do régulo para realizarem atividades domésticas – lavar roupa, varrer e cozinhar – as restantes foram enviadas para a machamba. Enquanto as domésticas realizavam as suas atividades, os auxiliares do régulo exigiam favores sexuais. Se o régulo estivesse em casa tinha o direito de fazer a primeira escolha e em caso de recusa, no dia seguinte, tal mulher seguia para a machamba.” Relato da Maria Nqavane, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 63.

<sup>52</sup> MOREIRA, Ilídio Rosário dos Santos. *Aspetos económicos e sociais da obra do povoamento do vale do Limpopo*. Universidade Técnica de Lisboa, Monografia de Licenciatura em Estudos Ultramarinos, Lisboa: 1961, 234 p.

<sup>53</sup> FALCÃO, Sousa, apud. ALMEIDA, António Lopes de. 1970, p. 28-29.

<sup>54</sup> MORAIS, Trigo de. 1956.

evangelizou na região, conseguindo reunir grande número de admiradores e seguidores. “*A sua popularidade contribuiu para que, paulatinamente a denominação de Ngajane fosse substituída pelo seu próprio nome – Chókwè.*”<sup>55</sup>

Quanto ao número de habitantes da povoação, os dados pré-coloniais são inexistentes e os coloniais escassos. O primeiro registro populacional da região foi a estimativa da população negra de 1948, que incidiu sobre o Concelho do Guijá, que avança com o número de 52.065hab negros.<sup>56</sup> Vale salientar, que o Concelho do Guijá ocupava as duas margens do curso médio do rio Limpopo e a maior concentração populacional registrou-se na margem direita – povoação Ngajane.

A partir de 1959, por força da Portaria nº 13.534, de 28 de novembro que cria o Concelho do Baixo Limpopo<sup>57</sup> enquadrado na III classe da administração colonial, o Concelho do Guijá passa a não abarcar a povoação Ngajane. Assim, o concelho ora criado integrou a área reservada para o colonato com uma superfície de cerca de 2.600km<sup>2</sup>.<sup>58</sup>

O primeiro censo populacional que incidiu especificamente sobre o Concelho do Baixo Limpopo realizou-se em 1960, tendo registrado cerca de 74.360hab, dentre os quais: 70.009hab negros; 4.183hab brancos<sup>59</sup>, 153hab mistos e 15hab indianos. Nesse recenseamento, o concelho apresentou cerca de 28,6hab/km<sup>2</sup> e foi um dos mais povoados da colônia.<sup>60</sup>

O último recenseamento geral da população realizado pelo governo colonial ocorreu em 1970, no qual o Concelho do Baixo Limpopo manteve-se o mais povoado do Distrito de Gaza e apresentou um crescimento acima da média, comparativamente com outros concelhos. Em termos numéricos, o concelho registrou 90.540hab, correspondente a um crescimento de cerca

---

<sup>55</sup> Conselho Municipal da Cidade de Chókwè. *Plano de estrutura urbana da Cidade de Chókwè*. Chókwè: Volume 1, MICOA, DINAPOT-DPU, 2006, p. 6.

<sup>56</sup> ANUÁRIO DA COLÔNIA DE MOÇAMBIQUE. *Completo manual de informações oficiais e comerciais, geográficas e históricas de toda a colônia de Moçambique – 1949-1950*. Lourenço Marques: 1951, 1344 p. Vale acrescentar que em

<sup>57</sup> A sua sede provisória foi na Aldeia da Barragem. Através da Portaria nº 13.892, de 19 de março de 1960, a sede definitiva foi fixada na Aldeia do Guijá, que passou a designar-se Vila Alferes Chamusca. O novo nome suscitou alguma indignação por parte dos colonos por ser de um militar português que combateu a resistência do Estado de Gaza na margem esquerda do Limpopo, por isso sem ligação direta com a construção do colonato. A disputa sobre o novo nome da Aldeia do Guijá foi resolvida por força da Portaria nº 17.881, de 18 de julho de 1964, que tomando em consideração a ligação intrínseca do colonato com o eng.º Trigo de Morais, determinou que o Concelho de Guijá – margem esquerda do Limpopo – que tinha a sua sede em Caniçado, passasse a denominar-se Concelho de Caniçado e a sua sede Vila Alferes Chamusca. A mesma portaria, determinou ainda que a sede do Concelho do Baixo Limpopo passasse a designar-se Vila Trigo de Morais, que em 1971, através da Portaria 713, de 17 de agosto foi elevada à categoria de cidade. No imediato pós-independência, no âmbito da autenticidade africana, o Decreto 6/75, de 18 de janeiro de 1975, transformou o Concelho do Baixo Limpopo e a respetiva Cidade Trigo de Morais, em Distrito e Cidade de Chókwè.

<sup>58</sup> MOREIRA, Ilídio Rosário dos Santos. 1961.

<sup>59</sup> O total da população branca do Distrito de Gaza foi de 6.967hab. CASTELO, Cláudia. 2007, p. 231.

<sup>60</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

de 16.000hab.<sup>61</sup> Para se ter uma ideia da população total da colônia de Moçambique e do Distrito de Gaza em particular, importa referenciar os dados desse recenseamento realizado em dezembro de 1970, que fixam para toda a colônia cerca de 8.168.933hab. Na ausência de dados precisos do Distrito de Gaza, tivemos acesso ao número da população branca recenseada nesse ano que foi de cerca de 11.362hab.<sup>62</sup>

A partir de 1975, com a independência da colônia de Moçambique, o Concelho do Baixo Limpopo transformou-se em Distrito de Chókwè – com a cidade homônima. “*Territorialmente divide-se em quatro postos administrativos: Chókwè, Macarretane, Lionde e Xilembene, subdividido em oito localidades, 25 bairros e 10 aldeias comunais.*”<sup>63</sup> A cidade dista cerca de 120km de Xai-Xai – capital da Província de Gaza – e cerca de 210km de Maputo, a capital de Moçambique. A ligação com as duas capitais é através da estrada asfaltada e com Maputo existe uma alternativa da ferrovia – corredor do Limpopo – que parte do porto de Lourenço Marques, (hoje porto de Maputo), e atravessa o distrito, até a fronteira com Zimbábwè.<sup>64</sup>

**Mapa 4.** Divisão administrativa do Distrito de Chókwè



**Fonte:** <http://www.googlemaps.mapademoçambique>. Acesso em 26/5/2013.

No período pós-independência o primeiro recenseamento geral da população realizou-se em 1980, no qual o Distrito de Chókwè registrou 133.235hab, correspondente a cerca de 26.756 famílias, com densidade populacional de 37,7hab/km<sup>2</sup>. A população concentrava-se ao longo das margens do Limpopo, com 19.100 famílias correspondente a 82.600hab, cerca de 71% da população geral.<sup>65</sup> Do total da população, aproximadamente 90% vivia nas antigas aldeias do colonato.<sup>66</sup>

<sup>61</sup> ANUÁRIO DO ESTADO DE MOÇAMBIQUE. *Informações oficiais, comerciais, geográficas e históricas – 1972-1973*. Lourenço Marques: 51ª Edição, 1974, 862 p.

<sup>62</sup> CASTELO, Cláudia. 2007. Quanto a evolução numérica da população total da colônia, a mesma autora avança os seguintes dados: 1940 – 5.085.627hab, 1950 – 5.749.662hab e 1960 – 6.603.653hab. Ibid. p. 216.

<sup>63</sup> VALÁ, Salim Cripton. 2003, p. 49.

<sup>64</sup> Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Chókwè. 2010, 79 p.

<sup>65</sup> VALÁ, Salim Cripton. 2003.

<sup>66</sup> MOSCA, João. 1988.

Analisando atentamente os dados do primeiro censo populacional do pós-independência percebemos que o distrito teve uma média de cerca de cinco membros por agregado familiar, fato que nos conferiu alguma liberdade para deduzir que houve redução comparativamente com a década de 1940, período do primeiro censo da região em que aventamos uma média de cerca de oito membros por agregado familiar. No quadro geral dos recenseamentos, percebemos que a densidade populacional do vale do Limpopo foi sempre superior à média dos concelhos da colônia, não obstante a sua localização no *hinterland*. Porém, essa particularidade deveu-se as potencialidades agrícolas das terras do curso médio do rio Limpopo e a construção do próprio colonato na região.

## 1.2. A construção do colonato do Limpopo

Durante a década de 1910, todos os governadores gerais da colônia de Moçambique tentaram sem sucesso mobilizar investimentos para o desenvolvimento do Limpopo. Apenas o governador Manuel Moreira de Fonseca (1919-1925), iniciou atividades concretas ao mandar estudar a viabilidade da irrigação do vale e conseguiu arrecadar algumas verbas para financiar o estudo.<sup>67</sup> O objetivo era desenvolver no Limpopo, um grande complexo agroindustrial capaz de absorver a mão-de-obra da região Sul da colônia o que reduziria a dependência colonial do capital mineiro sul-africano.<sup>68</sup> “*Na década de 1920, as margens do Limpopo destinavam-se à instalação de grandes empresas. Nessa época, os conceitos econômicos eram essencialmente dominados pela grande empresa agroindustrial, açucareira, sisaleira, e palmar ou chá.*”<sup>69</sup>

Os estudos iniciaram na década de 1920, com a coordenação do eng.º inglês Coronel John Aylmer Balfour e colaboração técnica do eng.º português Antônio Trigo de Morais.<sup>70</sup> Após constantes desavenças técnicas, o Alto Comissário de Moçambique, Comandante Victor

---

<sup>67</sup> MOREIRA, Ilídio Rosário dos Santos. 1961.

<sup>68</sup> Até esse momento era preocupante o considerado abandono econômico em que se encontrava o Sul da colônia, que dependia essencialmente do trabalho migratório para a África do Sul e das exportações do Porto de Lourenço Marques. A irrigação do vale do Limpopo apresentava-se como solução desses problemas e insistia-se na urgência dos estudos de viabilidade. MACHADO, Francisco Vieira, apud. LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 20.

<sup>69</sup> LEITÃO, Borges, apud. ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 124.

<sup>70</sup> Nasceu em Samões no Concelho de Vila Flor, em 3 de fevereiro de 1895. Formou-se em Engenharia Civil em 1918, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa. Desempenhou funções de destaque na administração pública e foi autor do aprovado e executado projeto de irrigação e povoamento do vale do Limpopo e, fundador e precursor do colonato do Limpopo. Para acelerar a materialização do colonato foi nomeado: (i) Inspetor Superior do Fomento Ultramarino [1936]; (ii) Subsecretário de Estado do Ultramar [1951]; (iii) Inspetor-Geral de Fomento do Ultramar [1953]; (iv) Superintendente da Brigada Técnica do Limpopo [1953]; (v) Superintendente do Conselho Superior de Fomento Ultramarino [1957]; etc. Morreu em 1966, em Portugal e em testamento pediu para que fosse sepultado na Aldeia da Barragem, debaixo da sombra da mafureira, onde fixou sua barraca durante a construção do colonato. Anualmente, os antigos colonos e funcionários da Brigada e, a população em geral, em sua homenagem realizam cerimônias que contam com a celebração de uma missa, em sua memória, pelo padre responsável da Missão São Vicente Paulo da Barragem. Para mais informações, vide anexo 2 – Vida e obra de Trigo de Morais.



Hugo de Azevedo Coutinho (1924-1926), decidiu confiar-lhes em separado a pesquisa sobre o Limpopo.<sup>71</sup> Trigo de Moraes, esteve na povoação Ngajane em 1924, onde durante a recolha de dados, circulou por toda a região e ao terminar as suas atividades deixou marcos de pedras enterrados no solo.<sup>72</sup>

O eng.º John Balfour por sua vez, confiante em conhecer o leito do rio Limpopo desde a nascente, concentrou atenção à jusante, onde concluiu a viabilidade de navegação fluvial por cerca de 15km da foz. Decidiu que o transporte fluvial era o ideal para garantir a mobilidade de pessoas e bens no vale, e advertiu que cogitar um transporte ferroviário internacional – proposto por Trigo de Moraes – era utopia para a realidade financeira de Portugal.<sup>73</sup>

Em abril de 1928, os dois engenheiros submeteram os projetos para a análise ao Ministro do Ultramar<sup>74</sup> Artur Ivens Ferraz (1928-1930), que em agosto do mesmo ano aprovou o projeto do eng.º John Balfour. Logo que a decisão foi oficializada, a opinião pública portuguesa atizou argumentos patrióticos de apoio ao projeto de Trigo de Moraes, o que levou o ministro a revogar em fevereiro de 1929 a sua decisão e confiar ao governo da colônia a apreciação dos projetos.<sup>75</sup> Em entrevista, o ministro Armindo Monteiro (1931-1935), reconheceu a gravidade do despacho do seu antecessor e orientou que a decisão dos projetos pertencesse a colônia que devia realizar *in loco* a análise dos estudos.<sup>76</sup>

O governo da colônia assumiu a tarefa de analisar os projetos, tendo em março de 1930, aprovado por unanimidade o de Trigo de Moraes. Todavia, a decisão permaneceu na colônia até maio de 1935, quando o Conselho Superior Colonial aprovou sem nenhuma ação prática, por isso, teoricamente, a deliberação da colônia.<sup>77</sup> A transição do papel para a prática esperou cerca de uma década, pois apenas em 1947, a Direção-geral de Fomento aprovou o projeto de Trigo de Moraes e incluiu-o para a execução no plano de fomento.<sup>78</sup>

Vale sublinhar que a decisão final que permitiu a materialização do projeto de irrigação e povoamento do vale do Limpopo ocorreu no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, período em que parte das potências imperialistas iniciou os debates, embora sob perspectivas diversas, do fim dos impérios. Durante esse período, o governo português tentou demonstrar ao mundo

---

<sup>71</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

<sup>72</sup> Relato de Eduardo Nkuna Machele, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003.

<sup>73</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970.

<sup>74</sup> Chamamos atenção a constantes alterações das designações do ministério responsável pelos assuntos do ultramar português. De modo a orientar a pesquisa, não obstante a existência de diversas designações, tomamos como base as seguintes: (i) Ministério da Marinha e Ultramar (1911-1926), Ministério das Colônias (1933-1951) e Ministério do Ultramar (1951-1974).

<sup>75</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

<sup>76</sup> Jornal Guardian. Lourenço Marques: 10/11/1934, pp. 3-4.

<sup>77</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

<sup>78</sup> MESQUITELA, Gonçalo. 1966.

a sua capacidade econômica e científica de colonizar e a construção do colonato visou atestar a tal capacidade. “[Foi com base nesses princípios que] em setembro de 1950, partiu para Moçambique, por determinação do ministro das colônias Almirante Sarmiento Rodrigues [1950-1951], uma missão chefiada por Trigo de Moraes com a tarefa de rever o seu projeto.”<sup>79</sup>

Da análise do projeto percebemos diversos objetivos, com maior destaque para os político-econômicos como aliviar a difícil situação do campesinato português e salvaguardar a presença branca na colônia, por um lado e por outro, incentivar a formação da pequena burguesia rural, que mais tarde poderia apoiar o governo em caso de eventuais manifestações independentistas. Garantir a complementariedade econômica entre campo e cidade, através da absorção por parte do campo dos instrumentos produzido na cidade e o consumo urbano da produção agrícola do colonato do Limpopo.

A conjuntura política marcada pelo fim da Segunda Guerra Mundial repercutiu na rápida apreciação, revisão e aprovação do projeto de irrigação e povoamento do Limpopo. Realizada a revisão do projeto em 1950, em maio de 1951, o Conselho Técnico de Fomento, emitiu o seu parecer favorável e em seguida o ministro Almirante Rodrigues, homologou o parecer e deu a aprovação final do projeto.<sup>80</sup> Tempos depois “(...) em 17 de agosto de 1951<sup>81</sup> o Presidente do Conselho deu o despacho decisivo que levou ao povoamento do vale do Limpopo.”<sup>82</sup>

Definidos os procedimentos legais de ação lançou-se em seguida o concurso público de apuramento de empresas para a construção da barragem do Limpopo,<sup>83</sup> canais de rega, aldeias e diversas infraestruturas. Em 1952, apurou-se as primeiras firmas com experiência em obras de hidráulica agrícola, designadamente: (i) Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, Lda (SOREFAME) que foi encarregada de fornecimento e montagem das comportas automáticas e estruturas metálicas dos contrapesos flutuadores; (ii) Moniz da Maia, Duarte & Vaz Guedes, Lda – adjudicada as obras da barragem, tomada de água e aldeias e (iii) Azevedo Campos, Irmãos Lda – para a construção do canal geral, canal direito da irrigação e aldeias.<sup>84</sup>

---

<sup>79</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 28.

<sup>80</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

<sup>81</sup> Data que ficou marcada na memória colonial como efeméride do colonato do Limpopo e no pós-independência readaptada para marcar as comemorações da fundação do Distrito de Chókwè. Em sintonia com uma das correntes que marcou as recém-criadas nações africanas e fortemente defendida pela FRELIMO – “autenticidade africana” – consideramos que a efeméride do Distrito de Chókwè deveria ser 18 de janeiro, em reconhecimento a data da promulgação do Decreto 6/75, que substituiu os nomes do Concelho do Baixo Limpopo e Cidade Trigo de Moraes por Chókwè.

<sup>82</sup> ALMEIDA, António Lopes de. 1970, p. 38.

<sup>83</sup> Vide anexo 3 – Barragem do Limpopo. MOREIRA, Ilídio Rosário dos Santos. 1961. A fonte não apresenta a origem e a data da produção, porém supomos que é da sua autoria e produzida na década de 1960, durante o estudo de campo no colonato inserido na elaboração da monografia em Estudos Ultramarinos pela Universidade Técnica de Lisboa.

<sup>84</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

Preparada a estrutura e meios financeiros necessários para o arranque das obras, a ação inicial ocorreu em fevereiro de 1953, com a partida da Brigada Técnica do Limpopo<sup>85</sup> de Lisboa para a região do vale do Limpopo de modo a coordenar todas as atividades.<sup>86</sup> Um antigo técnico da Brigada falou que *“As oficinas onde a Brigada instalou-se e preparou toda a logística foram construídas em 1953, e no mesmo ano, começou a construção da barragem, canal principal de rega e as primeiras aldeias do colonato.”*<sup>87</sup>

O projeto de irrigação e povoamento do Limpopo reservou 31.000ha, distribuídos em: 6.000ha de lameiro comunitário, 4.500ha de exploração leiteira e 1.500ha de luzernal,<sup>88</sup> cuja maior parte dessa área foi demarcada nos territórios dos concelhos do Guijá e Bilene.<sup>89</sup> Todavia, da área remanescente dessa distribuição construiu-se as aldeias e as respectivas roças irrigadas.

Corresponderam os limites dessa reserva os seguintes: Norte – margem direita do curso médio do rio Limpopo; Norte e Oeste – rio dos Elefantes; Norte e Leste – Lagoa Chingua, a cerca de 100km da foz do rio Limpopo; Sul – margem esquerda do rio Mazimchopes, de Fontela passando por Motaze em Magude; Sul e Oeste – linha reta do rio dos Elefantes ao Mazinchopes em Fontela e Sul e Leste – de Matabele à Lagoa Chingua.<sup>90</sup>

Devido à combinação de vários fatores, com destaque para os econômicos e geográficos, a sede do colonato foi estabelecida na povoação Ngajane. *“A vila construiu-se nas terras férteis dos Mukhavele, que eram administradas pelo régulo Ngajane (...).”*<sup>91</sup> Assim, as primeiras duas aldeias pilotos, uma foi construída na povoação Ngajane – Aldeia do Guijá – e outra à montante – Aldeia da Barragem. Foram essas aldeias que receberam as primeiras 10 famílias do Centro-sul de Portugal, portanto alentejanas. *“(...) as primeiras famílias instaladas totalizavam cerca de 48 pessoas que desembarcaram em Lourenço Marques[Maputo], do Pacote Império, em 2 de agosto de 1954, dando início ao povoamento do Limpopo.”*<sup>92</sup>

Importa referir que o plano de urbanização do colonato foi concebido de modo a que os aglomerados populacionais se organizassem em forma de aldeias de povoamento agrupado,<sup>93</sup>

---

<sup>85</sup> Juridicamente designada por Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo pela Portaria nº 14.171, de 28 de novembro de 1952. No entanto, de agora em diante, trataremos apenas por Brigada.

<sup>86</sup> MOREIRA, Ilídio Rosário dos Santos. 1961.

<sup>87</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, antigo técnico da Brigada, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>88</sup> Produção de plantas leguminosas para forragem.

<sup>89</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970.

<sup>90</sup> Portaria nº 10.329, de 6 de março de 1954, apud. ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 20. Vide anexo 4 – Localização geográfica do colonato do Limpopo.

<sup>91</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>92</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 34.

<sup>93</sup> Vide anexo 5 – Aldeia do colonato. LOPES, Manuel dos Santos. 1968. A fonte não apresenta a origem e a data da produção, entretanto supomos que é da sua autoria e produzida na década de 1960, durante a pesquisa de campo no colonato inserida na elaboração da monografia em Estudos Ultramarinos pela Universidade Técnica de Lisboa.

apesar de várias críticas de especialistas em matéria de povoamento que consideraram o modelo impróprio por forçar os colonos a percorrerem grandes distâncias, entre as aldeias e roças.<sup>94</sup> “A opção ideal para o Limpopo seria o povoamento por fazendas em que a casa ficaria próxima ou mesmo junta da roça do colono.”<sup>95</sup>

No quadro geral a crítica é sustentável, embora ambos os modelos sejam caracterizados por alguns problemas. Entretanto, supomos que a opção por aldeamento deveu-se ao tipo das famílias fixadas – camponeses rurais – e ao seu elevado número, o que tornava quase inevitável a interajuda e a assistência técnica e social. Essa opção eliminou parte do isolamento, incentivou a cooperação e permitiu diversas assistências, apesar de alguns sacrifícios para a saúde, por ter concentrado gado dentro das aldeias.

*“Na década de 1950, quando se decidiu dar execução ao plano do Limpopo, foi abandonada a ideia da grande propriedade e substituída pela pequena empresa agrícola familiar, tendo em vista a colocação de excedentes demográficos metropolitanos e a necessidade imperiosa de fixar um maior número de famílias europeias no ultramar.”<sup>96</sup>*

O aldeamento embora fosse barato em termos de investimentos, acarretou no prejuízo de estabelecer o convívio humano e animal. As dimensões dos talhões, o cheiro nauseabundo da pocilga e as carraças associadas a criação do gado bovino, favoreceram a contaminação por doenças como: febres e malária. “Os estábulos foram construídos ao lado das habitações, o que poderia ser aceitável na metrópole, mas no Limpopo, onde o clima é muito quente e os insetos abundantes, não fez sentido.”<sup>97</sup> Apesar desses argumentos, Trigo de Moraes aparentava ter grande admiração pela agricultura de irrigação e pouca consideração pelos camponeses.

Para elucidar o grau de concentração dos aldeamentos, basta perceber que as residências encontravam-se subdividas por talhões de cerca de 2000m<sup>2</sup> e à volta estendia-se um logradouro com cerca de 1000m<sup>2</sup> – metade da área do talhão onde construiu-se a casa geminada – vedado em toda a volta com arame, onde construiu-se também um galinheiro, estábulos de gado bovino e porcino, seguidos de uma arrecadação para alfaias agrícolas e ainda um forno para cozer pão que servia para as duas famílias vivendo no mesmo talhão.<sup>98</sup>

---

<sup>94</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970.

<sup>95</sup> GASPAR, José Maria. “A colonização branca em Angola e Moçambique.” in: *Colóquios de política ultramarina internacional relevante*. Lisboa: CEPS, 1958, p. 208.

<sup>96</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 126.

<sup>97</sup> Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo (segredo). *Informação do inspetor administrativo Antônio de Sousa Santos*. Caniçado: Arquivo Histórico de Moçambique. ISANI, Caixa 26. 12/3/1957, apud. CASTELO, Cláudia. 2007, p. 151.

<sup>98</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968. Vide anexo 6 – Habitação, estábulo e forno dos colonos.

Para reduzir parte do sacrifício das famílias, decidiu-se que a distância que separava a residência da roça não fosse além de 2,5-3km, de modo a evitar que as terras irrigadas ficassem demasiado distantes.<sup>99</sup> “No único caso em que houve a separação de cerca de 5km, construiu-se um grupo de casas nas próprias parcelas, isso ocorreu em 1960, no Bairro de Santiago.”<sup>100</sup>

Da análise das plantas das habitações, percebemos que foram erguidas cerca de 13 tipos de residência, sendo todas ensaiadas nas aldeias piloto, onde concluiu-se que a maior parte não se adequava ao meio e às condições de vida dos colonos. Depois fez-se a seleção e decidiu-se a construção de apenas quatro tipos. Não obstante, os quatro tipos de plantas obedeceram a um esquema uniforme de tamanho médio de modo a racionalizar os custos, sendo constituídas por três quartos de dormir, sala de jantar, um banheiro e uma cozinha. A arquitetura dessas plantas foi simples e propícia para possíveis ampliações futuras.<sup>101</sup>

Para além das residências construiu-se diversas infraestruturas fundamentais à vida do colonato, nomeadamente: igreja, escola, hospital, cemitério, armazéns, centro social, parque infantil, clube desportivo, etc. Nas aldeias foram reservadas áreas para futuras instalações, onde o setor privado ergueu estabelecimentos comerciais, turísticos, desportivos e industriais.<sup>102</sup>

Os investimentos privados ganharam alguma expressão na Aldeia do Guijá, por possuir condições básicas para a sua instalação na medida em que, independentemente de ter sido aldeia populosa, foi servida por caminho de ferro, estrada, aeródromo, telégrafo e telefone. Também foi em Guijá que se estabeleceu a sede dos serviços públicos. Mas, mesmo assim, não registrou mais do que dois restaurantes com capacidade para 60 pessoas, uma casa de fotografia, quatro padarias, três açougues, um cinema, dois cafés e alguns bares.<sup>103</sup>

Para terminar, importa salientar que o colonato teve 14 aglomerados populacionais, dos quais, uma vila, um bairro e 12 aldeias. A sua construção foi faseada, tendo obedecida a seguinte sequência: Aldeia do Guijá e da Barragem em 1953;<sup>104</sup> aldeias de Lionde, Folgares, Senhora da

---

<sup>99</sup> ALMEIDA, António Lopes de. 1970.

<sup>100</sup> Ibid. p. 49.

<sup>101</sup> MOREIRA, Ilídio Rosário dos Santos. 1961.

<sup>102</sup> A pesquisa de campo permitiu-nos verificar que atualmente, as infraestruturas do antigo colonato são a base de desenvolvimento do distrito, designadamente: o sistema de irrigação, vias de comunicação, instituições públicas e estabelecimentos comerciais. Essas infraestruturas pertencem a considerada “herança colonial” e a sua estrutura arquitetónica difere das recentes construções que circundam as antigas aldeias, constituindo novos bairros, denominados por expansão.

<sup>103</sup> ALMEIDA, António Lopes de. 1970. Vide anexo 7 - Diversas infraestruturas do colonato. A fonte não apresenta a origem e a data da produção. Supomos que é da sua autoria e produzida na década de 1970, durante o estudo de campo na região para a elaboração da monografia em Estudos Ultramarinos pela Universidade Técnica de Lisboa.

<sup>104</sup> Portaria n.º 9.995, de 29 de agosto de 1953.

Graça, Santana e Pegões em 1957;<sup>105</sup> Madragoa em 1959;<sup>106</sup> São José de Ribamar<sup>107</sup> e o Bairro de Santiago<sup>108</sup> em 1960 e Sagres, Ourique, Santa Comba e Freixiel em 1961.<sup>109</sup>

Percebemos que a nomenclatura de quase todas as aldeias, tratou-se de uma transposição de designações portuguesas para o colonato. Curioso em compreender a origem e significado desses nomes, conseguimos reunir os seguintes relatos:

*“A maior parte dos nomes das aldeias, exceto Lionde, têm origem nos santos católicos ou em concelhos e freguesias portuguesas. Exemplo, o nome Santa Comba é da terra natal do Presidente Salazar e os nomes Senhora da Graça, Santiago e São José de Ribamar, como se percebe, são de santos da igreja católica (...). Todos esses nomes tem significado, nada foi feito só por fazer.”<sup>110</sup>*

*“Para além dos nomes que imortalizaram parte dos santos da igreja católica, alguns lembravam as regiões ligadas a naturalidade de figuras políticas portuguesas e o própria engenheiro Trigo de Morais e sua família, como foi o caso de Freixiel que é Freguesia do Concelho de Vila Flor, terra natal do Trigo de Morais e o nome Folgares, é uma vila do [Concelho de Pampilhosa da Serra, no Distrito de Coimbra], onde nasceu a esposa de Trigo de Morais.”<sup>111</sup>*

Do exposto acima percebemos que os nomes das aldeias reproduziam parte das unidades administrativas da metrópole e que os critérios de atribuição foram, em grande medida, políticos e confiados ao Trigo de Morais. *“Criou-se aldeias em tudo semelhantes às portuguesas, desde os nomes, às casas, às igrejas, aos cruzeiros, aos fontanários, aos quintais e aos pomares.”<sup>112</sup>*

Da análise feita percebemos que os nomes foram anteriores à construção das respectivas aldeias, visto que a urbanização foi decidida em legislação específica. Outro pormenor é o fato da nomenclatura não ter ligação com as regiões de recrutamento, ou seja, os colonos integrados na Aldeia de Santa Comba no colonato, por exemplo, não eram todos naturais da Vila de Santa Comba, em Portugal.

---

<sup>105</sup> Portaria nº 11.843, de 9 de fevereiro de 1957.

<sup>106</sup> Portaria nº 13.030, de 14 de março de 1959.

<sup>107</sup> Portaria nº 14.197, de 6 de agosto de 1960.

<sup>108</sup> Despacho nº 60, de 5 de agosto de 1960.

<sup>109</sup> Portaria nº 15.204 e 15.207, ambas de 12 de agosto de 1961.

<sup>110</sup> Entrevista com Felisberto Aires Pinto, filho de colonos brancos integrados na Aldeia de Lionde, realizada em Lionde, em 5/5/2014.

<sup>111</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, antigo técnico da Brigada e ex-Diretor do Sistema de Regadio Eduardo Mondlane (SIREMO), realizada em Chókwe, em 28/5/2014.

<sup>112</sup> CASTELO, Cláudia. 2007, p. 261.

A marcar o centro de cada aldeia ergueu-se um monumento onde se escreveu o *slogan* de Salazar que serviu para orientar, estimular e explicar a obra do colonato: «*Para cada braço uma enxada; para cada família o seu lar e para cada boca o seu pão*» Esse *slogan* transmitia alguns dos principais elementos do bem-estar humano – trabalho, habitação e alimentação.<sup>113</sup>

Terminada a construção das aldeias e respectivas roças, as suas dimensões foram: Aldeia da Barragem foi a menor com 226ha; a maior foi a de Sagres com 6.668ha. Depois seguiram as aldeias de Madragoa – 4.604ha; Folgares – 2.594ha; Nossa Senhora da Graça – 2.400ha; Freixiel – 2.384ha; Santa Comba – 2.086ha; Ourique – 2.072ha; Santana – 1.584ha; Guijá – 1.790ha; Lionde – 1.416ha; São José de Ribamar – 1.358ha e Bairro de Santiago, com cerca de 294ha.<sup>114</sup>

Quanto a população colona, baseando-se nos dados do inventário da Brigada atualizados frequentemente, em dezembro de cada ano, “(...) em 1967, a população colona foi de cerca de 1.567 famílias, dos quais 1.124 brancos, 440 negros e 3 timorenses.”<sup>115</sup> O povoamento branco do colonato atingiu o seu máximo em 1968, com cerca de 1.146 colonos e foi nesse mesmo ano que se registrou, o maior número de colonos, aproximadamente 1.593. Entretanto, o número de colonos negros foi impedido de crescer, a partir de 1964, quando registrou-se cerca de 476.<sup>116</sup>

### **1.3. A expropriação da terra dos camponeses do vale do Limpopo**

A designação “*expropriação da terra*” usada em relação a sociedades sem tradição de títulos de propriedades,<sup>117</sup> levanta enormes debates entre os favoráveis e os contra o uso do termo nessas sociedades. Na literatura da Questão Agrária é possível encontrar discussões nas quais alguns autores defendem que apenas existe expropriação em sociedades com políticas firmes de propriedade da terra, em que os camponeses têm cadastro da modalidade de aquisição e o respectivo título de uso e aproveitamento.

Porém, nas sociedades em que não se verifica essa realidade, é difícil empregar o termo “*expropriação*”, visto que tais estudos provam casos seculares de comunidades de camponeses

---

<sup>113</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

<sup>114</sup> ANUÁRIO DO ESTADO DE MOÇAMBIQUE. *Informações oficiais, comerciais, geográficas e históricas - 1969*. Lourenço Marques: 1970, 1730 p.

<sup>115</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 290.

<sup>116</sup> HERMELE, Kenneth. 1968.

<sup>117</sup> A propriedade entendida como direito absoluto, exclusivo e perpétuo da terra, trinfou na França com o código napoleónico, tendo posteriormente sido difundida por diversos países da Europa. Em Portugal, por exemplo, o artº VI da Constituição de 1822, determinou que a propriedade é um direito sagrado e inviolável, todo o português pode dispor à sua vontade dos seus bens. NETO, Margarida Sobral. “Propriedade de renda fundiária em Portugal na Idade Moderna.” in: MOTTA, Márcia Maria Menendes (Org). *Terras lusas: A questão agrária em Portugal*. Niterói: EdUFF, 2007, p. 14. A propriedade da terra também é apresentada por ROUSSEAU, Jean Jacques, apud. LERRER, Débora. *Reforma agrária: Os caminhos do impasse*. São Paulo: Editora Garçoni, 2003, p. 53, ao afirmar que: o verdadeiro fundador da sociedade foi aquele que, ao cercar um terreno, lembrou-se de dizer – “isto é meu” – e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditar. Os frutos da terra são de todos e a terra é de ninguém.

produzindo e reproduzindo-se em terras alheias. Para esse grupo, a designação “*expropriação da terra*” emprega-se nas comunidades com tradição de título de propriedade e o termo confisco da terra deve ser usado em relação a comunidades sem essa tradição.

O debate prossegue com o grupo que discorda dessa linha de pensamento argumentando que as comunidades sem tradição de propriedade da terra, apesar de não apresentarem registros de títulos, têm estruturas consuetudinárias de gestão da terra que precisam ser compreendidas. Depois de analisada a estrutura de gestão da terra nessas sociedades pode-se perceber que ambos os termos – expropriação e confiscação – são aplicáveis em qualquer comunidade ou sociedade, sendo que a designação “*expropriação da terra*” é mais recorrentemente usada para abordar a problemática da terra.<sup>118</sup>

Sabe-se porém, das diferenças existentes entre o direito consuetudinário de propriedade e o clássico, ou seja, o direito europeu. Não obstante todo o tipo de diferenças, ambos os direitos têm algo em comum que é o reconhecimento da posse da terra, em que para o primeiro, a posse é baseada na tradição oral e a legitimação obedece o *modus vivend* da comunidade, enquanto para o segundo, a propriedade baseia-se em leis, onde a legitimação é, exclusivamente, jurídica.

Entretanto, na sociedade moçambicana a terra é um bem da família e da comunidade. É a terra que garante a sustentabilidade das famílias, portanto, a função de consumo legitima o acesso à terra e a função de produção equivale a segurança da posse. Em Moçambique, particularmente na região do Limpopo, a distribuição da terra obedece a múltiplas redes que se estabelecem através do parentesco, do casamento e da herança.<sup>119</sup>

Antes da construção do colonato, a maior parte da terra fértil da região pertencia as famílias nativas ou que se instalaram primeiro na região e a menos fértil constituía reserva de pasto e para atribuição às novas famílias recém-formadas e grupos de emigrantes residentes. “*A maior parte das terras pertenciam aos Mukhavele por terem se instalado primeiro aqui. O*

---

<sup>118</sup> Algumas contribuições importantes sobre a discussão da expropriação da terra em sociedades modernas podem ser encontradas em: POLANYI, Karl (1980); MOORE Jr, Barrington (1983); VIEGA, José Eli (1983); HERMELE, Kenneth (1986); MOSCA, João (1988-2005); CASTELO-BRANCO (1995); KAUTSKY, Karl (1998); CARTER, Miguel (2008) e BERNSTEIN, Henry (2011). Vale acrescentar os estudos que nortearam a organização do I Parlamento Indígena da América do Sul, reunido em outubro de 1974, em San Bernardino no Paraguai: GEORGE, Rudé. *Ideologia e protesto popular* (1982); SANTOS, José Vicente Tavares. *Lutas agrárias Latino-américas: da resistência ao projeto societário* (1985) e IANNI, Octavio. *Revoluções camponesas na América Latina* (1985). No entanto, em Moçambique, durante o período colonial a terra foi propriedade privada do Estado português e no período pós-independência, manteve-se propriedade privada do Estado moçambicano. Tempos depois, na década de 1980, o governo consagrou o título como única prova legal de transferência dos direitos do Estado para qualquer cidadão nacional ou estrangeiro e na década de 1990, definiu a posse através da delimitação e titulação das terras ocupadas tradicionalmente pelos camponeses. VALÁ, Salim Cripton. 2003, p. 20-24.

<sup>119</sup> José Negrão, em prefácio de VALÁ, Salim Cripton. 2003.



*Nhambe por exemplo, que chegou depois, conseguiu terras férteis quando casou-se na família Mukhavele e para sustentar os seus filhos – sobrinhos dos Mukhavele – recebeu terras.*”<sup>120</sup>

A terra obedecia a dois tipos de posse: a familiar e a comunitária. No entanto, a primeira, era restrita e a sua gestão, exclusivamente familiar, enquanto a segunda, era ampla em dimensão e geralmente pouco fértil, fazendo com que a população praticasse atividades complementares, como: *pastagem, recolha de lenha; vegetação destinada à fertilização da terra; materiais de construção e frutos silvestres. O fabrico de carvão; a produção do mel; [a caça; etc.] são, igualmente, atividades tradicionalmente desenvolvidas em terras comunitárias.*”<sup>121</sup> Além dessas funções, era nas terras comunitárias que as populações realizavam as cerimônias mágico-religiosas de evocação de chuvas ou de agradecimento às boas colheitas.<sup>122</sup>

A autoridade sobre a terra e conseqüentemente o seu controlo e gestão residia no régulo que, por sua vez, delegava parte das suas atribuições aos cabos de terra – chefes subalternos das autoridades tradicionais.<sup>123</sup> O régulo representava os ancestrais considerados “donos da terra”, por isso, os fundamentos que legitimavam a distribuição e o uso das terras, baseavam-se nessa tradição de chefia.<sup>124</sup> Porém, a partir de 1953, com o início da construção do colonato, a gestão consuetudinária da terra foi forçada a ceder para os princípios clássicos de gestão, visto que a maior parte das terras reservadas para o colonato encontrava-se na posse familiar, por isso a população foi expropriada para dar lugar a construção das infraestruturas do colonato. Assim, apenas uma parte da posse comunitária que se encontrava fora da reserva colonial, manteve a gestão consuetudinária.

A questão da expropriação da terra<sup>125</sup> divide opiniões de pesquisadores que se dedicam ao estudo do colonato do Limpopo. Alguns optam por não abordar o assunto e justificam falta de fontes: *“a questão da expropriação da terra dos camponeses precisa ser melhor explorada de forma a evitar-se generalizações e interpretações tendenciosas.*”<sup>126</sup> Outros defendem que a Brigada avisou antecipadamente e tratou de indenizar os camponeses.<sup>127</sup> Há os que argumentam que a Brigada não apresentou o mínimo de consideração com as famílias, pois os camponeses

---

<sup>120</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>121</sup> NETO, Margarida Sobral. 2007, p. 16.

<sup>122</sup> Entrevista com Maria Mapoissa Sotho, colona negra integrada na Aldeia do Guijá, realizada em Chókwè, em 13/5/2014.

<sup>123</sup> VALÁ, Salim Cripton. 2003.

<sup>124</sup> LOFORTE, Ana Maria. *Aspectos antropológicos a considerar na definição da política da terra em Moçambique*. Maputo: 1993.

<sup>125</sup> De agora em diante sem aspas nem itálico, pois o termo foi explicado e enquadrado na realidade que se pretende que seja entendido.

<sup>126</sup> VALÁ, Salim Cripton. 2003, p. 76.

<sup>127</sup> MOREIRA, Ilídio Rosário dos Santos (1961); LOPES, Manuel dos Santos (1968) & ALMEIDA, Antônio Lopes de (1970).

surpreenderam-se com tratores que derrubavam árvores nas suas roças: “(...) ficamos perplexos e perguntámos o que estava acontecer. A resposta que obtivemos foi que estavam a distribuir terrenos para os colonos.”<sup>128</sup>

O que podemos constatar é que, em março de 1953, quando Trigo de Morais deslocou-se para o Limpopo como superintendente das obras do colonato, em reconhecimento da área onde ergueu-se as obras, chegou na povoação Ngajane, analisou as letras fixadas nos marcos da revisão do projeto de 1951, e dialogou com o ancião e líder religioso Chókwè-chambale sobre como seria o processo da expropriação da terra. Entretanto, a conversa em referência foi reproduzida da seguinte forma: “[Trigo de Morais]: (...) este lugar onde está a sua casa é onde será a cidade do colonato. E Chókwè-chambale respondeu: o quê? ao que ele afirmou: sim, justamente aqui onde você está. Aqui será uma cidade; esta é a cidade.”<sup>129</sup> Há relatos,<sup>130</sup> como a própria conversa indica, que afirmam um final conflituoso dessa conversa.

Do dialogo percebemos que a construção do colonato esteve acima de qualquer vontade das populações da região. Dos relatos que reunimos, ficou evidente que a imposição do colonato criou vários problemas na região e o depoimento de uma camponesa e antiga colona corrobora tal situação: “(...) nós nascemos nessa terra, crescemos aqui, nossos pais, avôs e bisavôs estão aqui. E, os vossos antepassados onde estão? (...) o que querem aqui?”<sup>131</sup>

As falas explicitam a intenção da Brigada em expropriar as terras. Foi possível também confirmar a não indenização e a ausência de programas para reassentar as famílias expropriadas das suas terras. As intervenções de Trigo de Morais deixam evidente que o início das obras do colonato não foi antecedido por reuniões de sensibilização das populações e o encontro com Chókwè-chambale demonstra algum desconhecimento popular do projeto ou mesmo dos planos da construção do colonato no vale do Limpopo.

O aparelho administrativo colonial verticalmente hierarquizado e burocratizado optou por não divulgar do arranque das obras do colonato aos camponeses do Limpopo, apenas os representantes máximos da administração do concelho estavam informados do considerado planos de desenvolvimento do Limpopo. A população em geral, afirma ter ficado surpresa em 1953, com a concentração das máquinas pesadas na região.

---

<sup>128</sup> Relato de Eduardo Nkuna Machele, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 85.

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> A memória do diálogo entre Trigo de Morais e Chókwè-chambale continua presente no Distrito de Chókwè, onde os jovens recuperam para defender a tradição de resistência da população da região e as gerações mais velhas recorrem, em grande medida, para demonstrar o papel da família Chambale na resistência à imposição do colonato.

<sup>131</sup> Entrevista com Maria Mapoissa Sotho, realizada em Chókwè, em 13/5/2014.

Os réculos que representavam a base administrativa colonial não conseguiram explicar o cenário registrado, a partir do inverno de 1953. Com os representantes do Concelho do Guijá a optarem pelo silêncio, justificando que o colonato foi concebido ao mais alto nível do poder colonial, a população orientou-se através do boato que fez circular em vésperas da construção e que dava conta do arranque de um grande investimento de desenvolvimento no Limpopo.<sup>132</sup> A estratégia de silêncio dos representantes administrativos coloniais, ao que tudo indica, visava surpreender as populações, o que enfraqueceria as possíveis mobilizações de contestação.

Em pleno inverno rigoroso de março de 1953, as populações foram surpreendidas com os tratores que derrubavam árvores por todo o lado para a construção da barragem, os canais de irrigação e as aldeias piloto.<sup>133</sup> Os representantes administrativos coloniais chegaram a temer que os povos escorraçados pela Brigada fugissem, na sua quase totalidade, com suas famílias e gado, para os territórios vizinhos. Percebiam que o descontentamento popular era causado pela forma como a Brigada estava a invadir as terras com tratores destruindo roças e casas e pelo fato de não indenizar as famílias expropriadas.<sup>134</sup>

Sobre o arranque das obras do colonato, a Brigada insiste que deu a conhecer o programa através da INFORMAÇÃO nº 12/A/53. *“Poucos meses depois, já no Limpopo se rasgavam as terras por onde deveriam passar os canais de rega, a questão do contato com as populações foi objeto de uma informação da Brigada nº 12/A/53, de 3 de setembro de 1953.”*<sup>135</sup> O período da publicação dessa informação atesta que foi produzida depois do arranque das obras em março e por isso reafirmamos que a população não foi auscultada para decidir as modalidades, as fases e as devidas compensações pela expropriação das suas terras.

À medida que as obras foram ganhando terreno, mais famílias ficavam sem-terra o que acelerou a mobilização para as revoltas. Os anciãos, depois de organizarem diversos encontros populares, pressionaram o administrador – Adriano Vaz da Silva – do Concelho do Guijá, para aceitar a realização de uma reunião geral de discussão da expropriação das terras.<sup>136</sup>

*“O ritmo da mudança muitas vezes não é menos importante do que a direção da própria mudança, porém enquanto a direção não depender da vontade das populações é justamente o ritmo que permite que a mudança ocorra que pode depender da população.”*<sup>137</sup> Portanto, na expectativa de ser possível recuperar alguns bens durante a expropriação – culturas pendentes

---

<sup>132</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>133</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>134</sup> CASTELO, Cláudia. 2007.

<sup>135</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 290.

<sup>136</sup> Relato de Eduardo Nkuna Machele, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003.

<sup>137</sup> POLANYI, Karl. *A grande transformação: As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980, p. 54.

ou mesmo materiais de construção como madeira e chapa de zinco usada na cobertura das casas –, a população mobilizou-se e programou diversas reuniões.

*“Como resultado [da mobilização], foram convocadas grandes reuniões públicas para deliberar sobre as expropriações. As reuniões tiveram lugar nas povoações dos régulos Ngajane e Nkuna, cujo objetivo foi de sensibilizar as populações a participarem nos debates internos de modo a selecionar-se um grupo de anciãos para ir discutir o problema junto ao administrador. (...) chegados ao administrador, o grupo colocou o problema da seguinte maneira: «Senhor administrador, você tirou-nos das nossas terras e pôs os colonos e as roças. Nós então, refugiamos nas terras comunitárias e agora nos tira para colocar o gado dos colonos. Pode nos dizer o que é que vale mais, entre uma vaca e um ser humano? Uma pessoa compra e possui um boi, mas não o inverso. Uma pessoa tem mais valor que um boi» (...).”<sup>138</sup>*

Do exposto percebemos que, apesar da surpresa no início da construção do colonato, foi possível a mobilização das populações que culminou com pedido de explicações às autoridades sobre as expropriações das terras. Percebe-se ainda na citação, que o colonato até esse momento havia causado duas ondas de expropriações, designadamente: (i) sobre a posse familiar e (ii) sobre a posse comunitária.

Da análise da forma como os anciãos colocaram o problema ao administrador fica claro o motivo das reclamações das populações, mas como abordamos anteriormente, a realização do projeto de irrigação e povoamento do Limpopo esteve acima de qualquer forma de manifestação e/ou crítica. Por isso, Adriano Vaz da Silva, como qualquer autoridade colonial optaria, recorreu a mais velha e antiga tática colonial, denominada “(...) política de dividir para dominar.”<sup>139</sup> O que se verificou no imediato pós-reunião foi por um lado, a acusação de alguns régulos de serem traidores e agitadores da população a opor-se às autoridades e por outro, houve aliciamento de parte dos régulos e algumas famílias de modo a apaziguar o clima de revoltas. Com o objetivo de evitar a reprodução dos ânimos das revoltas, a Brigada orientou que o reassentamento fosse disperso, ou seja, as famílias consideradas problemáticas não se instalaram na mesma região.

*“As pessoas começaram a perceber que os brancos estavam aqui realmente para nos oprimir. Com a expropriação das nossas terras, eles deram uma pequena quantia em dinheiro, por exemplo 100-500 escudos, com base em critérios estabelecidos por eles, sem nos consultar. Se uma família se recusasse a aceitar o dinheiro, eles cortavam madeiras para*

---

<sup>138</sup> Relato de Eduardo Nkuna Machele, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 89.

<sup>139</sup> Essa terminologia é amplamente tratada por WESSELING, Henk. L. *Dividir para dominar: A partilha da África, 1880-1914*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, 463 p.

*a construção de casas pouco solidas que foram rapidamente comidas por formigas. Houve muitas injustiças na construção do colonato.*”<sup>140</sup>

Paradoxalmente, são os cerca de 100-500 escudos e a disponibilização da madeira para a construção de casas precárias que alguns pesquisadores consideram da indenização<sup>141</sup> bem como de planos de reassentamento das famílias expropriadas das suas terras na região. Embora não tenhamos analisado pormenorizadamente essa questão, entendemos que isso não tratou-se de indenização nem de programa de reassentamento, pois as famílias não foram consultadas e a Brigada não seguiu os princípios básicos de indenização que em situações similares defendem a observação da função social da terra. Vale reafirmar que para a população do Limpopo, “(...) *entre a terra e a família havia uma relação que não era simplesmente econômica, mas também, e sem menor importância, social, cultural, política e religiosa.*”<sup>142</sup>

Torna-se importante enfatizar que as opções “aparentemente pacíficas” das autoridades em relação ao clima de revoltas populares que se desenhou por toda área reservada ao colonato, rapidamente esvaziaram-se, visto que o colonato teve que ser construído com a força de trabalho não remunerada, portanto mão-de-obra forçada, localmente designada por “xibalo”.<sup>143</sup> *“A mão-de-obra recrutada para as obras do colonato era, majoritariamente, forçada: centenas terão sido requisitados pelos administradores de Vilanculos, Maputo, Guijá e Zavala.*”<sup>144</sup> A questão de recurso ao trabalho xibalo ganhou alguma importância na seguinte fala:

*“Na construção do colonato, a maior parte da mão-de-obra não qualificada era recrutada à força, trabalhava em condições desumanas e sem remuneração. [Por exemplo], na construção da estrada, enquanto os homens derrubavam obstáculos como árvores, carregavam pedras e areia, as mulheres puxavam cilindros para compactar a terra, durante jornadas prolongadas de trabalho por baixo do sol, por isso morriam*

---

<sup>140</sup> Relato de Eduardo Nkuna Machele, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 89-90.

<sup>141</sup> De acordo com o último engenheiro-chefe da Brigada Manuel Teixeira Duarte, houve indenização e programas de reassentamento dos camponeses e acrescenta: “Se a população tivesse sido expulsa, como justificar-se-ia o seu crescimento. A Brigada indenizou as famílias apenas por habitação e outras benfeitorias, decidiu não incluir a terra nas indenizações porque o colonato prévia a integração das famílias negras nas terras irrigadas.” Documento do eng.º Manuel Teixeira Duarte. Lisboa: 11/9/1994, apud. VALÁ, Salim Cripton. 2003, p. 77-79.

<sup>142</sup> Ibid. p. 78.

<sup>143</sup> Durante a ocupação do Estado de Gaza, na virada do século XIX, no Sul da colônia, instituiu-se o trabalho em troca de comida denominado por “xibalo” que acabou batizando qualquer trabalho forçado, renumerado ou não, utilizado ao longo de séculos. O trabalho forçado, remonta de cerca de 1884, quando foi decretado a permissão para os indígenas substituir a pena de prisão por trabalho correccional e em 1899, contemplou-se os seguintes tipos de trabalho forçado: compelido, voluntário e correccional. Embora regulamentado diversas vezes ao longo do tempo, o trabalho forçado somente foi abolido em 1961 – mesmo assim, continuou na prática até as vésperas da independência. BELLUCCI, Beluce. “As regras da economia colonial: O caso moçambicano.” in: BELLUCCI, Beluce (Coord). *Introdução à história da África e da cultura Afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2003, pp. 93-117.

<sup>144</sup> CASTELO, Cláudia. 2007, p. 152.

*como cães e imediatamente eram substituídos pela mão-de-obra que era caçada e apanhada para o xibalo. Na construção da barragem os negros cortavam troncos gigantes para impedir a circulação da água e facilitar a introdução do betão-armado que serviu de alicerce da barragem. (...) lembro-me do dia em que durante as atividades arreventou a travessia improvisada para os trabalhadores, morreu-se em massa, a maioria foi trabalhadores negros devorados por peixes e os não encontrados.”<sup>145</sup>*

Contudo, a forma com que foi realizada a expropriação, os arranjos coloniais para conter as revoltas, o recurso da mão-de-obra forçada na construção de algumas obras do colonato e o fato “(...) da Brigada ter cortado o acesso ao rio Limpopo devido à construção de um canal de rega ao longo da margem direita do rio”<sup>146</sup> abriram uma fase de problemas sem precedente no cotidiano dos camponeses e que atualmente continuam presentes na sua memória e na vida.

É importante lembrar que com a expropriação, a maior parte das famílias reassentou-se a conta e risco próprio nas terras improdutivas de posse comunitária, denominadas sequeiro. Nessas terras, as atividades básicas – agricultura e criação de gado – foram gravemente afetadas. “Para as famílias que estavam no sequeiro, o sofrimento foi maior porque como a terra é pobre e as chuvas irregulares, as culturas queimavam frequentemente, e daí o desespero das famílias. As pastagens e os cursos de água eram escassos, e o nosso gado não tinha acesso ao rio.”<sup>147</sup>

Da análise do processo da expropriação das terras dos camponeses percebemos que as infraestruturas foram construídas nas terras de posse familiar, que a extensão do canal principal de rega, por exemplo, foi de cerca de 70km, alimentando um sistema de irrigação de 28.000ha. As terras expropriadas, pertenciam ao campesinato local e jamais foram recuperadas durante o colonialismo.

Entretanto, os estudos sobre o número das famílias expropriadas são escassos e os que coletamos avançam que “no início foram expulsas da região aproximadamente 2.000 famílias e à medida que a construção do colonato crescia a expropriação avançou igualmente.”<sup>148</sup> Ao nos basearmos na estimativa da população negra realizada em 1948, em que o Concelho do Guijá registrou 52.065hab, não obstante as limitações dessa estimativa, é possível supor que o número de famílias expropriadas deve ter sido bem mais elevado.

---

<sup>145</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>146</sup> SANTOS, Antônio Policardo de Sousa. *Relatório da inspeção ordinária da circunscrição de Guijá, agosto de 1942-janeiro de 1957*. Caniçado: 1957.

<sup>147</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>148</sup> HERMELE, Kenneth. 1986, p. 5.

Concentramo-nos em censos gerais da população<sup>149</sup> e analisamos a média do agregado familiar do recenseamento de 1980 que foi de aproximadamente cinco membros por família, não obstante o fato de percebermos que na década de 1950, a média do agregado familiar pode ter sido maior, sendo que aventamos em cerca de oito membros por agregado. Entretanto, essas estimativas possibilitaram-nos avaliar que 2.000 famílias correspondiam a cerca de 16.000hab. Segundo as estimativas de 1948, por mais que a população da povoação Ngajane – classificada como a mais populosa – não tenha crescido cinco anos depois, entendemos que a expropriação atingiu mais famílias.

As tabulações realizadas a partir de diferentes dados dos recenseamentos contribuíram para criarmos e desenvolver a ideia segundo a qual, em 1953, com a construção do colonato do Limpopo, cerca de 24.000hab, correspondentes a 3.000 famílias negras foram expropriadas das suas terras no vale do Limpopo.

Para terminar, vale referir que devido a expropriação da terra, várias famílias decidiram abandonar a região para as cidades vizinhas e até mesmo para África do Sul. Contrariando essa tendência, um grupo considerável de famílias residentes nas regiões circunvizinhas começou a fluir em massa para a região, atraído pela propaganda colonial que associava a construção do colonato ao desenvolvimento da colônia de Moçambique, particularmente do vale do Limpopo. *“Alguns jovens formados em carpintaria e serralharia nas escolas de Artes e Ofício da Moamba, em Lourenço Marques e de Inhamussua, em Inhambane começaram a chegar, porque as empresas construtoras do colonato ofereciam empregos aos graduados dessas escolas.”*<sup>150</sup>

*“(…) maior parte dos técnicos [subalternos] negros: pedreiros, carpinteiros, serralheiros, canalizadores, eletricitas, jardineiros, etc. que construíram o colonato eram naturais de Inhambane e formados na Escola de Artes e Ofícios Ferreira de Andrade de Inhamussua (...). Essa escola, juntamente com a de Moamba, em Lourenço Marques formaram várias gerações de jovens técnicos. Todas as empresas que construíram o colonato contrataram alguns técnicos de construção civil formados na Escola de Artes e Ofícios Antônio Enes de Moamba, mas a maior força de trabalho que veio de Lourenço Marques foi composto por mecânicos e motoristas.”*<sup>151</sup>

---

<sup>149</sup> Em 1960, o Concelho do Baixo Limpopo registrou 74.360hab, em 1970 – 90.540hab, com um crescimento de 22% e em 1980– 133.235hab, correspondente a cerca de 47% de crescimento. Essa tendência manteve-se até 1994-1995, ano do crescimento negativo, devido a prolongada guerra civil. Esses números basearam-se em uma extensa revisão comparativa de registro estatístico sobre a demografia do vale do Limpopo, os textos consultados incluem: Anuário da Colônia de Moçambique (1951); MOREIRA (1961); LOPES (1968); ALMEIDA (1970); Anuário do Estado de Moçambique (1970-1974); JONOD (1986); MOSCA (1988); ABRAHAMSSON & NILSSON (1994); CASTELO-BRANCO (1995); ACNUR & PNUD (1997) e Ministério da Administração Estatal (2005).

<sup>150</sup> Entrevista com Augusto Nombora Welemo, antigo técnico da Brigada, realizada em Chókwè, em 11/6/2014.

<sup>151</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 15/4/2014.

Se a maior parte dos técnicos negros que trabalharam na construção do colonato eram naturais e/ou formados em Inhambane, o mesmo não sucedeu-se em relação aos técnicos agrônomos da Brigada – os designados aprendizes agrícolas – já que a maior parte foi formada na Escola Agrária de Imbeluzi, em Lourenço Marques. “*Formei-me em Imbeluzi, em Boane e juntamente com vários colegas fomos aliciados pelo mercado de emprego do colonato. (...) lembro-me do colega de escola, José João Fumane, que nos descobrimos na Brigada.*”<sup>152</sup>

Essa atração incluiu também famílias brancas, pois fluiu um grupo, embora pequeno, de comerciantes proprietários de pequenas lojas que substituíram os indianos na venda de produtos alimentares e vestuário. Alguns comerciantes combinavam o negócio de lojas com o transporte de mineiros e/ou criação de gado. Esse último grupo foi o caso da família Capela transformada em criadora de gado e responsável pela venda de bois que a Brigada distribuiu aos colonos.<sup>153</sup>

Vale lembrar que mesmo antes da construção do colonato, a região do vale do Limpopo foi atrativa “*tendo acolhido diversos viajantes e, talvez seja por isso, que o nome Lionde,*<sup>154</sup> *traduzido em língua local, changana, significa «bem-vindo e boa viagem».*”<sup>155</sup> O curso médio do Limpopo funcionou durante séculos como um corredor que ligava as regiões ao Norte com Lourenço Marques e as minas e fazendas sul-africanas. Hoje, algumas famílias do Distrito de Chókwè têm origem nos viajantes que durante o trânsito decidiram instalar-se definitivamente.

---

<sup>152</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 15/4/2014.

<sup>153</sup> Relato de Abner Ngwenya, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003.

<sup>154</sup> O seu significado continua dividindo opiniões entre a população do Distrito de Chókwè. Sabe-se porém, que é anterior à colonização, pelo menos nesse aspeto existe algum consenso. Nos depoimentos que reunimos, alguns entrevistados, na tentativa de explicar a origem do nome Lionde divergiram e levantaram grandes debates. Desses debates interessa destacar dois argumentos: (i) Lionde resulta do termo “*Liendzo*” da língua changana e (ii) Lionde é uma tradução do changana para o português do nome do régulo Riyondzo Mukhavele, filho de Mwatsovhela que se instalou no vale do Limpopo no período pré-colonial do Magude. Dos filhos de Mwatsovhela, os influentes foram: Riyondzo, Nghadjani e Guidja, sendo que os dois primeiros ocuparam a margem direita do rio Limpopo – Nghadjani fixou-se na atual cidade de Chókwè– e o último atravessou o rio e instalou-se no atual Distrito do Guijá.

<sup>155</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 28/4/2014.



## CAPÍTULO II

### REGIME JURÍDICO-LEGISLATIVO DO COLONATO DO LIMPOPO

#### 2.1. Legislação sobre o povoamento do Limpopo

Embora sem resultados visíveis em termos numéricos, a legislação sobre a emigração – leia-se povoamento – é antiga como é a presença portuguesa na costa oriental africana. Desde o Antigo Regime que se tentou através da lei orientar e regulamentar o povoamento ultramarino. A seguir, passamos a pontuar parte da legislação sobre o povoamento, com o intuito de analisar a sua evolução até ao povoamento do Limpopo.

As tentativas de legislar o povoamento tiveram destaque na Constituição de 1826, onde definiu-se: “*Qualquer pode conservar-se ou sair do reino, como lhe convenha, levando consigo os seus bens; guardados os regulamentos policiais e salvo o prejuízo de terceiros.*”<sup>156</sup> Em 20 de julho de 1855, promulgou-se a lei que impôs pesadas multas aos capitães das embarcações que transportassem emigrantes clandestinos ou em más condições. Tempos depois, em 31 de janeiro de 1863, uma lei determinou os procedimentos burocráticos para a emigração e definiu as regras da fiscalização dos portos.<sup>157</sup>

Em 28 de março de 1877 promulgou-se a lei que alargou a fiança ao recrutamento dos indivíduos de idade inferior a 22 anos, exceto se emigrasse até aos 14 anos na companhia dos pais, a mesma lei favoreceu o retorno aos maiores de 26 anos que passavam a pagar a remissão militar sem agravamento inerente aos refratários.<sup>158</sup> A lei ainda autorizou o governo a dispender dinheiro que fosse necessário para viagens e estabelecimentos agrícolas de indivíduos/famílias que desejassem radicar-se no ultramar.<sup>159</sup>

Em 23 de abril de 1896 publicou-se a carta de lei que insistiu no desvio para África de todas as correntes emigratórias que fluíam para o estrangeiro. A carta reforçou a determinação de passagens gratuitas para África e tornou ainda gratuito o passaporte para aquele destino.<sup>160</sup>

Durante a República importa destacar o Decreto nº 5.624, de 10 de maio de 1919, que tem sido considerado marco da legislação portuguesa sobre a emigração e a mais completa lei da emigração. Esse decreto orientou a proteção do emigrante durante e depois da viagem e criou o Comissariado Geral dos Serviços de Emigração, subordinado ao Ministério do Interior.<sup>161</sup>

---

<sup>156</sup> Constituição de 1826, Título VIII, Artigo 145º, Parágrafo 5.

<sup>157</sup> SILVA, Fernando Emgdydio da. *Emigração portuguesa*. Lisboa: 1917.

<sup>158</sup> Idem.

<sup>159</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970.

<sup>160</sup> RIBEIRO, Cassola. *Emigração portuguesa: Regulamentação obrigatória do liberalismo ao fim da Segunda Guerra Mundial. Contribuições para o seu estudo*. Porto: Secretariado de Estado das Comunidades Portuguesas. Centro de Estudos. 1987.

<sup>161</sup> Idem.

Consideramos que o Estado Novo não promulgou leis que alterassem as orientações da emigração e povoamento anteriores. É desse período alguma legislação sobre a segurança e cuidados sanitários nas embarcações de carreira de passageiros, bem como o Decreto-lei nº 16.782, de 27 de abril de 1929, que obrigou os emigrantes a possuir habilitações literárias de 4ª classe.<sup>162</sup>

O Estado Novo empenhou-se, embora sem horizontes bem definidos, como assim foi no passado, para dirigir o processo de emigração e povoamento, mantendo a antiga orientação para África “*Perante o impasse entre povoamento espontâneo em larga escala (que depende da existência de uma economia atrativa no ultramar) e desenvolvimento do ultramar (que exige mão-de-obra qualificada), concebeu-se um povoamento dirigido e custeado pelo Estado.*”<sup>163</sup>

O objetivo do governo foi de fomentar a fixação permanente de famílias metropolitanas. É verdade que, para se alcançar esse objetivo, as outras modalidades de povoamento como: (i) espontâneo e (ii) subsidiado ou favorecido pelo Estado, não foram abandonadas como também os tipos de emigração mantiveram-se de caráter temporário e permanente. Sabe-se, porém que “*a fronteira entre a migração temporária e a permanente não era rígida, pois houve muitos casos em que os emigrantes temporários fixavam-se em caráter definitivo.*”<sup>164</sup>

O povoamento dirigido pelo Estado tratou da orientação dos emigrantes para regiões onde podiam adaptar-se com facilidade, coordenando a preparação profissional dos emigrantes e/ou suas famílias em harmonia com as necessidades do ultramar, criando facilidades de ordem técnica, financeira e econômica nas regiões de destino. O Estado também se comprometia em garantir a inserção dos emigrantes no novo quadro econômico e social em condições de maior eficiência, sem excluir os subsídios financeiros.<sup>165</sup>

É fato que o povoamento dirigido ganhou mais importância e significado em vésperas do fim da Segunda Guerra Mundial. Senão vejamos: em 5 de setembro de 1944, promulgou-se o Decreto-lei nº 33.917 e o Decreto-lei nº 33.918 que determinaram os tipos, as finalidades e as condições de obtenção de passaportes.<sup>166</sup> Tempos depois, o Decreto-lei nº 34.464, de 27 de março de 1945, conferiu verba de 30.000 contos ao Ministério das Colônias, para despesas de

---

<sup>162</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

<sup>163</sup> CASTELO, Cláudia. 2007, p. 120.

<sup>164</sup> Ibid. p. 205.

<sup>165</sup> GASPAR, José Maria. “Sistemas de povoamento.” in: *Colóquios sobre problemas de povoamento*. Lisboa: 1960.

<sup>166</sup> RIBEIRO, Cassola. *Emigração portuguesa: Aspectos relevantes relativos às políticas adoptadas no domínio da emigração portuguesa, desde a última Guerra Mundial. Contribuições para o seu estudo*. Lisboa: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas. Centro de Estudos. 1986.

passagens, missões de estudos, educação de futuros colonos em estabelecimentos adequados e projetos com interesse para o povoamento.<sup>167</sup>

No período pós-Segunda Guerra Mundial, devido à combinação de fatores endógenos e exógenos de vária ordem – econômicos e sócio-políticos – o governo de Salazar atribuiu maior importância a todos os aspetos relativos a emigração e ao povoamento das colônias. Desta feita, uma extensa e detalhada legislação foi promulgada para orientar e regulamentar o processo:

*“Em fevereiro de 1947, o Ministro das Colônias, Teófilo Duarte, assumido adepto da colonização livre, mandou suspender a emigração para o estrangeiro por sete meses, de modo a «favorecer a valorização dos territórios do ultramar pelo aumento da população branca».<sup>168</sup> Esta medida (que se veio juntar o rápido e intenso crescimento das economias coloniais), contribuiu para um acelerado crescimento da emigração livre para as colônias. Graças ao forte empenhamento do Ministério das Colônias, também cresceu muito a emigração por conta do Estado. De fato, embarcaram como colonos, isto é, com passagem gratuita fornecida pelo ministério, 2.106 indivíduos (sensivelmente  $\frac{3}{4}$  para Moçambique e  $\frac{1}{4}$  para Angola) aproximadamente o triplo do que no ano anterior. À chegada ao destino, tudo teria que estar preparado para os receber; não lhes devia faltar alojamento e alimentação, embora se fossem estabelecer a título particular. Nada podia falhar, pois os jornais tinham dado um grande destaque à iniciativa e continuariam atentos.”<sup>169</sup>*

Meses depois criou-se a Junta de Emigração,<sup>170</sup> integrada no Ministério do Interior. Com a junta, o governo evidenciava o interesse de fomentar o povoamento branco nas colônias quase que a custo zero para o emigrante. Assim, disponibilizou-se a arcar com todas as despesas desde o local de partida, durante a viagem e garantir subsídios de instalação nos primeiros anos. Pelo menos é isso que se esclarece no decreto que a seguir destacamos:

*“Como é lógico, o primeiro cuidado quanto à defesa desse emigrante consiste em proteje-lo no seu próprio país, libertando-o de engajadores e intermediários interesseiros. E assim, todo aquele que pretende emigrar, dentro das condições e contingentes oportunamente estabelecidos, não terá mais que declarar essa sua pretensão no próprio município a que pertença. O emigrante verá seu caso resolvido sem trabalhos nem desperdício dos seus magros recursos e com toda a documentação em ordem, munido do seu bilhete de passagem, embarcará para o destino logo que tal lhe compita de direito com o*

---

<sup>167</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970.

<sup>168</sup> Preâmbulo do decreto nº 36.199, de 29 março de 1947. Diário do Governo, I Série, nº 72.

<sup>169</sup> CASTELO, Cláudia. 2007, p. 127.

<sup>170</sup> Decreto-lei nº 36.558, de 28 de outubro de 1947.

*mínimo de dispêndio e de canseiras, guiado e amparado desde o início, gratuitamente pelos serviços da junta.*”<sup>171</sup>

Depois promulgou-se o Decreto-lei nº 38.200, de 1951, que reconheceu a necessidade de manter e facilitar o movimento migratório para o ultramar e de desenvolver o estreitamento das relações culturais entre a metrópole e os territórios ultramarinos e de proceder aos estudos para a colonização desses territórios, incluindo a preparação de futuros colonos.<sup>172</sup>

Para integrar os princípios desse decreto numa instituição própria foi criado o Fundo de Fomento e Povoamento<sup>173</sup> que além de custear as obras de fomento e povoamento, manteve na metrópole e ultramar os órgãos necessários para a realização daquelas obras, assegurou a defesa econômica dos colonos, concorreu para o seu seguro social, subsidiou os órgãos de preparação e formação dos colonos para o ultramar e ainda subsidiou pequenas obras de rega, de instalação de indústrias domésticas e de habitação de núcleos de casais de famílias.<sup>174</sup>

*“[Em suma], na década de 1930, os colonos desembarcados em Moçambique eram anualmente entre duas ou quatro centenas e nos anos de internacionalização da Segunda Guerra Mundial, esse número baixou substancialmente, atingindo o mínimo em 1943 (apenas sete colonos). A recuperação foi clara a partir de 1947, quando duplicou o melhor valor da década anterior. Em 1948, ultrapassou-se um milhão de colonos desembarcados. Após alguns anos de retrocesso e oscilação, a partir de 1954, nota-se uma tendência ascendente que atingiu o seu máximo em 1961, ano em que entraram na colônia 3.324 colonos.*”<sup>175</sup>

Antes de prosseguir com a análise, importa reafirmar que, em agosto de 1951, aprovou-se o projeto de irrigação e povoamento do vale do Limpopo. Porém, para o estudo, execução e fiscalização das obras de irrigação e orientação do povoamento, criou-se a Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo,<sup>176</sup> que por Despacho de 30 de abril de 1953, integrou-se na Inspeção-geral de Fomento.<sup>177</sup> Uma das importantes decisões desse despacho foi que a IGF assumisse a superintendência técnica e administrativa das obras do colonato do Limpopo.<sup>178</sup>

---

<sup>171</sup> Preâmbulo do Decreto-lei nº 36.558, de 28 de outubro de 1947. Diário do Governo, I Série, nº 250, p. 1071.

<sup>172</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970.

<sup>173</sup> Decreto-lei nº 38.704, de 29 de março de 1952.

<sup>174</sup> Idem.

<sup>175</sup> CASTELO, Cláudia. 2007, p. 210.

<sup>176</sup> Portaria Ministerial nº 14.171, de 28 de novembro de 1952.

<sup>177</sup> Portaria Ministerial nº 39.153, de 1 de abril de 1953.

<sup>178</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

Em 1957, o governo substituiu a IGF pelo Conselho Superior de Fomento Ultramarino<sup>179</sup> e decidiu que “*todas as brigadas instituídas para a execução de obras de planos de fomento passassem a depender do Conselho Superior de Fomento Ultramarino, orientadas, dirigidas e fiscalizadas por um dos seus membros.*”<sup>180</sup> Foi nos termos desse decreto que Trigo de Moraes ocupou a superintendência das obras do colonato do Limpopo.

Fazendo uma leitura diacrônica dessa legislação percebemos que a década de 1950, foi por excelência a da legislação de emigração e povoamento do Limpopo. A materialização desse projeto deveu-se em parte, à introdução dos planos de fomento, cujo objetivo orientador foi de garantir o desenvolvimento e complementariedade econômica entre as regiões da colônia, por um lado e por outro, entre as colônias. Foram as rubricas financeiras dos dois primeiros planos de fomento que constituíram a base da construção do colonato do Limpopo.<sup>181</sup>

*“(...) a partir da década de 1950, o governo deu um novo impulso à exploração dos recursos da colônia de Moçambique. (...) iniciaram-se os planos de fomento e a fixação sistemática de colonos. No I plano de fomento (1953-1958), previu-se investimentos na ordem de 1.848.500 contos, dos quais foram realmente aplicados 1.661.284 contos, assim distribuídos: caminhos de ferro, portos e transportes aéreos 63%, aproveitamento de recursos e povoamento 34% e diversos 3%. (...) o II plano de fomento (1959-1964), surgiu na continuidade do anterior e apresentou alguns investimentos direcionados para o povoamento, com o prosseguimento da obra do colonato do Limpopo, e novos programas para a fixação de colonos para as culturas de tabaco e do chá.”*<sup>182</sup>

O II plano de fomento integrou verbas para a continuidade das obras de aproveitamento e colonização, sendo que para a colônia de Moçambique, o maior setor de investimento foi de 400.000 contos para a conclusão do colonato do Limpopo.<sup>183</sup> Porém, no plano de investimento para 1972, no âmbito do III plano de fomento, o governo continuou a promover o povoamento dirigido até 1973, ano em que se completaram os esquemas em curso nas três regiões definidas

---

<sup>179</sup> Decreto-lei nº 41.169, de 29 de junho de 1957.

<sup>180</sup> Artº 70 do Decreto-lei nº 41.169.

<sup>181</sup> Os planos de fomentos asseguraram a construção de outros colonatos menores em investimentos e povoamento como: Sabié (Maputo); Govuro (Inhambane); Revué e Sussundenga (Manica); Canda (Sofala); Gurué e Lioma (Zambézia); Ribaué (Nampula); Matama, Unango, Mandimba e Maúia (Niassa) e Motentepuez (Cabo Delgado).

<sup>182</sup> HEDGES, David & ROCHA, Aurélio. “Moçambique durante o apogeu do colonialismo português, 1945-1961: A economia e a estruturação social.” in: HEDGES, David (Coord). 1999, p. 165-168.

<sup>183</sup> GASPAS, José Maria. “A colonização Agrícola na valorização do ultramar.” in: *Colóquios sobre o II plano de fomento – ultramar*. Estudos de Ciências Políticas e Sociais 21, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1959, pp. 181-191.

prioritárias – Niassa (Mandimba), Cabo Delgado (Montepuez) e Zambézia (Lioma) – de modo a conter a propagação do campo de combate no Norte da colônia, durante a luta de libertação.<sup>184</sup>

É fato que o esforço e a vontade assumida pelo governo no pós-Segunda Guerra Mundial de impulsionar a emigração e povoamento da colônia de Moçambique, pelo menos em números absolutos, contribuiu no aumento da emigração das famílias brancas portuguesas para a colônia, precisamente entre a segunda metade da década de 1940 e a primeira metade da década de 1970. “[Por conseguinte], no âmbito do movimento emigratório em geral, essa intensificação perde impacto, pois no auge da migração de povoamento, a África portuguesa nunca deixou de ser um destino secundário da emigração, cuja prioridade foi o estrangeiro.”<sup>185</sup>

## 2.2. Gestão política-administrativa do colonato

Quanto à gestão do colonato do Limpopo, lembrar que pela força do decreto que criou o CSFU, Trigo de Moraes foi nomeado superintendente das obras, portanto os poderes jurídico-legislativos do colonato recaíram sobre Trigo de Moraes. Afirmado de forma menos técnica, esse decreto fez com que as decisões de Trigo de Moraes se transformassem em leis no colonato. Mas, sabe-se que o organismo que lhe conferiu mais poderes legislativos foi a Junta Autônoma de Povoamento Agrário do Baixo Limpopo.<sup>186</sup>

Há registros que avançam que, passado algum tempo “*Trigo de Moraes transformou-se em arbitro supremo de tudo o que se decidia e realizava na área do colonato do Limpopo.*”<sup>187</sup> Devido a forte concentração de poderes em Trigo de Moraes, o colonato não teve uma legislação criativa que disciplinasse as relações dos homens e destes com as diversas instituições.

Trigo de Moraes orientou a construção do colonato baseando-se em despachos exarados desde a década de 1920 – momento dos primeiros estudos de irrigação do Limpopo – e a partir de 1952, passaria a contar com a criação da Brigada sob a sua tutela. Nova legislação resultou de suas decisões em colaboração com os engenheiro-chefes da Brigada.

Os poderes legislativos de Trigo de Moraes sobre o colonato do Limpopo contribuíram para a sua centralização jurídica, o que repercutiu no isolamento do colonato do resto da colônia e/ou da metrópole. “*A expressão adequada para denominar a situação política do colonato foi de Estado Livre do Limpopo.*”<sup>188</sup>

---

<sup>184</sup> CASTELO, Cláudia. 2007.

<sup>185</sup> Ibid. p. 181.

<sup>186</sup> Decreto nº 41482, de 28 de dezembro de 1957.

<sup>187</sup> MESQUITELA, Gonçalo. 1966, p. 267.

<sup>188</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 98.

O problema da centralização jurídica do colonato preocupou o governo da colônia e de Lisboa. Diversas medidas foram tomadas e a criação do Concelho do Baixo Limpopo em 1959, nos parece mais uma tentativa do governo de pressionar a descentralização do colonato, todavia da reflexão feita percebemos que a medida agravou a situação, visto que o espaço físico da nova unidade administrativa foi a área de jurisdição do colonato que indiscutivelmente, continuava sendo obra de Trigo de Moraes.

Ao nível da colônia era difícil interferir no colonato devido a influência técnico-política de Trigo de Moraes e a opção em denunciar a insubordinação do colonato ao governo de Lisboa foi encerrada como insustentável. Por isso, decidiu-se persuadir Trigo de Moraes na tomada de algumas decisões sobre o colonato.<sup>189</sup>

Preocupado com a situação de centralização jurídica do colonato e “(...) *com o objetivo de promover a tão falada integração multi-racial,*”<sup>190</sup> o governo de Lisboa interviu diretamente na gestão do colonato do Limpopo e de todos os núcleos de povoamento dirigidos pelo Estado. Percebeu que os problemas do colonato não era tratado com as exigências que se pretendia, por isso decidiu que as medidas fossem planejadas e orientadas a partir de Lisboa. Foi assim que criou as Juntas Provinciais de Povoamento,<sup>191</sup> constituídas como um organismo de mais alto nível dos serviços públicos encarregado de coordenar e decidir sobre todos os colonatos.<sup>192</sup>

As JPP foram um órgão superior da administração pública responsável pela condução e orientação de todos os assuntos referentes ao povoamento de territórios e pela coordenação de quaisquer atividades públicas e privadas que interessavam ao povoamento, independentemente da sua modalidade – seja com famílias negras locais, brancas portuguesas ou estrangeiras.<sup>193</sup>

Como pode-se perceber pela tardia criação das JPP, o colonato do Limpopo apresentava-se fortemente centralizado e foi devido a essa acumulação de experiência e sua perspicácia que Trigo de Moraes interpretou as JPP como organismo criado para tutelar povoamentos futuros por não apresentar uma estrutura técnico-política capaz de interferir na gestão do Limpopo. “*Desde os primeiros anos de funcionamento, as JPP foram criticadas. Apontou-se que eram máquinas burocráticas pesadas, com orçamentos avultados em comparação com os resultados obtidos.*”<sup>194</sup>

---

<sup>189</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 28/5/2014.

<sup>190</sup> CASTELO, Cláudia. 2007, p. 135.

<sup>191</sup> Decreto nº 43.895, de 6 de setembro de 1961.

<sup>192</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

<sup>193</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970.

<sup>194</sup> CASTELO, Cláudia. 2007, p. 141. Sobre a burocracia das JPP a autora acrescenta que em Angola, por exemplo, o número de funcionários da JPPA em 1966, era superior ao total dos colonos integrados.

As JPP quase não conseguiram satisfazer os seus objetivos orientadores, por isso, na Sessão de 31 de março de 1965, o governo solicitou ao Conselho Ultramarino uma análise das questões relacionadas com a reforma das JPP. O conselho propôs que deveriam ser dotadas de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, porém submetidas à presidência dos governadores de Angola e Moçambique. O conselho sugeriu ainda que as JPP deveriam ser órgãos de estudo, planeamento, execução ou orientação estatal.<sup>195</sup> Baseado nessas propostas foi criada a Junta Provincial de Povoamento de Moçambique,<sup>196</sup> em que o seu presidente foi o Governador de Moçambique, coadjuvado pelos secretários gerais.

Aprofundando a análise da legislação pontuada até aqui, não obstante o evidente esforço do governo de Lisboa em descentralizar o colonato, percebemos que Trigo de Moraes manteve-se legislador absoluto do colonato do Limpopo. Com base na documentação que coletamos e relatos que reunimos, concluímos que as decisões tomadas em Lisboa não tiveram repercussão desejável no Limpopo, a prova disso é a longevidade da JAPABL que constituiu o suporte dos poderes jurídicos de Trigo de Moraes. “*O Decreto 25/71, de 3 de fevereiro de 1971, extingui a Junta Autónoma de Povoamento Agrário do Baixo Limpopo.*”<sup>197</sup> Como pode-se verificar, essa decisão e mesmo a criação da JPPM foi tomada depois da morte de Trigo de Moraes em 1966.

Dada essa apresentação dos organismos instituídos para a gestão do colonato, passamos a apresentar algumas leis, reafirmando que Trigo de Moraes preocupou-se em disciplinar os colonos no relacionamento entre si e com as infraestruturas do colonato. Desdobrou-se em manter o bom funcionamento dos canais de rega, orientar o uso e aproveitamento da terra, além de combinar algumas penalidades, mas a transformação dessa disciplina em lei foi escassa, pois essa legislação limitou-se apenas em fixar determinadas situações criadas ao nível interno.<sup>198</sup> Como pode ser verificado a partir dos seguintes instrumentos de lei:

(i) Regulamento para fiscalização, exploração e conservação das obras hidroagrícolas do colonato do Limpopo<sup>199</sup> que, não obstante a sua importância para qualquer núcleo agrário, apenas conheceu a forma de lei, sete anos depois da inauguração do colonato e provou-se que contrariou em muitos aspetos as expectativas dos camponeses. “*No regulamento faltou, na realidade, uma forma jurídica de aplicação das sanções nele previstas;*”<sup>200</sup>

---

<sup>195</sup> Idem.

<sup>196</sup> Decreto nº 47803, de 20 de julho de 1967.

<sup>197</sup> Diário do Governo, I Série, nº 25, p. 97.

<sup>198</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

<sup>199</sup> Portaria nº 15.179, de 22 de julho de 1961.

<sup>200</sup> Diário das sessões do conselho legislativo de Moçambique. Lourenço Marques, Acta nº 7, 24/41963.



(ii) Estatutos da cooperativa agrícola do Limpopo,<sup>201</sup> que teve que lutar com a falta de matéria-prima e simultaneamente a inexistência de uma direção constituída pelos associados, pois desde a sua fundação foi gerida por uma comissão administrativa, cujas deliberações eram dependentes da aprovação ou rejeição da tutela exercida pela superintendência da Brigada;<sup>202</sup>

(iii) Regulamento de exploração das obras hidroagrícolas do colonato do Limpopo,<sup>203</sup> substituiu o, já abordado, Regulamento para fiscalização, exploração e conservação das obras hidroagrícolas do colonato do Limpopo; e

(iv) Associação de rega do colonato do Limpopo, cuja constituição provou o fato de que parte das leis do colonato começaram como práticas rotineiras e decisões unilaterais de Trigo de Moraes e depois transformarem-se em letra de lei. Essa associação foi autorizada, após algum tempo de funcionamento, pelo Despacho de 19 de fevereiro de 1955, para depois ser enquadrada no Diploma-legislativo nº 2.362, de 11 de maio de 1963 e finalmente, juridicamente constituída pela Portaria nº 17.186, de 12 de outubro de 1963.<sup>204</sup>

### **2.3. Regime de contrato das famílias integradas no colonato**

No imediato pós-guerra, momento que o governo português decidiu pela implementação do projeto de irrigação e povoamento do Limpopo, foram sendo instituídos diversos organismos de orientação e direção desse projeto, com destaque para os seguintes: JE (1947); FFP (1952); BTFPL (1952) e IGF (1953). De referir que a conjugação das atividades desses organismos permitiu a produção da legislação que orientou o povoamento do colonato do Limpopo.

Vele lembrar que o colonato enquadra-se no povoamento dirigido pelo Estado, por isso os chefes de famílias que requeriam ser colonos, apesar do ônus estatal das despesas de viagem e instalação, tiveram que obedecer aos princípios definidos para esse efeito. Tais princípios foram considerados complexos e bastante rigorosos.

Embora o Estado impulsionasse outras modalidades de povoamento como o espontâneo e o subsidiado/favorecido pelo Estado, o seu tratamento jurídico foi completamente diferente. Enquanto para essas emigrações as exigências foram simples e opcionais— habilitações literárias de 4ª classe; alguma profissão; carta de chamada, etc. —, para o povoamento dirigido, o governo

---

<sup>201</sup> Portaria nº 15.225, de 12 de agosto de 1961.

<sup>202</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970.

<sup>203</sup> Decreto nº 2.361, de 11 de maio de 1963.

<sup>204</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970.

tentou fazer uma seleção rigorosa e determinou que antes do embarque, os chefes das famílias colonas firmassem o denominado contrato provisório de colono.<sup>205</sup>

Como era de esperar, esse tratou-se de um dos contratos submetidos à famílias colonas. As amarrações burocráticas do Estado, ainda determinaram que: “*O segundo outorgante [chefe de família] obriga[va]-se: a assinar, no núcleo de colonização a que pertença, o contrato definitivo de que tem inteiro conhecimento quando para isso for notificado pela Brigada.*”<sup>206</sup>

Paradoxalmente, a perda de significado jurídico do contrato em referência não ocorria imediatamente após a chegada da família ao colonato, como assim se tentou evidenciar. Sabe-se que no colonato vigorou o contrato definitivo de colono (a ratificar)<sup>207</sup> que determinava que: “*o [antigo] contrato provisório celebrado, continua[va] em vigor, salvo naquilo em que o presente contrato expressamente o altere e complete.*”<sup>208</sup> O mais curioso é que em quase nada se alterava, pelo menos no conteúdo mais importante, o anterior. O que surgia de novo eram algumas cláusulas e disposições específicas. O primeiro obrigava a assinatura do segundo, e esse último, tratou-se quase de um complemento do primeiro contrato.<sup>209</sup>

Algo interessante na análise dos contratos é o fato do recrutamento de famílias brancas a partir da colônia de Moçambique, também ter obedecido a dois contratos assinados ambos no colonato. Justificando os motivos do duplo contrato para essas famílias, a Brigada argumentou que pretendia evitar dualidade de tratamento dos colonos no Limpopo, o que futuramente criaria diferenciação de interpretação jurídica entre os admitidos em Portugal com os da colônia.<sup>210</sup> Dos depoimentos que reunimos, percebemos que a exigência do duplo contrato não ocorreu na integração das famílias negras, que apenas foram submetidas ao contrato definitivo.

O duplo contrato para os colonos brancos pode ser analisado também pelo fato de ser apenas no primeiro, que se apresentou a cláusula referente a demissão compulsória dos colonos. Apesar de não prever o destino de expulsões, a presença dessa cláusula contribuiu para preparar psicologicamente, os colonos de modo a encerrarem com seriedade o colonato.<sup>211</sup> O primeiro, apesar de não ser bastante criativo em matéria de regulamentação geral, quanto à demissão era pragmático ao advertir sobre as infrações e suas consequências.

---

<sup>205</sup> Resulta da proposta da IGF, em 23 de novembro de 1953 e aprovado pelo Despacho do Ministro do Ultramar, em 7 de dezembro de 1953. Vide anexo 8 – Contrato provisório de colono. LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

<sup>206</sup> Cláusula nº III, alínea a) do Contrato provisório de colono.

<sup>207</sup> Vide anexo 9 – Contrato definitivo de colono. ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970.

<sup>208</sup> Cláusula nº I do Contrato definitivo de colono.

<sup>209</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970.

<sup>210</sup> Idem.

<sup>211</sup> Idem.

O contrato provisório tinha seis cláusulas sucintas, enquanto o definitivo, contava com cerca de nove cláusulas bastante detalhadas. Por isso, em função do conteúdo é provável que se pretendesse, com o primeiro, facilitar a compreensão inicial da legislação do colonato, bem como também tinha em conta o baixo nível de escolarização<sup>212</sup> das famílias colonas.

No estudo de campo entramos em contato com alguns contratos de colonos brancos, a partir dos quais foi possível verificar e até mesmo construir o argumento da fraca escolarização dos colonos, pois parte desses contratos foram certificados com recurso à impressão digital do chefe da família. “*No total da[o]s [chefes de] famílias instalada[o]s no colonato, 1.698<sup>213</sup> eram analfabetos, o que representou cerca de 56,5% do total dos colonos.*”<sup>214</sup> Na expectativa de proteger do desaparecimento eminente e para ajudar possíveis pesquisas futuras, anexamos em formato original parte desses contratos.<sup>215</sup>

Esses contratos funcionaram de 1954 a 1967. De modo a acabar com o duplo contrato, em 1968 foi introduzido o contrato de concessão de um casal agrícola, que apesar de ter sido fusão dos anteriores, apresentou algumas alterações profundas, por isso, dignas de realce:

*“(i) o casal agrícola foi inicialmente entregue em regime de concessão provisório; (ii) não fixou o valor da habitação; (iii) as assistências médica, veterinária e técnica ficaram gratuitas durante três anos, o que nos primeiros contratos eram gratuitas por tempo indefinido e (iv) extinguiu a concessão definitiva, com a intervenção dos Serviços Geográficos e Cadastrais. O colono, após ter efetuado o pagamento dos bens recebidos por empréstimo e passados cinco anos a contar da data da entrega do casal agrícola recebia o título de concessão gratuita o qual passou a ser concedido pelo Governador-geral da província, ouvida a Brigada Técnica do Limpopo e o Presidente do Conselho Superior de Fomento Ultramarino.*”<sup>216</sup>

*[Quanto à expulsão dos colonos, reafirmou a perda de todos os direitos e determinou o seguinte]: se o montante das amortizações pagas for inferior às desvalorizações sofridas pelos bens moveis ou imóveis restituídos, o segundo outorgante é responsável pela diferença.*”<sup>217</sup>

Não encontramos nos contratos a dimensão da terra concedida aos colonos, porém há referência a regulamentos normativos que determinam em 4ha a base da terra irrigada para os

---

<sup>212</sup> Para a população com idade maior de sete anos, o analfabetismo em Portugal atingia em 1940, 53,6%; em 1950, 41,7%; em 1960, 33,1% e em 1970, 25,6%. BARRETO, Antônio, apud. CASTELO, Cláudia. 2007, p. 151.

<sup>213</sup> Consideramos o dado desarticulado ao número total de colonos brancos e negros que temos vindo a referenciar que não atinge 2.000. Supomos que o autor refere-se a metade daquele número como de colonos analfabetos.

<sup>214</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 117.

<sup>215</sup> Vide anexo 10 – Contrato de concessão de um casal agrícola e anexo 11 – Contrato adicional de colono.

<sup>216</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 186.

<sup>217</sup> Cláusula nº VIII do Contrato de concessão de um casal agrícola.

colonos fixados em casal agrícola e 2ha para a fruição de gleba. *“Inicialmente, programou-se a concessão de 3ha [em casal agrícola], na prática atribuiu-se 4ha, que poucos anos depois, foram acrescidas em função do número de filhos do casal até o máximo de 10ha.”*<sup>218</sup>

No contrato de concessão de um casal agrícola importa referenciar a decisão, segundo a qual, *“depois de amortizados os empréstimos, o segundo outorgante podia requerer os títulos de concessão gratuita de casal agrícola.”*<sup>219</sup> Essa cláusula permitiu o surgimento, internamente do contrato adicional de colono que contribuiu para o alargamento da dimensão das roças dos 4ha para cerca de 16ha.<sup>220</sup>

Ao explicar o contrato adicional, um antigo funcionário da Brigada o fez analisando o caso do colono Álvaro Gonçalves, natural do Concelho de Montalegre, em Portugal e integrado na Aldeia de Folgares em 1971, tendo recebido 10ha em concessão provisória e no mesmo ano, alargou a sua roça mediante a compra de 2ha.<sup>221</sup>

*“[Com o contrato adicional do colono], as famílias tiveram a possibilidade de alargar as suas áreas de regadio tendo como condição, além das previstas no contrato, a existência de área disponível contígua à que já agricultavam. Contudo, na medida do possível, autorizou-se a transferência para outros locais, desde que concordassem entre si, de modo a tornar viável a concretização das aquisições que pretendessem realizar.”*<sup>222</sup>

Tempos depois, reconheceu-se a necessidade de aumentar as terras irrigadas distribuídas aos colonos. Dos 4ha iniciais passou-se para 10ha e a partir da década de 1960 era normal que colonos explorassem até 20ha.<sup>223</sup> Por conseguinte, foram os contrato de concessão de um casal agrícola e contrato adicional de colono que orientaram o regime-jurídico até 1975, período do fim da vigência do colonato do Limpopo com a independência da colônia de Moçambique.

### **2.3.1. O estatuto de «colono» no Limpopo**

Neste momento importa esclarecer o que entendemos pelo termo «colono». Na colônia de Moçambique é possível que tenha sido empregado inicialmente em 1869, na lei da abolição

---

<sup>218</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 121-122.

<sup>219</sup> Cláusula nº VI do Contrato de concessão de um casal agrícola.

<sup>220</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 9/5/2014.

<sup>221</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 9/5/2014. Vide anexo 11.

<sup>222</sup> ALMEIDA, António Lopes de. 1970, p. 139.

<sup>223</sup> CASTELO, Cláudia. 2007.

da escravatura nas possessões portuguesas, denominando os escravos libertos. Depois, o termo passou a ser usado para designar os portugueses que se fixavam definitivamente na colônia.<sup>224</sup>

Na administração colonial em Moçambique, a referência ao termo remonta a 1891, na concessão de terras à Companhia de Moçambique, na qual, no artº X da carta orgânica da sua constituição, cria alguns colonatos entendidos como “*regiões de ordenamento e fixação branca baseada na agricultura,*”<sup>225</sup> ou seja, núcleos de povoamento agrícola previamente preparados. O curioso, entretanto, é o fato dos principais dicionários da época, dentre os quais o Dicionário Prático Ilustrado, não apresentarem a definição de colono.<sup>226</sup>

O termo «*colono*» vem do latim «*col\_nus*», que significa cultivador. Porém, em sentido lato identifica um indivíduo que habita na colônia ou aquele que emigra para povoar ou explorar uma terra alheia, ou ainda, indivíduo oriundo da metrópole que se estabelece numa colônia para povoar, trabalhar e explorar as suas riquezas. Assim, o termo «*colono*» é antônimo de autóctone. Em sentido restrito, «*colono*» é um emigrante que se estabelece como lavrador nas áreas rurais do ultramar.<sup>227</sup>

*“De acordo com a definição inscrita nos anuários estatísticos, na categoria de colonos cabiam os «indivíduos que, embora não servissem ao Estado, se deslocavam para as colônias com guia passada pelo Ministério das Colônias [ou do ultramar].» Assim, essa designação não abrangia apenas os colonos destinados aos colonatos ou núcleos de povoamento agrário oficiais, mas todos os indivíduos que, alegando falta de meios financeiros, solicitaram passagens gratuita, submetendo-se a um processo instruído pelo ministério.”*<sup>228</sup>

Do exposto percebemos que todos os emigrantes portugueses que rumaram aos núcleos de povoamento dirigido – os colonatos – e não só, foram denominados de colonos. Portanto, o uso do termo para designar o primeiro grupo foi ao encontro do seu significado restrito e para o segundo pode ser enquadrado no significado lato. No entanto, no colonato do Limpopo o uso do termo «*colono*» ia mais além e abarcava as famílias negras integradas no colonato.

Como referenciamos anteriormente, o regime-jurídico para as famílias brancas e negras foi igual, embora obedecendo a uma interpretação favorável as famílias brancas que se traduzia em benefícios como acesso à terra fértil, ausência de problemas de água para rega, subsídios de

---

<sup>224</sup> MAR, Eli J. E. *Exploração portuguesa em Moçambique, 1500-1973*. Lourenço Marques: African Studies Editorial, Volume 1, 1975, 206 p.

<sup>225</sup> HEDGES, David & ROCHA, Aurélio. in: HEDGES, David (Coord). 1999, p. 165.

<sup>226</sup> MAR, Eli J. E. 1975.

<sup>227</sup> CASTELO, Cláudia. 2007.

<sup>228</sup> Ibid. p. 209-210.

instalação e proteção na comercialização de produtos. “A dimensão das terras dos colonos brancos foi superior a dos negros, em valores médios foi cerca de 8,5ha contra 5,9ha.”<sup>229</sup>

Embora comparativamente com os brancos, os colonos negros estivessem na prática em situação inferior, a sua posição melhorava na comparação com as famílias negras em fruição de gleba e apresentava-se mais confortável ainda em relação aos camponeses do sequeiro. A seguir, pontuamos algumas distinções entre esses quatro grupos de camponeses no Limpopo:

(i) Quanto à fertilidade da terra: os três primeiros grupos ocupavam terras naturalmente férteis por se localizarem nas margens do rio Limpopo e tornadas mais produtivas pelo sistema de irrigação, enquanto o último ocupava terras improdutivas e dependente de chuvas;

(ii) Dimensão da terra: as famílias brancas e negras ocupavam terra irrigada na base de 4ha, as famílias em fruição, cerca de 2ha e os camponeses do sequeiro exploravam cerca de 10-15ha, com a inconveniência de não estarem ligadas ao sistema de irrigação;

(iii) Alguns direitos dos camponeses: as famílias brancas e negras ao serem integradas recebiam habitação, junta de boi, subsídios de instalação e de campanha, assistência técnica,<sup>230</sup> médica, etc. “As famílias em fruição de gleba [e do sequeiro] não se beneficiavam de nenhum subsídio”<sup>231</sup> e viviam nas suas casas.

(iv) Amortização da dívida com a Brigada: os camponeses do sequeiro eram os únicos que não tinham nada por amortizar. Para os colonos brancos e negros definiu-se que “o segundo outorgante obrigava-se a entregar um sexto [1/6] dos gêneros colhidos no casal agrícola para amortização da parte dos empréstimos (...).”<sup>232</sup> Os colonos foram ainda onerados com 250 escudos por hectare, correspondentes à taxa de exploração e conservação das obras de rega.<sup>233</sup> Enquanto, para a fruição foi determinado através de regulamentos normativos a entrega de 1/10 da produção ao preço do mercado, correspondente ao uso e aproveitamento da terra irrigada.<sup>234</sup>

---

<sup>229</sup> Idem.

<sup>230</sup> Coordenada por técnicos agrônomos, médicos veterinários, regentes agrícolas e práticos/aprendizes agrícolas, com o objetivo de divulgar aos camponeses as melhores técnicas de cultivo e ensinar o melhor aproveitamento das roças. Orientavam a utilização das máquinas e alfaias agrícolas, adubos, sementes melhoradas e a administração e gestão das glebas e da produção. ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 42-43.

<sup>231</sup> VALÁ, Salim Cripton. 2003, p. 31. Vale comentar que as três monografias que temos vindo a citar contemplam os camponeses em fruição na assistência técnica, veterinária e médica. Não obstante, como temos vindo a destacar e trataremos mais adiante, a política da Brigada que incidia sobre os negros deve ser analisada tendo em conta a propaganda do *Lusotropicalismo*, sabe-se também que, parte dos estudos sobre os colonatos foi alvo de censura do Estado. Se houve assistência para a fruição de gleba, questiona-se o seu alcance para as cerca de 2.540 famílias, apesar dos relatórios indicarem valores baixos da assistência para esse grupo de colonos. O custo da tal assistência foi tratado da seguinte forma por uma das monografias em referência: A rubrica referente a assistência técnica, médica, social, religiosa e escolar para os colonos em casal agrícola foi de 110 contos e em fruição de gleba fixada em 55 contos. ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 180.

<sup>232</sup> Cláusula nº VII do Contrato definitivo do colono.

<sup>233</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970.

<sup>234</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

Antes de prosseguir com a distinção dos camponeses do vale do Limpopo, é importante salientar que todos os bens entregues ao colono no ato da assinatura do contrato eram em regime de fruição provisória e segundo as estimativas da Brigada a amortização duraria cerca de 20-25 anos, não obstante a omissão desse assunto no próprio regime-jurídico do colonato.

Para os colonos a entrega de 1/6 da produção, englobava a amortização faseada dos bens recebidos, exceto o gado, que foi amortizado: “*com a entrega do número de cabeças da mesma espécie, raças e sexos, igual ao que foi cedido e de idade não inferior a um ano, à exceção do gado suíno que pode[ria]rá ter o mínimo de quatro meses (...).*”<sup>235</sup> Sobre outras dívidas dos colonos, um antigo técnico da Brigada esclareceu o seguinte:

*“As dívidas dos colonos eram tecnicamente subdivididas em duas partes: a primeira, referia-se ao material de instalação e a segunda, aos empréstimos monetários junto da cooperativa [Brigada]. Eu trabalhei com a dívida de instalação, em que nos baseávamos nas fichas coletivas que apresentavam dados como: nomes dos colonos e agregado familiar; aldeias e ano da integração; dimensão da machamba [roça], material recebido e o custo em dinheiro de cada material. Lembro-me que a casa custava cerca de 69.000 escudos<sup>236</sup> e na cooperativa cada colono tinha o limite de 150 escudos<sup>237</sup> por mês, para cada filho com mais de 12 anos de idade, como subsídio alimentar.”<sup>238</sup>*

De referir que as cláusulas de reembolsos, em regra geral, foram aplicadas a partir do quarto ano da instalação, pois no primeiro, os colonos estavam isentos e no segundo e terceiro, pagavam respectivamente, 50% e 75% do valor real da sexta parte da produção. Consideramos pertinente reforçar que os créditos correspondentes ao reembolso destinavam-se, em primeiro lugar, a amortização dos empréstimos recebidos e só depois destes liquidados é que se passava a creditar na conta do imóvel.<sup>239</sup>

Retomando a distinção dos camponeses do vale do Limpopo, temos o item – (v) Quanto à força de trabalho e material de produção: para os dois grupos de colonos a questão da mão-de-obra foi determinada na legislação: “*A exploração do casal agrícola é feita exclusivamente com a mão-de-obra do agregado familiar, admitindo-se porém, a permuta de serviços entre os colonos e negros em fruição de gleba.*”<sup>240</sup> Enquanto os camponeses em fruição e do sequeiro,

---

<sup>235</sup> Cláusula nº VI do Contrato definitivo de colono.

<sup>236</sup> Cláusula nº II, alínea 1) do Contrato definitivo de colono.

<sup>237</sup> Cláusula nº VI, do Contrato provisório de colono.

<sup>238</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwe, em 28/4/2014. Vide anexo 12 – Bens entregues aos colonos e o respectivo valor.

<sup>239</sup> ALMEIDA, António Lopes de. 1970.

<sup>240</sup> Cláusula nº IX do Contrato definitivo de colono.

mantiveram a força de trabalho tradicional, orientada pelos hábitos e costumes locais, baseados na interajuda entre os núcleos familiares.

Interessante pontuar quanto ao material de produção, que todos basearam-se no mais elementar instrumento agrícola – a enxada de cabo longo – e a charrua puxada por bois. Porém, os brancos recorriam, em pequena proporção, à maquinaria como o trator e a debulhadora, o mesmo para os negros, embora em escala ainda mais baixa que o já limitado recurso dos colonos brancos. As famílias em fruição usavam basicamente a enxada e a charrua o mesmo ocorria com o grupo do sequeiro.

Importa referir também que havia distinção interna a esses grupos de camponeses, como podemos observar: “na região de Xilembene onde construiu-se a Aldeia de Ourique<sup>241</sup> viviam os melhores agricultores, na maioria protestantes, evoluídos técnica [já usavam motobombas, arado, etc.]<sup>242</sup> e culturalmente, com residências que se afastavam das simples palhotas.”<sup>243</sup>

Ficou evidente que a agricultura portuguesa, nesse período, também dependia da tração animal, por isso os colonos brancos não apresentaram dificuldades para usar a charrua puxada por bois. Entre as famílias do vale do Limpopo, o gado bovino servia, para além da reconhecida importância de fertilização da terra, produção de leite e carne, animal de tração e produto de troca, como indicador do *status* social, porque simbolizava a riqueza das famílias. Era também o animal que garantia o «lobolo» – compensação matrimonial.

Por fim, depois dessa breve distinção das forças vivas do colonato e da região em geral, importa referir que nos próximos capítulos usaremos com frequência os termos «colono pleno» para denominar camponeses – brancos e negros – integrados em casal agrícola; «semicolono» para os camponeses em fruição de gleba e «terras do sequeiro» para regiões de reassentamento localizadas na cintura do colonato e caracterizadas por terras improdutivas para a agricultura.

---

<sup>241</sup> Na região de Xilembene foi construída a Aldeia de Madragoa e a de Ourique, ergueu-se na região de Mapapa.

<sup>242</sup> VALÁ, Salim Cripton. 2003, p. 61.

<sup>243</sup> CASTELO, Cláudia. 2007, p. 150.



## CAPÍTULO III

### A INTEGRAÇÃO DAS FAMÍLIAS NEGRAS NO COLONATO DO LIMPOPO

#### 3.1. Visão geral da integração das famílias brancas

A seleção dos colonos brancos integrados no colonato do Limpopo foi responsabilizada a três entidades que se sucederam entre si, num clima de constante desqualificação dos trabalhos exercidos, desde o seu arranque em 1954. Num primeiro momento que parte de 1954 a 1966 o recrutamento foi feito a partir de Portugal e ilhas adjacentes— Madeira e Açores. Posteriormente, todo o processo de seleção a partir da metrópole foi declarado inconveniente, por isso suspenso. “(...) o recrutamento dos colonos esteve primeiramente a cargo da Inspeção Geral de Fomento até que em 1955, passou a ser efetuado pela Junta de Emigração que terminou as suas funções em 1964, (...). O último recrutamento foi feito pela Repartição de Povoamento em 1966.”<sup>244</sup>

As mudanças fizeram com que cada entidade recrutadora definisse os seus requisitos de seleção, na expectativa de satisfazer as exigências do governo de enviar grupos de famílias que acumulassem as tarefas de camponês honesto e colonizador. Para essa última, considerou-se a capacidade dos selecionados em “civilizar” os seus pares africanos. Para tal, a IGF estabeleceu as seguintes normas de seleção:

*“A) Procurar instalar famílias oriundas da agricultura e que na agricultura tenham vivido e trabalhado sempre; B) Ter no agregado familiar, pelo menos dois filhos varões de idade superior a 15 anos, fundamental para o cultivo das terras irrigadas distribuídas ao casal; C) Dadas as condições climatéricas do Limpopo serem muito semelhantes às do Alentejo, no que diz respeito ao calor, no Alentejo se tem procurado os colonos para o Limpopo com inteiro êxito e D) Dar preferência ao agregado familiar de maior número de unidades, observando o que consta nas alíneas A) e B).”<sup>245</sup>*

Foi com base nessas normas que se recrutou as primeiras 10 famílias brancas integradas nas aldeias pilotos do colonato – Guijá e Barragem – em agosto de 1954. Entretanto, devido as críticas associadas ao recrutamento da IGF— o que falaremos mais a diante –, o Ministro Raul Ventura (1955-1958), insistiu que o recrutamento das famílias devia ser realizado sem prejuízo, tanto do colonato, como da metrópole. De modo a garantir maior objetividade no recrutamento, decidiu aproveitar os serviços da Junta de Emigração<sup>246</sup> para se responsabilizar por tal atividade.

<sup>244</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 87.

<sup>245</sup> Ofício nº 471/56, de 19/12/56, da Inspeção Geral de Fomento para a Junta de Emigração, apud. ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 90-91.

<sup>246</sup> Criada e inserida no Ministério do Interior pelo Decreto-lei nº 36.558, de 28 de outubro de 1947.

*“[Assim], a Inspeção Geral de Fomento aboliu os serviços de recrutamento em 2 de dezembro de 1955, com o embarque de 15 famílias para o colonato do Limpopo.”*<sup>247</sup>

Foi a partir de 1956, que a JE começou com as atividades de seleção e preparação das famílias para o Limpopo e instituições semelhantes do ultramar. Baseando-se na experiência anterior, embora esta tenha sido criticada, o Ministério do Ultramar percebeu que devia chamar para si, a definição dos critérios de seleção, de modo a orientar as atividades do recrutamento. *“Com base nos critérios estabelecidos a Junta de Emigração elaborou um plano de ação que foi aprovado. Para a sua execução anunciou as condições exigidas às famílias que pretendiam ser colonos.”*<sup>248</sup> Dentre as condições:

*“A) em relação ao chefe [da família]: 1º – exerça, de fato, a profissão de agricultor, o que será oportunamente verificado (entende-se por agricultor[camponês] todo o indivíduo cuja atividade profissional se exerça na lavoura – jornaleiro, renteiro, feitor, ceareiro, pequeno proprietário, etc.); 2º - não tenha mais de 60 anos de idade. B) em relação a todos os membros da família incluindo o chefe: 3º – não tenha sido condenado por qualquer dos crimes designados no artº. 254º do código penal (crime contra a segurança do Estado, falsificação de moeda, notas de banco e títulos de dívida pública, homicídio voluntário, furto doméstico ou roubo, burla ou abuso de confiança praticados por um reincidente, falência fraudulenta, fogo posto, detenção ou emprego de bomba, explosivos ou outros engenhos semelhantes.); 4º – não sofra de doenças infeto-contagiosas, nomeadamente: tuberculose, lepra, sífilis, tracoma, doenças do coração e de pele (fato que será verificado pelos serviços médicos da junta); 5º) terem como habilitação mínima a 3ª classe do ensino primário elementar, quando com idade compreendida entre 14-35 anos, salvos as mulheres que acompanham os maridos. C) constituição da família: 6º) – a família deve possuir pelo menos dois filhos varões com idade igual ou superior a 15 anos e que exerçam a profissão de agricultor (considera-se família para os efeitos de inscrição o marido, a mulher, os sogros e os menores que vivam sob a tutela do chefe da família).”*<sup>249</sup>

Em 1956, tempos depois do anúncio desses requisitos, a IGF obrigou a JE que, a par das suas exigências, considerasse os seguintes elementos:(i) que o chefe da família não tivesse idade superior a 50 anos e exercesse a profissão de agricultor; (ii) o agregado familiar apresentasse

---

<sup>247</sup> Ofício nº 66/55, de 31/12/1955, do chefe do recrutamento de colonos para a Inspeção Geral de Fomento, apud. LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 51-52.

<sup>248</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 92.

<sup>249</sup> Boletim de Inscrição para Famílias de Colonos. Lisboa: Junta de Emigração, 1955, apud. LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 54-55.

pelo menos dois filhos varões de idade igual ou superior a 12 anos e (iii) todos os membros da família fossem robustos fisicamente e se avaliasse o comportamento moral e cívico.<sup>250</sup>

Na prática, a ação da JE não se limitou a recrutar os colonos: organizava os processos e conferia a documentação; se responsabilizava pela viagem terrestre, a expedição de bagagens e o acompanhamento da viagem; recebia e instalava as famílias colonas na casa do emigrante, em Lisboa – localizada na rua da Junqueira, por isso também era designada lar da Junqueira –; fornecia-lhes vestuário, assistência material e espiritual; e preparava o embarque.<sup>251</sup>

A JE funcionou até 1964, quando foi declarado incompatível o seu sistema de seleção e recrutamento que se baseava nas câmaras municipais. Em 1965, foi confiado o recrutamento à Repartição do Povoamento da Direção-geral da Economia do Ministério do Ultramar.<sup>252</sup> Apesar dessa entidade ter uma designação que pressupõe algum domínio da matéria de povoamento, consta que não apresentava um pessoal treinado para exercer a atividade.

Terá sido por isso que solicitou ao Ministério de Obras Públicas o mesmo funcionário que em 1954, procedeu o recrutamento a serviço da IGF. Há informações segundo as quais, o CSFU aprovou a contratação, entretanto, por causas que não foram reveladas, o funcionário não assumiu as atividades.<sup>253</sup> Vale reafirmar que em 1955, declarou-se que as atividades do tal funcionário eram inconvenientes, tanto para o colonato como para a metrópole.

Não obstante a ausência de recursos humanos para proceder com a seleção, a Repartição do Povoamento realizou nos finais de 1965, a seleção de novas famílias para o Limpopo. O seu plano era recrutar 109 famílias, mas as metas não foram alcançadas devido a alguns imprevistos. Em 1966, um número não revelado de colonos embarcou para o colonato, constituindo a última vaga de recrutamento realizado a partir da metrópole.<sup>254</sup>

Pelo que conseguimos coletar, a Repartição de Povoamento não apresentou critérios de seleção. Sabe-se que, depois da suspensão das atividades da JE, os chefes de família candidatos a colono, enviavam cartas e requerimentos para o CSFU. Supomos que foi em função das cartas que se recrutou os últimos colonos para o Limpopo.

Devido a vários problemas resultantes do recrutamento a partir da metrópole, o governo decidiu em 1968, que a Brigada estudasse as condições futuras de seleção. Percebeu-se que os maiores problemas da seleção dirigida por entidades da metrópole refletiam-se no colonato, por

---

<sup>250</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970.

<sup>251</sup> CASTELO, Cláudia. 2007.

<sup>252</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

<sup>253</sup> MOREIRA, Ilídio Rosário dos Santos. 1961.

<sup>254</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

isso, com base na experiência do cotidiano das famílias no colonato, a Brigada apresentou suas exigências na seleção:

*“A) ser português; B) ter idade não superior a 40 anos e com o serviço militar regular, exceto os agricultores [camponeses] negros aos quais não tenha sido exigida essa obrigação; C) ser chefe de família legalmente constituída; D) exercer ou ter exercido durante período suficiente longo, atividades agrícolas como proprietário, rendeiro, ou trabalhador rural; E) ter boa conduta moral e cívica; F) possuir a aptidão física e psíquica necessária para a realização dos trabalhos agrícolas; G) ter boas informações quanto ao caráter e idoneidade, nomeadamente quanto à forma como satisfaz os seus compromissos e não lhe serem conhecidos vícios prejudiciais, como o alcoolismo.”<sup>255</sup>*

Antes de prosseguir com a análise do recrutamento a partir de Portugal e ilhas adjacentes recordamos que sugerimos discutir os requisitos de seleção dos colonos mais a diante, isto é, o alcance dos três critérios de seleção de colonos a partir da metrópole definidos por IGF, JE e a Brigada. Durante esse exercício, duas questões saltaram-nos imediatamente como fundamentais para a reflexão: (i) a idade dos chefes das famílias e (ii) a escolaridade do agregado.

Para começar com a discussão, nos concentramos nos requisitos de seleção da IGF que *“não fazem qualquer alusão à robustez física, preparação intelectual, moral e profissional dos chefes das famílias, como também tais critérios excluem, automaticamente, os casais mais novos por normalmente não possuírem dois filhos com idade superior a 15 anos.”<sup>256</sup>*

Para todas as entidades recrutadoras, o limite da idade em 60, 50 e 40 anos, parece-nos bastante elevado. Verdade é que a agricultura exige força muscular, tenacidade, resistência ao cansaço e boa saúde que nem sempre encontram-se em indivíduos com essa idade. A situação fica mais complicada quando relacionada a amortização do casal agrícola prevista para ser de aproximadamente, 20-25 anos. Ou seja, um camponês recrutado com 50 anos, teria que aos 70 anos, continuar ativo de modo a cumprir com a produção e o pagamento das taxas da Brigada.<sup>257</sup>

Ao centrarmos a análise do recrutamento dos colonos a partir da metrópole na sucessão das entidades e na proliferação dos requisitos que em vários aspetos eram contraditórios, levounos a pensar na falta de preparação prévia das entidades, o que tornou impossível uma seleção adequada. *“Não entendemos que não haja na lei reguladora dessa emigração uma exigência fundamental – a de o colono saber ler e escrever.”<sup>258</sup>*

---

<sup>255</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 102.

<sup>256</sup> Ibid. p. 91.

<sup>257</sup> Ibid. p. 96-97.

<sup>258</sup> GASPAR, José Maria, apud. LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 61.

A exigência mínima e não abrangente das habilitações acadêmicas apareceu apenas com a JE e rapidamente foi retirada. *“Estamos convictos que as dificuldades encontradas para recrutar famílias com algumas habilitações literárias cedo levariam a abandonar este requisito e parece deduzir-se do Ofício dirigido pela Inspeção Geral de Fomento à JE.”*<sup>259</sup>

O abandono do critério de habilitações acadêmicas exerceu um papel de desprestígio no grupo de colonos analfabetos e apresentou uma inversão de valores à favor de parte dos negros que passaram a servir ao branco colonizador para ler e escrever algumas correspondências. *“No colonato não era incomum o negro ter de ajudar o branco a ler o jornal ou a escrever carta.”*<sup>260</sup>

Ficou evidente que um dos objetivos centrais do recrutamento a partir da metrópole foi dar oportunidade aos camponeses para melhorarem as precárias condições de vida. A questão da pobreza das famílias selecionadas na metrópole ganhou alguma importância no relato de um colono nascido em Portugal, que chegou no colonato em 1960, com 17 anos de idade:

*“O governo deu-nos oportunidade de melhorarmos as condições de vida em que nos encontrávamos. A seleção consistia na manifestação de interesse de cada família. Era o pai [chefe da família] que reunia os documentos de todos e submetia às autoridades que recrutavam, depois marcava-se o dia para a realização dos exames médicos e em caso dos resultados satisfatórios, seguiam-se os encontros de preparação que antecediam os resultados da admissão (...). Nas vésperas da admissão, ainda me lembro da conversa que tive com os meus pais em que todos estávamos aaminados em mudar de vida no Limpopo. O meu pai advertiu-nos que no colonato o governo disponibilizava todo o material para uma atividade agrícola moderna e tínhamos que ser camponeses honestos e exemplares, isso permitiria que melhorássemos a nossa vida.”*<sup>261</sup>

O recrutamento a partir da metrópole ocorreu em regiões pobres, onde as terras não eram suficientes para as famílias e o nível de educação das populações era baixo. O governo decidiu melhorar a vida dessas famílias recrutando-as como colonos para o colonato do Limpopo. No entanto, ao chegarem novos problemas apareceram: racismo, analfabetismo, elitismo, ganância, ostentação, etc.<sup>262</sup>

---

<sup>259</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 99.

<sup>260</sup> EGERO, Bertil. *Moçambique: os primeiros dez anos de construção da democracia*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1992, p. 49.

<sup>261</sup> Entrevista com Felisberto Aires Pinto, realizada em Lionde, em 5/4/2014. Essa questão é também abordada no vídeo de reportagem da RTP com o título: *“A tribo do Trigo de Morais”* de 10/3/2007. Nessa reportagem foram entrevistados três pessoas que fazem parte desse estudo, nomeadamente: Felisberto Pinto, Januário Pinto e Alfredo Mukhavele. Para mais informações ver o vídeo em: <http://www.youtube.com/watch?V=JDB5Pm1UUGM>. Acesso em 4/11/2014.

<sup>262</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 30/4/2014.

Questionamos ao nosso entrevistado sobre os dois últimos fatores, ao que sustentou: “Os colonos, com base nas suas poupanças da agricultura, frequentemente abandonavam o colonato e investiam em setores considerados de maiores lucros como bares. Outros, chegaram a oferecer carros desportivos aos filhos.”<sup>263</sup> Tempos depois, alguns colonos transformaram-se em proprietários de hotéis e estabelecimento comerciais em Lourenço Marques, hoje Maputo, e em outras partes da colônia de Moçambique.<sup>264</sup>

Parte das famílias brancas chegava com indicadores sociais e vivências culturais mais limitadas do que as de algumas famílias negras. A maior parte, por exemplo, não sabia ler nem escrever, apresentou dificuldades em usar o sistema de irrigação e aprendeu a andar de bicicleta no Limpopo. A questão da bicicleta deixou as famílias negras surpresas, porque era incomum entre as populações da região, um adulto não andar de bicicleta.

Essas limitações contribuíram para a criação da ideia de brancos atrasados. Mais um exemplo nesse sentido é o fato de quase todos os brancos conseguirem montar a junta de boi e orientar os animais para tração, o que permitiu as famílias negras perceberem que Portugal, não era um país desenvolvido como alguns colonos tentavam reproduzir ao chamarem os negros de pretos ordinários.<sup>265</sup> “A maior parte dos colonos brancos trabalhava com o gado mais que algumas famílias negras, outros até diziam que as botas pesavam e preferiam lavrar descalços com os pés cheios de tinguema [rachas].”<sup>266</sup>

“Os colonos brancos montavam junta de boi pessoalmente, colocavam os animais em tração. Durante a lavoura gritavam «puxa charrua» e nós nos fartávamos de rir porque era anormal ver um branco a trabalhar a terra. Enfim, essa foi a realidade dos colonos integrados aqui, que depois de cultivar a terra, as mulheres entravam no canal com capulanas [tecidos] à procura do peixe, enquanto os homens pescavam com o anzol (...). Fazendo comparação só para ter uma ideia do colono, o melhor exemplo é dos chineses que recentemente começaram a chegar aqui. São majoritariamente, socialmente fechados, aparentemente com idade avançada, fisicamente fracos, com extraordinária motivação para trabalhos de jornadas longas (...). Essas características se assemelham a dos colonos brancos instalados aqui.”<sup>267</sup>

---

<sup>263</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 30/4/2014. A questão da ostentação por parte dos emigrantes portugueses, também é apresentada por CASTELO, Cláudia (2007) & MAR, Ali, J. E. (1975).

<sup>264</sup> Relato de Abner Ngwenya, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003.

<sup>265</sup> Entrevista com Silvestre Fabião Chunguana, filho de colonos negros integrados na Aldeia de Folgares, realizada em Conhane, em 16/5/2014.

<sup>266</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

<sup>267</sup> Entrevista com Azélia Lisboa Moyana, filha de família expropriada da sua terra com o colonato, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

Para atestar a questão da pobreza dos colonos recrutados a partir da metrópole, a seguir apresentamos um quadro, que apesar de não tratar de todas as entidades recrutadoras, os seus dados autorizaram-nos algumas conclusões e exemplos pertinentes.

**Quadro 1.** Famílias recrutadas pela JE para o colonato do Limpopo, 1956-1962

Distritos	Municípios	Anos							Total
		1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	
Bragança	12	4	53	15	18	181	79	48	398
Vila Real	6	-----	8	5	-----	63	60	27	163
Funchal	10	2	-----	-----	-----	29	53	-----	84
Beja	5	11	-----	25	-----	-----	-----	-----	36
Horta – Açores	1	-----	-----	25	-----	-----	-----	-----	25
Guarda	3	-----	-----	1	-----	9	14	-----	24
Braga	2	8	-----	1	3	-----	-----	-----	12
Viana do Castelo	3	-----	9	1	1	-----	-----	-----	11
Viseu	2	-----	-----	-----	-----	10	1	-----	11
Ponta Delegada	3	-----	-----	5	-----	-----	-----	-----	5
Porto	1	1	-----	3	-----	-----	-----	-----	4
Lisboa	1	-----	-----	-----	-----	-----	-----	2	2
Faro	2	-----	-----	2	-----	-----	-----	-----	2
A. Heroísmo	1	-----	-----	2	-----	-----	-----	-----	2
Soma		26	70	85	22	292	207	77	779

**Fonte:** LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 76 – adaptado pelo autor.

Os dados mostram-nos que, o Distrito de Bragança teve um recrutamento mais regular, de maior extensão em números absolutos, contribuindo assim, com mais de metade das famílias seleccionadas, seguido de Vila Real.<sup>268</sup> *“Se levarmos em conta a proporção dos emigrantes na sua região de origem, constata-se que o Norte e o Centro interiores foram as regiões de onde mais se partia para o ultramar, destacando-se em termos relativos o Distrito de Bragança.”*<sup>269</sup>

Esses distritos do Nordeste figuram entre os menos desenvolvidos de Portugal, com a vida da população baseada na agricultura de subsistência. A incidência do recrutamento nesses distritos e em vários outros da Província Transmontana foi o reflexo da orientação da seleção para as regiões pobres, portanto com excesso da mão-de-obra agrícola e de famílias necessitadas

<sup>268</sup> Idem.

<sup>269</sup> CASTELO, Cláudia. 2007, p. 182.

e/ou numerosas.<sup>270</sup> “*Testemunhei a chegada de famílias brancas, outras nem sequer tinham sapatos. Os brancos daqui deram-lhes cobertores, roupa e sapatos quando chegaram, isso foi feito à noite para os negros não vissem que os colonos estavam mal vestidos e descalços.*”<sup>271</sup>

Em suma, a maior parte das famílias recrutadas em Portugal, enquadra-se no grupo dos «*inclassificados*»,<sup>272</sup> indivíduos que nas regiões de origem não perspectivavam quase nenhum futuro digno e aproveitaram os privilégios do Estado para melhorarem ou dar novo rumo à vida. Não é de estranhar o fato de, por dificuldades de classifica-las, todas as entidades recrutadoras designavam de agricultores, como se toda a população rural pertencessem a tal profissão.

Como já fizemos notar, a suspensão do recrutamento a partir da metrópole foi em parte para evitar os problemas que se presumiam estar associados ao fato da maioria dos colonos ser composto de idosos e analfabetos. Depois responsabilizou-se a Brigada para selecionar a partir da colônia as famílias brancas que desejassem ser colonos. Assim, começava o recrutamento mais esperado pelas autoridades locais, que adiavam tal estratégia por falta de autoridade para o efeito. Esse recrutamento abrangeu famílias brancas residentes, casamentos internos e alguns militares desmobilizados na colônia de Moçambique.

O chefe da família residente na colônia que pretendia ser colono, produzia requerimento, anexava certidão de casamento, fotografias do agregado familiar e outros documentos julgados necessários. A Brigada passava uma guia para a família realizar os exames médicos no hospital do colonato, em seguida a admissão obedecia a duas fases: (i) a Brigada realizava a sua apuração e (ii) o presidente do CSFU se responsabilizava pela seleção final.<sup>273</sup>

Ficou claro em todos os requisitos de seleção, já discutidos, a exigência de cada família ter no mínimo dois filhos varões com idade igual ou superior a 15 anos para ajudarem os pais. Passado algum tempo o colonato começou a registrar casamentos internos, seja entre colonos ou em que um cônjuge era filho de colono, o que foi incentivado pela Brigada por considerar que as novas famílias, devido as experiências e convívio com os pais, dominavam a realidade do colonato. Quando chegou a fase de formarem unidades autônomas, estavam preparados e adaptados para o meio e mais aptos para o trabalho do que os pais quando chegaram. Assim, as familiares recém-formadas foram privilegiadas para a concessão de um casal agrícola.<sup>274</sup>

---

<sup>270</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

<sup>271</sup> Relato de Abner Ngwenya, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 81.

<sup>272</sup> FERREIRA, Vicente, apud. LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 39.

<sup>273</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

<sup>274</sup> Idem. O autor acrescenta que, em caso de casamento por procuração – que era frequente na colônia – ao cônjuge ausente, geralmente em Portugal, era facilitada a viagem com passagens pagas pelas verbas atribuídas à Brigada para instalação de colonos ou pelo fundo de colonização.



Nas avaliações das autoridades coloniais sobre a situação social do Limpopo aparecem críticas à idade avançada, à baixa escolaridade dos colonos, à desproporção entre rapazes e raparigas em idade casadoira, etc. Destacavam também que as filhas dos colonos não queriam, em regra geral, casar com os filhos dos colonos, por terem mais ambições. Por isso, os rapazes frequentemente procuravam as raparigas negras para namorar e/ou casar.<sup>275</sup>

*“O casamento entre os colonos foi bem vindo para a Brigada na medida em que o casal [família recém-criada] apresentava domínio das condições reais do colonato, por isso podia se integrar sem qualquer que seja a dificuldade. Esse grupo de família ao requerer era prioritário na seleção. Houve casamentos multi-raciais que foram concedidos todos os benefícios de colono e devo dizer que esse teria sido o meu caso que casei uma mulher negra e fui programado para ser integrado na mesma aldeia dos meus pais [Lionde], mas já estávamos quase perto [nas vésperas] da independência e com a partida de toda a minha família para Portugal, fiquei herdeiro único das propriedades deles.”<sup>276</sup>*

O casamento de rapazes brancos com mulheres negras foi comum no colonato, não por opção dos rapazes apenas, mas porque as raparigas brancas tendiam a se interessar por jovens, relativamente abastados, cujos pais trabalhavam em outros setores. Sobre essa questão e de todo o processo de integração branca, eis alguns dados detalhados e precisos em forma de quadro.

**Quadro 2.** Recrutamento de colonos em função do local e famílias recém-formadas, 1966

Aldeias	Metrópole	Colônia	Casamentos locais	Total
Vila Trigo de Morais	164	27	45	236
Barragem	33	14	5	52
Lionde	56	17	23	96
Folgares	141	83	27	251
Sagres	44	23	10	77
Freixiel	110	152	9	271
São José de Ribamar	30	3	1	34
Senhora da Graça	118	25	22	165
Madragoa	103	215	16	334
Ourique	52	2	4	58
Santa Comba	50	18	-----	68
Santana	23	2	4	29
Pegões	21	2	3	26

<sup>275</sup> CASTELO, Cláudia. 2007.

<sup>276</sup> Entrevista com Felisberto Aires Pinto, realizada em Lionde, em 5/4/2014.

Santiago	17	3	-----	20
Soma	962	586	169	1.717

**Fonte:** LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 76 – adaptado pelo autor.

Constata-se que, o somatório do recrutamento local foi bastante promissor, embora os dados não especifiquem, no caso dos casamentos – em multi-racial ou não. Quanto ao número dos selecionados na colônia que se aproxima ligeiramente aos da metrópole, isso deveu-se, para além das famílias que se encontravam na colônia e que decidiram requer sua integração, ao fato de: “(...) *houve um grande número de famílias metropolitanas que desde 1966, com a suspensão do recrutamento a partir da metrópole começou a preferir por iniciativa própria emigrar para a colônia, com objetivo de ali solicitarem a integração.*”<sup>277</sup>

Ademais, foi determinado que os militares que terminassem as suas missões no exército português poderiam concorrer a integração no colonato, assim o grupo de desmobilizados fluiu em massa e beneficiou-se de algumas regalias da Brigada durante a seleção.<sup>278</sup>

*“No decorrer das guerras coloniais, renasceu a ideia (posta em prática e sem sucesso durante o século XIX) de utilizar os militares desmobilizados em planos de povoamento rural. A colonização dirigida foi vista como uma medida de «contra-subversão». Enraizando-se pelo apego à terra, os soldados-colonos seriam elementos decisivos para a defesa da soberania nacional e para a vitória sobre os movimentos de libertação.”*<sup>279</sup>

Após a desmobilização, alguns soldados solicitaram a admissão e a Brigada integrou-os na medida das vagas disponíveis, concedendo todas as possibilidades, mesmo aos solteiros, desde que tivessem um compromisso de casarem-se no prazo de um ano. As passagens para as famílias dos casados e para as futuras esposas dos solteiros eram por conta da Brigada.<sup>280</sup>

Em síntese, podemos afirmar que, apesar das enormes verbas investidas em povoamento dirigido, o número de famílias fixadas dessa forma foi baixo.<sup>281</sup> A seguir ilustramos com base no quadro, que embora muito baixo o número de colonos recrutados e integrados nos colonatos, é curioso perceber que a tendência da emigração para a colônia de Moçambique foi sempre crescente, mesmo em períodos de luta de libertação.

<sup>277</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 88.

<sup>278</sup> MOSCA, João. *Economia de Moçambique: Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005, 538 p.

<sup>279</sup> CASTELO, Cláudia. 2007, p. 122.

<sup>280</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970.

<sup>281</sup> CASTELO, Cláudia. 2007.

**Quadro 3.** Emigração de portugueses para a colônia de Moçambique, 1958-1973

Anos	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Colonatos	349	694	2.561	1.214	435	127	75	85
Livre	1.730	2.044	1.547	1.626	1.228	1.371	1.658	1.827
Anos	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Colonatos	246	96	32	94	509	176	134	38
Livre	1.510	1.363	1.376	1.511	1.767	1.997	1.005	734

**Fonte:** CASTELO, Cláudia. 2007, p. 212. – adaptado pelo autor.

Por fim, importa afirmar que a emigração para o ultramar foi suportada basicamente por transporte marítimo. Apenas com as guerras coloniais recorreu-se ao transporte aéreo pelo fato dos navios de passageiros terem sido orientados para o transporte militar. “*O Decreto-lei nº 306/71, de 15 de julho, regulamentado pelo Despacho Ministerial de 25 de novembro, introduz o meio aéreo no transporte de colonos para o ultramar.*”<sup>282</sup>

Chegadas à colônia, as famílias foram transportadas, exclusivamente, por comboio de Lourenço Marques ao colonato do Limpopo. Para os devidos efeitos, a Brigada constituiu uma equipa especial com a responsabilidade de garantir a recepção de famílias colonas em Lourenço Marques. Um integrante dessa equipa relatou o seguinte:

*“A partir de 1968, integrei a comissão responsável em receber os colonos brancos no porto de Lourenço Marques, onde algumas vezes hospedávamos na Pousada dos Caminhos de Ferro à espera os colonos chegarem. (...) só com o desembarque começavam as nossas atividades: receber os colonos, orientar para a estação de comboio que se localiza nas proximidades do porto e coordenar junto dos caminhos de ferro a viagem que, dependendo da disponibilidade, reservava-se um vagão de passageiros para o cómodo transporte dos colonos até Limpopo.”*<sup>283</sup>

Mesmo as famílias que usavam o transporte aéreo, chegadas na colônia, seguiam para o Limpopo de comboio. Para tal, depois do desembarque no aeroporto de Lourenço Marques, hoje aeroporto de Mavalane em Maputo, eram acompanhadas à estação de comboio na Baixa da Cidade, por onde partiam com destino ao colonato.

<sup>282</sup> Ibid. p. 213.

<sup>283</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 15/5/2014.

## 3.2. Política de integração das famílias negras no colonato

### 3.2.1. Os procedimentos de seleção

A integração das famílias negras fez parte das primeiras ideias quando ainda se concebia o projeto do colonato do Limpopo. Quer nas salas dos conselhos e assembleias, quer nos debates trazidos ao público nas páginas de jornais e revistas onde a questão do colonato foi largamente discutida, insistiu-se em fixar as populações locais e aproveitar o seu trabalho para desenvolver o Sul da colônia, evitando-se desse modo, o escoamento da mão-de-obra negra para o trabalho migratório de caráter sazonal nas minas e fazendas sul-africanas.<sup>284</sup>

Em 1951, nas vésperas da materialização do projeto, decidiu-se que o povoamento fosse feito por meio de famílias que melhor servissem aos objetivos imperialistas da colonização branca, porém as famílias negras foram expressamente sublinhadas, tendo em conta o meio em que o colonato se assentaria e o *slogan* de uma sociedade multi-racial.<sup>285</sup> Em 18 de fevereiro de 1953, Trigo de Morais, através de um despacho deu a conhecer as linhas gerais do colonato e a orientação para o povoamento com as famílias brancas e negras, sem distinção de credo, etnia, nem de qualquer outra discriminação.<sup>286</sup> De modo a atestar a questão da integração das famílias negras, transcrevemos a seguir, algumas passagens do referido despacho:

*“A água que derivar do grande rio, de futuro aumentada pelos caudais derivados das albufeiras [barragens] suplementares que possam ser criadas a montante do território nacional, é para brancos e negros, como para uns e outros são as aldeias, as alfaias agrícolas, os motores, a obra de preparação das terras que vai ser empreendida. Somos todos habitantes de uma única nação e temos todos de participar dos benefícios da obra de bem comum empreendida pelo Estado no vale do Limpopo. (...) Para o fim da [integração negra] se construirão casas modestas que os acolham, e atenção especial será dada para que eles não sejam induzidos a mudar radicalmente os seus hábitos com a perda das suas grandes qualidades.”<sup>287</sup>*

O plano era ocupar as terras do vale do Limpopo não só por famílias rurais brancas, mas também por camponeses negros, em que lado-a-lado com os brancos, trabalhassem com as suas

---

<sup>284</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968. Desde os meados do século XIX, havia uma intensa corrente migratória de força de trabalho do Sul da colônia de Moçambique para a África do Sul: para Natal (plantações de açúcar), Cabo Setentrional (diamantes) e, com a descoberta das minas de ouro, para Witwatersrand. O recrutamento intensificou-se e, logo, a região Sul da colônia passou a ser a principal fornecedora da mão-de-obra para a África do Sul. Em 1904, havia 50.000 migrantes legais, 107.000 em 1927, e 118.000 em 1975. Gentil (1999) & Pereira (1989), apud. BELLUCCI, 2003, pp. 112-113.

<sup>285</sup> MAR, Eli J. E. 1975.

<sup>286</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

<sup>287</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 39-40.

mãos e com os equipamentos agrícolas, sob a disciplina comum nas roças irrigadas que fossem distribuídas.<sup>288</sup>

Quando a Brigada expropriou as terras das populações negras informou os princípios a serem seguidos no colonato e prometeu que terminadas as obras – casas e sistema de irrigação – as famílias receberiam parte das suas terras já irrigadas. Todas as famílias recusaram as ideias da Brigada, mas como nada dependia da vontade popular, foram obrigadas a abandonar as roças na expectativa de serem cumprida a promessa. Quando em 1954, começou a integração branca, as populações locais exigiram o cumprimento da promessa da (re)integração, ao que a Brigada reiterou que para tal, deviam requerer.<sup>289</sup>

Com o fim da construção do colonato, a Brigada convidou algumas famílias negras para serem colonas, parte das quais, recusou por considerar que os requisitos exigidos contrariavam os seus hábitos e costumes.<sup>290</sup> A Brigada proibiu a construção no colonato das casas tradicionais do tipo palhota, banheiros fora da casa, controlou a higiene das famílias e expulsou aquelas que apresentavam poucos cuidados de higiene individual e coletiva.<sup>291</sup>

Essas exigências eram contrárias aos hábitos e costumes das populações, o que as levava a encarar a integração como arriscada, por forçar uma mudança radical do *modus vivendi*. Sendo que a assimilação dos hábitos portugueses, embora difícil, era a garantia para continuar colono e o contrário resultar em expulsão.<sup>292</sup> Parte das exigências da Brigada fez com que para alguns chefes de família, o receio da expulsão fosse encarado como desperdício de tempo e para outros, valeria mais tentar do que se contentar com a agricultura do sequeiro.

Lamentavelmente, os estudos sobre a tendência da opção das famílias pelo colonato são escassos ou quase inexistentes, assim nos socorremos das estimativas dos relatórios da Brigada que, embora de difícil comparação e comprovação, permitiram-nos iniciar a análise da política de integração negra no colonato. “(...) em 1953, registrou-se cerca de 2.000 famílias, em 1957, foram 3.840 famílias e em 1964, alistou-se aproximadamente 4.774 famílias negras.”<sup>293</sup> Esses dados fizeram-nos perceber que as famílias, não obstante a expropriação das suas terras e ainda que na ausência de transparência na seleção, manifestaram o interesse de integrar o colonato.

Dos relatos recolhidos percebemos que a política de integração das famílias negras não teve normas juridicamente definidas para a seleção, preparação e admissão, como ocorreu com

---

<sup>288</sup> BRIGADA TÉCNICA DO LIMPOPO. Informação nº 12/A/53 de 3/9/1953.

<sup>289</sup> Entrevista com Maria Mapoissa Sotho, realizada em Chókwè, em 14/5/2014.

<sup>290</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>291</sup> Entrevista com Felisberto Aires Pinto, realizada em Lionde, em 5/4/2014.

<sup>292</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

<sup>293</sup> BRIGADA TÉCNICA DO LIMPOPO. *Relatório de inventário da população autóctone do colonato*. Vila Trigo de Morais: 10ª Seção Técnica da Brigada, outubro de 1964.

o recrutamento a partir da metrópole. Das falas dos antigos colonos negros e principalmente de um antigo técnico da Brigada, foi possível sistematizar os seguintes critérios de seleção:

*“Foram diversos os requisitos exigidos para a integração negra, apesar de frequentemente termos sido forçados a ponderar parte das exigências para alcançarmos as metas da Brigada. Dentre as principais normas destaque foi: A) ser camponês dotado de alguns conhecimentos ou apto para aprender as técnicas de irrigação, B) ser assimilado,<sup>294</sup> que perpassava de saber ler e escrever para a disponibilidade de abandonar a poligamia, C) ter no mínimo dois filhos com idade superior a 14 anos capazes de ajudarem nas atividades agrícolas, D) ter antecedentes de expropriação das suas terras pela Brigada e E) assinatura de contrato que conferia o estatuto de colono e comprometia as famílias aos direitos e deveres do colono.<sup>295</sup> Para a escolha das famílias negras, a Brigada deveria pedir o concurso das autoridades administrativas [régulos].”<sup>296</sup>*

Quando iniciou-se a integração negra, a Brigada convidou as famílias com antecedentes da expropriação das suas terras e como não houve cadastro das expropriações, privilegiou grupo de famílias influentes. Esse grupo era heterogêneo, fazendo parte, majoritariamente, *“os líderes tradicionais [régulos e cabos de terra]; figuras religiosas; camponês-mineiros e auxiliares administrativos [sipaios e capatazes].”<sup>297</sup>*

No fundo, o que se lhes pedia, era que tivessem assimilado o essencial dos métodos mais avançados de cultivo da terra e mostrassem alguma possibilidade de se adaptarem ao novo meio

---

<sup>294</sup> Ciente da estratégia de vedar o acesso ao colonato para as famílias negras, entendemos que a exigência estava enquadrada na questão de saber ler, escrever e ter hábitos e costumes portugueses, o que transformava os indivíduos em assimilados de *“fato”* e não de *“direito”*. Sabe-se, no entanto, que o Estatuto de Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, aprovado pelo Decreto-lei nº 39.666, de 20 de maio de 1954, determinou embora teoricamente, que qualquer indivíduo que soubesse ler e escrever em português e comprovasse possuir atividade laboral remunerada poderia ser elevado à categoria de assimilado, mas na realidade o estatuto provou o frequente recurso colonial à políticas hipócritas enquadradas no colonialismo tardio do pós-Guerra. Entretanto, o registro numérico dos indivíduos elevados a tal estatuto, apresentado no Relatório de Aplicação do Estatuto de Indígena na Província de Moçambique, endossado à Direção dos Serviços dos Negócios Indígenas é bastante insignificante, o que atesta por um lado que – o ser assimilado – exigido para a integração ao colonato foi o assimilado de *“fato”* e não de *“direito”* e por outro, que a política de Indigenato foi uma autêntica manipulação do quadro social colonial, ora vejamos: em 1955, apenas 28 indivíduos foram elevados ao estatuto de assimilado, respectivamente: 10 no Distrito da Zambézia; 6 em Inhambane; 5 em Lourenço Marques; 4 em Gaza; 2 em Cabo Delegado; 1 em Manica e Sofala e nenhum em Tete e Niassa. Quatro anos mais tarde, em 1958, o número total continuou baixo, tendo se registrado apenas 442 assimilados num universo de cerca de 6.603.653hab, segundo o recenseamento geral da população de 1960. DIREÇÃO DOS SERVIÇOS INDÍGENAS DE MOÇAMBIQUE. *Relatório de aplicação do estatuto dos indígenas portugueses referente aos anos de 1955, 1956, 1957 e 1958, na Província de Moçambique*. Lourenço Marques: 1960. A esses dados sobre o Estatuto do Indigenato é importante acrescentar que *“Quando um indígena conseguia obter o alvará de cidadania passava à categoria de «assimilado», mas não transmitia esse estatuto aos filhos. Estes teriam que completar os 18 anos para requerer o seu respetivo alvará. Na prática, o Estado criava obstáculos à assimilação progressiva mediante a transmissão hereditária da cidadania.”* CASTELO, Cláudia. 2007, p. 293.

<sup>295</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 22/5/2014.

<sup>296</sup> Despacho nº V/53 (Conjunto) de 23/11/1953, apud. LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 292.

<sup>297</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

social, integrando-se nas mesmas aldeias onde já se encontravam colonos brancos, viverem e/ou conviver em casas iguais para todos.<sup>298</sup> Qualquer que fosse o critério de recrutamento, parte dos requisitos existiria para dificultar o acesso massivo das populações. Mas, o que se verificou no caso em análise, foi mesmo a ausência de normas pré-definidas para a integração negra, o que contribuiu para que a integração dependesse mais da decisão da Brigada do que das habilidades das famílias concorrentes.

Ao percebermos que a proibição à poligamia compôs os requisitos de seleção e sabendo de antemão, que a prática é comum na região do Limpopo, nos preocupamos em compreender os contornos dessa norma por ambas as partes – famílias negras e a Brigada. Descobrimos que cedeu-se discretamente. A Brigada insistiu que os chefes das famílias negras deviam se integrar com uma mulher e os respectivos filhos, mas a livre circulação no colonato, permitiu com que as famílias reformulassem suas práticas e substituíssem a poligamia centrada, em que o homem vive com suas mulheres na mesma casa, para a também recorrente, poligamia descentrada onde o homem tem várias casas.

As atividades domiciliárias realizadas pelos técnicos nas aldeias provaram que os chefes das famílias instruíam as suas mulheres, para quando abordadas pela Brigada se identificassem em nome da mulher registrada no contrato. Tempos depois os funcionários brancos descobriram que um determinado nome identificava várias pessoas, denunciaram o problema e propuseram medidas. No entanto, as propostas de resolução desse problema contradiziam o *modus vivendi*, por isso “*advertiu-se a Brigada, que impedir a mobilidade das mulheres significava suspender a integração, pois as famílias ao se integrarem com uma mulher, isso não implicava o divórcio com as outras, mas tratava-se de negociação e compromisso de família.*”<sup>299</sup>

Os relatos dos filhos de colonos negros integrados um, na Aldeia do Guijá e outro, em Folgares, esclarecem a questão da negociação e compromisso de família, quando os seus pais integraram o colonato:

*“Meu pai tinha duas esposas, decidiu integrar o colonato com a esposa mais nova [juntamente] com os seus quatro filhos. Se tivesse entrado com a mulher mais velha teria registrado oito filhos incluindo-me a mim, mas mesmo assim, todos nós vivíamos no colonato, onde um e/ou outro ia à mananga [sequeiro] para fazer trabalhos domésticos: (...) ajudar no corte da madeira para a construção de casa ou celeiro, na colheita, na lavoura com tração animal, etc. A poligamia está associada à nossa cultura, fato que o governo colonial ao menos respeitou, mas a Brigada não permitiu a continuidade desse hábito ao exigir do chefe da*

<sup>298</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

<sup>299</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókhwè, em 9/5/2014.

*família a escolha da mulher com a qual pretendia integrar o colonato, o que não pode ser entendido como forçar o divórcio, porque as esposas se trocavam no colonato ou, em função da distância das casas, os nossos pais andavam do colonato para o sequeiro e vice-versa.”<sup>300</sup>*

*“Meu pai ao ser admitido no colonato, não rompeu os laços que tinha com a família em mananga [sequeiro], pois continuou com as suas duas esposas, uma no colonato – a minha mãe – e outra no sequeiro. Devido a distância que separava as casas adotou o sistema de serem as mulheres a se trocarem no colonato (...). Para o caso dos seus 23 filhos – 11 da primeira e 12 da segunda esposa – a situação foi [apresentou-se] diferente, visto que nós dependíamos da exigência do trabalho em que, se em mananga/colonato necessitassem de muito trabalho [mão-de-obra] familiar éramos mobilizados para fazer as atividades.”<sup>301</sup>*

Se a Brigada, aparentemente cedeu quanto à poligamia e as populações inovaram ao seu favor, o mesmo não ocorreu com a assinatura do contrato que reproduziu um passado-presente traumático nas famílias. O contrato foi interpretado como um retorno ao trabalho forçado, visto que para tal, o administrador e os empresários é que produziam os contratos para os devedores dos impostos<sup>302</sup> e através dos régulos, capatazes e sipaios, os contratos chegavam aos acusados.

Para cada família que não conseguia pagar o imposto, um membro seguia para o trabalho forçado nas obras do colonato – estradas, pontes ou linha-férrea – ou avançava para a empresa Açucareira de Incomáti em Xinavane à cerca de 50km do colonato. As rusgas realizavam-se ao final do mês, quando os empresários negociavam com o administrador do Guijá, o número dos trabalhadores que necessitavam. Depois os régulos, capatazes e sipaios eram responsabilizados para localizar os considerados devedores dos impostos.<sup>303</sup>

Quando as buscas não superavam a procura, algumas pessoas recém-regressadas do xibalo podiam ser recapturadas e quando o número fosse superior, parte seguia para as obras do colonato ou para a cultura obrigatória do algodão.<sup>304</sup> A questão da recaptura por insuficiência de homens ganhou alguma importância no seguinte relato:

---

<sup>300</sup> Entrevista com Silvestre Fabião Chunguana, realizada em Conhane, em 16/5/2014.

<sup>301</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwe, em 10/6/2014.

<sup>302</sup> O sistema de imposto – a par das culturas obrigatórias e o xibalo – constituiu o principal instrumento econômico de exploração colonial. Embora anterior à dominação colonial e remontando a tributação em gênero e em trabalho pago pelos súbditos aos reinos pré-coloniais, o governo português institucionalizou e capitalizou-o. Numa primeira fase designou-se de imposto de palhota/mussoco que excluía mulheres, velhos e crianças. Mais tarde – durante a década de 1940 –, com o novo regulamento de identificação indígena, transformou-se em imposto de capitação e determinou-se a inclusão das mulheres e dos considerados inválidos no chamado “imposto reduzido.” HEDGES, David & CHILUNDO, Arlindo. “A reestruturação da sociedade Moçambicana.” in: HEDGES, David (Coord). 1999, p. 95-99.

<sup>303</sup> Entrevista com Silvestre Fabião Chunguana, realizada em Conhane, em 16/5/2014.

<sup>304</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014. O régulo tinha a obrigação de colaborar, intensivamente, com as autoridades na elaboração dos ficheiros, na perseguição dos “ociosos, vadios e



*“Como eu sou filho do chefe da área [líder tradicional] tinha a responsabilidade de fornecer homens da minha zona [região] ao xibalo sempre que o administrador necessitasse. Era minha responsabilidade persuadir os homens, ou a irem voluntariamente, ou a serem presos e entregues às autoridades. Algumas vezes que não fui capaz de fornecer os homens solicitados, tive de ir eu mesmo para o xibalo. (...) levaram-me para nghululeni, em Xinavane, na plantação de açúcar. No fim do meu contrato de xibalo regressei à minha terra para descansar mas, antes mesmo de me instalar, veio uma nova ordem para fornecer um outro grupo de trabalhadores para o xibalo. Tive o mesmo problema – não consegui os homens exigidos – e dessa vez fui enviado para Chibuto, para cumprir o xibalo.”<sup>305</sup>*

Um dos fatores que contribuiu para que as famílias negras hostilizassem o colonato foi o “boato” que circulou antes do arranque da construção, que dava conta de que o colonato seria o novo trabalho forçado. A coincidência entre a forma do recrutamento para o trabalho forçado e o requisito da integração, no caso, a assinatura do contrato, agiu como um “barril de pólvora” para as famílias que guardavam péssimas recordações do trabalho forçado.<sup>306</sup>

Os devedores do imposto eram obrigados a assinar os contratos como compromisso de pagamento da dívida com o trabalho forçado. Essa situação foi reproduzida pelos requisitos de seleção das famílias negras em que manteve-se quase todos os personagens anteriores, como conseguimos enumerar: administrador, régulo e o empresário, nesse caso, foi substituído pelos técnicos da Brigada.

A ideia de associar o colonato ao trabalho forçado começou a se desenhar com a fixação dos primeiros colonos brancos, já que as famílias negras relacionaram o elevado número do agregado das famílias brancas e as longas jornadas de trabalho agrícola a ideia do trabalho forçado.<sup>307</sup> Isso fez com que algumas famílias negras recusassem a integração defendendo que *“se é preciso assinar o contrato, não queremos, pois isso prova que o colono branco está a cumprir xibalo. E, nós não somos criminosos nem devedores do imposto para irmos ao xibalo (...). O xibalo já chegou na nossa terra, saiu de Xinavana para aqui?”*<sup>308</sup>

---

prófugos”, denunciando-os, imediatamente, às autoridades administrativas, e de acompanhar os sipaios às terras, de modo a evitar-se perturbações no meio rural. HEDGES, David & ROCHA, Aurélio. in: HEDGES, David (Coord). 1999, p. 142.

<sup>305</sup> Relato de Mahawani Khossa, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 20. Houve famílias que devido ao xibalo abandonaram definitivamente a região integrando-se no trabalho migratório sul-africano. Há relatos de que esse grupo, quando terminava os contratos, viajava até a fronteira de Ressano Garcia onde tratava passaportes e requeria novos contratos de trabalho.

<sup>306</sup> VALÁ, Salim Cripton. 2003.

<sup>307</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>308</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 28/5/2014.

*“Ainda me lembro de pessoas [chefe de famílias], que depois de requererem, passaram todas as fases de seleção, mas recusaram integrar o colonato devido a propaganda que associava o colonato ao xibalo, fato que ganhou mais força pela forma como trabalhavam os colonos brancos (...). Uma dessas pessoas que desistiu a integração foi nosso vizinho em mananga [sequeiro] e o nome dele é Javani Dzimba. (...) ele tinha sido selecionado para viver na Aldeia de Santana.”<sup>309</sup>*

Importa reafirmar que a par do processo da integração: requerimento, seleção, admissão e assinatura do contrato, *“a Brigada definiu que a produção dos colonos devia ser armazenada nos silos da cooperativa para se garantir a sua conservação e venda,”*<sup>310</sup> isso contribuiu ainda mais para que as famílias negras recusassem a integração. A par da redução da dimensão da roça, foi difícil convencer as famílias a armazenarem a produção na cooperativa, pois essa exigência contradiz os hábitos dos camponeses de guardar a sua produção em celeiros caseiros, já que para o camponês, a produção apenas entra no mercado depois de garantir a subsistência da sua família.

### **3.2.2. O processo de integração das famílias negras**

Como tentamos elucidar anteriormente, o colonato resultou de projetos pré-elaborados, constantemente modificados juridicamente, dando mostra de que os problemas que ocorreram resultavam da difícil transição da teoria para a prática. Essa questão fica mais evidente quando analisamos a legislação da integração das famílias negras, na qual é possível perceber grandes habilidades de teorização dos legisladores, enquanto no terreno a realidade apresentou-se, repetidas vezes, contraditória. Vale salientar que, a opção por essa chamada de atenção, prende-se ao fato da constante visitação à legislação que temos vindo a realizar.

De início decidiu-se que *“os brancos receberão as glebas na base de 4ha e entremeadas as glebas dos negros com a dos brancos ficará o povoamento negro, na base de uma área igual a metade da área destinada ao branco, com culturas e regime de fruição igual para todos.”*<sup>311</sup> Para tal, as famílias negras seriam submetidas à “escola de rega”, com o objetivo de habilitarem-se em técnicas consideradas mais evoluídas do sistema de irrigação.

---

<sup>309</sup> Entrevista com Silvestre Fabião Chunguana, realizada em Conhane, em 16/5/2014.

<sup>310</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 9/4/2014.

<sup>311</sup> Despacho nº V/53 (conjunto) de 23/11/1953, apud. LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 292. O autor afirma que a distribuição de 2ha sofreu, frequentemente, redução para o caso de agregados mais restritos, como: mulheres solteiras; viúvas/separadas, sem filho ou com poucos – um ou dois – filhos, recebiam glebas de 0,5 a 1ha.

O fim em vista era “*iniciá-las nos processos [considerados] mais evoluídos da cultura em regadio, de forma a torna-las aptas a poderem posteriormente explorar áreas maiores.*”<sup>312</sup> Essa foi a primeira solução para as famílias negras que desejaram iniciar a produção em regadio: distribuiu-se metade da área dos colonos brancos instalados em casal agrícola, cujo intuito era de submeter ao “estágio” as famílias negras que seriam futuros colonos. Esse sistema designou-se por regime de fruição de gleba de 2ha pelas famílias autóctones.

Em 1957, passados cerca de três anos do arranque da fixação das famílias brancas, teve início a segunda fase<sup>313</sup> da construção das aldeias e dos respetivos canais de rega e, seguiu-se os diversos despachos que insistiram na importância da fixação das famílias negras. No entanto, a integração arrancou apenas em fruição de gleba nas roças pobres e com deficiente acesso de água.<sup>314</sup> “*Apesar dos esforços nesse sentido [início da fruição de gleba] não encontramos nada nos registros que nos foi dado compulsar. [Supomos que:] no fim de 1954, ficaram instalados 175 negros em fruição, número que elevou-se para 650 em 1958, e para 856 em 1960.*”<sup>315</sup> Em função destes dados foi nos difícil assumirmos um posicionamento sobre o início do regime de fruição de gleba. De modo a evitarmos hipóteses parciais, aprofundamos a discussão.

Em função das informações acerca da integração em agosto de 1954 do primeiro grupo de 10 famílias brancas nas aldeias pilotos, e ciente que esse número foi definido de acordo com a disponibilidade de habitação e terra irrigada, podemos colocar de lado o registo que aponta em 1954, o início da fruição de gleba. Baseados nos depoimentos recolhidos que defendem a integração tardia das famílias negras, mesmo em fruição, e associando às fases da construção das aldeias do colonato, concluímos que terá sido em 1957, o arranque da fruição.

A fruição de gleba não teve uma regulamentação própria. Há informações que avançam a elaboração do documento normativo denominado «*Projeto do Regulamento para a Ocupação e Exploração, por Autóctones de Glebas de Regadio em Fruição Familiar nos Parcelamentos do Colonato do Limpopo*», apresentado em 8 de junho de 1965. O engenheiro-chefe da Brigada julgou bem elaborado e minucioso, mas justificou que o momento era muito difícil para colocar

---

<sup>312</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 105.

<sup>313</sup> Para aprofundar a análise da integração das famílias negras, em função do período da construção das aldeias e dos respetivos canais de rega, subdividimos o colonato em cinco fases: I – Guijá e Barragem em 1953; II – Lionde, Folgares, Senhora da Graça, Santana e Pegões em 1957; III – Madragoa em 1959; IV – São José de Ribamar e Santiago em 1960 e V – Sagres, Ourique, Santa Comba e Freixiel em 1961.

<sup>314</sup> MAR, Eli J. E. 1975.

<sup>315</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 295. O mesmo autor, justificando-se da falta de fontes, refere 1956, como provável início da fruição, visto que trata-se do ano que os relatórios da Brigada começaram a registrar os valores referentes ao reembolso de 1/10, dos encargos de exploração da terra e de conservação das obras de rega.

em prática e achou oportuno a continuidade da ação da Brigada limitada a colaboração com as autoridades administrativas e os régulos.<sup>316</sup>

Inicialmente a Brigada tentou abrandar a oposição das famílias negras, mas manteve a dimensão de 2ha – o denominado regime de fruição. No entanto, duas circunstâncias forçaram a Brigada a rever e modificar a política da integração. Primeiro, a oposição das populações tinha que ser neutralizada e, segundo, os 4ha atribuídos aos colonos brancos e 2ha para as famílias negras apresentaram-se insuficientes.<sup>317</sup> Assim, em 1959, permitiu-se a entrada das famílias negras como colonos, na base da integração branca, beneficiando-se, pelo menos teoricamente, dos mesmos direitos e deveres dos colonos brancos, mas sem anular o regime de fruição.<sup>318</sup>

Dentre várias interpretações das populações acerca da aparente abertura do colonato aos negros, é importante destacar:

*“(...) depois dos 2ha atribuídos aos negros, Trigo de Morais com a sua propaganda de não discriminação racial, conseguiu enganar bem as famílias negras. Ele ordenou a construção de outras casas e ofereceu-as juntamente com machambas [roças] maiores de 4ha para as famílias que estivessem preparadas para integrar o colonato. [Cuja justificação foi]: «vocês receberão também bois, tal como os brancos, porque vocês são portugueses. Moçambique é uma província de Portugal.»<sup>319</sup>*

Como já fizemos notar, quando a Brigada expropriou as terras dos camponeses do vale do Limpopo fez algumas promessas dentre as quais, a de (re)integração. *“Prometeram devolver nossas machambas [roças] aceitamos, mas com o coração a doer porque essa terra sempre foi nossa e não entendíamos como um estrangeiro mandava nos nossos bens da natureza.”<sup>320</sup>* Em 1959, quando iniciou-se a construção da Aldeia de Madragoa, a Brigada fez nova promessa justificando que o modelo de casas geminadas, respondia à política da integração no colonato que estabelecia a ocupação entremeada por brancos e negros, o que não aconteceu, tendo se integrado mais as famílias brancas.<sup>321</sup>

---

<sup>316</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

<sup>317</sup> HERMELE, Kenneth. 1986.

<sup>318</sup> NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Publicações Europa-América, 1995, 509 p.

<sup>319</sup> Relato de Eduardo Nkuna Machele, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 86.

<sup>320</sup> Entrevista com Maria Mapoissa Sotho, realizada em Chókwè, em 14/5/2014.

<sup>321</sup> Entrevista com Velemo Nkambaco, antigo colono negro integrado da Aldeia de Madragoa, realizada em Xilembene, em 24/5/2014. Ao falar sobre as famílias que se sucederam na sua casa geminada, um filho de colonos negros disse lembrar-se do Sérgio Nhambe (negro) que depois foi transferido para a Aldeia de Madragoa; Ramalho (branco) que era mecânico da Brigada, por isso não permaneceu por muito tempo e Antônio também (branco) que viveu na casa até o pós-independência. Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

Foram implementadas duas formas de integração. A primeira, consistiu na atribuição de 2ha de terra irrigada onde as famílias trabalhavam a partir das suas próprias casas – *semicolono* – e a segunda, as famílias foram obrigadas a abandonar o seu meio social para viverem na aldeia do colonato, onde receberam casa, roça na base de 4ha, diversos materiais agrícolas e subsídios nos primeiros anos de instalação – *colono pleno*. Vale referir que, o processo de fixação negra foi acompanhado por problemas *inter* e *extra* famílias negras, parte dos quais ficou explícito no seguinte relato que transcrevemos na íntegra:

*“A minha família [Chuverri Nhambe], juntamente com a de Jossias Mulambo, Vasco Mapossa, Enoque Nhambe, Stefane Mulambo, Shiau, Vasco Tivane, etc.<sup>322</sup> aceitamos ser colonos. Logo isso foi motivo de contestação local, mas não tivemos outra opção que não fosse de se submeter ao colonato (...). No momento perguntei para Nhambe [meu marido] se íamos conseguir a produção que a Brigada queria [exigia] e respondeu que confiava na minha dedicação na machamba [roça] e me lembrou do ditado dos Machangana [população da região, a designação deriva da língua materna local] que diz: «Quando a situação obrigar, uma pessoa pega carvão em chama, mesmo sabendo que vai queimar» (...) foi isso que aconteceu, devido a pobreza das terras do mananga [sequeiro]. São as terras do mananga que fizeram de nós colonos aqui. Ainda guardo algumas mágoas de ofensas de várias pessoas negras que recusaram ser colonos, como quando nos saudavam falavam: «(...) Bom dia mulungu [branco], vocês são brancos porque aceitaram viver nas casas dos brancos». Vivo com estas magoas por saber que meu marido não decidiu integrar o colonato por causa destas casas aqui, ou qualquer outra coisa que não fosse de garantir o sustento para a nossa família. [No entanto], parte das famílias que nos riram, depois procurou pela Brigada para pedir ser colono, porque a fome no sequeiro era maior e viram que nós estávamos “bem” como colonos. As pessoas começaram a justificar que, já que recusaram entrar nas casas dos colonos, agora pedem machambas [roças] para cultivar e a Brigada respondeu: «Como vocês atrasaram se decidir na altura [momento] em que o regadio tinha mais machambas, agora só podem esperar os 2ha».”<sup>323</sup>*

Como abordamos anteriormente, quando a Brigada decidiu iniciar a integração negra, convidou famílias com antecedentes de expropriação das suas terras e como não houve cadastro dos expropriados, privilegiou grupos de famílias influentes para a integração. Devido a diversos motivos, associados a heterogeneidade das famílias influentes, algumas não aceitaram o convite e outras ainda exigiram a antiga dimensão das suas terras, contrariando os princípios da Brigada.

---

<sup>322</sup> Foram integradas na Aldeia de Lionde as seguintes famílias negras: Zankewu Mahlayeye; Ernesto Machel; José Zitha; Júlio Guenha; Sebastião Chana; Lourenço Matavele; etc. Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>323</sup> Entrevista com Maria Mapoissa Sotho, realizada em Chókwè, em 14/5/2014.

*“A família Chókwè-chambale [figura da religião protestante], por exemplo, recusou integrar o colonato por considerar os 2ha insuficientes para alimentar uma família e os 4ha, ao obrigar a família a abandonar o seu meio social, violava a tradição da região.”<sup>324</sup>*

Para um camponês negro que antes do colonato explorava roças com cerca de 10-15ha, foi difícil compreender que devia contentar-se com 2-4ha, mesmo na condição de serem terras irrigadas. Os estudos dos técnicos da Brigada que apresentavam prognósticos satisfatórios de produção em 2-4ha, não estavam ao alcance das populações, que foram transmitidas de geração em geração, que ter maior quantidade da terra representava um alto *status-quo* na povoação.<sup>325</sup>

*“Depois das insistências dos Chambale, a Brigada devolveu suas [parte das] terras. A sua exigência foi de terem a mesma dimensão que ocuparam antes do colonato, proposta recusada. A Brigada atribuiu 2ha a cada chefe da família, exceto Micas Chambale, que teve um tratamento especial ao receber um pouco mais. A cedência da Brigada às exigências dos Chambale não foi suficiente para abrandar a sua revolta (...) tendo defendido que deviam ser devolvidos as suas terras e se comprometiam a pagar as taxas de uso da água. [Entretanto], a Brigada se distanciou do debate da devolução das áreas expropriadas, pois em caso de ter aceite aquela proposta teria tido forte oposição de várias famílias que também eram proprietárias das terras onde foi implantado o colonato (...). No caso da minha aldeia [Lionde], a maior parte da terra pertencia a Zankewu Mahlayeye, que quando foi integrado atribuíram-lhe 8ha.”<sup>326</sup>*

Quase todos os membros da família Chambale receberam 2ha. O que ocorreu com Micas – *“o único camponês negro não colono, que recebeu machamba [roça] com mais de 2ha”<sup>327</sup>* – deve ser repensado, reavaliado e enquadrado na mais antiga e velha política colonial de dividir para dominar. Percebemos que um dos objetivos dessa estratégia foi de enfraquecer as revoltas que tiveram nos Chambale o seu epicentro de irradiação.

A família Chambale foi uma das primeira a recusar ser colono e consta que não chegou a integrar-se nas aldeias do colonato. Quando a Brigada solicitou, os Chambale recusaram tendo argumentado: *“Não queremos viver nas casas dos brancos, deem-nos machambas [roça] para cultivar, e fá-lo-emos a partir das nossas casas. Nós somos agricultores [camponeses], e vocês encontraram-nos a fazer, justamente, isso quando chegaram nessa terra.”<sup>328</sup>*

---

<sup>324</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 28/5/2014.

<sup>325</sup> VALÁ, Salim Cripton. 2003.

<sup>326</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>327</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

<sup>328</sup> Relato de Eduardo Nkuna Machele, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 86-87.

Na família Chambale esteve sediada a revolta contra as normas da integração negra.<sup>329</sup> Essa postura é antiga, remontando a construção do colonato, quando a família impôs-se contra a expropriação das terras na região. Consta que algumas famílias seguiram o exemplo, mas com outras motivações, como o passado sofrido causado pelo colonialismo, o que as fez interpretar a integração como uma estratégia colonial de exploração. Em parte, isso fez com que as famílias se distanciassem do colonato, por considerarem que o colonialismo não mudaria bruscamente. Uma metáfora que reunimos dos relatos evidencia esse receio da seguida forma: “(...) *ficamos como medo, porque nunca é possível um xingovhe [gato selvagem] transformar-se em xipichi [gato doméstico], (...) uma cobra, sempre nasce cobra e morre cobra.*”<sup>330</sup>

Inicialmente, a maioria das famílias duvidou da política de integração negra devido ao seu arranque tardio, o que fez as famílias perderem expectativas de integração.<sup>331</sup> Continuaram a reproduzir a ideia de falsas promessas do colonialismo que já era uma característica conhecida entre as populações.<sup>332</sup> As pessoas mais velhas foram as que intensamente duvidaram da fixação negra. Isso ganha mais consistência na seguinte fala:

*“O meu avô, lembrando-se do momento que antecedeu a seleção do meu pai, dizia que quando tomou conhecimento que o filho havia se candidatado, avisou-lhe que não iria se responsabilizar por alguém que se deixou enganar e confiou a palavra dos portugueses. (...) meu pai, por sua vez, explicou que estava preparado para tudo e que em caso de não conseguir ou de ser enganado pelos portugueses, pelo menos teria valido a pena ter experimentado, porque já não aguentava cuidar de nós, com as machambas [roças] do sequeiro.”*<sup>333</sup>

As famílias negras tiveram receio de viver com os colonos, convivendo diariamente,<sup>334</sup> pois era impossível acreditar que o colonialismo começava a ponderar, ao menos teoricamente, o convívio multi-racial. “*Eu estudei e trabalhei em maior parte dos distritos ao Sul da colônia, sei como foi difícil conviver social e profissionalmente com o português.*”<sup>335</sup> Por isso, a recusa precisa ser analisada em função de uma profunda experiência dolorosa, anterior ao colonato e acumulada de geração em geração.

---

<sup>329</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>330</sup> Entrevista com Velemo Nkambaco, realizada em Xilembene, em 24/5/2014

<sup>331</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>332</sup> Entrevista com Velemo Nkambaco, realizada em Xilembene, em 24/5/2014.

<sup>333</sup> Entrevista com Silvestre Fabião Chunguana, realizada em Conhane, em 16/5/2014.

<sup>334</sup> VALÁ, Salim Cipton. 2003.

<sup>335</sup> Entrevista com Augusto Nombora Welemo, realizada em Chókhwè, em 10/6/2014.

Ademais, o fato das terras do sequeiro serem improdutivas e o clima caracterizado por irregularidades ou mesmo chuvas escassas, colocava as famílias frequentemente sem água nem alimentos. No período de seca, nada que fosse da iniciativa humana brotava nas roças, nem a esperança, visto que a cerimônia da evocação das chuvas<sup>336</sup> foi combatida pela Brigada. Assim, a maior parte das famílias recém-constituídas, arriscou contra todo o terror a sua integração.

Uma percentagem significativa das famílias negras entendeu que era inconcebível o fato das famílias brancas terem prioridade na integração em detrimento das negras – os verdadeiros donos da terra – por isso pressionou a Brigada de modo a iniciar ou mesmo a intensificar a sua integração. A questão da inconformidade de algumas famílias fez-nos ensaiar a ideia de associar a integração a formas de resistência<sup>337</sup> colonial. O relato que se segue constitui o prelúdio dessa nossa ideia:

*“Foi difícil entender quando o meu marido [Chuverri Nhambe] explicou-me que a nossa integração era uma forma de luta contra o colonialismo. Segundo ele, e como você sabe, nem todas as pessoas que lutaram estavam do lado da FRELIMO, outras viveram com os colonos para estudarem os pontos fracos deles (...) nós podemos enquadrar-se nessas pessoas. Lembro que meu marido dizia que a terra é nossa, não devíamos abandoná-la em benefício dos colonos brancos, acontece o que acontecer, tínhamos que entrar no colonato de modo a lutar por essa causa e se for para morrer, morreríamos felizes na terra onde nós e os nossos antepassados nascemos. (...) não foi fácil entender, mas tive que respeitar a escolha dele. Requeremos, passamos a primeira fase, fomos aprovados no hospital, ele assinou o contrato e fomos integrados aqui [Aldeia do Guijá]. Esqueci o ano [provavelmente em 1959/60], mas fomos os primeiros a entrar aqui.”<sup>338</sup>*

Ao avaliar os relatos recolhidos, concluímos que a opção em integrar o colonato teve como justificativas: (i) recuperar a terra expropriada, (ii) improdutividade das terras do sequeiro e (iii) inconformidade com a prosperidade dos colonos brancos. O fator resistência que permeia

---

<sup>336</sup> Esse assunto é referenciado parcialmente por Mia Couto na, já citada, reportagem da RTP. Da sua explanação, compreende-se que o colonialismo, não apenas eliminou “a mitologia dos povos africanos”, como substituiu-a por possível “mitologia portuguesa.” No Limpopo por exemplo, criou-se o mito do surgimento do colonato com Trigo de Moraes, que atualmente é seguido e respeitado. <http://www.youtube.com/watch?V=JDB5Pm1UUGM>. Acesso em 4/11/2014.

<sup>337</sup> Pretendemos que seja compreendida como diversas formas de oposição ativa e passiva que foram desenvolvidas clandestinamente por um grupo de pessoas em defesa dos seus ideais em oposição ao poder instituído pelo colonato e pelo colonialismo no geral. Entretanto, como indica o próprio termo, tratou-se mais de uma reação do que uma ação, de uma defesa do que uma ofensiva e de uma oposição do que uma revolução. ALMEIDA, Antônio, et al. *Dicionário breve de história*. Lisboa: Editora Presença, 1996, p. 173. e BOBBIO, Norberto; MTTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Volume II, Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 1114.

<sup>338</sup> Entrevista com Maria Mapoissa Sotho, realizada em Chókwè, em 13/5/2014.



algumas falas foi referenciado como uma posição em função da ideia portuguesa de construir no Limpopo o colonato. “Fazer de Gaza, um espaço com tradição de resistência à ocupação efetiva, uma região domesticada (...) para que nas eventuais lutas de libertação pudesse servir de região tampão.”<sup>339</sup> Impedir esse cenário de certa acomodação colonial foi algo que apareceu em algumas entrevistas, como podemos ver no trecho a seguir:

*“Eu testemunhei uma situação que ocorreu com um técnico da Brigada, por sinal um grande amigo. Sempre tive o desejo de deixar algo escrito acerca da memória<sup>340</sup> que tenho desse amigo que secretamente explicou-me porque a sua ligação com o colonato era uma resistência silenciosa. Acho que esta é a oportunidade certa para registrar o que vivenciei com esse amigo de nome Joel Guduana. Confio em ti, e sei que não és da PIDE, pois vivo com trauma desses agentes coloniais.<sup>341</sup> O pai desse meu amigo foi o Pastor Guduana que pregou na igreja metodista livre de Nwamuchinga perto da casa dos Capela, em Xilembene [Aldeia de Madragoa], foi por muitos conhecido e respeitado (...) eles são naturais de Panda – Inhambane. Joel era um jovem criativo, trabalhou como apontador na Brigada e durante a década de 1960, já falava o inglês, onde aprendeu aquilo? Ninguém sabia. Sempre dizia que um dia ia sair da Brigada para um lugar que pudesse informar à pessoas certas os pontos fracos do colonialismo. Só mais tarde soube que esse lugar era a Tanzânia e essas pessoas referia-se a FRELIMO. Joel foi o primeiro membro da FRELIMO enviado da Tanzânia para o colonato, com as orientações de encontrar-se com o régulo Eduardo Mutsopi Nkuna, que juntamente, com a família Nhlana, recolhiam as nossas contribuições e mantinham contato com a Tanzânia. (...) Quando ele chegou à casa do régulo, este estava reunido em Madragoa. Assim, Joel decidiu ir à Madragoa por ser perto de onde o seu pai foi pastor o que conferia-lhe segurança perante a vigilância da PIDE, mas ao chegar, percebeu que toda a população de Nwamuchinga estava reunida com o régulo e decidiu aproximar o local da reunião sem saber que estava a se entregar à PIDE. Na reunião estava um colega nosso, negro também, funcionário dos Correios, chamado Xiviti que ao reconhecer-lhe acionou a polícia que prendeu e enviou-lhe para a BO [cadeia de máxima segurança em Lourenço Marques]. (...) recebi as suas últimas notícias através de um*

---

<sup>339</sup> VALÁ, Salim Cripton. *Desenvolvimento agrário e papel da extensão rural no Chókwè (1950-2000): Conflitos de interesse entre o Estado e os agricultores?* Maputo: Promédia, 2006, p. 100.

<sup>340</sup> A memória individual divide-se internamente entre o desejo de silenciar e esquecer e a necessidade de expressar ou registrar. PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Vai Di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944).” in: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos & abusos de la História Oral*. Brasil: Fundação Getúlio Vargas, Capítulo VIII, p. 24. Pela idade avançada desse entrevistado, o desejo de registrar a memória enquadra-se no estágio de «romper o silêncio», que é o momento em que as testemunhas oculares cientes que vão desaparecer em breve, procuram inscrever suas lembranças contra o esquecimento. POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, Volume 2, nº 3, 1989, p. 4.

<sup>341</sup> Foi frequente durante as seções de conversa, que o entrevistado, ou mandava desligar o gravador, ou dizia: “não grava isso” justificando-se do trauma que guarda da PIDE e assim obedecíamos, mas sabendo que na construção da memória, os episódios narrados são muito importantes quanto aqueles que são esquecidos ou sobre os quais de forma eloquente – simplesmente se silencia. MATTOS, Hebe. 2005, p. 53-54.

*amigo daqui, que também foi preso, que me disse que Joel, por negar revelar segredos da FRELIMO, foi torturado até a morte pela PIDE.*”<sup>342</sup>

A partir dessa fala percebemos que a criação do colonato coincidiu com o momento de profundas mudanças sócio-políticas na região, o que permitiu que alguns funcionários, régulos, colonos negros e famílias em geral, tomassem contato ou mesmo desenvolvessem a consciência nacionalista. O exemplo desse técnico, atesta a presença de ideias independentistas entre a população, situação que nos permitiu reavaliar o prognóstico do governo português, segundo o qual, a massificação da integração negra ofuscaria o apoio aos movimentos independentistas.

Se num primeiro momento, o registro numérico do alistamento permite-nos construir a ideia de que as famílias negras confiaram na promessa da sua integração, o arranque tardio da política, a experiência dos colonos brancos e a fraca abrangência, fizeram com que um segundo momento, fosse de recusa à integração e um terceiro, de pressão popular. Essas tendências, podem ter resultado da combinação de fatores: (i) o cotidiano dos primeiros colonos brancos; (ii) requisitos de seleção das famílias negras e (iii) consolidação da consciência nacionalista.

O clima tenso criado pela política da integração negra deve ser analisado tendo em conta o momento colonial face à crítica internacional que discutia o fim dos impérios colônias e o início das guerras colônias. A tensão era evidente, do contrário como entender que “*em 1961, Trigo de Moraes decidiu realizar campanhas de sensibilização das famílias negra*”<sup>343</sup> de modo a convidá-las ao colonato. Obviamente, isso deveria ocorrer numa situação de fraca procura, mas os números do alistamento, já referenciados, e as próprias admissões provam o contrário.

Como fizemos notar, o ano de 1961, foi o auge do recrutamento a partir da metrópole e o colonato encontrava-se na quinta e última fase de construção das aldeias e sem perspectivas

---

<sup>342</sup> Entrevista com Augusto Nombora Welemo, realizada em Chókwè, em 10/6/2014. Essa ideia foi ainda relatada por Francisco Mabunda e Alfredo Mukhavele, sendo que a experiência de Mukhavele, apesar de não ter sido, regra geral, sacrificante, esclareceu como um funcionário negro da Brigada resistiu clandestinamente, sem ser associado à FRELIMO. O seu relato – segue em anexo 13 – evidencia que essa realidade desenvolveu-se num terreno bastante controverso. Os relatos de Mabunda foram permeados por diversos exemplos de sacrifício em nome da FRELIMO, dentre os quais selecionamos o seguinte: “Fui suspeito de pertencer a FRELIMO na clandestinidade. Meus colegas da Brigada advertiram-me que estava a ser sondado por funcionários brancos que se suspeitava serem ou terem ligação com a PIDE e eu respondi que até se provar o contrário não tinha ligação com a FRELIMO e não conhecia o assunto que estavam a me abordarem. Do nada, chegou na minha casa, aqui no sequeiro de Lionde, uma ordem que obrigava a minha transferência, juntamente com a família para a Aldeia sede do Guijá. Isso foi em princípio de 1974. O objetivo dessa ordem era para a PIDE poder controlar todos os meus movimentos, ou seja, para vigiarem-me de perto. Meses depois caí preso, primeiro aqui no Chókwè [colonato] e depois na BO em Maputo [Lourenço Marques]. Em ambas as prisões não provou-se a minha ligação com a FRELIMO, não obstante fui submetido à julgamentos militares acompanhados por torturas, onde na BO, por exemplo, a PIDE bateu-me até sangrar pelas narinas, vomitar sangue, depois desmaiei e acordei no hospital. Fiquei internado cerca de três meses.” Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>343</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 9/5/2014.

de crescimento horizontal<sup>344</sup> que foi o condicionamento da integração das famílias negras. Esses fatos permitiram-nos levantar a seguinte pergunta: *Qual terá sido o objetivo dessas campanhas de sensibilização?* Impossível não relacionar a resposta ao início da guerra pela independência em Angola, a outra grande colônia portuguesa na África, também em 1961. A seguir, trataremos desse e outros assuntos da integração negra.

### 3.2.3. A campanha de sensibilização das famílias negras para o colonato

A hostilidade das populações locais com o colonato forçou Trigo de Moraes a contratar Calçado Bastos, funcionário que se encontrava aposentado – administrador e intendente<sup>345</sup> –, experiente no contato com os hábitos e costumes da região, na tentativa de mobilizar as famílias negras a integrarem-se. Para tal, foram promovidos grandes encontros com régulos de modo a auxiliarem na sensibilização. *“Um dos papéis do Calçado Bastos foi de aconselhar e persuadir os negros, através dos chefes das famílias.”*<sup>346</sup>

O elevado registro numérico do alistamento<sup>347</sup> das famílias, anteriormente referenciado, contraria a introdução dessas campanhas. Usou-se, o pretexto de fraca aderência das populações ao colonato do Limpopo na tentativa de enganar a crítica internacional, sob o argumento de que o governo se engajava na integração das famílias negras. *“Eles convidaram estrangeiros para participar nas campanhas e visitar o colonato para verem que havia preocupação de colocar os negros e brancos a viverem sem discriminação.”*<sup>348</sup> Tais campanhas foram articuladas com diplomatas estrangeiros como hipocritamente se evidencia:

*“O convívio fraterno entre os dois grupos de colonos é de tal grau que o embaixador dos Estados Unidos da América na Tanzânia, numa visita ao colonato, afirmou o seguinte: «Não conheço em África qualquer realização similar, especialmente, sob o aspecto social, a verdadeira comunidade de brancos e negros que ali é muito significativa».”*<sup>349</sup>

Essas campanhas de sensibilização arrancaram provavelmente nos princípios da década de 1960, quando a Brigada, Calçado Bastos e Alfredo Mukhavele sensibilizaram intensamente

---

<sup>344</sup> Depois das aldeias construídas em 1961, – V fase – o colonato não mais cresceu fisicamente, que era a condição para a integração das famílias. Com a prática da expulsão, as integrações passaram a não depender, exclusivamente da expansão física do colonato, mas da demissão compulsória dos colonos.

<sup>345</sup> Categoria da administração colonial. A hierarquia do aparelho administrativo, iniciava com o Aspirante; Chefe do Posto; Secretário; Administrador; Intendente e Inspetor. Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 29/5/2014.

<sup>346</sup> Relato de Eduardo Nkuna Machele, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 87.

<sup>347</sup> Cerca de 2.000 em 1953, 3.840 em 1957, e 4.774 em 1964.

<sup>348</sup> Relato de Eduardo Nkuna Machele, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 87.

<sup>349</sup> MORAIS, Trigo, apud. ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 40.

as famílias.<sup>350</sup> “Com as palavras que por vezes pareciam espelhar a realidade pura, por serem faladas em changana, Alfredo Mukhavele exerceu um grande papel como mobilizador.”<sup>351</sup> Do depoimento do próprio Mukhavele transcrevemos o seguinte:

*“Afonso Calçado Bastos<sup>352</sup> foi contratado pela Brigada como alto conselheiro do colonato e mobilizador das famílias negras para integrarem o colonato, sendo que para essa última tarefa fui selecionado para ser seu guia e intérprete. (...) a minha primeira participação nessas campanhas foi em 1963, no regulado de Muwei [sequeiro próximo da Aldeia de São José de Ribamar], onde o régulo juntou camponeses proeminentes e algumas famílias. As atividades visavam explicar as populações que o colonato era para brancos e negros, sendo que depois de traduzir o discurso de Bastos que incidia aos critérios e benefícios da integração, reservava-se alguns minutos para eu apresentar a minha opinião acerca do assunto, ao que afirmava: «é pena que os funcionários da Brigada não podem se transformar em colonos, pois eu seria a primeira pessoa a integrar-se para ter esses inúmeros benefícios».”<sup>353</sup>*

As palavras de ordem durante as campanhas foram a continuidade do discurso de Trigo de Moraes: «O colonato é tão bom para os brancos, como para os negros». Explicava-se que o trabalho migratório para as minas sul-africanas<sup>354</sup> não trazia ganhos nacionais, enquanto a integração garantiria o desenvolvimento socioeconômico para as famílias.<sup>355</sup> “Para mim, o objetivo das campanhas foi contribuir para limitar a emigração para a África do Sul e enganar as famílias negras em integrar-se ao colonato para afastar-lhes das ideias nacionalistas.”<sup>356</sup>

A sensibilização das famílias negras ocorreu em simultâneo com a dos colonos brancos. Os padres foram os responsáveis por essa tarefa.<sup>357</sup> Se antes o colono era aconselhado a sentir-se superior ao negro e a deixar bem vincada a superioridade no relacionamento social, agora é aconselhado a não se aproximar do negro como se este fosse inferior.<sup>358</sup> Isso ocorreu porque o

---

<sup>350</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>351</sup> Entrevista com Augusto Nombora Welemo, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

<sup>352</sup> O seu primeiro nome é Antônio. Relato de Eduardo Nkuna Machele, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 87. Confrontamos essa contradição ao nosso entrevistado e reiterou que o primeiro nome é Afonso.

<sup>353</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 29/4/2014.

<sup>354</sup> Devido à falta de emprego, diversas gerações de jovens procuravam melhores condições de vida e emprego na África do Sul. Alguns colonos negros, responsabilizavam o casal agrícola aos filhos mais velhos e seguiam para o trabalho migratório. Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

<sup>355</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 29/4/2014. Sobre as palavras de ordem nas campanhas, contamos com relatos das pessoas mobilizadas: “O colonato é para os negros também. Nos primeiros anos, a Brigada vai distribuir para além da casa e terra irrigada, os seguintes bens: bacalhau, azeite doce, farinha de trigo para fazer pão, sementes, etc. Por isso estamos aqui para convidar-vos a integrarem o colonato e afirmamos – vamos fazer parte do colonato.” Entrevista com Velemo Nkambaco, realizada em Xilembene, em 24/5/2014.

<sup>356</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>357</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>358</sup> CASTELO, Cláudia. 2007.

governo percebeu que os impérios coloniais começavam a se movimentar irreversivelmente em direção às independências. Esse assunto surge na seguinte fala:

*“Os colonos começaram a criticar Eduardo Mondlane, [primeiro presidente da FRELIMO] afirmando que era gente grande com níveis de escolarização obtidos fora da África e que tinha emprego garantido na colônia, não entendiam porque foi se juntar à FRELIMO, em Tanzânia. Os brancos começaram a ter medo dos negros, não respeito! Porque isso deviam ter apresentado quando chegaram (...). Quando houve a ação de Bastos e Mukhavele, as pessoas informadas, como nós, aperceberam-se que aquelas campanhas eram para adiantar as ações que mais tarde iriam criar problemas aos nacionalistas.”<sup>359</sup>*

Ao reavaliar a questão da antecipação das ações que visavam enfraquecer qualquer base de um futuro apoio ao movimento nacionalista, deparamo-nos com algumas questões que tanto reforçam a ideia da influência de um possível temor aos nacionalistas, quanto o oposto disso. Afinal a FRELIMO foi criada em 1962, provavelmente depois do início das campanhas e em 1965, houve a drástica redução da integração negra, mas talvez esse fato esteja relacionado ao início em 1964, da guerra na colônia de Moçambique.

Por outro lado, criada a FRELIMO, a opção pelo colono branco manteve-se e os seus números continuaram a subir por longo período. Isso reforçava a ideia de que um dos principais objetivos do colonato era garantir o acesso à terra para as famílias metropolitanas e despistar a crítica internacional que considerava o colonialismo uma instituição anacrônica.

A integração negra parece que foi iniciada tarde, mas na verdade seguiu o programado no projeto de Trigo de Moraes. Sabe-se que foram três as decisões que justificaram essa demora, nomeadamente: (i) o colonato teve como seu grupo alvo os camponeses brancos, (ii) o ensaio da fixação tinha que ser com colonos brancos, por isso, as 10 vagas disponibilizadas em 1954, foram para esse grupo e (iii) os negros passariam por fase “probatória” para serem colonos.<sup>360</sup>

Questionamos a um antigo técnico da Brigada o seguinte: se as independências africanas e a consolidação da consciência nacionalista na colônia de Moçambique, contribuíram para que Trigo de Moraes reformulasse a política da integração negra? Ao que respondeu: *“Não sei, mas devo afirmar que, fui militar da classe indígena portuguesa e depois de regressar de Lisboa em 1960, defendia que o armamento português esmagaria qualquer luta de independência.”<sup>361</sup>*

---

<sup>359</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>360</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 9/5/2014.

<sup>361</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 9/5/2014.

Insistimos nesse aspecto, perguntamos se foi coincidência o fato da integração negra ter iniciado no momento em que a maior parte das antigas colônias africanas conquistavam as suas independências e na colônia de Moçambique verificava-se, embora de forma embrionária, a consolidação da consciência nacionalista? Ao que manteve firme suas convicções e concluiu: *“Talvez o governo ou o próprio Trigo de Moraes sabiam disso ou pensaram no apoio dos jovens aos movimentos nacionalistas, mas nós os funcionários não fomos informados. (...) e eu próprio duvido desse [possível] medo, como já expliquei.”*<sup>362</sup>

No entanto, é pertinente referir que o início da integração das famílias negras e mesmo das campanhas de sensibilização, se não estiveram relacionados diretamente com a criação da FRELIMO, certamente respondiam ao receio do colonialismo português do contexto africano de desenvolvimento dos movimentos independentistas e a crescente propagação dessas ideias em quase todo o continente, incluindo na colônia de Moçambique.

A agitação de nacionalistas da colônia de Moçambique tendente a criação de movimento independentista ganhou alguma dimensão no início da década de 1960. Essa realidade pode ter forçado a Brigada ao aparente abandono da política que visava limitar a integração das famílias negras, visto que *“cerca de 500 negros foram instalados depois da experiência de 1958, com uma família. E, foi essa a prática que seguiu-se depois da revogação do Estatuto do Indigenato pelo Decreto-lei nº 43.893, de 6 de setembro de 1961.”*<sup>363</sup>

O Estatuto do Indigenato serviu, no caso em análise, como um dos requisitos de seleção que visava limitar a integração negra. Relembrar que a família Chambale ao recusar o convite para integrar o colonato, informou a Trigo de Moraes o seguinte: *“(...) se quer que nós venhamos para as vossas casas, será na condição de que não tenhamos que nos tornar assimilados, visto que pretendem que sejamos portugueses.”*<sup>364</sup> Contudo, com a sua abolição em 1961, a Brigada pode ensaiar, apesar do racismo e das dificuldades de alguns colonos em assumir a ideia, um discurso de igualdade racial,<sup>365</sup> que apelava para a integração massiva das famílias negras.

---

<sup>362</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókhwè, em 9/5/2014.

<sup>363</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 294-298.

<sup>364</sup> Relato de Eduardo Nkuna Machele, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 86-87.

<sup>365</sup> Era difícil convencer indivíduos que cresceram ouvindo que os negros eram inferiores, serviam apenas para o trabalho muscular, que era necessário coagi-los ao trabalho, porque eram por natureza ociosos, a conviverem de igual para igual com eles, precisamente no momento em que alguns deles contestavam o domínio português. Não admira que muitos colonos, sobretudo das camadas mais baixas da sociedade, encararam com desconfiança ou incredulidade as novas notícias multirraciais divulgadas nos discursos dos políticos na imprensa e na rádio. CASTELO, Cláudia. 2007, p. 275. Um exemplo dessa situação esteve presente no seguinte relato: “A Brigada sensibilizou os brancos a pautarem por boa convivência, mas mantiveram o racismo [injúria, preconceito e discriminação], não obstante o recurso à força por parte da polícia na resolução de problemas de racismo, em que os acusados eram os colonos brancos. As acusações foram, majoritariamente, de preconceito racial como chamarmos preto ordinário, etc., etc.” Entrevista com Azélia Lisboa Moyana, realizada em Chókhwè, em 10/6/2014.

A intensificação da integração das famílias negras verificada nos princípios da década de 1960, torna-se instigante se percebermos que no caso das últimas três aldeias – Sagres; Santa Comba e Freixiel – a sua construção iniciou em paralelo a revogação do Estatuto do Indigenato. “[Depois de 1961] mesmo as famílias negras analfabetas foram integradas no colonato, porque eles [Brigada] estavam apenas interessados nos números, quantos negros foram recrutados.”<sup>366</sup> Para aprofundar a análise do processo da integração negra, recorremos a dados que fornecem algumas pistas para desvendar o mito salazarista do *Lusotropicalismo*. Eis os números:

**Quadro 4.** Número de famílias negras integradas em casal agrícola, 1959-1967

Anos	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967
Famílias	12	16	123	271	474	476	427	465	440

**Fonte:** LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 299. - adaptado pelo autor.

**Quadro 5.** Distribuição de colonos por aldeias do colonato, 1969

Aldeias	Colonos		Total
	Branços	Negros	
Vila Trigo de Morais	120	6	126
Barragem	39	2	41
Lionde	94	5	99
Folgares	182	57	239
Sagres	40	15	55
Freixiel	130	128	258
São José de Ribamar	31	1	32
Senhora da Graça	204	8	212
Madragoa	103	171	274
Ourique	64	5	69
Santa Comba	45	11	56
Santana	26	2	28
Pegões	22	1	23
Soma	1.100	412	1.512

**Fonte:** ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 109 - adaptado pelo autor.

Constatamos que apenas em 1961, 1962 e 1963, as novas integrações das famílias negras atingiram, em números absolutos, centenas de famílias, situação que não se observou nos anos subsequentes onde os números oscilam em dezenas, ou mesmo registraram uma diminuição.

<sup>366</sup> Relato de Eduardo Nkuna Machele, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 88.

Essa última situação não pode ser entendida como uma não integração de novas famílias, mas sim como o resultado de demissão de um maior número de colonos negros do que a integração desses. Apesar da indisponibilidade de dados precisos sobre a demissão de colonos, foi possível percebermos essa questão ao analisarmos o número total dos colonos negros em 1965 e 1967.

Com base no quadro importa ainda comentar o crescimento em duas unidades verificado em 1964, número bastante reduzido se tabulado com o alistamento referenciado anteriormente de 4.774 famílias negras que procuraram o colonato no mesmo período. Esses dados ganharam algum significado de análise pelo fato de ter sido em 1964, que iniciou a luta de libertação na colônia de Moçambique.

Os dados atestam, em parte, que a política de integração negra, ou fora menosprezada e tendencialmente inviabilizada desde a implementação, por isso constantemente adiada, ou foi obviamente, uma estratégia colonial para despistar a crítica internacional. Insistindo na análise desses números, percebemos que as famílias negras alcançam bem menos da metade do número das famílias brancas.<sup>367</sup> “[Com esses dados], contata-se que a constituição de colonatos mistos [em geral] foi um mero expediente de propaganda. Além de serem poucos em número, também não conseguiram afirmar-se como locais de integração e harmonia multi-racial.”<sup>368</sup>

Com base nesses dados percebemos ainda que, durante os princípios da década de 1960, apesar da indefinição da estratégia de luta pela independência dos três<sup>369</sup> principais movimentos políticos, a sua formação despertou alguma atenção do governo colonial, do desejo abertamente expresso de libertação da colônia de Moçambique. As exigências desses movimentos ganharam consistência a partir de 1962, com a união que resultou na FRELIMO. Foi precisamente durante os princípios da década de 1960, que a Brigada massificou a integração das famílias negras, o que comprova a estratégia do uso do colonato para fins políticos.<sup>370</sup> Entretanto, com o início da

---

<sup>367</sup> A disparidade racial na integração e nos benefícios é evidenciada nas seguintes estatísticas: Em 1974, o colonato registrou 1.380 colonos (968 brancos e 412 negros) e 2.540 *semicolonos*. O número dos negros – *colonos plenos e semicolonos* – foi de 2.952, que representava 76.4 % e, exploravam 7.616ha, correspondente apenas a 47,9%. Em contrapartida, os 968 colonos brancos representavam 24.4% dos ocupantes da terra, mas exploravam 8.273ha, o equivalente a 52% da área total irrigada. VALÁ, Salim Cripton. 2003, p. 83.

<sup>368</sup> CASTELO, Cláudia. 2007, p. 161.

<sup>369</sup> UDENAMO criado em 1960. UNAMI e MANU, ambos fundados, em 1961.

<sup>370</sup> Como nos referimos, a criação do colonato, justamente no vale do Limpopo apresentou algumas interpretações políticas, embora não assumidas pelo governo português. Todavia, o mesmo não ocorreu com a intensificação da integração negra a partir de 1961, cujos objetivos políticos reapareceram explicitamente: (i) estabelecer no vale do Limpopo, uma região que mais tarde constituísse barreira ao avanço de eventuais movimentos nacionalistas que emergiam em África e registravam na colônia de Moçambique, os primeiros passos; (ii) intensificar a colonização com a ida para Limpopo de maior número possível de colonos brancos, de modo a fazer face a futuras ações de reivindicação de independência nacional; (iii) atrair populações negras para a criação da emergente burguesia rural aliada ao governo colonial, (iv) criar uma classe de agricultores negros que se tornaria apoiante do regime através da incorporação no Estado colonial, etc. Essa questão é profundamente abordada em: HERMELE, Kenneth (1986), EGERO, Bertil (1992), NEWITT, Malyn (1995), MAR, Eli J. E. (1975), HEDGES, David & ROCHA, Aurélio (1999) e COVANE, Luís (2001).



luta de libertação em 1964, verificou-se a redução da integração negra, enquanto a das famílias brancas manteve-se constante e em alguns anos foi mesmo intensificada, como demonstramos no Quadro 3.

É curioso notar que a concentração dos colonos negros esteve nas aldeias de Folgares; Freixiel e Madragoa, sendo que mesmo aí, a tendência da integração foi sempre decrescente, senão vejamos: em 1967, Folgares apresentou 58 famílias negras, para em 1969, registrar 57; Freixiel em 1967, registrou 148 famílias negras, número que baixou para 128, em 1969 e Madragoa teve 183 famílias negras em 1967, número que reduziu para 171, em 1969.<sup>371</sup>

Esses registros permitiram-nos desenvolver a ideia, segundo a qual, a integração negra manteve-se mediante a demissão compulsória dos colonos negros<sup>372</sup> para se integrar novas famílias negras. Esse sistema define uma rotatividade da integração negra no Limpopo.

Por outro lado, “*nos finais de 1962, pela primeira vez aqui na região, um grupo folcloro do sequeiro ganhou uma viagem para Portugal, tratou-se do Grupo Canto e Coral de Macuaela [tipo de dança da região Sul da colônia] Jaime Tivane.*”<sup>373</sup> Esse tipo de premiação demonstra que a mudança de postura do governo foi mais ampla, ainda que a propaganda da exposição do suposto multiculturalismo fosse a meta e não seria diferente com a Brigada, não apenas para as famílias que desejavam integrar o colonato, mas com toda a população da região.<sup>374</sup>

No entanto, esse relacionamento apresentava percalços, depois do ciclone Claude ter assolado o vale do Limpopo, em princípios de 1966, as contradições agudizaram-se e a Brigada suspendeu a integração das famílias negras. Tempos depois, devido a pressão das populações pela terra irrigada, a Brigada retomou a integração mediante a demissão massiva de colonos

---

<sup>371</sup> Vide anexo 14 – Distribuição de colonos por aldeias do colonato, 1967.

<sup>372</sup> Para os autores das três monográficas em Estudos Ultramarinos da Universidade Técnica de Lisboa, que temos vindo a referenciar, dentre os quais Manuel dos Santos Lopes, um dos fervorosos defensores do *multiculturalismo* e um dos que cunhou a ideia do colonato como um “*paraíso multirracial*”, no seu estudo, sintetiza em breves palavras a sua visão sobre a integração, expulsão e a fraca abrangência da política às famílias negras: “Como se vê, após uns anos de acréscimos bastantes rápidos em 1961, 1962 e 1963, entrou-se num período em que o número dos colonos negros não progride, o que reflete as dificuldades encontradas no recrutamento de novas famílias para substituir aquelas a que foi necessário retirar a convenção.” LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 299.

<sup>373</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 30/5/2014.

<sup>374</sup> Na colônia de Moçambique, em agosto de 1961, o Governador-geral aprovou instruções de caráter permanente sobre a “*elevação da população indígena*”, as quais partiam do pressuposto que a boa harmonia da comunidade multi-racial constituía elemento básico de unidade nacional. Os serviços centrais, as autoridades e as autarquias locais foram chamadas a promover e incentivar no terreno, com a maior frequência possível: festivais populares (de cariz desportivo, folclórico, musical), sessões culturais, sessões de cinema, festas escolares que atraíssem e fizessem conviver “*civilizados e indígenas*”. Além disso, as autoridades administrativas eram instruídas no sentido de se oporem decididamente a todos os abusos, nomeadamente os que derivassem de regimes de trabalho injustos ou ilegais, do sistema de prestação da contribuição braçal, de processos viciosos de aquisição dos produtos das roças indígenas. Pelo diploma legislativo ministerial nº 28, de 19 de outubro de 1961, foi criado o Serviço de Ação Psicossocial, com missão de fortalecer a coesão nacional pela valorização espiritual, social e material dos negros. CASTELO, Cláudia. 2007, p. 360.

negros. Devido ao ciclone Claude foi suspensa a integração negra em casal agrícola e a partir de 1967, reabriu-se a integração em fruição de gleba.<sup>375</sup>

Com essa reabertura quase forçada, verificou-se uma realidade de difícil gestão por parte da Brigada pelo fato do ciclone ter contribuído para o abandono de alguns colonos brancos, por um lado e por outro, houve maior número de famílias que requereu à integração em relação às vagas. Perante essa situação, a Brigada permitiu a integração das famílias negras em fruição e protegeu as casas deixadas vagas pelos colonos brancos, porque não podia reabrir igualmente a integração em casal agrícola, visto que *“significaria um reconhecimento de que a política de povoamento branco no Limpopo tinha falhado.”*<sup>376</sup>

É verdade, porém que a Secretaria Provincial de Terras e Povoamento de Moçambique reconheceu o fracasso da colonização dirigida, mas ressaltava que a elevada taxa de abandono dos núcleos de povoamento por parte dos colonos que foram dedicar-se a outras atividades, não significava que esses deixavam a colônia, o que pelo menos, era a garantia da concretização de um dos objetivos do Estado que era o povoamento da colônia de Moçambique com naturais da metrópole.<sup>377</sup> *“Os colonos que tinham mais probabilidades de ficar nos núcleos de povoamento dirigido eram os mais idosos, com menos escolaridade e os que tinham mais filhos.”*<sup>378</sup>

Por conseguinte, não encontramos na bibliografia que fomos dado a compulsar, registros numéricos das famílias negras integradas em casal agrícola depois de 1966, apesar dos esforços nesse sentido. Os relatos que reunimos não foram suficientes para afirmarmos que a suspensão em 1966 foi definitiva. Verdade é, no entanto, que depois desse ano, encontramos apenas dados referentes a 1967 e 1974, cujos números apresentam-se em queda vertiginosa, ora vejamos: 465 colonos negros em 1966; 440, em 1967 e 412, em 1974. Esses dados numéricos reforçam a ideia da suspensão ou mesmo da abolição da integração das famílias negras, em 1966.

Os dados permitiram-nos ainda perceber que foi em 1966, que se aboliu o recrutamento a partir da metrópole; suspendeu-se a integração das famílias negra em casal agrícola; iniciou-se o recrutamento das famílias brancas a partir da colônia de Moçambique e intensificou-se a demissão compulsória dos colonos negros.

---

<sup>375</sup> HERMELE, Kenneth. 1986.

<sup>376</sup> Ibid. p. 9.

<sup>377</sup> CASTELO, Cláudia. 2007.

<sup>378</sup> BENDER, Gerald, apud. CASTELO, Cláudia. 2007, p. 154-155.

### 3.3. O cotidiano dos colonos no Limpopo

#### 3.3.1. O dia-a-dia na roça

*“The colonial economy of the Baixo Limpopo was dominated by labour migration and the production of rice and other cash crops. Up to a half of adult males worked in South Africa at any given time, and their wages helped create a market economy, providing vital capital for agriculture, and stimulating demand for consumer goods.”*<sup>379</sup>

Nas aldeias a montante e no centro do vale, predominou a produção do arroz, forrageiras e tabaco escuro e, a jusante, a aptidão mais nítida foi o algodão, tabaco, tomate, citrinos e fibras têxteis.<sup>380</sup> A principal cultura foi o arroz, sendo que depois da colheita, os meses que antecediam a campanha seguinte, eram aproveitados para produzir diversas culturas, nomeadamente: feijão, hortaliças e o milho. Essa última cultura, manteve-se a base alimentar da região.<sup>381</sup>

*“(...) os colonos abandonaram logo o cultivo do algodão porque descobriram que não podiam produzir algodão de primeira através do sistema de irrigação, mas apenas de segunda. Abandonaram também a produção do trigo. (...) eles pararam de plantar laranjeiras – cortaram-nas todas –, pararam de plantar bananeiras e começaram a produzir arroz. Eles cortaram todas as árvores, queixando-se de que atraíam os pássaros que comiam o arroz. Eles cultivavam arroz, batatas, cebola, alho e couve.”*<sup>382</sup>

A produção do colonato visou garantir a subsistência e o mercado.<sup>383</sup> Porém, foi o arroz, a cultura que mais interessou a Brigada, por isso foi controlada e subsidiada, desde a sementeira

---

<sup>379</sup> Tradução livre: A economia colonial do Baixo Limpopo foi dominado pelo trabalho migratório e produção de arroz e outras culturas consideradas de rendimento. Quase que metade dos jovens integravam o trabalho migratório de caráter sazonais para a África do Sul, sendo que os seus salários ajudaram a criar a economia de mercado na região ao fornecer o capital vital para a agricultura e estimulando a demanda dos bens de consumo. ROESCH, Otto. “Rural Mozambique since the Frelimo Party Fourth Congress: The situation in the Baixo Limpopo.” in: *Review of African political economy*. No. 41, Socialism, Democracy and popular Struggles, 1988, p. 74. <http://www.jstor.org/stable/4005743>. Acesso em 12/1/2015.

<sup>380</sup> CASTELO, Cláudia. 2007. Na Aldeia da Barragem – a montante – onde os solos não têm aptidão para o arroz, foi o milho, trigo, batata e hortaliças que predominaram, o mesmo ocorreu nas aldeias em que os solos não eram aptos para a orizicultura. ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 154.

<sup>381</sup> O milho sempre constituiu a base da alimentação da região. O arroz, mesmo sem ser praticado antes do colonato, integrava a dieta alimentar das famílias através do mercado local e do trabalho migratório sul-africano. Por ser um produto de mercado, fez com que o seu consumo fosse restrito e, em alguns casos, associado à datas festivas. Essa questão do consumo do arroz em dias especiais foi assim relatada: “As crianças, depois de uma refeição de arroz, colavam um grão na bochecha o que servia de certificação para os amigos que comeu “punga” [como se chama o arroz, em língua local, changana]. Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 22/5/2014.

<sup>382</sup> Relato de Abner Ngwenya, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 82.

<sup>383</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 28/5/2014.

à colheita. A venda do milho e das demais culturas, dependia do interesse dos camponeses que depois de suprirem as necessidades alimentares colocavam no circuito comercial.<sup>384</sup>

A campanha do arroz ocorria uma vez ao ano<sup>385</sup> iniciando em outubro e a ceifa em maio. Durante esse período todas as roças encontravam-se preenchidas pela cultura do arroz e devido a exigência de água, os camponeses não conseguiam combinar seu plantio com outras culturas que integravam a sua dieta alimentar. Assim, no imediato pós-ceifa, lançavam culturas de ciclo curto, de modo a colherem antes da outra campanha do arroz.<sup>386</sup> *“Na nova campanha inunda-se a machamba de água e não se planta mais nada. Depois da ceifa, rapidamente semeávamos o milho que devíamos colher mesmo antes de secar, para pôr de novo o arroz.”*<sup>387</sup> A cultura do arroz necessita de grande quantidade de água para preparar o solo até atingir uma consistência de uma bolsa densa própria para receber o arroz.

A Brigada definia as normas de rega. O cantoneiro, por exemplo, foi o responsável pelos horários e escalas. Ele usava fichas de controle para mobilizar os colonos ao cumprimento das normas de rega e para evitar disputas, a Brigada conferiu-lhe o direito de abrir e fechar a água em função dos horários estabelecidos. O cantoneiro não ensinava as técnicas de rega, pois essa tarefa era dos agrônomos, mas indicava as regras de rega, tendo sido adotado a rega decrescente, ou seja, a primeira roça do ramal a receber a água tinha que ser a que se localizava no extremo, porque o inverso, em caso da água transbordar danificava as culturas das roças vizinhas que os proprietários podiam estar ausentes.<sup>388</sup> *“A duração da rega era em média de quatro horas. No meu caso, para os 2ha que recebi por ser técnico da Brigada e ter sido expropriado as terras dos meus pais, a escala foi de madrugada e até as 5:00H a água passava para outro colono.”*<sup>389</sup>

Toda a cadeia da produção do arroz era acompanhada, escrupulosamente, pela Brigada, como ficou esclarecido no seguinte relato:

*“A Brigada lavrava e gradava as machambas [roças], distribuía as sementes do arroz, para os colonos e logo que arrancava a campanha alocava em cada aldeia, alguns técnicos agrônomos que acompanhavam e orientavam os camponeses nas atividades diárias. Quando chegava o tempo da monda [arrancar as ervas daninha], a Brigada disponibilizava dinheiro a tempo e hora para o trabalho. (...) no tempo da colheita, os técnicos calculavam as estimativas da produção de cada camponês e em*

---

<sup>384</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>385</sup> A variedade do arroz predominante foi Chibissa, apesar do seu ciclo longo, era de maior rendimento e qualidade, comparado com o Faya e Gaza. Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 28/5/2014.

<sup>386</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 28/5/2014.

<sup>387</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

<sup>388</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 2/5/2014.

<sup>389</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

*função disso, a Brigada calculou o valor de empréstimo dos colonos para contratarem a mão-de-obra [sazonal] de modo a auxiliar na colheita. Em caso da indisponibilidade da debulhadora, essa mão-de-obra é que fazia [realizava] a debulha manual.*”<sup>390</sup>

Apesar dos contratos proibirem o recurso da mão-de-obra paga, as exigências dos ciclos agrários fizeram com que os colonos recorressem a essa força de trabalho.<sup>391</sup> Isso não significou que no colonato houvesse empregados domésticos, pois os colonos apresentavam um agregado suficiente para suprir todas as atividades sem recurso a mão-de-obra extra. A força de trabalho paga era solicitada nas épocas da colheita.<sup>392</sup>

Inicialmente, os colonos trabalhavam exclusivamente com base na mão-de-obra familiar como orientavam os contratos e assim exigia a sua fraca capacidade financeira. Passado algum tempo, devido ao sucesso em campanhas agrícolas, começaram a contratar a força de trabalho sazonal, recrutada entre as populações do sequeiro. A questão da contratação da mão-de-obra extra, ganhou alguma importância no seguinte depoimento:

*“Os colonos brancos, como tinham apoio do governo, eles não demoraram muito a obter resultados. Eles fizeram alguns avanços depois de dois ou três anos. Foi nessa altura que os negros começaram a aproximar-se dos brancos à procura do emprego. Por essa altura os colonos tinham formado as cooperativas onde podiam pedir emprestado dinheiro para pagar salários aos trabalhadores, que estavam fixados em 2xelins por dia – 20 xelins, correspondia a 100 escudos.*”<sup>393</sup>

Do exposto acima, é importante sublinhar que para além do sucesso dos colonos brancos nos primeiros anos da instalação, a contratação da força de trabalho negra deve ser enquadrada na constante necessidade de aumento da produção que a Brigada exigia dos colonos. Essa busca por maiores rendimentos agrícolas fez com que a Brigada ponderasse algumas orientações dos contratos como a referente ao recurso da mão-de-obra externa à unidade familiar dos colonos.

Quanto à força de trabalho no colonato, a par da familiar, houve dois tipos de mão-de-obra, nomeadamente: sazonal, que já nos referimos anteriormente, e a permanente. Essa última foi composta por jovens adolescentes negros, que a partir dos finais da década de 1950, com a prosperidade agrícola dos colonos e a paulatina dispensa dos seus filhos da atividade do pasto, começaram a fluir ao colonato. Devido às exigências das atividades de pastagem, essa força de

---

<sup>390</sup> Entrevista com Maria de Fátima Nhavane, filha de colonos negros integrados na Aldeia de Folgares, realizada em Conhane, em 16/5/2014.

<sup>391</sup> CASTELO, Cláudia. 2007.

<sup>392</sup> Entrevista com Felisberto Aires Pinto, realizada em Lionde, em 5/4/2014.

<sup>393</sup> Relato de Abner Ngwenya, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 82.

trabalho foi forçada a viver nas casas dos colonos e “[para tal], improvisou-se dormitório nos anexos, o que serviu também, para o desvio de atividade – tração animal, extração de leite e pastagem – para outros afazeres domésticos.”<sup>394</sup>

Apesar dos abusos quanto ao uso da força de trabalho contratada, alguns colonos negros reconheceram a dedicação de parte dos colonos brancos. “É verdade que os colonos [brancos] eram pessoas muito trabalhadoras, eram grandes machambeiros [trabalhadores da roça].”<sup>395</sup>

A dedicação de alguns colonos brancos também aparece no relato que se segue:

*“A maior parte dos colonos brancos trabalhava mais do que os negros. O seu dia-a-dia apresentava alguma programação: o homem, juntamente com os filhos fora de idade escolar, acordava cedo para a machamba [roça], a mulher fazia atividades domésticas – como cuidar da casa, cozinhar e preparar as crianças para a escola (...). As 12:00H, quando os filhos tivessem voltado da escola, a mulher, às vezes acompanhada, pelos filhos, saía de casa carregada de um cesto cheio de comida para o esposo e/ou filhos. Chegado na roça era frequente ver o homem e/ou os filhos a comerem, a mulher e outros filhos a capinar. Quando o marido acabava de comer voltava ao trabalho com a ajuda da esposa ou filhos até às 17:00H, quando ambos despegavam e rumavam para casa. Essa rotina de trabalho mantinha-se de segunda-feira à domingo, visto que aos domingos, frequentemente, as mulheres e os filhos é que iam a igreja. Devido a esse comprometimento com o trabalho foram poucos os colonos negros que apresentaram produção superior à dos brancos, apesar dos negros terem se queixado do fato de ocuparem parcelas improdutivas ou com problemas de acesso de água – o que foi verdade para muitos, não todos (...). Esse nível de produção se manteve mesmo em relação as famílias que dividiam as machambas [roças] com as famílias brancas.”<sup>396</sup>*

O colonato pretendia ser uma reprodução do Portugal rural, onde os homens nos dias de calor, depois do trabalho na roça, ficavam nas tabernas a tomar vinho e as mulheres à porta da casa a pentear cabelos dos filhos, quando não, a catar-lhes os piolhos.<sup>397</sup> A fala que segue mostra que todo o agregado familiar engajou-se na agricultura e que o regime jurídico contribuiu para o desenvolvimento dessa postura. Assim, em certa medida, é possível afirmar que essa vida buscava superar as dificuldades que os colonos passavam na metrópole:

---

<sup>394</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

<sup>395</sup> Relato de Eduardo Nkuna Machele, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 86.

<sup>396</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

<sup>397</sup> Comentário de Amândio Justo Bandeira. in: <https://asuldomundo.wordpress.com/afinalonde-vivo/>. Acesso em 22/10/2014.

*“A Brigada deixou claro que todo o agregado familiar devia trabalhar na roça, mas a responsabilidade recaía sobre os pais. Os filhos apenas deviam ajudar em todas as fases da produção e comercialização. Eu, na qualidade do filho mais velho, os sacrifícios recaíram sobre mim, pois tive a tarefa de cuidar do gado, ajudar na roça e realizar diversas atividades domésticas como: buscar água, procurar lenha, degolar animais para o consumo e venda, etc. (...) Lembro de algumas atividades que considereei sacrifício total: a Brigada definiu seriamente horários de rega das machambas [roças], várias vezes a nossa escala foi no período de noite, onde tinha que regar pela noite dentro. (...) terminava a rega de madrugada, para as 6:00H levar o gado à pastagem e/ou no tempo em que o arroz tem espigas, quando fechava a água permanecia na roça, de modo que, logo ao nascer do sol guarnecer os pássaros que comiam o arroz. Apenas era substituído por volta das 12:00H, quando os meus irmãos saíssem da escola ou os meus pais se responsabilizassem pela atividade [de guarda-pássaros].”<sup>398</sup>*

A disciplina dos colonos brancos era indiscutível, mesmo quando contratassem a força de trabalho paga, trabalhavam arduamente e quando os contratados largassem eles continuavam até o pôr do sol. Depois do trabalho, seguiam diretamente para as suas casas e durante os finais de semana reuniam-se nos bares para se divertirem e discutir assuntos da agricultura. Enquanto, os seus pares negros ao largarem da roça, antes de chegar a casa, procuravam rodas das bebidas tradicionais, principalmente «*ukanyi*»<sup>399</sup> que é frequente de fevereiro à maio.<sup>400</sup>

Vale comentar que a reprodução dessa memória – brancos mais trabalhadores na roça que os negros – foi para nós surpreendente, não obstante o tipo de colono branco integrado no Limpopo. Porém, três pressupostos foram importantes para reavaliarmos essa questão: (i) o fato de ser incomum brancos camponeses na região, (ii) a Brigada privilegiou os colonos brancos e (iii) essa memória foi reproduzida, frequentemente, pela geração dos filhos de colonos negros.

Entretanto, o segundo pressuposto permitiu-nos perceber que a proteção aos colonos brancos ajudou o grupo a ser mais dedicado ao trabalho, enquanto a fraca assistência aos negros, contribuiu para o seu menor empenho.<sup>401</sup> Essa disparidade auxilia o nosso entendimento sobre porque os principais objetivos dos negros eram cumprir o pagamento das taxas da Brigada e garantir a sua subsistência.

---

<sup>398</sup> Entrevista com Felisberto Aires Pinto, realizada em Lionde, em 5/4/2014.

<sup>399</sup> Bebida tradicional de venda proibida, confeccionada a partir da fruta de uma árvore denominada canhoeiro.

<sup>400</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

<sup>401</sup> Os indicadores de padrão de vida dos colonos provam esses privilégios para os brancos. Baseando-se nos dados de 1969, encontramos: tratores – 102, cerca de 11 eram dos negros, debulhadoras – de 52, apenas 2 pertenciam aos negros, aparelho de rádio – de 716, pertenciam aos negros cerca de 115, frigoríficos – de 737, os negros tinham apenas 29, fogões de gás – de 461, apenas 9 pertenciam aos negros e máquinas de costura – de 635, apenas 76, estavam na posse dos negros. ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 198-200.

Se os filhos dos colonos negros consideravam os brancos empenhados, os pais enfatizam que, apesar das vicissitudes, também se empenharam. Esse engajamento percebe-se na seguinte fala: *“Nós trabalhávamos todos os dias, apenas nos encontrávamos com a família no domingo de tarde. Passávamos todo o tempo a produzir o arroz, que não era nosso, mas da Brigada. O objetivo era garantir o pagamento das taxas e nunca nos falaram para parar de pagar.”*<sup>402</sup>

O nível de vida dos colonos foi baixo, o apoio técnico e as assistências insuficientes, e a disciplina imposta demasiada rígida.<sup>403</sup> É fato que os subsídios, empréstimos, auxílio técnico e demais políticas introduzidas no colonato, precisam ser analisadas em paralelo à propaganda colonial, assim como os relatórios omitem as dificuldades cotidianas dos colonos. Por exemplo, da análise da abrangência da assistência técnica percebemos que *“o rácio técnico-colono foi de um técnico para cerca de 200 camponeses,”*<sup>404</sup> realidade em grande medida escamoteada, mas fundamental para compreender a produtividade dos colonos. *“Os problemas do colonato foram sempre escondidos da opinião pública. A censura cortava todos os artigos que denunciasses as dificuldades dos colonos.”*<sup>405</sup>

Continuando, a cooperativa era o banco e mercado dos colonos, realizavam empréstimos para campanhas agrícolas com a obrigação de pagarem depois da colheita, através da venda dos produtos à preço de especulação. Para tal, a cooperativa adotou diversas formas de exploração, como: quando percebia que um determinado colono teve boa produção, no momento da venda, classificava a sua produção como de segunda linha, ou mesmo de terceira. Como os camponeses não tinham outras opções para vender os seus produtos, submetiam-se às regras da cooperativa, desde que conseguissem com a produção, o valor para amortizarem as suas dívidas.<sup>406</sup>

Dos relatos que reunimos percebemos que os colonos negros foram frequentemente alvo dessa especulação e exploração da cooperativa, como podemos ver no depoimento a seguir:

*“(…) gostaria de contar um episódio que sempre ocorria com a minha família, mas que foi realidade para todos os colonos negros. Depois de cada colheita, o arroz era embalado em sacos de 50kg para ser transportado até a cooperativa onde era vendido (...). Várias vezes a produção de alguns colonos negros coincidia, em quantidade, com a de colonos brancos, [porém] a cooperativa dava mais dinheiro para os brancos com a justificação de que nós somos naturais sem despesas que [re]queriam uso do dinheiro. Esse caso ocorreu com a minha família, várias vezes. Por exemplo: na colheita de – acho que foi em 1972, não*

---

<sup>402</sup> Entrevista com Maria Mapoissa Sotho, realizada em Chókwè, em 14/5/2014.

<sup>403</sup> CASTELO, Cláudia. 2007.

<sup>404</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 2/5/2014.

<sup>405</sup> CASTELO, Cláudia. 2007, p. 153.

<sup>406</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.



*me lembro bem – chegamos na cooperativa com o colono branco Antônio Salgado, que vivia na Aldeia do Guijá, o nosso arroz foi classificado como de primeira e a quantidade era igual com a do Salgado, mas na hora do pagamento recebemos pouco dinheiro com a justificação de que somos pretos e que não precisamos de dinheiro para nada.*”<sup>407</sup>

Por um lado, percebemos que a cadeia de produção da cultura do arroz, embora bastante exigente nos sacrifícios dos colonos negros, mantinha a prática colonial do engano, do roubo e da exploração na venda. Por outro, além dos cuidados com a rega, força de trabalho sazonal e empréstimos da cooperativa, que tratamos anteriormente, a produção do arroz deparou-se com o grave problema do “*ataque dos pássaros, principalmente, o da boca amarela.*”<sup>408</sup>

As propostas para resolução do problema dos pássaros foram polêmicas. Quando soube-se que o seu reduto era no sequeiro, concretamente, em Bombofo e Ndindiza, a Brigada propôs a pulverização dessas regiões para extinguir a ave, enquanto o governo defendia a manutenção dos guarda-pássaros.<sup>409</sup> O horário das incursões dos pássaros – 5:00-17:00H – forçou o governo a recuar e autorizar a Brigada a contratar avionetas – monomotores – pulverizadores. Primeiro, atuaram nas roças e depois decidiu-se abranger aqueles redutos, não obstante a crítica de alguns ecologistas.<sup>410</sup> “(...) *em suma, o que se levantou no caso [dos] pássaros foi: ou o pássaro ou o arroz?*”<sup>411</sup> Como era de esperar, protegeu-se o arroz.

Foi no pós-independência que se aboliu essa estratégia de combate aos pássaros de modo a se proteger espécies vegetais e animais. Um dos impactos nefastos imediatos da pulverização foi sobre os humanos, porque a população coletava as aves mortas por químicos da pulverização para o consumo.<sup>412</sup> “*As famílias justificaram que os pássaros não constituíam ameaça para a saúde porque antes de comer davam para gato ou cão. Depois aguardavam pela reação destes. (...) em caso de não morrerem ou parecerem doentes, aí, decidiam o consumo humano.*”<sup>413</sup> Foi

---

<sup>407</sup> Entrevista com Silvestre Fabião Chunguana, realizada em Conhane, em 16/5/2014. Sempre houve uma ideia corrente no discurso colonial português de que os negros não precisavam de grandes ordenados porque não sabiam gastar o dinheiro, ou seja, gastavam o pouco dinheiro que recebiam comprando bebidas alcoólicas. CASTELO, Cláudia. 2007, p. 330.

<sup>408</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>409</sup> De acordo com os depoimentos que reunimos, a produção do arroz no colonato contou com um grande exército de guarda-pássaros que teve que ser bastante disciplinado para atuar durante 35-40 dias, assim que o arrozal desse espigas. As técnicas usadas circunscreveram-se em: diariamente, desde o nascer ao pôr do sol, as pessoas deviam estar nas roças com latas de 5 e/ou 20 litros, contendo pedrinhas de modo que, ao mexe-las provocassem barulho. A outra técnica consistiu em montar espantalhos em quase todas as partes da roça.

<sup>410</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 2/5/2014.

<sup>411</sup> Entrevista com Felisberto Aires Pinto, realizada em Lionde, em 5/4/2014.

<sup>412</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 2/5/2014.

<sup>413</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 2/5/2014.

na tentativa de combater essas práticas de modo a garantir a saúde das populações que o governo pós-independência manteve os guarda-pássaros e introduziu a fumigação contra mosquitos.<sup>414</sup>

### 3.3.2. A educação no colonato

*“Os colonos brancos que não sabiam ler nem escrever recorriam a vários métodos de modo a controlarem a produção; para amortizarem as dívidas com a Brigada; ou mesmo para pagarem a mão-de-obra que geralmente recebia depois de terminar a colheita. Uma das formas mais comum que eles [analfabetos] usavam era recorrer à giz ou mesmo o carvão e escolhiam um canto da parede do quarto ou da sala para, diariamente, colocarem um traço que correspondia a um dia. Para o caso de pagamento dos trabalhadores, o recurso aos traços facilitava o controlo dos dias em que os contratados trabalharam o que permitia o cálculo do dinheiro correspondente. (...) Os colonos negros e, nós em geral, por sua vez, apresentaram seus métodos de controlo, sendo frequente o recurso a uma corda que guardavam no bolso ou amarravam na cintura, onde depois de cada dia de trabalho faziam um nó, terminado o trabalho o número de nó facilitava na certificação dos pagamentos.”<sup>415</sup>*

Essa situação refletia a realidade das regiões rurais de Portugal e de quase toda a colônia de Moçambique. O governo, disposto a melhorar essa situação, pelo menos, para os filhos dos colonos – futuros herdeiros das propriedades dos pais –, quando ainda discutia os modelos de povoamento, percebeu a necessidade de oferecer educação básica aos filhos dos colonos. A questão da educação foi fundamental para a decisão do tipo de povoamento no Limpopo. Ao optar pelo modelo de aldeamento buscou equacionar *a priori*, a questão de agrupar os colonos em aldeias o que, para além de garantir a interajuda, permitiria o ensino conjunto das crianças.

As aldeias foram dotadas de dois tipos de escolas: oficiais e missionárias. O primeiro, era mais abrangente e dependia da Direção Provincial dos Serviços da Educação, enquanto o segundo, embora devesse funcionar em consonância com o primeiro, esteve representado em algumas aldeias, designadamente: Vila do Guijá, Barragem, Folgares, Madragoa e no Regulado de Machele.<sup>416</sup> Como o próprio nome esclarece, essas escolas dependiam das missões católicas, cujo corpo docente selecionou-se entre quadros da igreja que dividiram o tempo para ensinar e catequisar.<sup>417</sup> Todas as escolas leccionavam o ensino primário, subdividido em quatro classes.

---

<sup>414</sup> Entrevista com Maria de Fátima Nhavane, realizada em Conhane, em 16/5/2014.

<sup>415</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

<sup>416</sup> ALMEIDA, António Lopes de. 1970.

<sup>417</sup> HEDGES, David & ROCHA, Aurélio. “Moçambique durante o apogeu do colonialismo português, 1945-1961: A economia e a estruturação social.” in: HEDGES, David (Coord). 1999.

Definiu-se juridicamente que as escolas beneficiariam primeiro aos filhos dos colonos integrados e depois às demais crianças, com maior incidência para os filhos dos assimilados. *“As escolas eram destinadas aos filhos dos colonos e funcionavam sem racismo (...). A Escola Nossa Senhora da Concessão onde estudei tinha dois turnos – um de manhã e outro de tarde – , em ambos os turnos estudavam brancos e negros.”*<sup>418</sup> Uma filha de colonos que abandonou o colonato depois da independência, ao descrever a sua infância sublinhou: *“Andei numa escola com brancos e negros (...) íamos ao mato [sequeiro] comprar galinhas nas machambas.”*<sup>419</sup>

Com base na experiência da Escola de Lionde, apesar de não a ter frequentado pelo fato de ter ultrapassado a idade permitida para escolarização quando chegou ao colonato, um filho de colonos brancos, tomou como exemplo a educação dos seus irmãos que se escolarizaram no colonato – compartilhando sala de aula com filhos de colonos negros – para criar a ideia de uma educação *“multi-racial”* no Limpopo.<sup>420</sup>

Mas, a visão e o relato de um filho de camponeses negros foi importante nessa discussão: *“O ensino no colonato era para filhos de brancos e alguns colonos negros e assimilados. As escolas não tinham capacidade para todas as crianças e as negras sacrificavam-se a estudar na Escola Capela São José de Lionde – lá onde eu frequentei –; Capela Luís Gozanga, etc.”*<sup>421</sup> A falta de vagas nas escolas resultava da insuficiência de salas de aula como ficou evidente no seguinte depoimento de um professor: *“Fui dar aulas no armazém em frente as eiras do arroz dos Folgares [aldeia] porque a escola estava superlotada.”*<sup>422</sup>

*“O ensino no colonato era outra dor de cabeça, mas eu tive sorte de vagas para os meus filhos nas escolas do colonato. Ser funcionário da Brigada não implicava direitos de matricular seus filhos nas escolas oficiais. (...) vários colegas foram obrigados a colocarem seus filhos nas escolas paróquias onde o ensino era fraco e para piorar, submetiam os educandos ao catolicismo por mais que os pais não fossem católicos.”*<sup>423</sup>

Dos relatos já referenciados sobre a educação ficou evidente que o ensino no Limpopo não foi explicitamente e regimentalmente segregacionista em função da “cor da pele.” Porém, algumas falas demonstram privilégios para filhos de colonos brancos, embora havendo registros

---

<sup>418</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwe, em 10/6/2014.

<sup>419</sup> Comentário da Sara Maria Mimoso Capela Batista. in: <https://asuldomundo.wordpress.com/afinalonde-vivo/>. Acesso em 22/10/2014.

<sup>420</sup> Entrevista com Felisberto Aires Pinto, realizada em Lionde, em 5/4/2014.

<sup>421</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>422</sup> Comentário de Daniel Pires. in: <https://asuldomundo.wordpress.com/afinalonde-vivo/>. Acesso em 22/10/2014.

<sup>423</sup> Entrevista com Marcos Felimone Munguambe, antigo técnico da Brigada, realizada em Xilembene, em 24/5/2014.

que dão conta de alguns filhos de brancos que ficaram sem vaga devido a insuficiência das salas de aula ou mesmo, da crença dos portugueses de que em África, os seus filhos não precisavam ter altos graus académicos, porque o sistema colonial lhes favorecia e protegia.

De fato, os territórios coloniais ofereciam oportunidades acrescidas aos brancos devido ao modelo econômico assente na exploração da mão-de-obra negra – abundante e barata – e à estrutura sócio-política construída com base em fortes barreiras raciais que protegiam os colonos das ameaças exteriores e lhes garantiam um estatuto e um prestígio inquestionáveis.<sup>424</sup>

Ademais, é possível perceber atos racistas e mesmo um racismo institucional em alguns depoimentos como os que destacam o sucedido no Hospital Geral do colonato, em Guijá. Sobre essa questão o destaque foi para a seguinte fala:

*“No colonato havia uma discriminação disfarçada, mas em alguns setores tratava-se de coisa normal como o que acontecia nesse nosso hospital aqui [Aldeia do Guijá], onde as nossas mulheres negras, foram proibidas de nascer [realizar parto] e foram obrigadas a andarem quilômetros até o posto de saúde da Aldeia da Barragem ou mesmo atravessarem o rio para o posto das irmãs em Caniçado e/ou arriscarem a vida ao dar à luz em casa (...). Situação similar ocorreu na educação, apesar dos meus filhos terem tido sorte de estudarem aqui na escola oficial, não deixo de me queixar porque tive alguns amigos que não conseguiram matricular os seus filhos nem nas escolas paroquiais. (...) exemplos dessa natureza foram vários, podendo ser encontrados na igreja, na integração dos colonos, no cotidiano do colonato, mesmo na Brigada onde trabalhei, técnicos negros ocupavam posições subalternas, não obstante a sua experiência ou nível de formação.”<sup>425</sup>*

Um filho de colonos negros, ao explicar os motivos pelos quais o pai decidiu que as suas mulheres se trocassem depois de engravidar, reforça a discriminação relatada no Hospital Geral: *“Meu pai entrou no colonato com a minha mãe [primeira esposa] e a outra sua esposa [minha segunda mãe], ficou a cuidar dos meus avós no sequeiro. [Elas], depois de engravidarem, iam dar parto no sequeiro, porque eram os meus avós que cuidavam de tudo.”<sup>426</sup>*

Retomando a análise da educação, relembramos que o ensino primário que foi definido para o colonato ia até a 4<sup>a</sup> classe. Pelos anos de escolaridade, esse ensino habilitou os educandos na leitura, interpretação, escrita e em algumas operações de aritmética como a soma, subtração, multiplicação e divisão. Indiscutivelmente, domínios esses necessários para o desenvolvimento do colonato, mas insuficientes para aproveitar as potencialidades agrícolas criadas no colonato.

---

<sup>424</sup> CASTELO, Cláudia. 2007.

<sup>425</sup> Entrevista com Augusto Nombora Welemo, realizada em Chókwè, em 11/6/2014.

<sup>426</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

Sabe-se que, o colonato teve a agricultura como a base da sua existência, é exatamente por isso que consideramos que o ensino primário deveria ser um passo inicial, afim de permitir a linear continuidade dos educandos para o ensino agrário ou técnico profissional.

Terá sido com esse foco que os Serviços de Obras Públicas iniciaram a construção da Escola Prática de Agricultura do Limpopo<sup>427</sup> em 1959. Tratou-se de grande empreendimento com diversas infraestruturas que incluíam pavilhões de aula, gabinetes, escritórios, residências para professores, moradia para alunos, laboratórios, campos para aulas práticas e estábulos para práticas da veterinária.<sup>428</sup>

As obras foram erguidas na Vila do Guijá e foram concluídas em 1961. A partir desse mesmo ano, a instituição começou a funcionar com um corpo docente constituído por técnicos da Brigada, alguns missionários, professores contratados por concursos públicos e outro pessoal que embora não tivesse formação específica de docência se apresentava apto para contribuir no processo de formação de futuros técnicos.<sup>429</sup>

Essa escola obedeceu a um currículo de formação definido pela Organização do Ensino Agrário de Moçambique. O ingresso era através de exame de admissão para alunos habilitados com a 4ª classe e idade de 13 a 16 anos. Os cursos tiveram a duração de quatro anos subdivididos por dois ciclos com quatro semestres cada.<sup>430</sup> Segundo a composição temática e metodológica da grade dos conteúdos, o primeiro ciclo pretendia habilitar os alunos de base teórica agrária, por isso denominou-se ciclo preparatório. O segundo, chamado ciclo profissional, tinha a grade composta por conteúdos práticos, no qual previa-se a realização de estágio no final do curso.

*“Era natural que sendo o colonato um meio, essencialmente, agrícola houvesse escola que preparasse profissionais tendo por objetivo a sua fixação na agricultura, (...) todavia dos 35 alunos diplomados até 1968, nenhum exerceu qualquer atividade no colonato.”*<sup>431</sup> Essa questão do desperdício dos graduados, ganhou maior interesse de análise quando relacionamos ao número de alunos que concluíram a 4ª classe nas escolas oficiais que oscilava em centenas. Paradoxalmente, o número de alunos da Escola Agrícola não atingiu metade desses graduados.

Tomamos como base de análise dessa questão o ano de 1967, que foi o pico do ingresso na Escola Agrícola, com 86 alunos, dos quais, quatro anos depois, graduaram apenas 10 alunos.

---

<sup>427</sup> Decreto nº 42.440, de 6 de agosto de 1959. A partir de 1966 foi integrada na Organização Geral do Ensino Agrícola de Moçambique, por força do Decreto nº 46.464, de 31 de julho de 1965.

<sup>428</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

<sup>429</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970.

<sup>430</sup> Idem.

<sup>431</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 62-63.

Para o mesmo ano letivo houve 256 alunos graduados na 4ª classe nas escolas oficiais.<sup>432</sup> Esses dados permitiram-nos repensar a possível falta de vontade da Brigada em formar os filhos dos colonos em conhecimentos agrícolas, por um lado e por outro, devido à natureza hierarquizada da sociedade colonial, os colonos podem ter apresentado horizontes limitados ou mesmo poucas perspectivas quanto à formação dos filhos.

A possível falta de vontade em tornar os descendentes dos colonos em técnicos agrários ou a natureza hierarquizada da sociedade colonial, fez com que as vagas disponibilizadas pela Escola Agrícola fossem, pelo menos numericamente, desproporcionais à oferta das escolas oficiais. Também o resultado numérico final do ensino deixava a desejar, tendo em conta o elevado investimento realizado em infraestruturas.

Um estudo publicado em 1970, já propunha a concessão de bolsas de estudos às crianças que concluíssem a 4ª classe e que os pais não tivessem possibilidades materiais, o que serviria de estímulo para a educação da juventude. O estudo ainda alertou para a necessidade de mais assistência social aos jovens colonos, pois com poucas atividades recreativas em tempos de lazer, o colonato concorria para transformar-se numa escola de delinquentes infantis.<sup>433</sup>

A ideia do desvio dos graduados da 4ª classe para outras áreas de formação nos pareceu insustentável – por isso nos distanciamos de analisá-la –, visto que verificamos que o colonato não teve mais opções de formação para esses graduados que não fosse a Escola Agrícola, a partir de 1961, e o Colégio Liceu Carmelo, a partir de 1964. Pois, as tentativas de instalação da Escola Técnica Comercial e Industrial, iniciadas em 1965, fracassaram e as suas obras foram abandonadas.

A questão do desvio desses graduados sustentar-se-ia com o ingresso no Liceu Carmelo, mas também nesse caso ocorreu um baixo registro dos alunos,<sup>434</sup> o que fez surgir as seguintes hipóteses: (i) os filhos dos colonos brancos não optavam por seguir a profissão dos pais, “[por isso], abandonavam o colonato com o objetivo de melhorarem de vida”<sup>435</sup> e (ii) a Escola Prática de Agricultura do Limpopo tratou-se de mais uma propaganda do colonialismo português para justificar o *multiculturalismo* no colonato.

Vale reafirmar que não é o foco deste estudo problematizar o efetivo escolar dessa ou daquela instituição de ensino, porém realizamos esse exercício devido a surpreendentemente baixa taxa de ingresso na única escola agrícola do colonato. Consideramos oportuno chamar

---

<sup>432</sup> Sobre o registro numérico recomendamos como leituras adicionais as três monografias que temos vindo a citar, com destaque para ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 60-65.

<sup>433</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970.

<sup>434</sup> Podem ser consultados em: Ilídio Moreira (1961), Manuel Lopes (1968) e Antônio Almeida (1970).

<sup>435</sup> CASTELO, Cláudia. 2007, p. 153.

essa atenção, pois acreditamos ser possível que a questão venha a ser mais aprofundada e não limitar-se aos dados numéricos com os quais realizamos essa discussão.

### 3.3.3. As atividades recreativas, de promoção social e afins dos colonos

*“Se na prática desportiva o panorama do colonato foi um pouco desolador, quanto à atividades recreativas [quase] nada há a dizer, pois nada existiu e [o pouco concentrou-se na sede do colonato]. Daí houve a necessidade de impulsionar a criação dessas atividades necessárias à educação e distração de todos os habitantes do Limpopo.”<sup>436</sup>*

Os planos do colonato previam a formação de associações recreativas e afins em todos os aglomerados populacionais, o que rapidamente verificou-se na Aldeia do Guijá. A primeira associação teve raízes nos trabalhadores que chegaram de Portugal para construir o colonato e que durante os tempos livres encontravam-se para jogar futebol e realizar algumas atividades de lazer. Denominou-se Associação Cultural e Recreativa do Limpopo *“e logo em 1956, a sua existência tornou-se oficial na orgânica da Brigada com a designação de Grupo Desportivo do Colonato do Limpopo”<sup>437</sup> integrado na Associação de Rega do Limpopo.”<sup>438</sup>*

Apesar da sua direção ser composta majoritariamente por técnicos brancos da Brigada, os funcionários e colonos negros integraram postos de coordenação de diversas atividades com destaque para o de vogal da associação.<sup>439</sup> Devido à necessidade quase constante de adequar os movimentos associativos às exigências do momento, o grupo transformou-se em Associação Desportiva do Limpopo.<sup>440</sup> E, de modo a obter o patrocínio financeiro para a construção da sua sede, a associação foi obrigada a alargar as atividades para o âmbito cultural, o que exigiu adotar o nome de Associação Cultural e Recreativa do Limpopo.<sup>441</sup>

Constituíam atividades da associação a coordenação de vários eventos como: batizados, festas, bailes, efemérides do colonato, excursões, protocolos, etc. O desporto foi a maior atração dos associados e movimentava as seguintes modalidades: futebol, atletismo, automobilismo, natação, tiro, etc.<sup>442</sup> O futebol foi por muitos praticado, havendo falas que avançam ter ocorrido

---

<sup>436</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 190.

<sup>437</sup> Despacho nº 3/56, de 3 maio de 1956.

<sup>438</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 448-449.

<sup>439</sup> Idem.

<sup>440</sup> Portaria nº 15.032, de 13 de maio de 1961.

<sup>441</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

<sup>442</sup> Entrevista com Salvador Filipe Ubisse, filho de família expropriada da sua terra com o colonato, realizada Chókwe, em 11/6/2014. Há registro de mais modalidades desportivas como: voleibol, futebol de salão, basquete, patinagem e tênis. ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 190.

diversas excursões e recepção de times dos concelhos vizinhos para competições recreativas, não obstante a irregularidade de tais competições.

O automobilismo foi, depois do futebol, a modalidade seguida com maior entusiasmo. A associação organizava anualmente uma prova alusiva ao aniversário do colonato. O evento chamado de “*Rally do Limpopo*” era patrocinado pelo Automóvel Clube de Moçambique. Em agosto de 1966, no “*VI Rally do Limpopo*,” participaram 14 pilotos, dos quais 11 de Lourenço Marques e três do colonato, percorrendo cerca de 400km.<sup>443</sup>

Não conseguimos, nos documentos a que tivemos acesso, identificar o papel dos colonos negros ou mesmo das populações locais nesses eventos. Porém, dos relatos que reunimos, foi possível aventar a hipótese dos negros terem sido meros espetadores do “*Rally do Limpopo*”, e o mesmo acontecia com a maior parte dos colonos brancos, como evidenciam os números do “*VI Rally do Limpopo*” em que apenas três filhos de colonos brancos tomaram a pista.

Partindo do princípio que o automobilismo era uma modalidade praticada por grupo de famílias abastadas, os indicadores de nível de vida dos colonos que nos referimos anteriormente reforçam a nossa hipótese. De modo a atestar essa questão, recorreremos ao seguinte registro de números de automóveis existentes no colonato e a sua distribuição em colonos brancos e negros: “*Em 1969, o colonato registrou cerca de 35 viaturas e 295 motorizadas na posse dos colonos, cuja distribuição em colonos brancos e negros apresentou-se da seguinte forma: viaturas: 35 - brancos e nenhuma para os negros e motorizadas: 229 - brancos e 66 - negros.*”<sup>444</sup>

Cada aldeia teve diversas datas festivas associadas à região de origem dos colonos, pois transportou-se a história portuguesa para as aldeias. No entanto, a maior festa que unia todos os colonos ocorria em 17 de agosto,<sup>445</sup> com as comemorações que duravam cerca de uma semana. As cerimônias centrais decorriam na Vila Trigo de Morais – Aldeia do Guijá. Os membros da associação integravam diversas comissões de grupos recreativos.<sup>446</sup> Contudo, “*a programação [das festas] era sempre a mesma: torneio de tiro aos pombos ou aos pratos, desafios de futebol e voleibol, refeições comunitárias e serão de convívios com música e dança.*”<sup>447</sup>

Os preparativos alusivo às festividades de 17 de agosto transformaram-se em rotina dos colonos e funcionavam como uma autêntica demonstração do aparente sucesso do colonato, já

---

<sup>443</sup> Jornal Clarim do Limpopo. *VI Rally do Limpopo*. Vila Trigo Morais: 1/9/1966.

<sup>444</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 199-204.

<sup>445</sup> Foi nessa data, em 1951, que o presidente Antônio de Oliveira Salazar, depois do Ministro Almirante Rodrigues ter aprovado o projeto da construção do colonato, emitiu o despacho que autorizou o início das obras no Limpopo. Atualmente a data foi reapropriada para comemorar o aniversário do Distrito de Chókwe. Porém, como referimos anteriormente, consideramos que a data de 18 de janeiro, que no pós-independência, determinou através de decreto, a mudança das nomenclaturas coloniais na região para as africanas, devia se transformar em efeméride do distrito.

<sup>446</sup> Entrevista com Felisberto Aires Pinto, realizada em Lionde, em 5/4/2014.

<sup>447</sup> CASTELO, Cláudia. 2007, p. 262.



que alguns colonos eram distinguidos por boa postura e dedicação durante o ano. Realizavam-se diversas feiras agropastoris e a Brigada convidava altas individualidades e jornalistas para a divulgação das realizações do colonato.<sup>448</sup>

*“A Brigada e os movimentos associativos faziam de tudo para que cada comemoração superasse a anterior quanto à organização, protocolo, convidados, banquete, feiras, atividades culturais, jogos recreativos, etc. etc.”*<sup>449</sup> Cada aldeia realizava contribuições para comprar mantimentos que as mulheres preparavam para as festividades. Durante as comemorações não faltava comida, bebida e animação durante o dia e pela noite toda.<sup>450</sup>

Não obstante os depoimentos que tentam evidenciar uma comemoração confortável para os colonos e a populações em geral, é preciso reforçar que, se para os colonos brancos, o dia 17 de agosto simbolizava a vitória da concretização do colonato, para as famílias negras da região a data marca o início dos problemas – referenciados anteriormente – resultantes da construção do colonato na região do Limpopo. Enquanto os brancos celebravam a vitória, as populações negras, paradoxalmente, festejavam a derrota, a exploração e o sofrimento colonial.

Assim, todas as efemérides do colonato estavam ligadas à história portuguesa, nenhuma lembrava a memória das populações negras, não obstante a sua longa tradição de resistência à ocupação efetiva, com eminentes figuras político-militares como: Ngungunhana; Maguiguana; Mpisane, etc. *“(...) a nossa história foi demonizada e a nossa memória transformada em fábula. Os portugueses equipararam Ngungunhana à um diabo que matava os seus próprios guerreiros para purificar as armas, tudo mentira. A pergunta é: íamos comemorar o dia de quem?”*<sup>451</sup> É pertinente salientar que as instituições de ensino – escolas e igrejas –, além de reproduzirem a cultura cristã-ocidental, ensinavam a história de Portugal e a da colônia de Moçambique tratada como apêndice.

Embora os relatos reunidos não abordem com profundidade essa questão e o fato de ser limitado o alcance das populações sobre a tentativa colonial de subordinação da história local, foi possível com a descrição dos momentos das comemorações, percebermos a subalternização dos negros durante às cerimônias. *“(...) as festas eram a única oportunidade para matarmos as saudades da nossa cultura com diversões como xingombela [dança tradicional da região], porque vinham pessoas do sequeiro com as quais realizávamos as nossas danças.”*<sup>452</sup>

---

<sup>448</sup> Entrevista com Augusto Nombora Welemo, realizada em Chókwè, em 11/6/2014

<sup>449</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>450</sup> Entrevista com Felisberto Aires Pinto, realizada em Lionde, em 5/4/2014.

<sup>451</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 9/5/2014.

<sup>452</sup> Entrevista com Maria Mapoissa Sotho, realizada em Chókwè, em 14/5/2014.

Essa questão da submissão das populações negras, acompanhada pelo protagonismo dos brancos ganhou alguma importância no depoimento de um natural, técnico negro da Brigada: *“Os negros reuniam-se em pequenos grupos isolados de um lado e os brancos, do outro. Os grupos dos brancos, embora menores e frequentemente compostos por algumas mulheres negras é que dominavam todos os cenários da festa.”*<sup>453</sup>

Quanto as atividades de promoção social, é preciso lembrar o fato dos colonos, devido ao seu passado rural, não terem apresentado muita experiência de vida em casas convencionais com sanitários e em aldeias ordenadas e com saneamento. Sabemos que os colonos saíram de diversas regiões, mas que apresentavam em comum o isolamento que é uma das características da vida das populações do campo.

*“A Brigada formou os grupos de assistência social,”*<sup>454</sup> que se responsabilizaram por instruir as famílias nas práticas higiênicas, convívio mútuo e orientaram normas para garantir a harmonia racial entre os grupos. A preocupação da Brigada pela harmonia e saúde dos colonos é reforçada na seguinte fala:

*“(…) anualmente, nós tínhamos, por obrigação, que realizar os exames médicos de controlo, onde principalmente as crianças recebiam vacinas para combater algumas doenças comuns, como: «matequenha» ou «bitacaia», [fungos que atingem os dedos das mãos e dos pés] tinha, lombrigas, etc. Mensalmente, as missões católicas faziam atividades de promoção social e a programação frequentemente, era de caráter domiciliário por aldeias. Os voluntários que realizavam essas atividades se ocuparam em ensinar-nos a manter a higiene dentro da casa, na vizinhança e na aldeia; ensinavam-nos as boas práticas socioculturais e orientavam o adequado uso da mobília com toda a atenção virada para o banheiro, pois para eles, o uso errado do banheiro era responsável por tantas doenças que tínhamos aqui no colonato.”*<sup>455</sup>

Quanto à circulação dos colonos e das populações em geral, não vedou-se a mobilidade de pessoas nem de bens. As populações podiam entrar para realizarem qualquer atividade, mas a maior parte procurou o colonato para visitar familiares. Os adultos dificilmente realizavam tais visitas devido à sobrecarga de atividades e, como opção, delegavam aos filhos para levarem ou buscar alguns bens no/para o colonato. Os potenciais visitantes eram adolescentes e jovens, que eram atraídos pelo comércio e diversões de acesso franco, como partidas de futebol.<sup>456</sup>

---

<sup>453</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>454</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 123.

<sup>455</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

<sup>456</sup> Entrevista com Salvador Filipe Ubisse, realizada em Chókwè, em 11/6/2014.

Os colonos brancos geralmente circulavam nas aldeias do colonato para visitar amigos e/ou conterrâneos e viajavam para as cidades de João Belo, hoje Xai-Xai e Lourenço Marques, hoje Maputo, capital da colônia e posteriormente a 1975, de Moçambique. Por sua vez, o itinerário de circulação dos negros limitava-se quase sempre ao sequeiro, onde se encontrava a maior parte dos seus familiares e/ou amigos e quase não viajavam para as cidades vizinhas.<sup>457</sup> A continuidade dos laços de familiaridade e amizade entre as populações negras esteve presente no seguinte relato:

*“O nosso relacionamento com os familiares e conhecidos comuns que viviam no sequeiro era saudável, apesar do colonialismo ter tentado nos dividir, somos todos irmãos, prova disso foi o fato de que a produção que não entrava nas taxas da Brigada mandávamos alguma parte para os familiares e amigos e/ou vinham buscar produtos como: pão de forno, batata, tomate, cebola, mesmo o arroz, etc. Quando chegava a visita desejávamos boas-vindas e preparávamos o pão de forno em quantidade de modo que restasse para fazer a encomenda para os demais membros no sequeiro. Na hora da partida pedíamos para o nosso visitante voltar mais vezes com boas notícias de casa.”<sup>458</sup>*

Segundo os depoimentos que reunimos, com base nos fornos caseiros os colonos faziam pão, cujos brancos designavam de broa. Se o pão dos negros era para o consumo e para oferecer aos seus pares no sequeiro, o dos brancos entrou no circuito local de comercialização, suportado pelos filhos que circulavam com bacias de pão nas aldeias. *“As populações estranhavam essa prática por ser incomum ver jovens brancos como ambulantes e porque a broa era de baixa qualidade comparada com «chikwa» [pão da África do Sul] e com o pão de milho local.”<sup>459</sup>* Depois de algum tempo, os colonos dispensaram os seus filhos e suas mulheres de vendedores ambulantes e substituíram pela mão-de-obra infantil negra que continuou a vender a broa.<sup>460</sup>

A primeira vez que nos deparamos com a questão do recurso a força de trabalho infantil negra foi na pastagem do gado dos colonos brancos e dos relatos recolhidos ficou evidente que situação similar ocorreu no trabalho sazonal nas roças do mesmo grupo de colonos. A questão, pelos vistos, ainda reproduziu-se no pequeno, embora bastante dinâmico, comércio ambulante do pão broa.

---

<sup>457</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 30/5/2014. Vale acrescentar que o regime-jurídico previa a expulsão em caso do colono saísse da colônia sem prévia autorização da Brigada. Cláusula nº IV, alínea c) do Contrato provisório de colono.

<sup>458</sup> Entrevista com Maria Mapoissa Sotho, realizada em Chókwè, em 14/5/2014.

<sup>459</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 2/5/2014.

<sup>460</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

Apesar do silêncio das fontes sobre o assunto, percebemos que foi do conhecimento da Brigada, que optou pela não intervenção nos contratos informais entre os colonos brancos e as populações, já que esses ocorreram no momento em que se tentou, teoricamente, a redução das exigências jurídicas dos colonos. Por outro lado, eram a base para iludir as populações de que o colonato garantia – além da integração negra e a melhoria da dieta alimentar – o considerado emprego para as famílias negras da região, como fica evidente na citação a seguir:

*“Assim, alguns milhares de contos são distribuídos anualmente pelas famílias negras instaladas fora do colonato, através dos salários ganhos nas explorações agrícolas, o que contribuiu para uma melhoria sensível do nível de vida, ao mesmo tempo que a sua subsistência não mais depende do resultado sempre incerto, face aos condicionalismos climáticos, das suas culturas alimentares.”*<sup>461</sup>

Ao analisar a comercialização da broa compreendemos que devido ao custo baixo do investimento na produção, os colonos confiaram a atividade, exclusivamente, aos jornaleiros infantis negros. O mesmo não ocorreu com o uso dessa força de trabalho na pastagem em que seu trabalho foi complementado *“pela contratação de alguns negros adultos para a tarefa de capataz no controlo do gado.”*<sup>462</sup> Assim, a integração negra que começou em fruição de gleba, depois em casal agrícola, foi acompanhada pela contratação informal da mão-de-obra infantil perante o olhar impávido da Brigada e das autoridades coloniais.

### **3.3.4. A religiosidade dos colonos**

Seria um erro analisar um projeto sócio-político salazarista sem fazer menção a igreja católica. Tentamos não correr o risco e reservamos esse subcapítulo para abordar a religião. É verdade que o colonato esteve associado à igreja católica, visto que para Salazar, investir na irrigação e povoamento do Limpopo significava *“a criação de uma réplica da família católica rural que era a força fundamental do seu regime.”*<sup>463</sup> Para o seu mentor e precursor, o colonato garantiria *“a unidade nacional, secularmente iluminada pela doutrina de Cristo.”*<sup>464</sup>

Antes do colonato, a maior parte da população da região era protestante, rezava na igreja metodista unida, que tempos depois, desmembrou-se em metodista livre. O catolicismo não surgiu com o colonato, porém a sua propagação na região deveu-se ao povoamento do Limpopo.

---

<sup>461</sup> ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 198.

<sup>462</sup> Relato de Eduardo Nkuna Machele, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 90.

<sup>463</sup> NEWITT, Malyn. 1995, p. 405.

<sup>464</sup> Jornal Notícia de Moçambique. Lourenço Marques: 30/8/1951, pp. 1-4.

A Brigada não obrigou os colonos negros a frequentarem a igreja católica,<sup>465</sup> mas “*tornava-se difícil rezar fora do colonato, enquanto cada aldeia tinha uma paróquia católica por perto, para além de que o Deus é o mesmo para romanos e protestantes.*”<sup>466</sup> A ordem de chegada das igrejas na região foi a seguinte: metodista episcopal, metodista unida, metodista livre, igreja quadro dos americanos, igreja nazaré e finalmente, a católica.<sup>467</sup>

Em todas as aldeias construiu-se uma igreja ou paróquia católica, onde aos sábados e domingos, os colonos se encontravam para rezar e realizar diversas atividades como: batismo, casamento, cerimônias fúnebres, atribuição de nome aos recém-nascidos, etc. Na Vila Trigo de Morais, construiu-se duas igrejas com os respetivos lares de irmãs e padres que pregavam não apenas nas capelas da vila, mas em todas as aldeias do colonato e em alguns regulados.<sup>468</sup>

Mesmo assim, houve diversos casos de colonos negros que continuaram a frequentar às religiões tradicionais e outros as igrejas protestantes. Sobre os protestantes, um exemplo foi o de “*Zankewu Mahlayeye de Lionde que continuou na metodista livre (...). Não se obrigava a religião, mas houve perseguição, agravada pela luta de libertação, onde a Brigada controlava os crentes, por acreditar que alguns dirigente da FRELIMO eram protestantes.*”<sup>469</sup>

A igreja católica foi fundamental para a legitimação do colonialismo e para o combate da FRELIMO. Alguns padres pregavam nas missas que a FRELIMO era uma seita satânica.<sup>470</sup> “*Eu ficava chateado quando na missa os padres abençoavam as armas que iam para o Norte onde combatia-se e encorajavam os jovens colonos a servirem o exército. (...) em silêncio questionava: que representantes de Deus são estes que louvam o sangue?*”<sup>471</sup>

Para terminar, apresentamos um quadro que registra de maneira formal a religiosidade dos colonos, no qual as religiões são agrupadas em católica, protestantes e animistas. As duas primeiras categorias estão subdivididas em brancos e negros. Entretanto, vale referir que a fonte original trata a religião animista de fetichista.

**Quadro 6.** Distribuição de colonos em função da religião

Aldeias	Católica		Protestantes		Animista
	Branco	Negro	Branco	Negro	
Guijá	114	1	-----	1	-----
Barragem	33	1	-----	1	-----

<sup>465</sup> Entrevista com Marcos Felimone Munguambe, realizada em Xilembene, em 24/5/2014.

<sup>466</sup> Entrevista com Marcos Felimone Munguambe, realizada em Xilembene, em 24/5/2014.

<sup>467</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>468</sup> Entrevista com Januário Fernando Pinto, antigo técnico da Brigada, realizada em Chókwe, em 11/6/2014.

<sup>469</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>470</sup> Entrevista com Augusto Nombora Welemo, realizada em Chókwe, em 11/6/2014

<sup>471</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

Lionde	91	2	-----	3	-----
Folgares	164	32	-----	25	-----
Freixeil	145	43	-----	85	-----
Sagres	44	10	-----	5	-----
Senhora da Graça	191	8	-----	-----	-----
Madragoa	106	96	-----	75	-----
São José de Ribamar	33	1	-----	-----	-----
Ourique	64	2	-----	2	1
Santa Comba	42	5	-----	6	-----
Santana	26	1	-----	1	-----
Pegões	21	-----	-----	-----	1
Soma	1.074	202	0	208	2

**Fonte:** LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 206 - adaptado pelo autor.

Ciente que as igrejas não têm a tradição de registrar efetivos dos seus fiéis, advertimos que os dados resultam de estimativas numéricas da Brigada e que não estão datadas a partir da fonte original. Esperamos que essas inconveniências não retirem mérito o propósito pelo qual apresentamos o quadro, que é de evidenciar que a maior parte dos colonos negros continuou nas religiões protestantes e os brancos, quase todos mantiveram-se fiéis ao catolicismo.

No entanto, é preciso ter em conta que esses dados respondem ao desejo dos dirigentes da Brigada em ter o seu mundo em ordem e organizado. De acordo com os relatos que reunimos, foi possível perceber alguma mobilidade religiosa para ambos os grupos de colonos. As falas que se seguem testemunham o sucedido entre os colonos brancos: *“Na Aldeia do Guijá existiu uma senhora branca natural da Ilha da Madeira que era adivinha, fazia sua magia a partir da combinação de diversas plantas tradicionais.”*<sup>472</sup>

Outro depoimento é referente aos colonos integrados na Aldeia de Sagres e destaca que: *“Conheço até por nomes, brancos que eram perigosos de feitiçaria. Tinha a Maria na Aldeia de Sagres que através de pedrinhas, dizia tudo sobre a vida das pessoas que lhe procuravam. (...) o Martins, também de Sagres, até andava com as pedrinhas mágicas nos bolsos.”*<sup>473</sup>

Não podemos esquecer que a maior parte dos brancos era natural das regiões rurais de Portugal e das ilhas da Madeira e Açores, onde a interpretação de diversos fenômenos naturais permanência sendo feita de forma tradicional, ou seja, o contato com a natureza era forte na vida das famílias. Então, chegados ao Limpopo, com o meio social próximo ao da sua vivência

<sup>472</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 21/5/2014.

<sup>473</sup> Entrevista com Marcos Felimone Mungambe, realizada em Xilembene, em 24/5/2014.

na metrópole, mantiveram algumas práticas como as advinhas e previsões que eram comuns nas suas regiões.

Fácil é entender a invisibilidade desses detalhes nos relatórios da Brigada e mesmo em alguns livros que nos baseamos para realizar esse estudo, pois o colonizador branco, segundo à ordem colonial, não poderia e não deveria fazer valer práticas culturais e religiosas semelhantes às das populações negras.

### **3.4. A demissão compulsória dos colonos**

A legislação que fixou o regime jurídico do colonato não regulou a saída dos colonos brancos ou negros por outros motivos que não fosse o de expulsão por causas disciplinares e de não obediência às metas estabelecidas. No entanto, é fato que a má postura não apresentou-se como a única causa de expulsão dos colonos. Além dos motivos imediatos e diretos como as doenças, surgiram também os pessoais como a desilusão dos colonos pelo colonato que também tiveram que ser respeitados “(...) porque não houve qualquer interesse em reter um colono que ali passa[sse] a estar de má vontade, por motivos óbvios e até porque houve sempre famílias interessadas em ocupar o seu lugar.”<sup>474</sup> Para o caso de expulsão, estavam previstos no contrato provisório de colono os processos e causas que serviriam de fundamento<sup>475</sup> e as consequências decorrentes da sua efetivação.<sup>476</sup>

Todos os integrados, tanto em casal agrícola como em fruição de gleba foram alvos de demissão compulsória, devido ao incumprimento das metas estipuladas ou por comportamentos fora do previsto nos contratos. A Brigada aparentemente tendia a ponderar a expulsão nos dois primeiros anos devido a necessidade de adaptação, por isso durante esse tempo os colonos eram apenas advertidos e orientados.<sup>477</sup> “(...) apesar dos estímulos como subsídios alimentar e de saúde, empréstimos monetários em tempo útil e a disposição de técnicos agrônomos, houve colonos expulsos por incumprimento das taxas de produção e a maioria por indisciplina.”<sup>478</sup>

Evitou-se ao máximo expulsar os colonos brancos. Apesar das facilidades de transporte para o regresso, pois nos navios a demanda de ida para a colônia de Moçambique era maior que a de saída, isso repercutiria negativamente em Portugal, tanto para o governo, como entre as famílias. Por isso, as advertências se acumularam nos relatórios da Brigada, mas sem efeitos

---

<sup>474</sup> LOPES, Manuel dos Santos. 1968, p. 248.

<sup>475</sup> Cláusula nº IV do Contrato provisório de colono.

<sup>476</sup> Cláusula nº V do Contrato provisório de colono.

<sup>477</sup> MOREIRA, Ilídio Rosário dos Santos, 1961.

<sup>478</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 28/5/2014.

futuros, pois optou-se sempre pela tolerância até o último nível, concedendo oportunidade de aprender com o apoio dos técnicos para o melhoramento dos colonos.<sup>479</sup>

A tolerância verificada no caso dos brancos, não esteve presente em relação aos negros. Para os colonos negros a Brigada foi implacável, ao ponto de qualquer infração, por mais suave que fosse, não advertir nem orientar, apenas informar que a inspeção periódica oficializaria a expulsão. Isso ocorreu, por exemplo, com Obadias Mulambo.<sup>480</sup> Os contornos desse caso de expulsão foram relatados da seguinte maneira:

*“Obadias herdou a casa e a machamba [roça] do seu pai Jossias Mulambo. Ele dividia a roça com um colono branco e como a rega obedecia escalas, um dia a sua escala coincidiu com a do seu vizinho branco. Houve uma grande discussão de disputa de água onde cada um justificava que a escala lhe pertencia. A discussão foi na comporta do canal em que um fechava e o outro abria a água. (...) Obadias decidiu ir em cima do colono e bateu bem nele. O homem agredido foi queixar e a Brigada decidiu expulsar Obadias, alegando que apresentava problemas de relacionamento.”<sup>481</sup>*

A expulsão de Obadias Mulambo foi bastante comentada devido a três razões principais: (i) por tratar-se de um jovem influente, que era *garçom* da única pousada do colonato e músico crítico do colonialismo; (ii) por ter agredido um colono branco e (iii) as informações propagadas que davam conta que a Brigada penhorou o gado da sua família no sequeiro.<sup>482</sup>

Vale referir que a coexistência entre colonos negros e brancos era muito problemática, houve quase diariamente cenas de ameaça, violência e insultos. Os brancos eram acusados de roubar animais domésticos das famílias negras e levar o seu gado para pastar nas roças dos negros. Mas, não eram todos os negros que culpavam os colonos brancos por esses problemas, pois viam que eram pobres como eles e trabalhavam a terra com as suas próprias mãos. Nem eram os verdadeiros “brancos de Lisboa” e tudo isso gerava alguma solidariedade.<sup>483</sup>

Alguns colonos – brancos e negros – depois de receberem o gado, vendiam para comprar bebidas alcoólicas. Uns agiam assim por desleixo e outros por falta de paciência das exigências da Brigada. Quando se aproximavam as datas fixadas para a amortização das dívidas, os negros partiam para lugares incertos e os brancos desesperados, sem opção de fuga, entregavam-se à

---

<sup>479</sup> Entrevista com Felisberto Aires Pinto, realizada em Lionde, em 5/4/2014.

<sup>480</sup> Entrevista com Cristina Mula, colona negra integrada na Aldeia do Guijá, realizada em Chókwè, em 13/5/2014.

<sup>481</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

<sup>482</sup> Entrevista com Maria Mapoissa Sotho, realizada em Chókwè, em 14/5/2014.

<sup>483</sup> CASTELO, Cláudia. 2007.



Brigada que decidia sobre o seu futuro.<sup>484</sup> *“Mais tarde, alguns preguiçosos foram expulsos, esses eram pessoas que se integraram para obter o gado, que depois vendiam para comprar bebida, sem amortizarem as dívidas da Brigada.”*<sup>485</sup>

Para a maior parte dos colonos negros a Brigada não oficializou a expulsão, ou seja, não chegou a escorraçar famílias. Todas sabiam que se não alcançassem as taxas exigidas, de modo a evitar humilhações, deviam abandonar as casas antes da Brigada mandar um novo colono. As famílias nessa situação responsabilizavam o gado bovino às estruturas administrativas da aldeia e regressavam ao sequeiro.<sup>486</sup> *“A Brigada exigia aos expulsos a devolução da junta de boi.”*<sup>487</sup>

Pelo menos foi isso que ocorreu com *“o meu tio, integrado aqui [Aldeia do Guijá], que por incumprimento das taxas da produção foi expulso (...) chamava-se Xindorima Tivane e a sua esposa Nwapepucane Chavango.”*<sup>488</sup> Segue outro relato de expulsão de colono negro:

*“Minha família foi das poucas negras que não teve problemas de taxas da Brigada. As taxas colocavam o colono na condição de força de trabalho não remunerada, porque segundo a Brigada aquela foi a forma mais simples para um pobre pagar pela vida digna (...). As que não conseguiram cumprir foram expulsas, como Stefane Mulambo, integrado na minha casa [geminada], que mais ou menos, durante cinco anos garantiu as taxas e quando a sua produção falhou, a Brigada expulsou-lhe imediatamente. (...) aqui nesta região [Aldeia do Guijá] apenas três famílias negras, a minha [Chuverri Nhambe], Vasco Mapossa e de Vasco Tivane, conseguiram aguentar ser colono até a independência.”*<sup>489</sup>

A partir desse depoimento torna-se pertinente reafirmar que houve uma desarticulação da política de integração negra e isso ficou evidente depois do ciclone Claude em 1966, quando não obstante a existência de vagas, a Brigada suspendeu a integração negra em casal agrícola e intensificou a expulsão dos colonos negros, situação que se manteve até a independência da colônia Moçambique. *“Em 1974, cerca de 177 colonos negros deixaram o colonato, dos quais, 85% foram expulsos.”*<sup>490</sup>

Os colonos expulsos eram obrigados a abandonar o casal agrícola no prazo máximo de 30 dias a contar da data do aviso escrito realizado pela Brigada, com todas as culturas pendentes, gado, alfaias, mobília e casa, entregues em perfeitas condições de conservação. Esses colonos

---

<sup>484</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

<sup>485</sup> Relato de Eduardo Nkuna Machele, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 88.

<sup>486</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

<sup>487</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 28/5/2014.

<sup>488</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

<sup>489</sup> Entrevista com Maria Mapoissa Sotho, realizada em Chókwè, em 14/5/2014.

<sup>490</sup> HERMELE, Kenneth. 1986, p. 60.

não tinham qualquer direito sobre os bens recebidos, nem de retenção de qualquer material por motivos de benfeitorias, independentemente do tempo de permanência e do montante atingido pelos reembolsos.<sup>491</sup>

Finalmente, de modo a apresentar uma visão geral das demissões compulsórias, a seguir apresentamos um quadro que, apesar de não distinguir os colonos em brancos e negros, ilustra o movimento de entrada e saída das famílias no colonato do Limpopo.

**Quadro 7.** Visão geral da integração e demissão de colonos, 1954-1968

Anos	Integrações	Demissões	Efetivos
1954	10	-----	10
1955	37	-----	47
1956	6	1	52
1957	43	-----	95
1958	95	1	189
1959	108	32	265
1960	313	18	560
1961	361	17	904
1962	324	23	1.205
1963	271	9	1.467
1964	46	33	1.480
1965	73	68	1.485
1966	123	50	1.558
1967	57	44	1.571
1968	62	33	1.600
Soma	1.929	329	-----

**Fonte:** ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 106 – adaptado pelo autor.

Na ausência de elementos concretos para analisar os motivos das demissões, baseamos-nos nas causas definidas no contrato provisório de colono que referimos anteriormente, o que permitiu-nos concluir que o número, embora baixo, foi preocupante para a Brigada e igualmente para as autoridades coloniais em geral.

<sup>491</sup> Cláusula nº V do Contrato provisório de colono.

## CAPÍTULO IV

### O COLONATO DO LIMPOPO NO IMEDIATO PÓS-INDEPENDÊNCIA: DO COLAPSO À TENTATIVA DE RESTAURAÇÃO

#### 4.1. O abandono dos colonos brancos

O início da guerra na colônia de Moçambique teve impacto direto na gestão do colonato pela Brigada. O decurso da guerra correspondeu a um momento de incerteza na região, no qual as derrotas da FRELIMO foram comemoradas abertamente pelos brancos e o avanço da guerra, clandestinamente aplaudido pelos negros. Esse cenário de tensão e convívio, sofreu forte abalo em 1969, com a morte de Eduardo Mondlane, o primeiro presidente da FRELIMO. De acordo com um antigo técnico da Brigada, esse assassinato foi bastante comentado no colonato:

*“A morte de Mondlane foi comemorada em todos os escritórios em que entrei em fevereiro de 1969, cuja pergunta foi quase a mesma: «Mukhavele, o que acha que restou da FRELIMO»? A minha reação foi de sorrir, para esconder a mágoa, mas em silêncio afirmava com base no ditado ensinado pelos próprios colonos que dizia: «a morte de uma andorinha não significa o fim da primavera». [Nesse momento], (...) eu defendia que a FRELIMO tinha várias alternativas para substituir Mondlane e o povo apresentava vontade de lutar, por isso, aquela morte não significava o fim do sonho da independência.”<sup>492</sup>*

A visão dos colonos brancos de que o ritmo e o campo de ação da guerra não colocava em causa a sua presença e legitimidade, alterou-se bruscamente a partir de 1974, por força das mudanças políticas em Portugal, relacionadas com a revolução de 25 de abril<sup>493</sup> e o subsequente reconhecimento pelo novo governo português da independência da colônia de Moçambique, em 7 de setembro de 1974, através da assinatura dos acordos de Lusaka, na Zâmbia.

Os colonos brancos consideraram 1974, como o ano da amargura e do ressentimento,<sup>494</sup> pelo fato de terem sido forçados a abandonar o colonato, já que as populações não desejavam a

---

<sup>492</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 20/5/2014.

<sup>493</sup> Também conhecida por Revolução dos Cravos. Se alimentou das ideias emanadas das duas grandes revoluções: a Francesa e a Russa. Quando na madrugada de 25 de abril, os militares do Movimento das Forças Armadas (MFA) e a população, liderados por capitães, saíram às ruas perseguiram três objetivos: (i) fim da ditadura; (ii) resgatar o prestígio das Forças Armadas e (iii) terminar com a guerra colonial em África que já estava virtualmente ganha pelos inimigos em alguns casos. A guerra colonial foi o início de tudo, sem ela não teria havido nenhuma revolução portuguesa. Ao menos não na forma como ela ocorreu, pois o epicentro do abalo não era a metrópole, mas a África. Consumada a revolução, com o último ditador, Marcelo Caetano, exilado no Brasil, o general Antônio Spínola assumiu a presidência da república. Sob o lema «*Descolonizar, Democratizar e Desenvolver*» o novo governo, iniciou as negociações, com os representantes dos movimentos de libertação, pelas independências das colônias africanas. SECCO, Lincoln. *Trinta anos da revolução dos cravos*. São Paulo: Revista Adusp, outubro de 2004, pp. 6-12.

<sup>494</sup> VALÁ, Salim Cripton. 2003.

sua permanência na região. Do que nos foi possível perceber, a FRELIMO ficou indiferente em relação ao assunto e o novo governo português abandonou-os. Sentindo-se hostilizados pelas populações e perante um discurso político “pouco convidativo”, a maioria dos colonos brancos abandonou a colônia de Moçambique.<sup>495</sup>

Depois de 25 de abril de 1974 e do prenúncio da descolonização, os colonos ansiavam por proteção física e material. Perante manifestações do “racismo ao contrário”, sem garantias de segurança dos seus bens e com um regime de inspirações marxista-leninista na antiga colônia de Moçambique, teve início o êxodo de centenas de milhares de colonos brancos para Portugal, África do Sul, Brasil e América do Norte.<sup>496</sup>

No imediato pós-independência nenhum colono branco foi expulso, ao contrário do que a Brigada fazia com os negros. Os brancos apenas aperceberam-se que o seu governo tinha sido deposto e estavam sem proteção, perante uma FRELIMO revolucionária no poder. Por conta e risco próprio, os brancos mobilizaram meios para regressar à Portugal ou fixarem-se nas cidades vizinhas e/ou colônias da região como África do Sul e Rodésia do Sul (atual Zimbábwè).<sup>497</sup> A opção por esses dois últimos destinos justifica-se por terem sido os governos que, até a independência da colônia de Moçambique, defendiam a continuidade dos impérios coloniais, além de serem governados pela minoria branca.

A ideia do sentimento de abandono dos brancos pelo novo governo português saído da Revolução de abril de 1974 pode ser percebida através dos relatos dos colonos e/ou seus filhos, que depois de regressarem à Portugal, divulgam tal posicionamento através de diversas redes sociais e organizações como a Associação de Amigos do Limpopo. Podemos verificar essa questão nos dois comentários a seguir:

*“Eu nasci e vivi em Trigo de Morais. Como muitos fui obrigado a sair, mas jamais esquecerei aquela terra e aqueles que me privaram dela – políticos portugueses. Sai de lá com 7 ou 8 anos de idade e guardo na memória os locais onde vivi, estudei, brinquei, passeie, etc. De fato África deixa em quem sobretudo, lá nasceu, uma espécie de feitiço que se manifesta numa saudade tão intensa que ainda hoje nos faz sentir os adores, aromas e sons. (...) Este é o meu singelo tributo à terra que me*

---

<sup>495</sup> HERMELE, Kenneth. 1986.

<sup>496</sup> CASTELO, Cláudia. 2007.

<sup>497</sup> Entrevista com Augusto Nombora Welemo, realizada em Chókhwè, em 21/5/2014. Vale afirmar que na época, esse último passava por um intenso conflito armado entre a minoria branca dirigida por Ian Smith que proclamara uma independência unilateral, em 11 de novembro de 1965, na qual, a maioria negra se encontrava afastada de todo e qualquer espaço de discussão e decisão política e por sua vez, a África do Sul vivia uma das mais violentas fases do Apartheid.

*viu nascer. Se alguém através do nome, se recordar de mim, gostaria que me contatasse, pois como todos vocês sobrevivi.*”<sup>498</sup>

*“(...) verificando os comentários de todas estas pessoas fico particularmente tocado por eles e, mais uma vez lamento a estratégia dos políticos e dos governos que continuam a mexer de forma arbitrária com as pessoas que, afinal em nada foram ouvidas para o desfecho anunciado e cumprido, com o agravante de não se ter acautelado os seus interesses.*”<sup>499</sup>

Esses comentários, em certa medida, tentam camuflar a ideia de que no imediato pós-independência os colonos manifestaram a vontade de retornar à Portugal. A discussão para o caso do colonato do Limpopo é ainda mais instigante porque como abordamos no capítulo III, os colonos apresentavam idades avançadas. Assim, parte do grupo que a partir de 1974 sentiu-se abandonado, corresponde aos filhos que foram integrados juntamente com os pais e/ou naturais do colonato, por isso com pouca ou mesmo nenhuma ligação com a antiga metrópole.

A fuga massiva de colonos brancos deve ser repensada como resultado de vários fatores, sendo o chamado “abandono” pelo governo português um deles. Associado a isso, internamente as relações ficaram tensas entre os dois grupos de colonos, entre os brancos e a população não branca em geral e agravaram-se ainda mais, entre os brancos e os guerrilheiros da FRELIMO. *“As populações nos vaiavam na rua, desrespeitavam-nos nas roças e ofendiam-nos com todos os tipos de injúrias e ameaças. Vivíamos com medo da FRELIMO por causa dos seus slogans nos comícios populares como: «vencemos os portugueses na guerra, mas a luta continua».*<sup>500</sup>

Das falas que reunimos percebemos que alguns colonos brancos manifestaram a vontade de manterem-se no colonato às ordens da FRELIMO. Mas, indiscutivelmente, o slogan “A luta continua” ajudou a desenvolver o medo em quase todos os colonos. Esse consenso deveu-se ainda, ao fato de durante a guerra, Portugal ter considerado a FRELIMO como uma organização terrorista. Com a memória do terrorismo da FRELIMO presente nos colonos brancos, a questão do medo permeou os relatos de quase todos, mesmo aqueles que na efervescência do abandono rumo à Portugal mantiveram-se no colonato: *“Venceram na guerra pela independência, depois proclamaram «A luta continua», isso só podia ser contra nós (...), por isso, muitos deixaram o colonato. Todos tínhamos medo, porque ninguém duvidava da coragem da FRELIMO.*”<sup>501</sup>

---

<sup>498</sup> Comentário de Elias Mesquita. in: <https://asuldomundo.wordpress.com/afinalonde-vivo/>. Acesso em 22/10/2014.

<sup>499</sup> Comentário de Vitor Manuel de Sousa Cardoso. in: <https://asuldomundo.wordpress.com/afinalonde-vivo/>. Acesso em 22/10/2014.

<sup>500</sup> Entrevista com Felisberto Aires Pinto, realizada em Lionde, em 5/4/2014.

<sup>501</sup> Entrevista com Felisberto Aires Pinto, realizada em Lionde, em 5/4/2014.

É fato que ocorreram diversas tentativas de organizações de brancos de buscarem uma independência unilateral da colônia de Moçambique,<sup>502</sup> contrariando os acordos de Lusaka e espelhando-se no exemplo da Rodésia do Sul, mas sem ligação com os colonos do Limpopo. Além dessa tentativa de inviabilizar e alterar o rumo do processo da independência que passou a ser negociado, proliferaram na colônia de Moçambique denúncias e acusações de brancos que sabotavam infraestruturas e bens como: sistema de elevador, eletricidade, canalização, telefone dos prédios; arquivos nas empresas/instituições públicas, queima de produção e *stock*, matança de gado desnecessariamente, etc. No entanto, foram essas e outras situações que contribuíram para a oficialização da expulsão,<sup>503</sup> mas o colonato não registrou nenhuma expulsão oficial.<sup>504</sup>

Como seria de esperar, a tomada do poder pela FRELIMO foi acompanhada por grande agitação social e o colonato tendo sido uma região de maior concentração branca, verificou um elevado sentimento de insegurança entre os colonos. A agitação generalizada e o sentimento de insegurança precipitou o individualismo e dificultou a opção pelo diálogo entre a Brigada e o novo governo português, por um lado e por outro, entre a Brigada e aqueles que seriam o novo governo moçambicano, de modo a discutirem o futuro do colonato e, em certa medida, levarem em conta os anseios dos colonos.

Essa situação colocou os colonos em pânico e desesperados. Existem falas segundo as quais, alguns colonos procuraram as recém-instaladas estruturas distritais da FRELIMO para negociarem possíveis subsídios de passagens rumo à Portugal. O depoimento que se segue trata dos últimos momentos dos colonos brancos no Limpopo:

---

<sup>502</sup> Depois do anúncio da assinatura dos acordos de Lusaka, precisamente no dia 7 de setembro de 1974 um grupo de portugueses e de antigos membros da FRELIMO, associados ao Movimento Moçambique Livre, organizou manifestações que culminaram com a tomada da então Rádio Clube de Moçambique, em Lourenço Marques. O objetivo era inviabilizar a independência que o novo governo português negociava com a FRELIMO. *Jornal Dossiers & Factos. Tido como traidor da pátria, Chissano pede perdão para Urias Simango*. Maputo: 20/1/2014, pp. 3-5. Sobre esse assunto há informações que avançam que “Havia ainda um grupo mais radical de colonos brancos, alguns dos quais congregados na FICO (Frente Independente de Convergência Ocidental), que defendia uma independência «à rodesiana», sem qualquer hipótese de partilha do poder com os negros. Este grupo iria gerar, em 7 de setembro de 1974, em Lourenço Marques, um clima de exaltação do nacionalismo português e da violência racista. A insurreição branca deu-se como resposta à atitude de um grupo [de cerca] de 12 negros que arrostou no chão uma bandeira de Portugal. Seguiu-se o ataque ao Rádio Clube de Moçambique, que à época fazia uma intensa propaganda anticolonial. Jorge Jardim [um dos representantes desses colonos brancos] encontrava-se na África do Sul. Apesar de grande expectativa que se tinha criado em seu redor, não quis aparecer em Lourenço Marques nem capitalizar a revolta branca anti-FRELIMO.” Antunes, apud. CASTELO, Cláudia. 2007, p. 370.

<sup>503</sup> Os portugueses acusados de sabotagem ou atuação contra revolucionária foram forçados a abandonar o país em menos de 24 horas com o máximo de 20 quilos de bagagem. Esse programa do governo da FRELIMO foi batizado com o célebre *slogan* 20/24. THOMAZ, Omar Ribeiro. *Escravos sem dono: A experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista*. Revista de Antropologia da Unicamp, Volume 51, nº 1, janeiro–junho de 2008, p. 189.

<sup>504</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 20/5/2014.

*“Alguns colonos aproximaram o nosso governo para pedir ajuda de transporte de volta à Portugal. Descartada qualquer modalidade de ajuda, associado aos conflitos sociais motivados pela raiva das famílias negras em relação aos colonos brancos, eles começaram a procurar, por iniciativa própria, meios para abandonarem o colonato, sendo que uma das alternativas foi de vender os bens como: casa, gado e automóveis. Os colonos que não encontraram compradores dos seus bens recorreram aos empréstimos informais de dinheiro e antes de partirem, na esperança de um dia voltarem, responsabilizaram as suas casas aos amigos negros, pois era maior a expectativa da revolução não ser bem sucedida. (...) A opção por confiar famílias negras a gestão de casas ocorreu também nos estabelecimentos comerciais onde alguns trabalhadores negros graças a sua honestidade e por serem confiados, ficaram com as lojas e casas dos seus patrões com a orientação de continuarem com o comércio até que a vida política se normalizasse o que permitiria o retorno dos patrões aos seus negócios.”<sup>505</sup>*

Do exposto acima, concluímos que a venda das casas, que em parte não pertenciam aos colonos, mas à Brigada, foi a principal alternativa para os colonos que decidiram abandonar a região e que durante duas décadas viveram no Limpopo sob forte proteção do governo colonial. O grupo de colonos comerciantes teve maior capacidade financeira de custear viagens aéreas para à família, contrariamente a maioria que apresentou dificuldades de obter até mesmo a passagem marítima, considerada mais acessível.

Embora o número dos colonos que se retiraram do colonato ganhe maior representação a partir de 1974, o abandono terá iniciado antes, cujos motivos, para além do avanço da guerra, associam-se como vimos no capítulo III, à desilusão dos colonos pelo Limpopo e o excesso do controlo por parte da Brigada. *“Não há dúvidas que Moçambique une e familiariza. (...) vivi lá desde 1958 – ano que nasci à 1973, ano em que regresssei com os meus pais do então Paquete Infante D. Henrique.”<sup>506</sup>* Só em 1975, cerca de 261 colonos brancos abandonaram o colonato e de 1976-1977, a queda foi vertical, tendo se retirado cerca de 700 colonos brancos.<sup>507</sup>

Ao nos basearmos pelo registo numérico da população colona de dezembro de 1974, já referenciado,<sup>508</sup> percebemos que após 1977 permaneceram no colonato cerca de sete<sup>509</sup> famílias brancas, número que apresenta-se baixo e preocupante tendo em conta o silêncio dessa questão

---

<sup>505</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwe, em 10/6/2014.

<sup>506</sup> Comentário da Fernanda Carvalho. in: <https://asuldomundo.wordpress.com/afinalonde-vivo/>. Acesso em 22/10/2014.

<sup>507</sup> HERMELE, Kenneth. 1986.

<sup>508</sup> Em 1974, o colonato registrou 1.380 colonos (968 brancos e 412 negros) e 2.540 *semicolonos*.

<sup>509</sup> Na pesquisa de campo percebemos que o número dos colonos brancos que mantiveram-se no colonato pode ter sido maior. Os entrevistados enumeraram alguns colonos que continuam agricultores: Margarido e Felisberto Pinto (Lionde); Raul, Jesus e Luís Poeira (Santa Comba); Paulo Galo (Pegões); Medeiros e Almeida (Madragoa); Abel Mosquito (Folgaes) e Albino Saches (São José de Ribamar).

nos estudos sobre o colonato. Verdade é, no entanto, que a retirada massiva dos colonos brancos repercutiu negativamente na gestão do colonato pelo governo pós-independência.

*“With independence in 1975, the economy of Mozambique entered into a phase of disarticulation and crisis. In the Baixo Limpopo this crisis had its basis in (...) the disintegration of the colonial system of commercial agriculture (...). The former stemmed, in the first instance, from the mass exodus of Portuguese settlers, who controlled all the key sectors of the national economy and nearly all positions requiring any measure of education or training. In the Baixo Limpopo, the exodus meant the loss of an important source of employment, factors of production, consumer goods, and the means for marketing agricultural surpluses. The dissolution of colonial administration ended the vital coordination and supervision of African labour in cash-cropping and the maintenance of hydro-agriculture, and it disrupted the supply of inputs and extension services formerly provided by the colonial state. The result of this disintegration of colonial agriculture was a sharp drop in levels of marketed agricultural production in both the family and private sectors.”<sup>510</sup>*

Esses dados evidenciam um dos grandes problemas – por muitos considerado o principal – que a FRELIMO enfrentou no imediato pós-independência. A falta de quadros qualificados capazes de responderem às exigências técnicas, não apenas do colonato, mas também das regras rigorosas do próprio sistema econômico – de tipo socialista – adotado nesse período.

A motivação e determinação de trabalhar em prol do desenvolvimento era uma realidade inquestionável no cotidiano das populações negras, entretanto não era apenas isso que a recém-formada República Popular de Moçambique necessitava. Por isso, analisamos esse êxodo dos colonos sob a perspectiva de fuga da mão-de-obra qualificada, mesmo ciente que a maior parte era analfabeta, mas o tal abandono incluiu ainda funcionários de diferentes setores de trabalho vitais para o desenvolvimento da região agrária do Limpopo.

---

<sup>510</sup> Tradução livre: Com a independência da colônia de Moçambique em 1975 a economia entrou em desarticulação e crise. No Baixo Limpopo, esta crise teve a sua base em dois eventos principais: a desintegração do sistema colonial da agricultura comercial [e a queda acentuada dos níveis de trabalho migratório]. A crise agravou-se por causa do abandono massivo de colonos e funcionários brancos que controlavam os setores centrais da economia da colônia para além de controlarem também quase todas as necessidades de educação e formação profissional. E, particularmente no Baixo Limpopo, o abandono significou a perda de uma importante fonte de emprego, produção, bens de consumo e meios para a comercialização de excedentes agrícolas. A dissolução da administração colonial acabou com a coordenação e supervisão do trabalho assalariado, agricultura familiar e manutenção do sistema de irrigação, para além de ter interrompido o fornecimento de insumos e serviços de assistência técnica antes prestado pelo Estado colonial [Brigada]. O resultado dessa desintegração da agricultura colonial foi a queda acentuada nos níveis de produção agrícola comercializado, tanto para o setor privado, assim como para o familiar. ROESCH, Otto. 1988, p. 75.



Com a partida massiva dos brancos para Portugal registrou-se o assalto das casas vagas pela população. A maior parte das famílias em fruição de gleba de 2ha, alistadas para admissão, e mesmo as que recusaram integrar o colonato, eufóricas pela independência, começaram a criar redes de influência com os antigos técnicos da Brigada para garantir uma ou mais vagas.<sup>511</sup>

A invasão das casas deveu-se a falta de orientação da gestão do patrimônio do colonato, sendo que a arrogância e a desonestidade de alguns antigos técnicos da Brigada – que atribuíram casas aos parentes e amigos – fez subir os ânimos das populações que disputaram violentamente as vagas.<sup>512</sup> *“Com o abandono dos brancos, as primeiras famílias a ocuparem as casas foram dos antigos técnicos da Brigada, depois os naturais e a população em geral e finalmente, as vítimas das cheias de 1977, e os deslocados da guerra civil.”*<sup>513</sup>

Em síntese, o imediato pós-25 de abril foi marcado por três cenários complementares e turbulentos. Primeiro, foi o clima de insegurança que reinou nos colonos brancos e negros que, ou foram privilegiados ou serviram ao sistema colonial – no caso dos negros a situação atingiu, sobretudo, aos assimilados e régulos. O segundo, foi o considerado “abandono” dos brancos e o terceiro, a corrida pela posse da terra irrigada, inclusive pelo novo governo de Moçambique. Foi na base desses acontecimentos, em grande medida sobrepostos, que passou a se desenrolar a vida no antigo colonato do Limpopo.

#### **4.2. O antigo colonato do Limpopo na gestão da FRELIMO, 1974-1977**

*“Embora a questão da apropriação da terra estivesse na ordem do dia dos recém-criados Estados modernos africanos, as problemáticas da dimensão da exploração e do papel do mercado internacional, foram ignoradas pela maioria dos políticos das décadas de 1960 e 1970. As dinâmicas institucionais endógenas às sociedades africanas na gestão dos homens e da terra foram ignoradas, os saberes produtivos e mercantis das populações rurais foram desprezados, a substituição das elites coloniais pelas emergentes africanas tomou corpo através da hiper-intervenção do Estado e a rápida transformação dos camponeses em trabalhadores rurais foi tida como a única alternativa para se fazer face à crescente deterioração dos termos de troca internacional. (...) o dualismo colonial foi mantido – por um lado, a agricultura de escala em plantações ou grandes extensões orientada para o mercado e por outro, a agricultura familiar com a dupla função de satisfazer o consumo e o mercado local. Os Estados continuaram a adjudicar as melhores terras*

---

<sup>511</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>512</sup> Entrevista com Maria Mapoissa Sotho, realizada em Chókwè, em 13/5/2014.

<sup>513</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 21/5/2014.

*ou para as elites locais e estrangeiras ou para empresas geridas por esse mesmo Estado.*<sup>514</sup>

Com a citação acima percebemos que no período pós-independência, alguns Estados na tentativa de reestruturarem a exploração da terra de modo a beneficiar maior parte da população, que o colonialismo forçou a ocupar terras improdutivas ou transformou-a em mão-de-obra rural, reproduziram o cenário colonial. Os Estados, através das empresas estatais passaram a controlar maiores e melhores terras, enquanto paulatinamente a população se empobrecia e transformava-se em camponeses tecnicamente móvel. Ou seja, os camponeses foram forçados a combinarem a agricultura com as demais atividades remuneráveis. Essa questão, em parte, encontra alguma exemplificação quando da análise do colonato do Limpopo na gestão da FRELIMO.

A partir de setembro de 1974, os colonos negros estavam confiantes que estenderiam as suas terras irrigadas por conta das abandonadas pelos brancos. Os camponeses em fruição viam a possibilidade de integrarem o colonato como *colonos plenos* e a população em geral sentia-se no direito da posse de terra irrigada. Assim, quase todos os estratos dos camponeses – colonos ou em fruição e os do sequeiro – “*tentaram saldar as suas contas com a história, apropriando-se das terras que o colonato tinha expropriado ou que a Brigada limitara a sua exploração.*”<sup>515</sup>

De modo a controlar a agitação popular em torno da ocupação das terras irrigadas, em 1976, à semelhança do que ocorreu em todo o país, o Estado criou no Limpopo um órgão de gestão, o Gabinete de Apoio à Produção (GAPPO), com os seguintes objetivos: (i) assegurar a continuidade da produção nas terras abandonadas, (ii) evitar a sabotagem de infraestruturas e o desvio de equipamentos, (iii) manter a força de trabalho ativa, (iv) lançar bases do surgimento das empresas estatais agrícolas e (v) iniciar o processo de coletivização da terra.<sup>516</sup> “*A região de Chókwè [antigo colonato] foi objeto de preocupação central do Estado e área prioritária para a concretização das suas políticas de desenvolvimento agrícola.*”<sup>517</sup>

Ainda em 1976, o Comité Político-Militar nomeado pelo Comité Central, eleito durante o II Congresso da FRELIMO, publicou uma proposta de lei de terra. Afim de se assegurar que a lei exprimisse os anseios e aspirações dos camponeses, realizaram-se à escala nacional, alguns

---

<sup>514</sup> José Negrão, em prefácio de VALÁ, Salim Cipton. 2003, pp. 12-13.

<sup>515</sup> VALÁ, Salim Cipton. 2003, p. 34.

<sup>516</sup> MOSCA, João. 1988. É pertinente salientar que no princípio de 1976, por força do Decreto-lei nº 5/76, de 5 de fevereiro, o Estado nacionalizou os imóveis pertencentes aos portugueses e seus parceiros coloniais.

<sup>517</sup> VALÁ, Salim Cipton. 2003, p. 25.

debates através de seminários e criação de grupos de estudos e divulgação dessas propostas que constituíram a base da promulgação da primeira lei de terra.<sup>518</sup>

No III Congresso da FRELIMO, realizado em fevereiro de 1977, definiu-se a agricultura como base da economia de Moçambique independente, cujos objetivos gerais eram de satisfazer as necessidades alimentares do povo; abastecimento de matérias-primas às indústrias e garantir um nível de exportação necessário para o desenvolvimento econômico de Moçambique. Para o alcance desses objetivos o congresso determinou as seguintes estratégias: (i) planificação da agricultura; (ii) mobilização e organização do povo em roças estatais e cooperativas e (iii) a criação das aldeias comunais.<sup>519</sup>

Foi ainda decidido nesse congresso a transformação do antigo colonato em “*celeiro da nação*” e grandes investimentos foram mobilizados para esse propósito, incluindo o envio de comissões para o Distrito de Chókwè, com o objetivo de informar e sensibilizar as populações sobre as novas políticas para a terra e gestão das infraestruturas do antigo colonato. No estudo de campo entramos em contato com memórias dessas visitas, como a seguir destacamos:

*“Em 1977, Armando Guebuza [atual presidente da República de Moçambique], então Comissário Político, visitou o Distrito do Chókwè para explicar a decisão do governo de nacionalização da terra (...). Eu, juntamente com Bento Chongo, fui indicado para intérprete do comício que se realizou no jardim infantil de Chókwè. Guebuza explicou que a partir daquele ano [1977], toda a terra e as casas dos colonos passavam a pertencer ao Estado. A terra, subdividir-se-ia em machambas estatais e cooperativas agrícolas. Essa decisão levantou diversas inquietações e levou alguns camponeses a enfrentarem diretamente o representante do governo durante o comício (...).”<sup>520</sup>*

Fica evidente no relato que esse processo gerou o descontentamento de algumas famílias que viram na independência a possibilidade de recuperação da sua terra. Mas o governo chamou para si a responsabilidade de redistribuição da terra e lançou as bases para a reestruturação agrária do antigo colonato do Limpopo. Para tal, descentralizou a gestão em setor da terra e da água, quebrando assim a gestão colonial centralizada na Brigada. A concretização dessas novas políticas contou com a participação dos antigos técnicos subalternos negros da Brigada, como atesta o seguinte depoimento:

---

<sup>518</sup> REVISTA TEMPO. *Resoluções gerais do III Congresso*. Maputo: nº 333, Tempográfica, 20/2/1977, 68 p. Foi em 1979, que o governo promulgou a primeira lei de terra, que transformou as decisões agrárias do III Congresso – propriedade estatal e cooperativas – em dispositivo jurídico.

<sup>519</sup> Ibid. p. 40.

<sup>520</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

*“(...) tempos depois o governo apercebeu-se da sobrecarga das funções do Gabinete do Limpopo<sup>521</sup> que coordenava atividades desde a montante à jusante do Limpopo e Elefantes, [principais rios da região] tendo proposto a criação de órgãos locais de gestão da terra e da água. Assim, para a gestão da terra criou-se em 1977 [1978],<sup>522</sup> o Complexo Agroindustrial do Limpopo (CAIL) e para a gestão da água [sistema de irrigação] fui responsável pela idealização em 1978, do Sistema do Regadio Eduardo Mondlane (SIREMO). A designação visou imortalizar o obreiro da unidade nacional, pois sabia que este perímetro irrigado é o maior do país e tinha sido declarado o «celeiro da nação». (...) devido a estrutura do SIREMO, sua localização no centro da bacia do Limpopo e a sua Direção, fizeram com que incorporasse os sistemas de irrigação de Xai-Xai à jusante e Massingir à montante.”<sup>523</sup>*

De 1977 a 1983 – período correspondente ao intervalo entre o III e o IV Congresso da FRELIMO – toda a atividade agrícola do antigo colonato e a gestão das casas abandonadas pelos colonos brancos gravitou em torno do CAIL e do SIREMO. O Estado conferiu maiores poderes ao primeiro órgão, tendo sido responsabilizado pela reestruturação agrária da região. *“A divisão da terra saída do III Congresso da FRELIMO em machambas [roças] estatais e cooperativas, confiou o CAIL para a gestão das machambas estatais.”<sup>524</sup>*

O CAIL foi a maior empresa estatal de Moçambique com 20.850ha da terra irrigada. A sua organização estava dividida em quatro filiais, designadamente: Xilembene (Madrageo); Massavasse (Freixiel); Conhane (Folgaes) e Lionde. Além da terra irrigada, o CAIL possuía algumas agroindústrias, nomeadamente: a fábrica de descasque de arroz, em Conhane; a fábrica de salsicharia, lacticínios e enfardamento de luzerna, em Lionde e a fábrica de conserva de tomate, em Xilembene.<sup>525</sup> *“Pertencia ainda a empresa, cerca de 600 gado bovino leiteiro, 16 mil bois e uma pocilga com capacidade para cerca de mil gado porcino.”<sup>526</sup>*

O SIREMO, embora sem ter conseguido aprovar os seus estatutos pelo governo para se transformar em empresa estatal juridicamente constituída, funcionou com base na cobrança das taxas de utilização da água pelos agricultores e no orçamento do Estado, o que permitiu realizar alguns investimentos, custear despesas e pagar salário para cerca de 800 funcionários.<sup>527</sup>

---

<sup>521</sup> Denominado juridicamente por Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Bacia do Limpopo pelo Decreto-lei nº 140/72, de 29 de abril de 1972.

<sup>522</sup> Foi criado em 9/5/1978, pela força do Decreto nº 9/78, e subordinado ao Ministério da Agricultura.

<sup>523</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 22/5/2014.

<sup>524</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>525</sup> VALÁ, Salim Cripton. 2003.

<sup>526</sup> MOSCA, João, apud. VALÁ, Salim Cripton. 2003, p. 98.

<sup>527</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 20/5/2014.

Com a nacionalização da terra, o governo foi rigoroso ao lidar com os camponeses que se recusaram integrar as roças estatais e/ou cooperativas agrícolas. Parte dessas famílias eram de antigos colonos brancos e negros, alguns régulos e assimilados que manifestaram pretender manter-se camponeses privados. A decisão tomada foi disponibilizar terra na Aldeia de Ourique e no Bairro de Santiago e convidar esses camponeses para explorar. O governo, no entanto, já teria identificado as terras desses regadios como improdutivas por apresentarem elevado grau de salinização.<sup>528</sup> *“Quando a FRELIMO chegou, meu pai,<sup>529</sup> régulo Eduardo Nkuna, Lourenço Mathavele, alguns colonos brancos e mais outras famílias, foram obrigadas a ir para Mapapa [Aldeia de Ourique].”*<sup>530</sup>

Os camponeses privados foram combatidos. O governo disponibilizou as roças irrigadas que se encontravam nas extremidades do sistema de irrigação para a exploração privada. Como a política agrária seguida não estimulava formas de agricultura individuais, as terras atribuídas para esse grupo apresentavam problemas de acesso a água de rega e tinham elevado grau de salinidade. Foram os casos também das terras das aldeias de Santa Comba e Pegões.<sup>531</sup> Os dados que reunimos avançam que, pouco tempo depois, esse grupo de camponeses sentiu-se traído e trocou tais terras por roças do sequeiro.

A justificativa governamental para a introdução dessa política de terra, foi a de quebrar a mentalidade agrícola colonial, embora a cooperativa tenha sido uma prática implementada anteriormente pela Brigada. As fontes evidenciam que no quadro geral, as famílias depositaram boas expectativas às novas políticas, porém os problemas agravaram-se quanto à dimensão das roças do setor familiar, já que os antigos colonos e em fruição consideraram injusto a atribuição de 1ha da terra irrigada.<sup>532</sup> *“Agora, o que uma pessoa com família grande pode fazer com 1ha? Isto só pode ser suficiente para um homem com uma mulher e um filho.”*<sup>533</sup>

Como referimos anteriormente, a análise das diversas políticas do governo no imediato pós-independência deve ter em consideração a heterogeneidade do campesinato da região, visto que para o reduzido número de famílias que no tempo colonial teve acesso ao colonato é óbvio que a experiência da reestruturação agrária foi negativa. Mas, ao estendermos a reflexão para o

---

<sup>528</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 21/5/2014. Em algumas terras irrigadas, a salinidade é grave. Nos casos estudados provou-se que os teores de sal apresentam duas origens, designadamente: sedimentos marinhos e ressalinização por manejo deficiente de rega, precária drenagem das roças, mal preparação de solos que atinge o lençol de terra salinizada e culturas praticadas em épocas e/ou roças improprias. MOSCA, João. 1988, p. 70.

<sup>529</sup> Entrevista com Maria de Fátima Nhavane, realizada em Conhane, em 16/5/2014.

<sup>530</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>531</sup> VALÁ, Salim Cripton. 2003.

<sup>532</sup> Entrevista com Cristina Mula, realizada em Chókwè, em 13/5/2014.

<sup>533</sup> Relato de Eduardo Nkuna Machele, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 110.

grupo de camponeses do sequeiro, percebemos que a visão da reestruturação foi diferente e/ou mesmo percebida como positiva, pelo fato de ser aparentemente inclusiva. Essa questão ganhou alguma importância no seguinte relato:

*“Cada família tem Iha, independentemente de ter ou não bois. Se um homem tem duas, três ou mesmo dez mulheres, então recebeu Iha por cada mulher. O governo enviou para aqui pessoas treinadas que vieram parcelar as terras de acordo com a nova lei. A razão porque isso teve de ser feito é que no tempo colonial havia pessoas que tinham mais terra, enquanto que outras famílias tinham muito pouca ou nenhuma terra no vale. O novo sistema da posse da terra permite que cada família tenha acesso a terra fértil.”*<sup>534</sup>

É pertinente salientar que essa reestruturação agrária foi acompanhada por diferentes impasses, dos quais consideramos importante pontuar os seguintes: (i) ausência de mão-de-obra qualificada; (ii) falta de apoio material e técnico para os setores cooperativo e familiar;<sup>535</sup> (iii) guerra civil e (iv) ataques das forças militares dos governos sul-africano e rodesiano. Porém, esses impasses não atuaram isoladamente como a seguir se evidencia:

*“The combined effect of these events gave rise to a profound crisis of material reproduction and drastically reduced the productive capacity of the Limpopo valley. The serious floods which struck the valley in 1977 served to further cripple the area’s productive capacity, destroying homes and livestock, and damaging the system of drainage and irrigation canals which lay at the basis of its agricultural potential.”*<sup>536</sup>

É importante compreender que a atribuição da terra aos camponeses, nos mais variados cenários, não tem sido por si só suficiente para o sucesso de projetos agrícolas que contemplem a incorporação do campesinato na produção, pois a evolução de outras forças como condições climáticas, alfaias agrícolas, vias de comunicação, facilidade de crédito e conjuntura política,

---

<sup>534</sup> Relato do Secretário da aldeia comunal de Ximbongweni, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 132.

<sup>535</sup> O governo realizou maiores investimentos nas roças estatais e quase marginalizou os outros dois setores. A título de exemplo, em 1977, recaíram sobre CAIL, cerca de 50% dos investimentos do setor agrícola e entre 1977-1981, apenas 2% dos investimentos foram orientados para o setor cooperativo. HERMELE, Kenneth. 1986, p. 9.

<sup>536</sup> Tradução livre: Os efeitos combinados desses eventos deram origem a profunda crise de produção de materiais e reduziram drasticamente a capacidade produtiva do vale do Limpopo. As graves inundações que atingiram o vale em 1977, prejudicaram ainda mais a capacidade produtiva da região, para além de terem destruído casas e gado e danificado o sistema de drenagem e irrigação dos canais que é a base do potencial agrícola da região agrícola de Chókwè. ROESCH, Otto. 1988, p. 76.

têm sido determinante para o camponês colocar a sua terra a produzir e proporcionar uma vida digna à sua família.<sup>537</sup>

Vejamos a questão das casas do colonato, que rapidamente também se transformou em um problema. A gestão da terra abandonada pelos colonos e funcionários brancos ocorreu em simultâneo a das casas. Como o CAIL foi constituído majoritariamente por funcionários sem experiência, diferentemente do SIREMO, que abrigou os antigos técnicos da Brigada, isso fez com que a gestão das casas fosse coordenada entre as duas entidades. Não obstante, a parceria atçou o já tenso campo de disputa dos imóveis, com as entidades acusando-se mutuamente de parcialidade no tratamento dos expedientes dos requerentes às vagas.<sup>538</sup>

A parceria, embora tenha se desdobrado de modo a definir linhas orientadoras de acesso às casas, não resolveu o problema que envolvia em grande medida as relações entre os técnicos do CAIL e do SIREMO e a população em geral. Vale referir, que na Aldeia do Guijá o problema agravou-se, especificamente a partir de 1977, “quando o SIREMO expropriou os anexos das casas para socorrer as vítimas das cheias.”<sup>539</sup> Essa expropriação afetou as famílias dos antigos colonos negros.

Algumas falas reproduziram a ideia de que se usou o pretexto das calamidades naturais para se dar abrigo aos familiares dos técnicos do SIREMO que se recusaram a integrar as aldeias comunais, segundo as orientações do governo. Para piorar, esses relatos insistem que apenas os antigos colonos negros da Aldeia do Guijá foram expropriados dos seus anexos, o que reforça a ideia de abrigar os familiares dos técnicos, pois o SIREMO teve a sua sede nessa aldeia.

Os fatos ocorreram logo depois da realização do III Congresso, quando o vale do rio Limpopo foi inundado por cheias terríveis “resultantes da Depressão Tropical «Emily» que em fevereiro atingiu o Sul de Moçambique.”<sup>540</sup> Vale lembrar que a política agrária definida nesse congresso, para além da criação de um setor estatal forte e da coletivização da terra através das cooperativas, decidiu criar as aldeias comunais como principal estratégia de desenvolvimento do campo.<sup>541</sup>

---

<sup>537</sup> LERRER, Débora. 2003.

<sup>538</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 22/5/2014.

<sup>539</sup> Entrevista com Maria Mapoissa Sotho, realizada em Chókwè, em 13/5/2014.

<sup>540</sup> REVISTA TEMPO. 20/2/1977, p. 3.

<sup>541</sup> FRELIMO. *Relatório da VIII Seção do Comitê Central da FRELIMO ao III Congresso*. Maputo: 1977, 80 p. Para a edificação das aldeias comunais partiu-se dos seguintes pressupostos: que o isolamento e a dispersão dos camponeses e o atraso tecnológico provocado pela opressão colonial determinaram que a capacidade produtiva do campesinato estivesse longe de satisfazer as necessidades alimentares fundamentais de Moçambique. Portanto, a organização dos camponeses em comunidades rurais era essencial para o desenvolvimento da vida coletiva no campo e para a criação das condições necessárias à socialização da agricultura. A produção coletiva, porque gera excedentes comuns, era a única via que permitia ao camponês a passagem a métodos mais avançados de trabalho e a introdução da produção mecanizada e das primeiras formas da industrialização do campo. As aldeias comunais

A edificação das aldeias comunais ganhou força com as cheias, visto que a FRELIMO já cogitava ensaiar a experiência soviética dos *Kolkhozes* para criar as consideradas cidades do campo, com as infraestruturas socioeconômicas e políticas que permitissem agrupar e controlar os camponeses.<sup>542</sup> Oficialmente foi no I Seminário da Agricultura realizado em Marrupa, na Província de Nampula, em 1975, que o então presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, referiu que a principal estratégia para o rápido desenvolvimento da agricultura era a construção das aldeias comunais.<sup>543</sup>

Para o caso da região agrária do Limpopo, a realização dessa decisão ganhou significado no imediato pós-III Congresso por força das cheias e enchentes registradas na bacia hidrográfica do Limpopo, nos princípios de 1977. A seguir destacamos um relato que testemunha esses fatos:

*“Logo nos princípios do ano de 1977, houve chuvas anormais e fui indicado para sensibilizar as famílias dos povoados ribeirinhos da necessidade de abandonarem aqueles lugares e instalarem-se em regiões seguras onde o governo preparava todas as infraestruturas sociais como escolas, hospitais, mercados, campos de futebol, roças, etc. etc. (...) Eles responderam: «nós nascemos aqui, vivemos como viveram os nossos pais e nossos antepassados (...) fomos educados, para além da nossa própria experiência, que não existem cheias que podem inundar essas zonas».<sup>544</sup> (...) a população revoltou-se com a minha presença e advertiu-me que se voltasse iria me matar (...).”<sup>545</sup>*

Quando o rio transbordou acompanhado por chuvas fortes, as populações clamaram pelo socorro. O governo mobilizou helicópteros, estacionou caminhões em locais seguros e ordenou os militares e voluntários para ajudarem as famílias a se movimentar até os caminhões que lhes transportaram para as aldeias comunais.<sup>546</sup> Houve alguma resistência devido a diversos fatores como: *“Nas aldeias comunais as população foram agrupadas, o que quebrou os seus hábitos*

---

constituiriam assim, a estratégia de socialização das regiões rurais. A organização das populações em comunidades rurais tornaria possível atingir-se, com relativa rapidez, a auto-suficiência alimentar e a satisfação das necessidades de saúde, educação e cultura. REVISTA TEMPO. *Situar no tempo e no espaço o III Congresso da FRELIMO*. Maputo: n° 332, Tempográfica, 13/2/1977, p. 29.

<sup>542</sup> Entrevista com Marcos Felimone Munguambe, realizada em Xilembene, em 24/5/2014.

<sup>543</sup> REVISTA TEMPO. *Socialismo do campo e industrialização*. Maputo: n° 630, Tempográfica, 7/11/1982, 68 p.

<sup>544</sup> As cheias “murimi” – cultivador, em língua local, changana – de 1915, foram as únicas que a memória popular acredita compararem-se, em nível de prejuízos, com as de 1977. Porém, há registro de várias cheias de impacto menor que assolaram a região sem forçar o deslocamento das famílias para as regiões altas, esse foi o caso das de 1955. Relato do Secretário da aldeia comunal de Ximbongweni, em entrevista de MANGHEZI, Alpheus. 2003, p. 128. De acordo com os relatos que reunimos, depois das cheias de 1977, o Distrito de Chókwe foi fustigado por cheias, que se acredita terem sido mais desastrosas, em fevereiro de 2000 e 2013.

<sup>545</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>546</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.



*de vida dispersa. As terras eram insuficientes para a agricultura e pastagem, para além dos problemas de falta de água, produtos da primeira necessidade e infraestruturas básicas.*”<sup>547</sup>

As cheias acabaram tendo diversas interpretações populares. Uns associaram à ideia do governo de formar as aldeias comunais e outros defenderam a autoria dos colonos brancos que emigraram para a África do Sul e Rodésia, onde teriam planejado a abertura das comportas das Barragens do Limpopo.<sup>548</sup> Essa última visão, quase que reuniu um consenso, afinal encontrava um culpado externo, que não era a chuva já conhecida, e com motivo suficiente para cometer tal atrocidade, como podemos observar no trecho a seguir: *“devido a forma como expulsamos os brancos e o fato de um grupo ter se instalado nesses países em que o rio Limpopo percorre até chegar aqui. O objetivo era de destruir este regadio para a FRELIMO construir o dele.”*<sup>549</sup>

Aos problemas gerados pelas cheias é preciso acrescentar a questão da gestão da terra e das casas deixadas vagas. Para tal, vale referir que mesmo em 1978, quando o governo autorizou a ocupação das casas através de requerimento endereçado ao CAIL e ao SIREMO, o processo manteve-se controverso devido à falta de consenso quanto a legitimidade dessas entidades e a sua fragilidade técnica, que fez com que o processo arrancasse sem a definição clara de critérios, nem da letra jurídica que provasse a posse.<sup>550</sup> Isso favoreceu para que os primeiros ocupantes fossem os técnicos do CAIL e SIREMO e seus parentes, o que imediatamente gerou revolta e denúncias de envolvimento de funcionários em ocupações ilegais.<sup>551</sup>

Apesar das revoltas, das denúncias de corrupção e nepotismo e da hiper-intervenção do Estado, os critérios mantiveram-se imprecisos. *“Mas, deu-se um passo em frente ao decidir-se que as casas não estavam à venda e que o CAIL e o SIREMO começariam a cadastrar e cobrar mensalidades. Mais tarde, isso oficializou a posse para os ocupantes considerados ilegais.”*<sup>552</sup> Tempos depois o governo responsabilizou o SIREMO e a Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE) pela gestão das casas e finalmente apresentou aos ocupantes uma proposta

---

<sup>547</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 9/5/2014. By 1982 approximately 80% of the rural population of the Baixo Limpopo, equal to more than 150.000 people, had moved into the 30 or so communal villages then in existence. Tradução livre: Em 1982, aproximadamente 80% da população rural do Baixo Limpopo – equivalente a mais de 150.000 pessoas – tinham se mudado para os cerca de 30 aldeias comunais existente na região. ROESCH, Otto. 1988, p. 76.

<sup>548</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014. A barragem sobre o Limpopo que o entrevistado se refere, chama-se Beit Bridge e localiza-se na fronteira entre a África do Sul e a Rodésia do Sul.

<sup>549</sup> Entrevista com Ruben Vasco Tivane, realizada em Chókwè, em 10/6/2014.

<sup>550</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>551</sup> Entrevista com Maria Mapoissa Sotho, realizada em Chókwè, em 13/5/2014.

<sup>552</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 22/5/2014.

de compra junto ao Ministério das Finanças, cujo valor foi definido de modo a que quase todos tivessem a possibilidade de aquisição.<sup>553</sup>

*“Eu pertenço ao grupo dos antigos funcionários da Brigada que ocupou as casas depois da independência. (...) desde aqueles tempos eu lamentava o pensamento de algumas famílias que se orgulhavam dizendo que compraram casas, ao que chamava atenção e dizia que em nenhuma parte do mundo 6.000 meticais [cerca de 400 reais] comprava casa como esta. O que sei é que a FRELIMO doou-nos essas casas sem distinção de naturalidade ou outro critério de seleção, com o objetivo de minimizar o nosso sofrimento de alugar casa, por um lado e por outro, para que as casas ficassem conservadas.”<sup>554</sup>*

Foi desta forma que cerca de 1.500 casas<sup>555</sup> deixadas vagas pelos brancos passaram para a posse das famílias negras. Desse relato é pertinente salientar ainda que, a opção da venda das casas foi repensada a partir do IV Congresso, em 1983, quando se decidiu o abandono paulatino do marxismo-leninismo, pois ficou evidente que os camponeses e/ou a população em geral, não estavam preparados, a curto prazo, para responderem pontualmente a reestruturação econômica decidida no III Congresso. Os problemas registrados foram diversos, como podemos perceber:

*“Frelimo’s collectivization strategy did not prove very successful, due to Frelimo’s decision to pursue an agricultural policy based almost exclusively on large-scale, capital-intensive state farm agriculture. The Frelimo Third Congress of 1977 officially sanctioned state farm agriculture as the “dominant and decisive” sector of the country’s rural development strategy, and between the Third and Fourth congresses (1977-1983) over 90% of all state agricultural investments were allocated to this sector. Such an emphasis on state farm agriculture was inappropriate since the basic conditions necessary for the growth of a viable state farm sector simply did not exist. (...) On the one hand, the labour force lacked the requisite technical and administrative skills, a problem aggravated by the state farm sector’s dependence on inefficient state structures for the imported inputs it required. Poor planning, inoperative machinery, and shortages of fuel and spare parts constantly undermined the sector’s economic viability. On the other hand, Frelimo’s inability to re-establish local markets in consumer goods,*

---

<sup>553</sup> Entrevista com Augusto Nombora Welemo, realizada em Chókwè, em 11/6/2014. Durante a década de 1990, o Estado determinou a alienação dos imóveis a favor dos inquilinos nacionais, através da Lei nº 5/91, de 9 de janeiro de 1991.

<sup>554</sup> Entrevista com Augusto Nombora Welemo, realizada em Chókwè, em 11/6/2014.

<sup>555</sup> Construiu-se no colonato do Limpopo mais de 2.000 moradias com os respetivos anexos destinadas aos colonos e funcionários da Brigada. ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970, p. 49. “Por despacho conjunto dos ministérios da Agricultura e das Obras Públicas e Habitação, 1.250 casas do antigo colonato do Limpopo, foram integradas no património do CAIL, para a ocupação pelos trabalhadores da empresa.” Artº III, do Decreto nº 9/78, de 9 de maio de 1978.

*necessary to the subsistence of wage earning state farm agriculture was supposed to promote.*”<sup>556</sup>

O IV Congresso da FRELIMO realçou a necessidade de descentralizar os investimentos e priorizou os pequenos projetos. Depois desse congresso seguiu-se a adesão ao FMI e ao Banco Mundial, em 1984, e em 1987, introduziu-se o Programa de Reabilitação Econômica – PRE<sup>557</sup> e gradualmente a economia agrária de Moçambique tomou outra direção.

O que ocorreu com as casas não aconteceu com a terra. O Estado continuou proprietário da terra e determinou as condições de seu uso e aproveitamento. As casas foram vendidas em hasta pública e a partir de 1983 “foi extinto o CAIL, criou-se empresas agrícolas coordenadas por Unidade de Direção Agrária [UDA], atribuiu-se terra ao setor privado e familiar. Surgem assim, as empresas mistas como LOMACO, SEMOC e JFS.”<sup>558</sup>

Os antigos colonos brancos e negros que em 1977 perderam as suas terras que foram transformadas em roças estatais e cooperativas agrícolas, a partir de 1983 viram o governo iniciar a sua devolução. Segundo os relatos reunidos, a maior parte desses colonos recuperou as mesmas terras – em espaço e dimensão – que recebera da Brigada. Essas correções de parte dos excessos de planificação agrária da FRELIMO foram decididas no IV congresso, como a seguir pode se verificar:

---

<sup>556</sup> Tradução livre: A estratégia de coletivização da FRELIMO não se demonstrou muito bem sucedida devido à opção pela política agrária baseada exclusivamente e em grande escala em roças estatais. Foi no III Congresso que a FRELIMO oficialmente determinou as roças estatais como o setor “dominante e decisivo” da estratégia de desenvolvimento de Moçambique. No entanto, entre o III e o IV congresso (1977-1983), mais de 90% de todos os investimentos agrícola do Estado foram atribuídos ao setor estatal. Tal ênfase da agricultura baseada nas roças estatais era inadequada uma vez que as condições básicas necessárias para o crescimento de um setor agrícola do Estado, simplesmente não existiam. [...] Por um lado, a força de trabalho local não tinha habilidades técnicas e administrativas necessárias, um problema agravado pela óbvia dependência do setor agrícola estatal em estruturas de um Estado ineficiente e com alguns problemas para importar os insumos agrícolas que necessitava. A falta de planejamento, máquinas inoperantes e escassez de combustível e peças de reposição, constantemente prejudicava a viabilidade econômica do setor agrícola estatal. Por outro lado, isso se associava a incapacidade da FRELIMO em restabelecer os mercados locais de bens de consumo, necessários para a subsistência das populações. ROESCH, Otto. 1988, p. 76.

<sup>557</sup> KASSOTCHE, Florentino Dick. *Globalização: Receios dos países em vias de desenvolvimento – reflexões sobre o caso de Moçambique*. Maputo: 1999, p. 96. A mudança de orientação econômica de Moçambique é tratada profundamente por Carlos Nunes Castelo-Branco, que defende: “Depois da independência a FRELIMO iniciou uma tarefa dura e complexa da luta pela emancipação da nação e do povo. Se desdobrou pela construção de uma base socioeconômica diferente e melhor, que beneficiasse os produtores da riqueza social e permitisse aproveitar racional e plenamente os recursos naturais. Ao longo das décadas de 1980-1990, a filosofia, objetivos, estratégias, políticas e programas de desenvolvimento foram se modificando em resposta a crises conjunturais e estruturais, pressões ou oposições externas, alterações no ambiente internacional, nos modelos e moda do pensamento econômico e pressões de doadores em direção oposta.” CASTELO-BRANCO, Carlos Nunes. “Opções econômicas de Moçambique, 1975-95: Problemas, lições e ideias alternativas.” in: MAZULA, Brazão. *Moçambique, eleições democráticas e desenvolvimento*. Maputo: 1995, p. 598.

<sup>558</sup> VALÁ, Salim Cripton. 2003, p. 20.

*“In an attempt to correct the inadequacies of past agricultural policies and come to terms with the deepening economic crisis the FRELIMO Party Fourth Congress called for major changes to the country’s economic development strategy. In agriculture, it called for a halt to further expansion of the state farm sector and for a “reorganization and consolidation” of existing state farms. It further oriented state structures to provide much greater support to the cooperative, family and private sectors, as part of a general shift away from large-scale, centrally planned, capital intensive development projects, in favour of more decentralized, market-oriented, small-scale initiatives. It also made the rehabilitation and increased use of installed industrial and transportation capacity a top priority.”<sup>559</sup>*

De modo a ilustrar como a terra irrigada foi gerida no pós-independência, apresentamos a seguir um quadro que atesta a distribuição de 1976 a 1994 – ano da realização das primeiras eleições gerais em Moçambique. Vale informar que optamos por ultrapassar o recorte temporal desse estudo, de modo a demonstrar a redefinição da política agrária seguida no imediato pós-independência em Moçambique.

**Quadro 8.** Estrutura fundiária do Distrito de Chókwè, 1976-1994

Setores	Anos								
	1976			1984		1987		1994	
	Área/ha	%	Unidade	Área/ha	%	Área/ha	Unidade	Área/ha	%
Estatal	20.850	87	1	8.870	28.6	7.500	7	-----	---
Cooperativa	2.750	12	12	2.350	7.6	2.200	13	1.674	5
Familiar	-----	---	-----	10.000	32.2	10.100	14.500	11.522	33
Misto	-----	---	-----	2.300	7.4	-----	-----	9.570	28
Privado	250	1	34	7.500	24.2	8.700	440	11.780	34

**Fonte:** MOSCA, João (1988); HERMELE, Kenneth (1986) & VALÁ, Salim (2003) – adaptado.

Os dados demonstram a evolução da política de gestão da terra tomada no imediato pós-independência em que o Estado controlava quase toda a terra irrigada do vale do Limpopo. Em função dos resultados agrícolas não satisfatórios e em queda vertiginosa, o governo começou a

<sup>559</sup> Tradução livre: Na tentativa de corrigir os problemas das políticas agrárias do passado e tentar acabar com a profunda crise econômica, o IV Congresso da FRELIMO definiu algumas mudanças importantes para a estratégia de desenvolvimento de Moçambique. Na área da agricultura decidiu suspender a expansão do setor estatal e iniciou a “reorganização e consolidação” das roças estatais estratégicas. Esse congresso ainda orientou as estruturas do Estado para darem maior apoio e atenção aos setores de cooperativa, familiar e privado, como parte de uma mudança longa e de grande escala. Planejou alguns investimentos em projetos de desenvolvimento para permitir a descentralização da economia orientada para o mercado e para iniciativas de pequena escala. O congresso decidiu também pela reabilitação e aumento da utilização da capacidade de indústrias existentes e deu prioridade para a área dos transportes. ROESCH, Otto. 1988, p. 78.

cogitar a possível redistribuição da terra ocupada pelo setor estatal e cooperativa, de modo que os camponeses e o setor privado tivessem acesso a propriedade da terra. Desde então, como era de esperar, foi o setor familiar – anteriormente marginalizado – que mais cresceu em unidade e dimensão, seguido do privado.

Ao analisar profundamente a redistribuição da terra entre 1976 e 1984 percebemos que foi a dimensão das terras do setor estatal a mais afetada pela reestruturação agrária no Limpopo. Em números absolutos a redução foi vertiginosa o que atesta problemas graves na estratégia agrária adotada no pós-independência.

*“The state farm sector in the Baixo Limpopo, which once controlled more than 26.000ha of land, now effectively controls only about 2.500ha. Producer cooperatives have undergone a similar process of reorganization and a fairly large part of their holdings are now being redistributed to private farmers and peasant producers.”<sup>560</sup>*

Embora os números guardem alguma divergência com os tabulados no quadro anterior, apresentam-se importantes para ilustrar o papel do IV Congresso da FRELIMO, na mudança da estratégia de desenvolvimento agrário de Moçambique, particularmente do vale do Limpopo.

Vale lembrar que o III Congresso, além das orientações e respectivas estratégias para fazer face a nova política agrária, determinou escrupulosamente as metas de produção para a região agrária do Limpopo. A título de exemplo, citamos as seguintes decisões desse congresso:

*“Na cultura de arroz, deveremos procurar obter o melhor aproveitamento das áreas já adaptadas ao regadio, nomeadamente no vale do Limpopo, prestando particular atenção às deficiências que existem nos sistemas de rega e de drenagem, nivelamento e salinidade dos solos. Também com vista ao aumento da produção, deveremos proceder urgentemente à multiplicação de sementes selecionadas. O setor estatal deverá produzir no vale do Limpopo, até 1980, 60.000 toneladas de arroz. Deveremos introduzir no vale do Limpopo, na medida do possível, variedades já comprovadas de trigo, afim de aumentar os níveis de produção.”<sup>561</sup>*

No entanto, passados alguns anos, essas metas apresentaram-se impossíveis de cumprir devido a diversas razões já referidas anteriormente. Assim, os debates sobre o insucesso dessa

---

<sup>560</sup> Tradução livre: No Baixo Limpopo, o setor agrícola estatal que antes controlava mais de 26.000ha de terra, passou a controlar apenas cerca de 2.500ha. As cooperativas de produção passaram por um processo semelhante de reorganização e uma grande parte das suas explorações foram redistribuídas ao setor privado e familiar. ROESCH, Otto. 1988, p. 79.

<sup>561</sup> REVISTA TEMPO. 20/2/1977, p. 40.

política agrária ocuparam parte significativa da agenda do IV Congresso. A par da pressão dos parceiros internacionais, as cifras de produção no vale evidenciavam um fracasso inequívoco da socialização da terra, o que forçou a introdução de reformas estruturais em 1983.

De modo a compreender o nível do insucesso da coletivização da terra no Limpopo, nos concentramos nas cifras da produção do arroz que “em 1974, atingiu cerca de 60.000 toneladas. [Depois, entrou num longo ciclo de recessão] quando atingiu as cifras de 41; 32; 25; 33 e 15 mil toneladas nos anos de 1979, 1980; 1981; 1982 e 1983, respetivamente.”<sup>562</sup> Esses resultados da região agrária do Chókwè influenciaram, em grande medida, na baixa vertical da produção do arroz em Moçambique, como a seguir demonstramos com os dados nacionais dessa cultura: “(...) 1979 – 56.000T, 1980 – 43.000T, 1981 – 28.000T, 1982 – 41.000T e 1983 – 17.000T.”<sup>563</sup>

Dos dados é pertinente salientar que as metas definidas em 1977, que fixaram em 60.000 toneladas de arroz para a campanha agrícola de 1980, não foram atingidas nem ao nível nacional onde a produção foi de apenas 43.000 toneladas. Na região agrária de Chókwè a produção foi de cerca de 50% daquela estimativa, situação que evidenciava a existência de alguns problemas de planificação ou mesmo de execução das políticas agrárias definidas. Entretanto, percebemos que esse insucesso resultou da combinação de vários fatores, sendo que reafirmamos a ausência da mão-de-obra qualificada, como o fator preponderante.

Ademais, com base nos dados do quadro é possível perceber a evolução da propriedade da terra ou mesmo nos distanciarmos da possível reforma agrária no vale do Limpopo, porque no momento em que as condições pareceram favoráveis – proclamação da independência e o abandono dos colonos brancos – o governo, no lugar de (re)distribuir terra para quem a trabalha, apropriou-a, totalmente.

Embora a ação da FRELIMO tenha apresentado alguma similaridade com os casos de intervenção governamental num processo de reforma agrária, o fato da terra ter passado para o Estado, bem como a ausência da promulgação de leis ou decretos que modificassem a estrutura fundiária de modo a se garantir uma (re)distribuição equitativa da terra e da renda agrícola, fez desse processo apenas uma reestruturação ou mesmo transformação agrária.

A reforma agrária, em nosso entender é o acesso à terra. À propriedade da terra. É um processo massivo que modifica a estrutura fundiária de um país, beneficiando um grupo social específico: os camponeses, ou seja, o setor familiar.<sup>564</sup> Por definição, a reforma agrária implica

---

<sup>562</sup> Complexo Agroindustrial do Limpopo. *Propostas de reestruturação*. Chókwè: 22/7/1983, p. 4.

<sup>563</sup> CHICHAVA, José. *A agricultura em Moçambique: Caracterização, estrutura, políticas agrárias e outros aspetos relevantes*. Academia.edu. março de 2011, p. 13.

<sup>564</sup> LERRER, Débora. 2003.

o envolvimento do Estado na reestruturação das relações de direito de propriedade da terra ou na regulamentação dos termos de posse da terra no campo, em favor dos trabalhadores rurais.<sup>565</sup>

*“Na ausência do Estado pode ocorrer a reforma agrária, por meio (...) da apropriação da terra e outras expressões de força bruta dos camponeses. E, o Estado em última instância legitimar os resultados dessas lutas.”*<sup>566</sup>

Ao nos basearmos nessa teorização da reforma agrária, e tendo em consideração que a ação das famílias negras, já que *“o abandono dos brancos foi acompanhado por apropriação popular das machambas [roças],”*<sup>567</sup> percebemos que se empreendeu uma tentativa de realização da reforma agrária dirigida pelos camponeses negros, mas que essa rapidamente foi controlada e ofuscada pela FRELIMO, ação que pode ser considerada de contra-reforma.

É curioso perceber que o número das consideradas “ocupações ilegais” da terra irrigada atesta a hipótese da reforma agrária dirigida espontaneamente pelos camponeses, ora vejamos: *“No final de 1974, estavam no regadio 2.600 camponeses em fruição, para em 1975, o número subir para 3.175 e em 1976, os ocupantes eram cerca de 6.000. Enquanto isso, cerca de 10.000 camponeses que não optaram por ocupação «ilegal» requereram acesso à terra irrigada.”*<sup>568</sup>

Para terminar, importa lembrar que como ocorreu em todo o país, o governo no imediato pós-independência, em defesa da “autenticidade africana,” até então em voga nas recém-criadas nações africanas, iniciou o programa de atribuição de novos nomes a ruas, avenidas, edifícios públicos, bairros, aldeias, vilas, cidades, etc. *“O objetivo era de recuperar a nossa história que durante muito tempo foi nos negada pelos portugueses. Houve necessidade de tirar os nomes das aldeias que nem sabemos os seus significados e pôr nomes da nossa história e heróis.”*<sup>569</sup>

O processo foi problemático e importa pontuar alguns impasses: (i) disputa de memória em torno dos considerados heróis nacionais, (ii) falta de consenso na atribuição dos nomes, (iii) os régulos<sup>570</sup> e religiosos, embora reunissem consenso e buscassem estar ou mesmo estivessem ligados à história pré-colonial, foram condenados pelo novo governo e (iv) a heterogeneidade da população do Distrito de Chókwè, resultante de diversas vagas de emigrações, antes, durante e depois da colonização, não facilitava esse processo. Sobre o último impasse importa destacar:

---

<sup>565</sup> CARTER, Miguel. “Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil.” in: CARTER, Miguel (Org). *Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2008, pp. 27-78.

<sup>566</sup> Ibid. p. 48.

<sup>567</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>568</sup> HERMELE, Kenneth (1986) & BOWEN, Merle (1990), apud. VALÁ, Salim Cipton. 2003, p. 90-91.

<sup>569</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>570</sup> O governo da FRELIMO aboliu oficialmente o poder tradicional ou gentílico em 1978, através do Decreto-lei nº 6/78.

*“Nos habitantes do Distrito de Chókwè, ou da região de Gaza em geral, há como sempre houve, uma diferenciação no tratamento político-administrativo e influência econômica entre os [considerados] naturais residentes, que somos nós os que pertencemos à continuidade de sangue dos primeiros ocupadores [famílias que se fixaram no vale] destas terras férteis do Limpopo. A maior parte de nós, os nossos antepassados vieram da zona [região] de Magude e Chonguene, e juntaram-se com algumas famílias que já viviam aqui, (...) desde sempre estas famílias constituíram um e único grupo, o dos Machangana. Depois tem o grupo dos residentes que foi chegando sem expressão na zona, que embora hoje todos os seus filhos, netos e sobrinhos [novas gerações] se auto intitulem naturais, tem sido bastante fácil distinguir através do apelido [sobrenome] que tal de fulano, apesar de ter nascido aqui, as suas raízes não são daqui (...) pois, os apelidos daqui [que pertencem o Distrito de Chókwè], ou seja, dito de forma mais clara, os donos da terra são: Mukhavele; Machele; Khuna; Nhambi; Chambale; Cossa; [etc].”<sup>571</sup>*

Um dos problemas esteve ligado à atribuição do nome Chókwè ao antigo Concelho do Baixo Limpopo e à respectiva Cidade Trigo de Morais. As duas possíveis alternativas tratavam-se de figuras que a FRELIMO combatia, nomeadamente: o régulo Ngajane e o pastor Chókwè-chambale. A opção foi por Chókwè<sup>572</sup> e julgamos dever-se ao fato do governo da FRELIMO ter sido relativamente mais tolerante com a religião do que com o poder tradicional. Dos relatos que reunimos foi possível perceber que *“os naturais que valorizam a história indignaram-se com a decisão de substituir o nome de Trigo de Morais pelo Chókwè. Se formos pela história esse nome é do outro lado do rio, e é posterior ao nome tradicional daqui que é Ngajane.”*<sup>573</sup>

No imediato pós-independência, os 14 aglomerados populacionais – uma vila, um bairro e 12 aldeias – do colonato, mudaram de nomes para designações africanas, exceto a Aldeia de Lionde que sofreu uma tradução do changana, a língua local, para o português. Foi interessante verificar que quase todos os entrevistados guardam na memória os antigos nomes do colonato, passados cerca de 40 anos. Segue um conjunto de falas que evidenciam essa memória coletiva:

*“A antiga Aldeia de Madragoa é hoje Xilembene que traduzido em português significa no chapéu. Essa designação surgiu devido aos contornos naturais em formato do chapéu que o rio Limpopo apresenta justamente, nesta região. (...) esta é a terra de Samora Machel [primeiro presidente de Moçambique independente], ele nasceu aqui.”*<sup>574</sup>

---

<sup>571</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>572</sup> Decreto 6/75, de 18 de janeiro de 1975.

<sup>573</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>574</sup> Entrevista com Marcos Felimone Munguambe, realizada em Xilembene, em 24/5/2014.



*“Ainda me lembro de alguns nomes das aldeias do colonato, tais como: Aldeia Senhora da Graça que hoje chama-se Hókwè; Sagres que é Nwashicoluane; Folgares passou a chamar-se Conhane e o Bairro de Santiago é hoje designado por Bairro apenas.”<sup>575</sup>*

*“(…) a Aldeia de Pegões chama-se hoje Chalucwane; a de Santa Comba chama-se Chiguidela; Santana chama-se Malhazine; Ourique é Mapapa; Freixiel denomina-se por Massavasse; São José de Ribamar passou para Muianga e a de Barragem passou para Macarretane.”<sup>576</sup>*

Com base no exposto acima, interessa salientar que todos esses nomes resultam de três indicadores: (i) figuras tradicionais das regiões; (ii) criatividade das populações na interpretação dos fenômenos naturais e (iii) referências históricas dos lugares, como testemunhou o nome de Malhazine *“que é designação militar que traduzido significa paiol. Esse nome está associado à resistência contra a conquista portuguesa em que a região transformou-se num campo de treinamento dos guerreiros do Estado de Gaza.”<sup>577</sup>*

Por conseguinte, os nomes Mapapa e Nwashicoluane são designações em changana que se referem à aves. *“Mapapa resulta das aves, do grupo da águia, com azas enormes que quando voam emitem um som: «pha-pha-pha», daí esse nome. Nwashicoluane significa em changana pescoço e está associado à presença de pássaros de pescoço comprido na região.”<sup>578</sup>* De referir que esses nomes são oficiais e recorrentemente usados, sendo que o caso de Chókwè foi o único que identificamos como problemático, por não reunir consenso, mas a situação não chega a ser tensa, por isso consideramos que poderá permanecer por bastante tempo, já que a partir de 2009, se iniciou a (re)introdução das designações africanas em Moçambique.

---

<sup>575</sup> Entrevista com Silvestre Fabião Chunguana, realizada em Conhane, em 16/5/2014.

<sup>576</sup> Entrevista com José Marcos Munguambe, filho de antigo técnico da Brigada e Chefe do Posto Administrativo de Lionde, realizada em Lionde, em 6/5/2014.

<sup>577</sup> Entrevista com Francisco Salomão Mabunda, realizada em Lionde, em 7/5/2014.

<sup>578</sup> Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 22/5/2014.

## V. CONCLUSÃO

Durante quase todo o período da vigência do colonato, as famílias negras manifestaram o interesse de integrarem-se ao empreendimento. O objetivo era garantir a posse da roça irrigada na expectativa de combater os problemas da fraca produção agropecuária das terras do sequeiro, para onde se reassentaram depois da expropriação das suas terras em função da construção do próprio colonato. De fato, esse desejo de integrar o colonato não foi constante, em regra geral, conheceu algumas oscilações resultantes da combinação de diversos fatores. Distinguimos, no entanto, três momentos das tais oscilações:

O primeiro foi o da *aceitação popular* motivado pela promessa da Brigada de integração das famílias depois da construção do colonato. O segundo caracterizou-se pelo *ceticismo* devido ao tardio arranque da fixação negra e aos requisitos de seleção que fizeram da integração uma opção de risco para as famílias. O terceiro foi o da *pressão popular*. Esse último momento foi consequência do aparente sucesso dos primeiros colonos negros, o que coincidiu com mudanças sócio-políticas na região – o desenvolvimento e consolidação da consciência nacionalista – que permitiram a população começar a reivindicar direta e abertamente a posse da terra irrigada.

O recurso a essa subdivisão das tendências no que diz respeito à opção das populações negras pelo colonato, permitiu-nos aprofundar a análise da política de integração das famílias negras, fazendo perceber que em diversos momentos, as ações dessas populações forçaram a Brigada a repensar suas políticas. Por exemplo, inicialmente optou-se por integrar as famílias brancas e mais tarde decidiu-se integrar as famílias negras apenas em fruição de gleba. Todavia, as condições sociais e de trabalho dos brancos, os requisitos de seleção, a dimensão das terras dos negros em fruição e a sua fraca abrangência, criaram um clima de tensão que forçou a Brigada a reformular a política inicial da integração negra.

Assim, a política concebida em 1951, que previa a integração faseada e em duas formas, implementada em 1957, para a fruição de gleba e 1959, para o casal agrícola foi reformulada. Em 1961, Trigo de Moraes manteve as formas de integração – fruição de gleba e casal agrícola – mas aboliu as fases, o que significou o fim da tal “escola de rega.” Com essa reforma, surgiu a integração direta, em que as famílias negras passaram a não depender da fruição de glebas para se tornarem *colonos plenos*.

A reforma foi realizada de cima para baixo e não apresentou diretrizes orientadoras, por isso não resolveu os problemas das famílias, tendo em alguns casos, agravado o processo. Isso fez-nos concluir que a integração negra ou fora menosprezada e tendencialmente inviabilizada desde a sua implementação, por isso constantemente adiada e revisada, ou foi obviamente, uma estratégia salazarista para despistar a crítica internacional que considerava o colonialismo uma

instituição anacrônica. Para reforçar essa ideia nos baseamos nos seguintes pressupostos: (i) o povoamento do colonato foi feito essencialmente por famílias brancas; (ii) a integração negra foi tardia e de fraca abrangência; (iii) houve cedência às amarrações burocráticas da integração durante a consolidação das ideias nacionalistas no continente e na colônia de Moçambique, em particular e (iv) verificou-se a demissão compulsória dos colonos negros para integrar-se novas famílias – o que convencionamos designar de rotatividade da integração negra no Limpopo.

O ano de 1961 reveste-se de grande importância para a historiografia colonial, por ter sido um ano de grandes articulações e reformas visando perpetuar o sistema colonial português, em especial a abolição do Estatuto do Indigenato. A abolição, embora sem influência direta na integração negra devido ao reduzido número de assimilados na colônia, fez crer à Brigada ser possível o ensaio de novos planos, considerados de massificação da fixação das famílias negras e de certificação do *multiculturalismo* no colonato. Para tal, a Brigada promoveu campanhas de sensibilização das famílias negras para a integração e simultaneamente, convidou organizações internacionais de modo a testemunharem tal realidade.

Ao nos basearmos nos escassos registros numéricos existente sobre as famílias negras expropriadas das suas terras; alistadas para integrarem o colonato; integradas como *semicolonos* ou *colonos plenos* e também as expulsas do colonato, foi possível aprofundar a discussão sobre a política de integração das famílias negras. Porém, no caso dos números do alistamento, pela sua importância, decidimos retomá-los integralmente: “(...) em 1953, registrou-se cerca de 2.000 famílias, em 1957, foram 3.840 famílias e em 1964, alistou-se aproximadamente, 4.774 famílias negras.”<sup>579</sup> De acordo com os relatos que reunimos e os dados que recolhemos, esse alistamento permitiu-nos alcançar as seguintes conclusões:

(i) a construção do colonato em março de 1953, expropriou cerca de 3.000 famílias das suas terras, das quais a maioria reassentou-se no sequeiro. Um grupo menor, abandonou a região para fixar-se nas cidades vizinhas de João Belo e Lourenço Marques; outro relativamente maior, integrou o trabalho migratório de caráter sazonal para as minas e fazendas sul-africanas. Dentre o grupo dos emigrantes, alguns instalaram-se definitivamente na África do Sul;

(ii) em 1957, passados cerca de três anos após a fixação dos primeiros colonos brancos, arrancou a fruição de gleba. Sabe-se que até esse período o colonato não teve capacidade para absorver as cerca de 3.840 famílias alistadas, mas as 12 famílias integradas em 1959, em casal agrícola, atestam a fraca abrangência da política de integração negra no colonato; e

---

<sup>579</sup> BRIGADA TÉCNICA DO LIMPOPO. 1964.

(iii) baseando-nos no alistamento de 1964, verificamos que o número de colonos negros manteve-se reduzido e baixo comparado com o dos brancos. As estimativas gerais da população colona da década de 1960, que nos ajudaram a provar essa disparidade foram precisadas no ano de 1967, em que foram registrados cerca de 1.567 colonos, sendo 1.124 brancos, 440 negros e 3 timorenses. Percebemos ainda que, essa tendência manteve-se até à independência da colônia de Moçambique, como demonstram os seguintes números: em 1974, a população colona foi de 1.380, dois quais 968 brancos e 412 negros.

Em síntese, a política da integração negra não foi abrangente, mesmo a fruição de gleba que absorveu mais famílias – aproximadamente 2.540 em 1974 –, era foco de insatisfação dada a incapacidade em garantir a subsistência das famílias. A esse problema somavam-se as queixas quanto à improdutividade das roças, problemas de acesso à água, bem como consideravam-se insuportáveis as taxas exigidas pela Brigada. Essas dificuldades contribuíram para o surgimento da segunda vaga de abandono do sequeiro por parte das famílias negras, que começaram a fluir para a região de Bombofo – cerca de 12km do colonato –, à procura de terras férteis.

*“A vida das famílias que não integraram o colonato foi bastante delicada, pois tiveram que combinar diversas formas de trabalho para garantirem a sua subsistência. Não quero dizer com isso, que antes, a vida tenha sido fácil, mas o colonato agravou as já difíceis condições.”*<sup>580</sup> Assim, se explica o fato das famílias do sequeiro combinarem a agricultura de subsistência com a fruição, trabalho sazonal nas roças dos colonos, criação de gado e animais de pequeno porte e trabalho migratório para a África do Sul. Os colonos negros, igualmente enfrentaram diversos problemas como a fixação em roças improdutivas, sabotagem por parte da Brigada e de colonos brancos, exploração pela cooperativa durante a venda da produção, expulsão compulsória, etc.

A reforma introduzida na política da integração negra visava ao nível externo despistar a crítica internacional e internamente enfraquecer as bases de um futuro apoio aos movimentos de libertação. Esse prognóstico funcionou apenas externamente, mas ao nível interno, verificou-se o crescente apoio à FRELIMO, não apenas das populações, mas de determinadas autoridades coloniais, como os régulos e de alguns técnicos negros da Brigada. Isso permitiu-nos concluir que, a partir de 1964, quando iniciou a guerra na colônia de Moçambique, a Brigada limitou a integração negra e intensificou a branca, senão vejamos: em 1963 os colonos negros totalizavam cerca de 474, em 1964 eram 476, em 1965 esse número baixou vertiginosamente para 427, em 1966 registrou um crescimento ligeiro para 465 e em 1967 caiu novamente para 440 colonos negros.

---

<sup>580</sup> Entrevista com Augusto Nombora Welemo, realizada em Chókwè, em 9/6/2014.

Nesse período, embora Portugal impulsionasse mais o povoamento livre que registrou números gigantes, os dados das famílias que viajaram para os colonatos provam a intensificação da integração branca: “(...) durante a década de 1960, viajaram para os povoamentos agrários dirigidos na colônia de Moçambique os seguintes números de famílias: em 1963 embarcaram 127, em 1964 75, em 1965 85, em 1966 246 e em 1967 viajaram 96 famílias brancas.”<sup>581</sup>

Com a independência da colônia de Moçambique em 1975, passados cerca de 20 anos da vigência do colonato, a gestão passou para o governo independente, num clima caracterizado pelo abandono das famílias brancas e apropriação popular das terras irrigadas. O novo governo dirigido pela FRELIMO respondeu com a criação de uma entidade de gestão, o GAPPO, que controlou a terra até a realização em 1977 do III Congresso da FRELIMO, que determinou a política agrária para o recém-formado Estado de Moçambique, no sentido da coletivização da terra. Todavia, no imediato pós-congresso, a região agrária do Limpopo foi assolada por cheias que contribuíram para a criação das aldeias comunais decididas nesse congresso.

Tal cenário fez com que o antigo colonato do Limpopo, no imediato pós-independência fosse marcado por expropriação da terra pela FRELIMO, disputas pelas casas deixadas vagas pelas famílias brancas, expropriação dos anexos dos antigos colonos negros da Aldeia do Guijá e reassentamento das vítimas das cheias nas aldeias comunais. Para mediar esses problemas, o governo criou algumas entidades de gestão do regadio, com destaque para o CAIL e SIREMO. Evidentemente o governo dava claros sinais do quanto privilegiava a questão agrária, como provam as inúmeras tentativas de transformar o antigo colonato em «*celeiro da nação*».

No entanto, tempos depois, essa coletivização da terra demonstrou-se insustentável e a FRELIMO decidiu em 1983, durante o IV Congresso, fasear a descentralização da economia, para tal, iniciou um programa de concessão de investimentos ao setor familiar e impulsionou o setor privado. Foi assim que na região agrícola de Chókwè – antigo colonato – substituiu-se as empresas agrícolas estatais e cooperativas por empresas mistas/privadas e roças familiares.

Ademais, pelo fato desta dissertação basear-se, em grande medida, em relatos recolhidos no Distrito de Chókwè – antigo colonato do Limpopo –, tornou-se difícil escapar de registrar alguns assuntos que vivenciamos ou mesmo observamos durante o estudo de campo. O distrito apresenta o maior sistema de irrigação de Moçambique e diversas infraestruturas econômicas, mas parte dessas obras encontra-se em desagregação e outras em estado obsoleto.

São estradas e ruas esburacadas ou transformadas em roças; imóveis – exceto alguns do governo, agentes comerciais e emigrantes sul-africanos – em desagregação e sem manutenção;

---

<sup>581</sup> CASTELO, Cláudia. 2007, p. 212.

o campesinato clama por ajuda financeira e reabilitação do sistema de irrigação frequentemente, destruído pelas cheias e os jovens, uns sobrevivem do comércio informal de produtos agrícolas do setor familiar e outros de produtos sul-africanos e, recentemente, de diversa mercadoria de origem asiática, com destaque para os produtos chineses.

Mesmo sem autoridade para tal, questionamos aos nossos entrevistados: “*Se os brancos continuassem, que Chókwè teríamos hoje?*” A resposta foi unânime: Tudo estaria organizado. As aldeias continuariam dos brancos e estariam limpas, os imóveis públicos, casas, estradas e o sistema de irrigação conservados, mas tudo resultaria da exploração dos negros. Há, portanto, a percepção de que a desagregação dos imóveis públicos e mesmo do sistema de irrigação deve-se à falta de estruturas de manutenção pública e a das casas, à evidente incapacidade financeira dos proprietários, que são majoritariamente, camponeses.

## VI. FONTES CONSULTADAS

### 6.1. Entrevistas

Alfredo Pírio Mukhavele. Nasceu em Maputo, em 1938. Chegou no colonato em 1962, como interprete e escrivão da Brigada, onde trabalhou com Trigo de Moraes e administradores coloniais até a independência. Viveu na Aldeia do Guijá. No pós-independência criou e presidiu o SIREMO. Atualmente é aposentado e conselheiro da HICEP. Entrevistas realizadas no seu escritório, na rua e restaurantes em Chókwè, de abril-maio de 2014.

Augusto Nombora Welemo. Nasceu em Inhambane, em 1937. Chegou no colonato em 1956, como serralheiro e carpinteiro da Brigada. Viveu na Aldeia do Guijá. Atualmente é aposentado em Chókwè. Entrevistas realizadas em sua casa em Chókwè, de maio-junho de 2014.

Azélia Lisboa Moyana. Nasceu na Aldeia do Guijá, em 1960. Filha de família expropriada da sua terra com o colonato. É casada com o nosso entrevistado Ruben Tivane. Atualmente é camponesa em Chókwè. Entrevista realizada em sua casa em Chókwè, em 10/6/2014.

Cristina Mula. Nasceu em Chókwè, em 1940. Colona negra integrada com o seu marido Vasco Mapossa, na Aldeia do Guijá. Atualmente é camponesa em Chókwè. Entrevista realizada em sua casa em Chókwè, em 13/5/2014.

Felisberto Aires Pinto. Nasceu em Portugal, em 1943. Chegou no colonato em 13 de março de 1960, com 17 anos de idade na companhia dos seus pais: Manuel Pinto e Silvânia Aires e cinco irmãos: Zé, Fátima, Ermelinda, Tereza e Maria. Foi integrado na Aldeia de Lionde. Atualmente é segurança de uma fazenda em Lionde. Entrevista realizada em casa do chefe do Posto de Lionde, em 5/5/2014.

Francisco Salomão Mabunda. Nasceu em Chókwè, em 1937. A partir de 1957, foi serralheiro, soldador e canalizador na Brigada. Viveu na Aldeia de Lionde. Atualmente é aposentado em Lionde. Entrevista realizada em casa do chefe do Posto de Lionde, em 7/5/2014.

Januário Fernando Pinto. Nasceu em Inhambane, em 1940. Chegou no colonato em 1958, como carpinteiro da Brigada. Viveu na Aldeia do Guijá. Atualmente é aposentado em Chókwè. Entrevista realizada em sua casa em Chókwè, em 11/6/2014.

José Marcos Munguambe. Nasceu em Majacaze, em 1961, filho de antigo técnico da Brigada. Atualmente é chefe do Posto Administrativo de Lionde. Entrevista realizada em sua casa em Lionde, em 6/5/2014.

Marcos Felimone Munguambe. Nasceu em Majacaze, em 1930. Chegou no colonato em 1958, como apontador da Brigada. Viveu nas Aldeias de Folgares e Madragoa. Atualmente é

aposentado e alfaiate em Xilembene. Entrevista realizada em sua casa em Xilembene, em 24/5/2014.

Maria de Fátima Nhavane. Nasceu na Aldeia de Folgares, em 1964. Seus pais: Ernesto Dimade Nhavane e Matilde Mathaluque Cossa, foram colonos negros integrados na Aldeia de Folgares. Atualmente é pequena agricultora em Conhane. Entrevistas realizadas em sua casa em Conhane, em 16/5/2014.

Maria Mapoissa Sotho. Nasceu em Guijá-caniçado, em 1940. Colona negra integrada com o seu marido Chuverri Nhambe na Aldeia do Guijá. Atualmente é camponesa em Chókwè. Entrevistas realizadas em sua casa e na de Cristina Mula em Chókwè, em 13 e 14/5/2014.

Ruben Vasco Tivane. Nasceu na Aldeia do Guijá, em 1957. Seus pais: Vasco Tivane e Ana Ngonhama, foram colonos negros integrados na Aldeia do Guijá. Atualmente é camponês em Chókwè. Entrevista realizada em sua casa em Chókwè, em 10/6/2014.

Salvador Filipe Ubisse. Nasceu em Chókwè, em 1958. Filho de família expropriada da sua terra com o colonato. Atualmente é chefe de políticas sociais, transporte e comunicação no Conselho Municipal do Chókwè. Entrevistas realizadas nos escritórios do Município e em casa de Augusto Nombora em Chókwè, de maio-junho de 2014.

Silvestre Fabião Chunguana. Nasceu em Chókwè, em 1952. Seus pais: Fabião Chunguana e Lileu Ubisse, foram colonos negros integrados na Aldeia de Folgares. Atualmente é camponês em Conhane. Entrevista realizada em casa de Maria de Fátima Nhavane em Conhane, em 16/5/2014.

Velemo Nkambaco. Nasceu em Chókwè, em 1926. Colono negro integrado na Aldeia de Madragoa. Atualmente é camponês em Xilembene. Entrevistas realizadas em sua casa em Xilembene, em 24-25/5/2014.

## **6.2. Fontes da internet e periódicos**

BRIGADA TÉCNICA DO LIMPOPO. Informação nº 12/A/53 de 3/9/1953.

\_\_\_\_\_. *Relatório da Brigada*. 10ª Seção Técnica da Brigada, 1960.

\_\_\_\_\_. *Relatório de inventário da população autóctone do colonato*. Vila Trigo de Moraes: 10ª Seção Técnica da Brigada, outubro de 1964.

Complexo Agroindustrial do Limpopo. *Propostas de reestruturação*. Chókwè: 22/7/1983.

Conselho Municipal da Cidade de Chókwè. *Plano de estrutura urbana da cidade de Chókwè*. Chókwè: Volume 1, MICOA, DINAPOT-DPU, 2006, 50 p.

Diário das sessões do conselho legislativo de Moçambique. Lourenço Marques, Acta nº 7, 24/4/1963.



FRELIMO. *Relatório da VIII Seção do Comitê Central da FRELIMO ao III Congresso*. Maputo: 1977, 191 p.

[http://app.parlamento.pt%5chtml/pdf/morais\\_antonio\\_trigo\\_de](http://app.parlamento.pt%5chtml/pdf/morais_antonio_trigo_de). Acesso em 18/9/2014

<http://www.googlemaps.mapademoçabique>. Acesso em 26/5/2013.

<http://www.youtube.com/watch?V=JDB5Pm1UUGM>. Acesso em 4/11/2014.

<https://asuldomundo.wordpress.com/afinalonde-vivo/>. Acesso em 22/10/2014.

Jornal Clarim do Limpopo. *VI Rally do Limpopo*. Vila Trigo Morais: 1/9/1966.

Jornal Dossiers & Factos. *Tido como traidor da pátria, Chissano pede perdão para Urias Simango*. Maputo: 20/1/2014, pp. 3-5.

Jornal Guardian. Lourenço Marques: 10/11/1934, pp. 3-4.

Jornal Notícia de Moçambique. Lourenço Marques: 30/8/1951, pp. 1-4.

Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Chókwè. Xai-Xai: abril de 2010, 79 p.

REVISTA TEMPO. *Situar no tempo e no espaço o III Congresso da FRELIMO*. Maputo: n° 332, Tempográfica, 13/2/1977, 68 p.

\_\_\_\_\_ *Resoluções gerais do III Congresso*. Maputo: n° 333, Tempográfica, 20/2/1977, 68 p.

\_\_\_\_\_ *Socialismo do campo e industrialização*. Maputo: n° 630, Tempográfica, 7/11/1982, 68 p.

### **6.3. Legislação**

Boletim Oficial de Moçambique. Número 28, I Série, 29/8/1953. Portaria n° 9.995, cria as duas primeiras aldeias do colonato do Limpopo denominadas Guijá e Barragem, no Concelho de Guijá, Distrito de Gaza.

\_\_\_\_\_ Número 6, I Série, 9/2/1957. Portaria n° 11.843, cria as aldeias de Lionde, Folgares, Senhora da Graça, Santana, e Pegões, no Concelho de Bilene, Distrito de Gaza.

\_\_\_\_\_ Número 11, I Série, 14/3/1959. Portaria n° 13.030, cria a Aldeia de Madragoa, no Concelho do Bilene, Distrito de Gaza.

\_\_\_\_\_ Número 48, I Série, 28/11/1959. Portaria n° 13.535, cria no Distrito de Gaza, na margem direita do rio Limpopo, o Concelho da III Classe do Baixo Limpopo.

\_\_\_\_\_ Número 32, I Série, 6/8/1960. Portaria n° 14.197, reserva para a Aldeia de São José de Ribamar, um terreno situado no Concelho de Bilene, Distrito de Gaza.

\_\_\_\_\_ Número 32, I Série, 12/8/1961. Portarias n° 15.204 e 15.207, criam as aldeias de Sagres, Ourique, Santa Comba e Freixiel, no Concelho do Bilene, Distrito de Gaza.

Boletim da República. Número 55, I Série, 9/5/1978. Decreto n° 9/78, cria o Complexo Agro-Industrial do Limpopo, Empresa Estatal, subordinado ao Ministério da Agricultura.

#### 6.4. Bibliografia geral

- ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders. *Moçambique em transição: um estudo de história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: Editora Paulinas: Centro de Estudos Estratégicos Internacionais, 1994, 359 p.
- ACNUR e PNUD. *Perfil de desenvolvimento distrital: Distrito de Chókwè – Província de Gaza*. Maputo: 1997, 16 p.
- ALMEIDA, Antônio Lopes de. *Colonato do Limpopo: Constituição da cooperativa agrícola no desenvolvimento socioeconômico*. Universidade Técnica de Lisboa, Monografia de Licenciatura em Estudos Ultramarinos, Lisboa: 1970, 448 p.
- ALMEIDA, Antônio, et al. *Dicionário breve de história*. Lisboa: Editora Presença, 1996, 206 p.
- AMILAI, Castilho Mussa. *Evolução e diferenciação de sistemas agrários: Situação e perspectivas para agricultura e agricultores no perímetro irrigado de Chókwè-Moçambique*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese de Doutorado em desenvolvimento rural, Porto Alegre: 2008, 188 p.
- ANUÁRIO DA COLÔNIA DE MOÇAMBIQUE. *Completo manual de informações oficiais e comerciais, geográficas e históricas de toda a colônia de Moçambique – 1949-1950*. Lourenço Marques: 1951, 1344 p.
- ANUÁRIO DO ESTADO DE MOÇAMBIQUE. *Informações oficiais, comerciais, geográficas e históricas – 1969*. Lourenço Marques: 1970, 1730 p.
- \_\_\_\_\_. *Informações oficiais, comerciais, geográficas e históricas – 1972-1973*. Lourenço Marques: 51ª Edição, 1974, 862 p.
- BELLUCCI, Beluce. “As regras da economia colonial: O caso moçambicano.” in: BELLUCCI, Beluce (Coord). *Introdução à história da África e da cultura Afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2003, pp. 93-117.
- BERNSTEIN, Henry. *Dinâmicas de classe da mudança agrária*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, 184 p.
- BOBBIO, Norberto; MTTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Volume II, Editora Universidade de Brasília, 1983, 1318 p.
- BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOWEN, Merle. *Agricultura camponesa em Moçambique: O caso de Chókwè, na Província de Gaza*. Arquivo nº IV, 1990, pp. 5-44.

- CARTER, Miguel. “Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil.” in: CARTER, Miguel (Org). *Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2008, pp. 27-78.
- CASTELO, Cláudia. “O Modo português de estar no mundo:” *O Lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Passagens para África: O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2007, 405 p.
- \_\_\_\_\_. *Uma incursão no Lusotropicalismo de Gilberto Freyre*. Instituto de Investigação Científica Tropical. Ano VI, setembro de 2011, pp. 261-280.
- CASTELO-BRANCO, Carlos Nunes. “Opções econômicas de Moçambique, 1975-1995: Problemas, lições e ideias alternativas.” in: MAZULA, Brazão. *Moçambique, eleições democráticas e desenvolvimento*. Maputo: 1995, 672 p.
- CHICHAVA, José. *A agricultura em Moçambique: Caracterização, estrutura, políticas agrárias e outros aspetos relevantes*. Academia.edu. março de 2011, pp. 1-33.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: 4ª Edição, Cortez Editora, 2000, 147 p.
- COVANE, Luís Antônio. *O trabalho migratório e a agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992)*. Maputo: Promédia, 2001, 306 p.
- CUNHAL, Álvaro. *A questão agrária em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Volume 27, 1968, 393 p.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Editora Atlas SA, 1981, 255 p.
- DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UEM. *História de Moçambique: Parte I – primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores, 200/300-1885 e Parte II – agressão imperialista, 1886-1930*. Maputo: Imprensa Universitária, Volume 1, 2000, 508 p.
- DIAS, Saul. *Glossário toponímico histórico administrativo, geográfico e etnográfico de Moçambique*. Lisboa: Volume II, 1981, 159 p.
- DIREÇÃO DOS SERVIÇOS INDÍGENAS DE MOÇAMBIQUE. *Relatório de aplicação do estatuto dos indígenas portugueses referente aos anos de 1955, 1956, 1957 e 1958, na Província de Moçambique*. Lourenço Marques: 1960.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Editora Perspectivas, 24ª Edição, 2012, 174 p.
- EGERO, Bertil. *Moçambique: os primeiros dez anos de construção da democracia*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1992, 272 p.

- ELTON, Frederick. "Journal of an Exploration of the Limpopo river." in: *Journal of the Royal geographical society of London*. Volume. 42, 1872, pp. 1-49. <http://www.jstor.org/stable/1798590>. Acesso em 12/1/2015.
- ENDERS, Armelle. *Histoire de l'Afrique lusophone*. Paris: Éditions Chandeigne, 1994.
- FAGAN, Brian Murray. "As bacias do Zambeze e do Limpopo, entre 1100 e 1500." in: NIANE, Djibril Tamsir (Editor). *História Geral da África – IV: A África do século XII ao XVI*. Brasília: 2ª Edição, UNESCO, 2010, pp. 591-621.
- FELE, Buanga [Mário Pinto de Andrade]. "*Qu'est-ce que le'Lusotropicalismo?*" Paris: Présence Africaine, 1955.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo: Companhia Nacional Editora, 1964.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. "História oral, um inventário das diferenças." in: *Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, pp. 1-13.
- FREYRE, Gilberto. *O Brasil em face das áfricas negras e mestiças*. Lisboa: Conferência proferida no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. 1963.
- GASPAR, José Maria. "A colonização branca em Angola e Moçambique." in: *Colóquios de política ultramarina internacional relevante*. Lisboa: CEPS, 1958, pp. 191-210.
- \_\_\_\_\_ "A colonização agrícola na valorização do ultramar." in: *Colóquios sobre o II plano de fomento – Ultramar*. Estudos de Ciências Políticas e Sociais 21, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1959, pp. 181-191.
- \_\_\_\_\_ "Sistemas de povoamento." in: *Colóquios sobre problemas de povoamento*. Lisboa: 1960.
- GIL, António Carlos. *Como elaborar projecto de pesquisa*. São Paulo: 4ª Edição, Editora Atlas SA, 2002, 175 p.
- HEDGES, David & CHILUNDO, Arlindo. "A contestação da situação colonial, 1945-1961." in: HEDGES, David (Coord). *História de Moçambique, Volume II: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*. Maputo: 2ª Edição, Livraria Universitária, 1999, pp. 197-257.
- \_\_\_\_\_ "A reestruturação da sociedade Moçambicana." in: HEDGES, David (Coord). *História de Moçambique, Volume II: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*. Maputo: 2ª Edição, Livraria Universitária, 1999, pp. 83-127.
- HEDGES, David & ROCHA, Aurélio. "Moçambique durante o apogeu do colonialismo português, 1945-1961: A economia e a estruturação social." in: HEDGES, David (Coord).

- História de Moçambique, Volume 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961.* Maputo: 2ª Edição, Livraria Universitária, 1999, pp. 129-196.
- HERMELE, Kenneth. *Lutas contemporâneas pela terra do vale do Limpopo: Estudo do caso do Chókwè, Moçambique, 1950-1985.* Maputo: Universidade de Uppsala-Suécia, 1986, 23 p.
- IANNI, Octávio. “Revoluções camponesas na América Latina.” in: SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Revoluções camponesas na América Latina.* São Paulo: Editora Ícone, 1985, pp.15-45.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Projeções anuais da total, urbana e rural, Moçambique (2007-2040).* <http://www.ine.gov.moz>. Acesso em 1/9/2014.
- JONOD, Henri A. *Usos e costumes Bantos (Tomo I: vida social).* Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1986, 486 p.
- KASSOTCHE, Florentino Dick. *Globalização: Receios dos países em vias de desenvolvimento – reflexões sobre o caso de Moçambique.* Maputo: 1999, 124 p.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária.* Brasília: Coleção Pensamento Social Democrata, 1998, 588 p.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória.* UNICAMP, 2003, 578 p.
- LERRER, Débora. *Reforma agrária: Os caminhos do impasse.* São Paulo: Editora Garçon, 2003, 334 p.
- LIESEGANG, Gerhard. “Prefácio biográfico e notas técnicas do tradutor.” in: WEULE, Karl. *Resultados científicos da minha viagem de pesquisas etnográficas no Sudoeste da África Oriental.* Maputo, Imprensa Universitária, 2000, pp. 19-35.
- LOFORTE, Ana Maria. *Aspectos antropológicos a considerar na definição da política da terra em Moçambique.* Maputo: 1993.
- LOPES, Manuel dos Santos. *Colonato do Limpopo: Aspectos sociais do povoamento.* Universidade Técnica de Lisboa, Monografia de Licenciatura em Estudos Ultramarinos, Lisboa: 1968, 538 p.
- MANGHEZI, Alpheus. *Guijá, Província de Gaza 1895-1977: Trabalho forçado, cultura obrigatória de algodão, o colonato do Limpopo e reassentamento pós-independência. Entrevistas e canções recolhidas, 1979-1981.* Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2003, 143 p.
- MAR, Eli J. E. *Exploração portuguesa em Moçambique, 1500-1973.* Lourenço Marques: African Studies Editorial, Volume 1, 1975, 206 p.

- MATTOS, Hebe. “Memórias do cativo: Narrativa e identidade negra no antigo Sudeste cafeeiro.” in: MATTOS, Hebe & RIOS, Ana Lugão (Org). *Memória do cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 35-59 p.
- MESQUITELA, Gonçalo. *Engenheiro Trigo de Moraes*. Lisboa: abril-junho de 1966, 274 p.
- MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. *Perfil do Distrito de Chókwè – Província de Gaza*. Maputo: Edição MAE, 2005, 45 p.
- MOORE Jr, Barrington. *As Origens sociais da ditadura e da democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, 592 p.
- MORAIS, Trigo de. *Projeto de Irrigação do vale do Limpopo, 1925*. Lisboa: 1956.
- MOREIRA, Ilídio Rosário dos Santos. *Aspetos económicos e sociais da obra do povoamento do vale do Limpopo*. Universidade Técnica de Lisboa, Monografia de Licenciatura em Estudos Ultramarinos, Lisboa: 1961, 234 p.
- MOSCA, João. *Contribuição para o estudo do setor agrário do Chókwè*. Maputo: 1988, 76 p.
- \_\_\_\_\_. *Economia de Moçambique: Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005, 538 p.
- NETO, Margarida Sobral. “Propriedade de renda fundiária em Portugal na Idade Moderna.” in: MOTTA, Márcia Maria Menendes (Org). *Terras lusas: A questão agrária em Portugal*. Niterói: EdUFF, 2007, pp. 13-30.
- NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Publicações Europa-América, 1995, 509 p.
- NUNES, Luiz. *Manual da monografia: Como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese*. São Paulo: Saraiva, 2000, 123 p.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa: Instituto Camões, 2002.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, Volume II, nº 3, 1989, pp. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Vai Di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944).” in: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos & abusos de la História Oral*. Brasil: Fundação Getúlio Vargas, Capítulo VIII, pp. 103-130.
- RIBEIRO, Cassola. *Emigração portuguesa: Aspectos relevantes relativos às políticas adoptadas no domínio da emigração portuguesa, desde a última Guerra Mundial. Contribuições para o seu estudo*. Lisboa: Secretaria de Estado das Comunidades

- Portuguesas. Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas. Centro de Estudos. 1986.
- \_\_\_\_\_. *Emigração portuguesa: Regulamentação obrigatória do liberalismo ao fim da Segunda Guerra Mundial. Contribuições para o seu estudo*. Porto: Secretariado de Estado das Comunidades Portuguesas. Centro de Estudos. 1987.
- ROESCH, Otto. “Rural Mozambique since the Frelimo Party Fourth Congress: The situation in the Baixo Limpopo.” in: *Review of African political economy*. No. 41, Socialism, Democracy and Popular Struggles, 1988, pp. 73-91. <http://www.jstor.org/stable/4005743>. Acesso em 12/1/2015.
- ROQUE, Ana Cristina & FERRÃO, Livia. “As teias da História: Importância e contributo dos inventários de materiais para o conhecimento e (re)construção da História de Moçambique.” in: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de ciências sociais*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, setembro de 2004, pp. 1-19.
- RUDÉ, George. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- SANTOS, Antônio Policardo de Sousa. *Relatório da inspeção ordinária da circunscrição de Guijá, agosto de 1942-janeiro de 1957*. Caniçado: 1957.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Portugal: Ensaio contra a autoflagelação*. São Paulo: Cortez Editora, 2011, 159 p.
- SANTOS, José Vicente Tavares. *Lutas agrárias Latino-américas: Da resistência ao projeto societário*. in: SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Revoluções camponesas na América Latina*. São Paulo: Editora Ícone, 1985, pp. 7-14.
- SECCO, Lincoln. *Trinta anos da revolução dos cravos*. São Paulo: Revista Adusp, outubro de 2004, pp. 6-12.
- SEVERINO, António Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: 22ª Edição, Cortez Editora, 2002, 335 p.
- SILVA, Fernando Emgydio da. *Emigração portuguesa*. Lisboa: 1917.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. *Escravos sem dono: A experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista*. Revista de Antropologia da Unicamp, Volume 51, nº 1, janeiro-junho de 2008, pp. 177-214.
- \_\_\_\_\_. “O Lusotropicalismo: Paisagens, sentidos, identidades.” in: Seminário de tropicologia. <http://www.tropicologia.-org.br/conferência/2001luso.Tropicalismo.html>. Acesso em 19/06/2014.
- VALÁ, Salim Cripton. *A problemática da posse da terra na região agrária de Chókwe (1954-1995)*. Maputo: Promédia, 2003, 196 p.

- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento agrário e papel da extensão rural no Chókwè (1950-2000): Conflitos de interesse entre o Estado e os agricultores?* Maputo: Promédia, 2006, 245 p.
- VIEGA, José Eli. *O que é reforma agrária*. São Paulo: Editora Brasilense, 4ª Edição, 1983, 87 p.
- WESSELING, Henk. L. *Dividir para dominar: A partilha da África, 1880-1914*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, 463 p.
- WOLF, Eric R. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global Editora, 1984, 363 p.
- XAVIER, Alfredo Augusto Caldea. *Reconhecimento do Limpopo: Os territórios ao Sul do Save e os Vatuas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, 50 p.



# **VII Anexos**

**Anexo 1.**  
**Formulário das entrevistas**

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**PARTE I: Apresentação**

Eu, **Manuel Henriques Matine**, estudante do Programa de Pós-graduação em História da UFF, encontro-me no presente momento em pesquisa de campo com vista a recolha de dados para o suporte bibliográfico da dissertação que versa sobre *A integração das famílias negras no colonato do Limpopo em Moçambique, 1959-1977*. Estou aqui no Distrito de Chókwè com o objetivo de conversar com pessoas que estiveram, direta ou indiretamente, ligadas aos eventos históricos do colonato.

As autoridades do distrito, no entanto, informaram-me que o(a) senhor(a) viveu durante o tempo em que aqui, chamava-se colonato. Por isso, peço com todo o respeito e consideração, gravar uma entrevista – que na verdade será uma simples conversa – acerca da experiência e/ou testemunho do(a) senhor(a) sobre os acontecimentos do colonato do Limpopo. Comprometo-me antecipadamente, a respeitar a sua disponibilidade para a solicitada conversa e asseguro, por conseguinte, que será devidamente garantido o acesso correto às informações e dados a serem recolhidos, sendo usados somente para fins de pesquisa acadêmica.

**PARTE II: Dados pessoais do(a) entrevistado(a)**

1. Posto a apresentação e confirmada a sua disponibilidade, considero criadas as condições para iniciarmos a entrevista. O(a) senhor(a) tem algo a dizer antes da conversa: alguma chamada de atenção ou restrição de uso de aparelhos – gravador/máquina fotográfica – durante a conversa? Obrigado, então podemos começar!
2. Pode chamar-me de Matine ou senhor Matine. Matine é o meu sobrenome. E, qual é o nome completo do(a) senhor(a)?
3. Bem haja senhor(a) .....
4. Quando e onde é que nasceu?
5. Pode falar um pouco da sua infância?
6. O Distrito de Chókwè tem alguns acontecimentos importantes que se registraram durante o período colonial?

### **PARTE III: Integração das famílias negras no colonato**

1. Sobre o colonato, será que se lembra de alguns acontecimentos como: quando foi construído; quantas aldeias teve e os nomes das respectivas aldeias?
2. Estou interessado em saber qualquer assunto que o(a) senhor(a) se lembra acerca das famílias negras que viveram dentro do colonato antes da independência.
3. Acerca das famílias brancas que também viveram no colonato antes da independência, tem alguma coisa a contar?
4. Como e porque razão as famílias negras entraram no colonato?
5. O(a) senhor(a) pode me contar tudo o que sabe ou ouviu falar acerca dos motivos que levaram as famílias negras a entrarem no colonato?
6. O que os gestores do colonato exigiam como requisitos para as famílias negras entrarem no colonato. O(a) senhor(a) tem alguma coisa a contar acerca desse assunto?
7. Será que teve alguma ligação, o início da integração das famílias negras e o começo da luta de libertação nacional? Gostaria que me contasse alguma coisa acerca desse assunto.
8. Na sua família, o(a) senhor(a) foi o(a) único(a) a integrar o colonato?
9. Como era o relacionamento entre as famílias que estavam dentro e outras fora do colonato?
10. Acerca da distribuição da terra irrigada dentro do colonato, tem alguma coisa a contar?
11. Qual foi o critério usado pelo colonato para distribuir as famílias negras por aldeias e casas?
12. Para além da casa, parcela de terra irrigada e junta de boi, o que as famílias negras recebiam ao entrar para viver no colonato?

### **PARTE IV: O cotidiano do colonato**

1. Dentro do colonato as escolas eram para crianças brancas e negras ou não? Tem alguma coisa a contar acerca da educação das crianças que os pais viviam no colonato?
2. Como é que era a religião? Será que todas as famílias que entraram no colonato rezavam na igreja católica? Peço que fale um pouco acerca dessa questão – religião.
3. Será que as pessoas circulavam normalmente no colonato, podiam entrar e sair?
4. O que os colonos gostavam de plantar nas suas machambas [roças]?
5. A produção das famílias que viviam no colonato era para o consumo ou para a venda?
6. Como estava organizado administrativamente o colonato – será que existia juiz, polícia, etc?
7. Será que existiam empregados domésticos nas casas das famílias que viviam no colonato?
8. O que os colonos faziam nos seus tempos livres? Peço para me contar tudo o que sabe acerca dos tipos de divertimentos que tinha aqui no tempo do colonato.

### **PARTE V: Alguns resultados da integração das famílias negras no colonato**

1. Será que as famílias negras que entraram no colonato se tornaram grandes agricultores?
2. Conhece alguma família que entrou no colonato no período colonial e que até hoje vive aqui?
3. Será que os atuais grandes agricultores do distrito têm alguma ligação com o colonato?
4. O(a) senhor(a) acha que o colonato deu tudo certo ou as coisas não correram bem aqui?
5. Gostaria que falasse da vida das famílias negras que não entraram no colonato.
6. Para terminar, o(a) senhor(a) quer acrescentar algum assunto que eu não tenha perguntado?

### **PARTE VI: Considerações finais**

Comentários e agradecimento.

**Orientador:** Prof. Doutor Marcelo Bittencourt

**Anexo 2.**

**Vida e obra de Trigo de Moraes**

**Fonte:** [http://app.parlamento.pt%5chtml/pdf/morais\\_antonio\\_trigo\\_de](http://app.parlamento.pt%5chtml/pdf/morais_antonio_trigo_de). Acesso em 18/9/2014

**ANTÓNIO TRIGO DE MORAIS**  
**Legislaturas: III, IV, VI, VII, VIII, IX.**



**Data de nascimento**

- 1895.

**Localidade**

- Samões / Vila Flor.

**Data da morte**

- 1966.

**Habilitações literárias**

- Licenciatura em Engenharia Civil, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa (1918).

**Profissão**

- Alto funcionário público.

**Carreira profissional**

- 1918-1923 – Docente do Instituto Superior Técnico e do Instituto Superior de Agronomia, de Lisboa;
- Técnico dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste;
- No essencial, a sua carreira está ligada ao fomento hidroagrícola no Ultramar português;
- 1921 e 1926 – Missões a Moçambique para estudar e organizar o vale de rega do rio Limpopo;
- Missão em Angola, para idêntico estudo no vale do Cunene.

**Carreira político-administrativa**

- 1927 – Membro do Conselho Superior de Obras Públicas;
- 1927 – Director-Geral dos Serviços Hidráulicos do Ministério das Obras Públicas;
- 1934-1949 – Presidente da Junta Autónoma das Obras Públicas e Hidráulica Agrícola;
- Engenheiro inspector superior do Ministério das Colónias;
- Director-Geral do Fomento Colonial;
- Representante do Ministério das Obras Públicas na Comissão Técnica de Cooperação Europeia do Plano Marshall;
- Vogal do Conselho Técnico de Fomento Colonial;
- Vogal do Conselho Técnico Superior de Obras Públicas;
- 1951-1953 – Subsecretário de Estado do Ultramar;
- 1953 – Inspector-geral e Presidente do Fomento Ultramarino, com a supervisão das obras de irrigação do Limpopo, Cunene, Matola e Biopio, em que se destaca a construção da Barragem do Limpopo;
- Procurador à Câmara Corporativa por designação do Conselho Corporativo.

**Carreira parlamentar**

Legislaturas	Secções
III	23.ª – Política e economia coloniais.
IV	23.ª – Política e economia coloniais.
VI	Conselho da Presidência; XII – Interesses de ordem administrativa (5.ª Subsecção – Política e economia ultramarinas).
VII	Conselho da Presidência; XII – Interesses de ordem administrativa (5.ª Subsecção – Política e economia ultramarinas).
VIII	Conselho da Presidência; XII – Interesses de ordem administrativa (6.ª Subsecção – Finanças e economia geral).
IX	Conselho da Presidência; XII – Interesses de ordem administrativa (5.ª Subsecção – Política e administração ultramarinas).

**Pareceres subscritos/relatados** [Total: 36]

**III Legislatura (1942-1945)** [4]

- 5/III – Criação do Conselho de Fomento.

- 11/III – Concessões de terrenos no ultramar.
- 18/III – Electrificação do País.
- 19/III – Fomento e reorganização industrial.

#### **IV Legislatura (1945-1949) [4]**

- 3/IV – Melhoramentos agrícolas.
- 7/IV – Regime jurídico dos Casais Agrícolas.
- 8/IV – Alterações à Carta Orgânica do Império Colonial Português.
- 25/IV – Julgamento de reclamações em matéria de hidráulica agrícola (Relator).

#### **VI Legislatura (1953-1957) [5]**

- 15/VI – Acordo relativo à fronteira de Moçambique com a Niassalândia.
- 22/VI – Revisão do Plano de Fomento.
- 45/VI – Instituto Nacional de Investigação, Tecnologia e Economia Industrial.
- 49/VI – Regime jurídico das obras de fomento hidroagrícola (Relator).
- 57/VI – Fomento piscícola nas águas interiores do País (Relator).

#### **VII Legislatura (1957-1961) [15]**

- 3/VII – Projecto do II Plano de Fomento (1959-1964) – METRÓPOLE – Continente e Ilhas.
- 4/VII – Projecto do II Plano de Fomento (1959-1964) – ULTRAMAR (Relator). ▪ 10/VII – Alteração da Constituição Política.
- 13/VII – Alteração da Constituição Política.
- 14/VII – Alteração da Constituição Política.
- 15/VII – Alteração da Constituição Política.
- 16/VII – Alteração da Constituição Política.
- 17/VII – Alteração da Constituição Política.
- 18/VII – Alteração da Constituição Política.
- 19/VII – Alteração da Constituição Política.
- 20/VII – Alteração da Constituição Política.
- 28/VII – Remunerações dos corpos gerentes de certas empresas.
- 29/VII – Revisão do regime jurídico da colonização interna.
- 32/VII – Emparcelamento da propriedade rústica.
- 34/VII – Plano de valorização do Alentejo (Rega de 170 000 ha).

#### **VIII Legislatura (1961-1965) [8]**

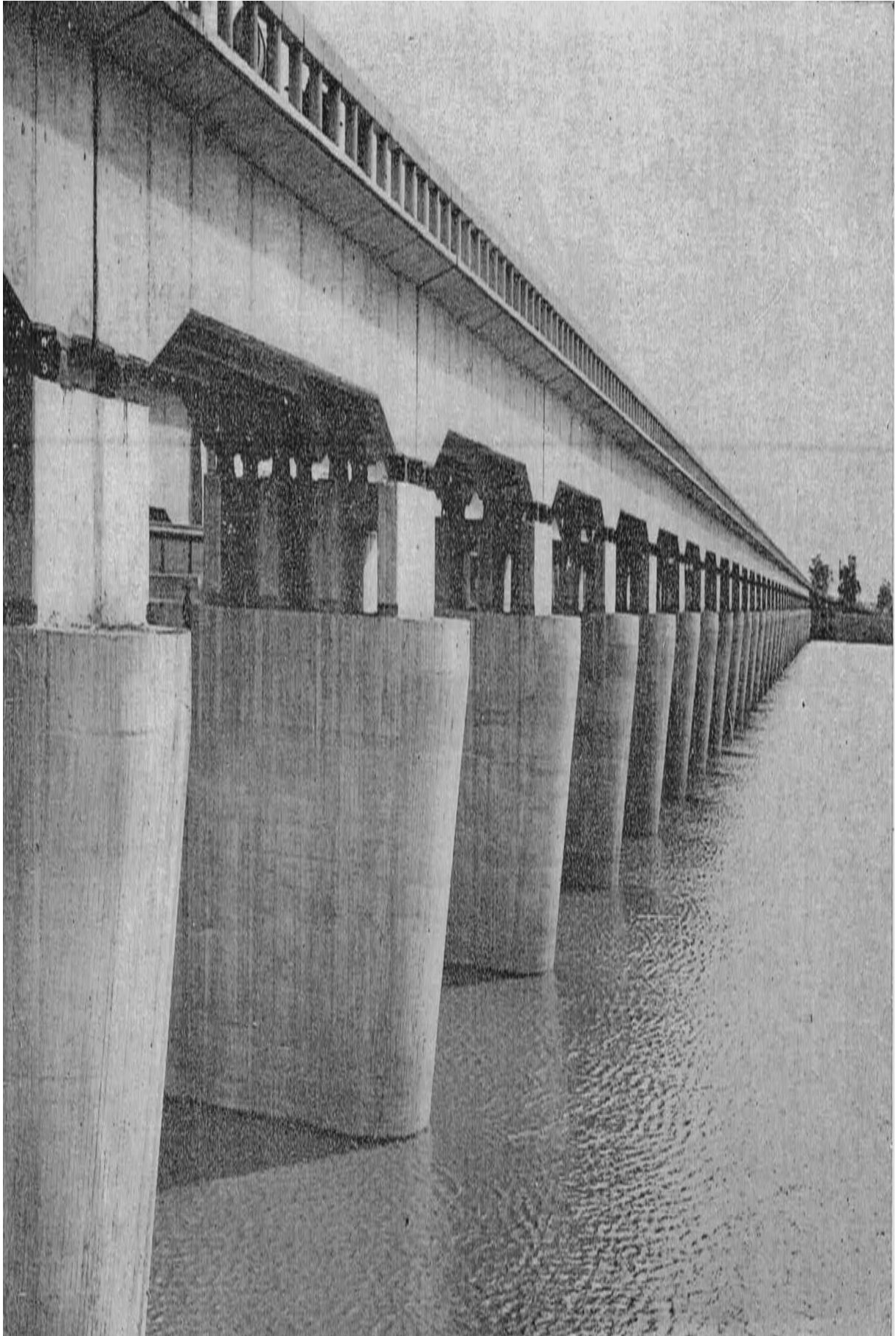
- 1/VIII – Autorização das receitas e despesas para 1962.
- 6/VIII – Autorização das receitas e despesas para 1963.
- 7/VIII – Junta de Planeamento Económico Regional.
- 9/VIII – Revisão da Lei n.º 2066 de 27 de Junho de 1953 (Lei Orgânica do Ultramar Português).
- 13/VIII – Autorização das receitas e despesas para 1964.
- 16/VIII – Plano de arborização das dunas da Carrapateira.
- 17/VIII – Plano Intercalar de Fomento para 1965.
- 19/VIII – Projecto de Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967 (Províncias ultramarinas) (Relator).

#### **IX Legislatura (1965-1969)**

Não subscreveu ou relatou qualquer parecer.



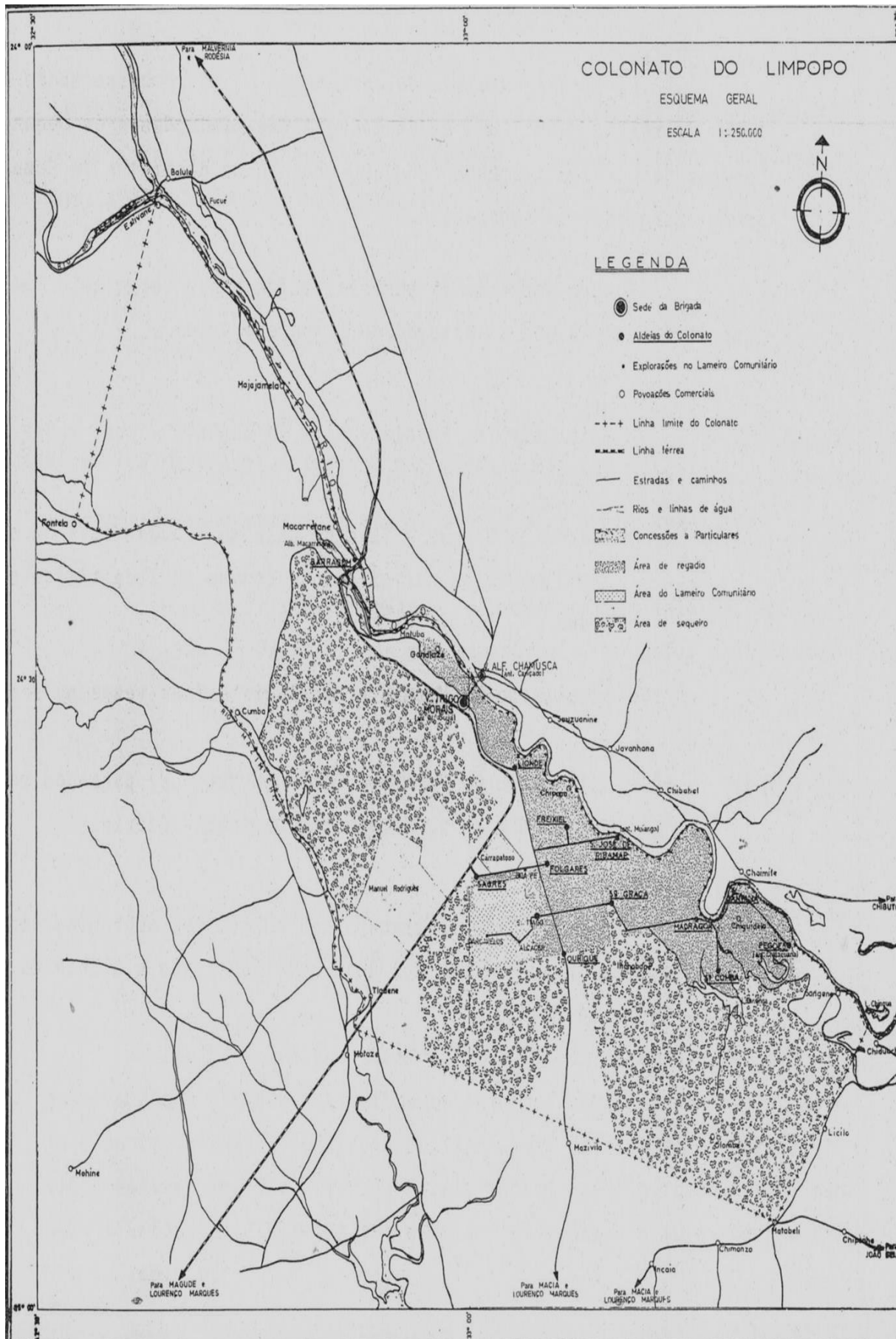
**Anexo 3.**  
**Barragem do Limpopo**



**Fonte:** MOREIRA, Ilídio Rosário dos Santos.1961.

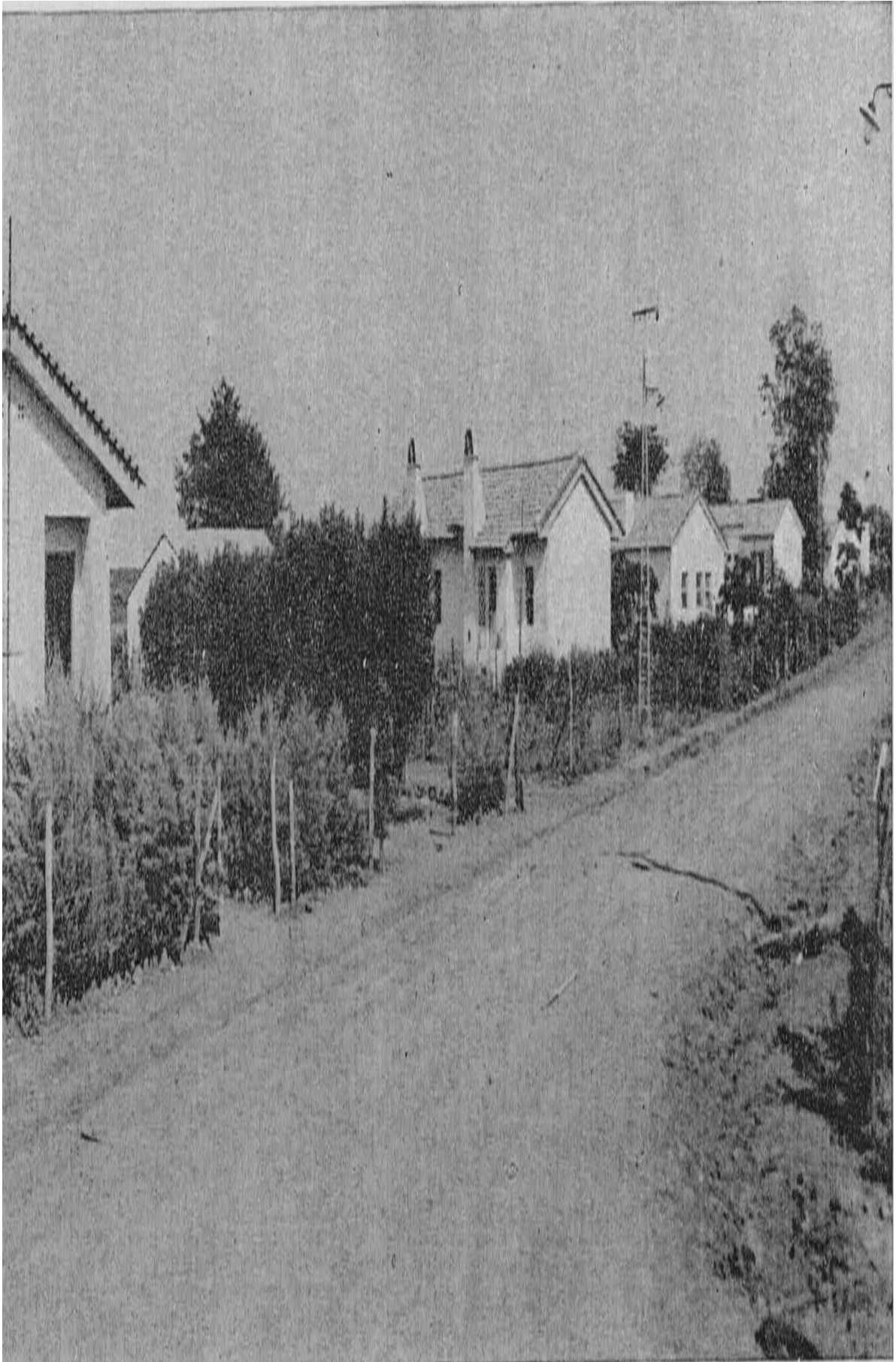
**Anexo 4.**

**Localização geográfica do colonato do Limpopo**



Fonte: ALMEIDA, Antônio Lopes de. 1970.

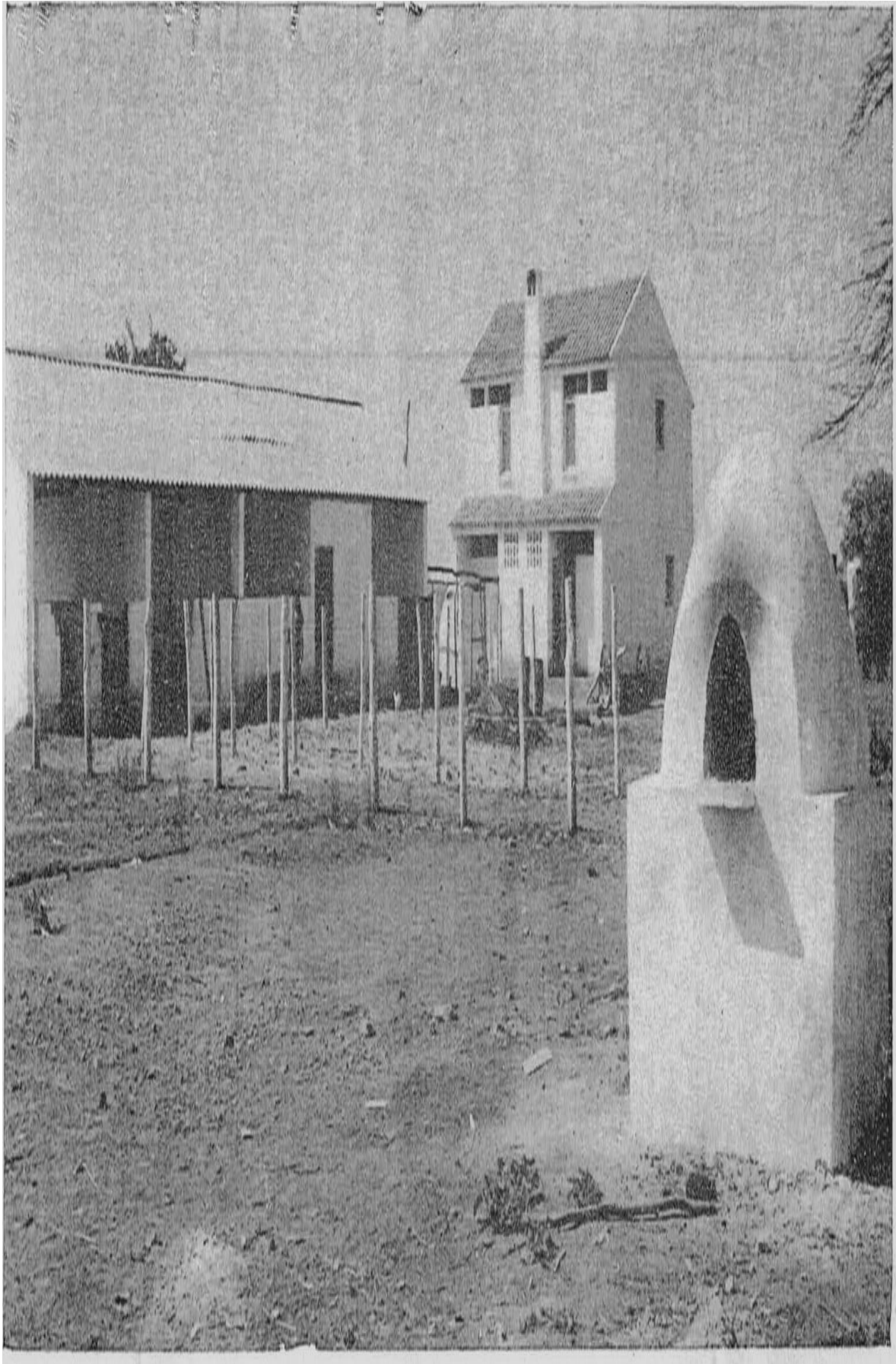
**Anexo 5.**  
**Aldeia do colonato**



**Fonte:** LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

**Anexo 6.**

**Habitação, estábulo e forno dos colonos**



**Fonte:** LOPES, Manuel dos Santos. 1968.

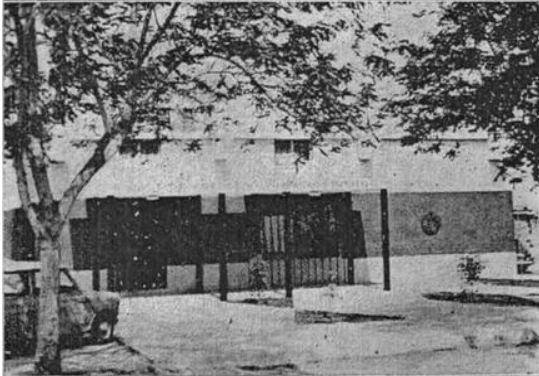


**Anexo 7.**

**Diversas infraestructuras do colonato**



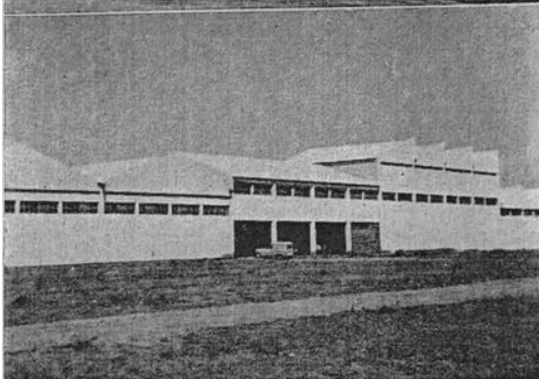
*Vila Trigo de Morais: Pousada Limpopo.*



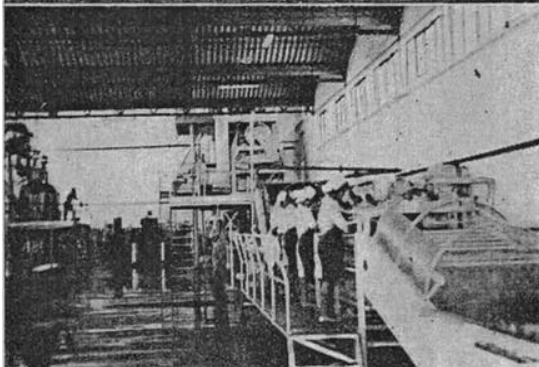
*Vila Trigo de Morais: Banco de Crédito Comercial e Industrial.*



*Colégio-Liceu Carmelo.*



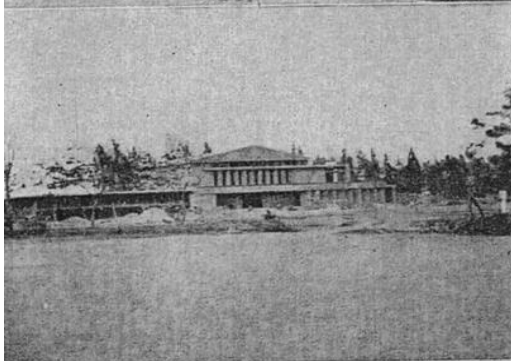
*Aldeia da Madragoa: fábrica de concentrados de tomate.*



*Interior da fábrica de concentrados de tomate.*



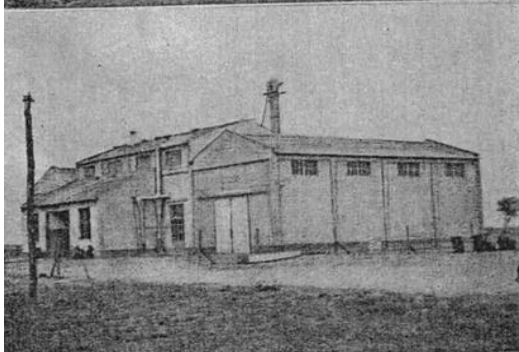
*Vila Trigo de Morais : estabelecimentos comerciais.*



*Vila Trigo de Morais : Associação Cultural e Recreativa do Limpopo (em construção).*



*Hospital da Vila Trigo de Morais (edifício provisório).*



*Aldeia de Sagres : fábrica de descasque de arroz.*



*Escavadora na conservação do regadio.*

**Anexo 8.**

**Contrato provisório de colono**

**Fonte:** LOPES, Manuel dos Santos. 1968, pp. 469-471

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR  
CONSELHO SUPERIOR DE FOMENTO ULTRAMARINO

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo

CONTRATO PROVISÓRIO DE COLONO:

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de mil novecentos e ....., entre a Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo, neste acto representada por ....., outorgando em nome e representação do Governador-Geral de Moçambique, conforme delegação dada por despacho de ....., exarada na nota nº. ...., e o Senhor ..... casado, de ..... anos de idade, natural de ....., concelho de ....., morador em ....., portador do bilhete de identidade nº. ...., cedido em ..... de ..... de mil novecentos e ....., pelo Arquivo de Identificação de ....., foi ajustado o contrato constante das cláusulas seguintes, aprovadas por despacho de Sua Excelência o Ministro do Ultramar, de 7 de Dezembro de 1953 e de 6 de Janeiro de 1960, proposta da Inspeção-Geral de Fomento, respectivamente de 23 de Novembro de 1953 e de 5 de Janeiro de 1961:

1ª. - O segundo outorgante é o chefe da família do casal agrícola de colono, composto de:

.....  
.....  
.....

2ª. - Ao segundo outorgante será facultada pelo Governo-Geral de Moçambique, sob proposta da Brigada e parecer da Inspeção-Geral de Fomento, no acto da assinatura do contrato definitivo no núcleo de colonização do Vale do Limpopo:

A) - Por fruição provisória um casal agrícola no mesmo núcleo, constituído por:

- 1) Casa de habitação e anexos agrícolas;
- 2) Uma gleba de regadio de ..... hectares, mais de vinte e quatro hectares de sequeiro, com as benfeitorias nelas incorporadas na data do contrato definitivo e neste descritas e um prédio de regadio no lameiro comunitário explorado pela associação de regantes.

B) - Por empréstimo:

- 1) O mobiliário para a casa de habitação se o colono não o tiver;

- 2) Os gados e as alfaias agrícolas necessárias para a exploração do casal agrícola;
  - 3) As sementes para as primeiras culturas.
- C) - Gratuitamente a assistência agrícola e veterinária de que careça a sua exploração agro-pecuária e médica de que necessite a sua pessoa e as pessoas de sua família:
- 1) A fruição provisória passará a concessão provisória, quando o Governo-Geral de Moçambique julgue oportuno, mediante proposta da Brigada;
  - 2) A área de regadio poderá encontra-se total ou parcialmente cultivada;
  - 3) O segundo outorgante é fiel depositário dos valores que lhe sejam facultados por empréstimo;
  - 4) As anuidades de amortização devidas ao Estado para reembolso do casal agrícola serão fixadas no diploma de regime jurídico das obras de irrigação e povoamento do Plano de Fomento.

Até à publicação deste diploma o segundo outorgante entregará anualmente ao Governo-Geral de Moçambique, através da Brigada, um sexto dos géneros colhidos no casal para amortização do Empréstimo e, pago, para reembolsar o Estado do valor do casal agrícola.

3ª. - O segundo outorgante obriga-se:

- a) A assinar, no núcleo de colonização a que pertença, o contrato definitivo de que tem inteiro conhecimento quando para isso for notificado pela Brigada;
- b) A dedicar-se exclusivamente, e em conjunto com a sua família, à exploração do casal directa e regularmente, com o cuidado e zelo de um bom agricultor, podendo permutar serviços com outros colonos europeus e assimilados e com indígenas em fruição de glebas do núcleo de colonização a que pertencer;
- c) A utilizar a água da rega que seja posta à sua disposição como lhe for fixado pelos serviços competentes e em harmonia com os horários de rega estabelecidos;
- d) A manter a intensificação cultural prevista nos planos de exploração;
- e) A inscrever-se como sócio das Associações e Cooperativas a que deva pertencer e a cumprir os respectivos estatutos e demais regulamentos;
- f) A não exercer qualquer actividade comercial diferente da venda dos produtos do casal.

4ª. - O Governo-Geral de Moçambique sob proposta da Brigada e parecer da Inspecção-Geral de Fomento, poderá retirar ao segundo ou-

torgante a concessão provisória do casal quando este:

- a) Mostre inadaptação à vida do núcleo de colonização a que pertença, desinteresse, mau comportamento moral, familiar ou social;
- b) Deixe de trabalhar a terra ou se dedique a outras ocupações fora do casal agrícola, quer de conta própria quer de conta de outrem ou à permuta de géneros com os indígenas;
- c) Se ausente do casal para fora da Província ultramarina sem prévia autorização da Brigada;
- d) Se negue a pagar as anuidades de amortização e a entregar as crias de gado pela forma estabelecida no contrato definitivo ou a assinar este quando lhe seja determinado pela Brigada.

5ª. - Efectivada a rescisão da fruição ou concessão provisória do casal agrícola, o segundo outorgante obriga-se a abandonar o casal no prazo máximo de trinta dias a contar da data do aviso escrito feito pela Brigada, com todas as culturas pendentes, gados, alfaias, mobiliário que lhe seja fornecido, e construções, sendo tudo entregue à Brigada em perfeito estado de conservação.

§ único. - Estabelece-se expressamente que o segundo outorgante não poderá alegar qualquer direito de retenção ou posse dos referidos bens por motivo de benfeitorias, bens que constituem uma unidade económica só divisível, alienável e penhorável quando Sua Excelência o Ministro do Ultramar o autorizar, mediante proposta do Governo-Geral de Moçambique e o parecer da Inspeção-Geral de Fomento.

6ª. - No primeiro ano da instalação do segundo outorgante no núcleo de colonização, poderá ser-lhe abonado pela Brigada, depois de autorizada pelo Governo-Geral de Moçambique, o auxílio em géneros alimentícios até 150\$00 por unidade de consumo e por mês, considerando-se suficiente uma unidade de consumo para indivíduos de mais de 12 anos, e meia unidade para indivíduos até 12 anos.

Estes abonos serão reembolsados pela forma que a lei indique.

Dou fé que assim o disseram, outorgam e aceitam.

A tudo foram testemunhas presentes: .....

.....  
.....  
.....  
.....

E depois de lido em voz alta na presença simultânea de todos os intervenientes dou fé de que os outorgantes aceitaram este contrato em firmeza e vão assinar.

.....  
.....  
.....  
.....

**Anexo 9.**

**Contrato definitivo de colono**

**Fonte:** LOPES, Manuel dos Santos. 1968, pp. 473-476



MINISTÉRIO DO ULTRAMAR  
CONSELHO SUPERIOR DE FOMENTO ULTRAMARINO

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo

CONTRATO DEFINITIVO DE COLONO (A RATIFICAR)

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de mil  
novecentos e ....., na sede da Brigada Técnica de Fomen-  
to e Povoamento do Limpopo, compareceram:

COMO PRIMEIRO OUTORGANTE: O Senhor .....  
..... da referida Brigada .....  
representando o Governo da Província, por delegação de Sua Excelência o  
Governador Geral, .....  
que lhe foi conferido por despacho de.....  
lançado sobre a nota da referida Brigada n.º .....  
cujo original se encontra arquivado nos escritórios centrais da mesma  
para os devidos efeitos:

COMO SEGUNDO OUTORGANTE: .....  
de ..... anos de idade, natural de .....  
freguesia de ....., concelho de .....  
casado, na qualidade de chefe do agregado familiar composto de:.....  
.....  
e que nessa qualidade assinou o contrato provisório, em .....  
de ..... de mil novecentos e ..... E estando pre-  
sentes as testemunhas adiante mencionadas e no fim assinadas, pelo pri-  
meiro outorgante foi dito:

I - O contrato provisório celebrado em ..... de ....  
..... de mil novecentos e ..... continua em  
vigor, salvo naquilo em que o presente contrato expressamente o altere  
e completa.

II - O Governo-Geral de Moçambique entrega em regime de fruição  
provisória ao segundo outorgante o casal agrícola número .....  
da Aldeia ..... constituído por:

1) Uma casa de habitação, sita na rua .....  
com o número ....., com três quartos, cozinha, sala de jan-  
tar e de estar, sanitários e anexos agrícolas, constituídos por logra-  
dours em volta da casa, estábulos para gado bovino e porcino galinhei-  
ro e guarda de alfaias agrícolas, no valor de sessenta e nove mil escu-  
dos.

2) Um prédio de regadio com a área de ..... hectares  
com uma nitreira incorporada, no valor de .....  
..... (a rectificar na conclusão das obras do aproveitamento).

3) Um prédio de regadio no lameiro comunitário, explorado pela Associação de Regantes com 50% de luzerna, no valor de oito mil escudos (a rectificar na conclusão das obras do aproveitamento).

4) Uma terra de sequeiro com a área de 24 hectares, englobada num talhão comunitário com a área total de novecentos e sessenta hectares, vedado, com bebedouros para gado, destinado à apascentação do gado e ao povoamento florestal de carácter industrial, em conformidade com os interesses superiores, no valor de três mil escudos (a rectificar na conclusão das obras do aproveitamento).

§ 1º. A entrega a que se refere o corpo da cláusula II não implica a transmissão da propriedade a favor do segundo outorgante, enquanto não estiver feito o reembolso ao Estado do valor do Casal Agrícola e cujo montante será fixado no regime jurídico definitivo.

§ 2º. Nos prédios identificados nas alíneas 2) e 3) desta cláusula estão incorporadas as obras de rega respectivas e a água de rega na medida do disponível e do necessário e utilização em harmonia com os horários de rega estabelecidos.

III - O Governo-Geral de Moçambique fornece ao segundo outorgante, através da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo:

A) - Por empréstimo, do que o mesmo segundo outorgante, se reconhece e confessa devedor:

- 1) Mobiliário de casa de habitação, até ao valor de cinco mil escudos;
- 2) Gados até ao valor de 12 mil escudos;
- 3) Equipamento e alfaias agrícolas até ao valor de oito mil e quinhentos escudos;
- 4) Sementes e insecticidas, até ao valor de mil e quinhentos escudos;
- 5) Culturas pendentes ou produtos delas provenientes;
- 6) Abonos da Cláusula VI do Contrato Provisório.

B) - (Transitório): Assistência técnica, quando pedida e autorizada pelo Inspector-Geral do Fomento:

- 1) Na prática do regadio: preparação mecânica das terras para a cultura do arroz e outras;
- 2) Em serviços mecanizados:
  - a) Sementeiras do trigo, arroz, milho e algodão;
  - b) Ceifa de trigo e do arroz;
  - c) Ceifa e enfardamento da luzerna do lameiro comunitário;
  - d) Transporte para a ceifa, debulha, e beneficição do trigo, do arroz e do milho;
  - e) Enfardamento da palha do trigo.

0) - Assistência financeira, de conformidade com o que venha a ser estabelecido na lei do regime jurídico da colonização para as zonas de regadio.

§ 1º. - No anexo I a este contrato encontra-se o inventário dos valores que são objecto do empréstimo a que dizem respeito os números 1) a 4) da alínea A) desta cláusula, nos seus quantitativos máximos.

§ 2º. - O mobiliário, os gados, os equipamentos e as alfaias agrícolas objecto do empréstimo a que se refere a alínea A) desta cláusula não podem ser utilizados ou consumidos fora do objectivo deste contrato sem prévia autorização do Governo-Geral de Moçambique, ouvido o Inspector-Geral do Fomento.

§ 3º. - Enquanto não estiver feita a amortização prevista na cláusula VI e VII deste contrato, o segundo outorgante é fiel depositário dos bens a que se refere o § anterior, por eles respondendo civil e criminalmente.

IV - O casal agrícola identificado na cláusula II é entregue ao segundo outorgante em regime de fruição provisória, que passará a concessão provisória quando o Governo-Geral de Moçambique julgar oportuno, mediante proposta da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo, que passará o respectivo título.

V - O segundo outorgante obriga-se a reembolsar o Estado do valor do casal agrícola identificado na cláusula II, em anuidade de amortização que forem fixadas no diploma do regime jurídico das obras de irrigação e povoamento do Plano de Fomento, a partir da data de concessão definitiva do mesmo Casal. Mais se obriga também, a contar da mesma data, ao pagamento das taxas de conservação e exploração do regadio, que sejam estabelecidas.

VI - A parte do empréstimo, referido na cláusula III, alínea A) destinada a gados, será amortizada pelo segundo outorgante durante o prazo de fruição provisória, com a entrega ao Governo-Geral de Moçambique através da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo, do número de cabeças das mesmas espécies, raças e sexos, igual ao que foi cedido e mencionado no inventário do anexo I, de idade não inferior a um ano, à excepção do gado suíno que poderá ter o mínimo de quatro meses, considerando-se então liquidado o empréstimo referente ao gado.

VII - O segundo outorgante obriga-se também a entregar ao Governo-Geral de Moçambique através da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo, um sexto dos géneros colhidos no Casal para a amortização da parte do empréstimo da alínea A) da cláusula III ou o seu equivalente em dinheiro, observado o § 1º. desta cláusula; e a pagar a assistência técnica da alínea B) da mesma cláusula III, anualmente, na altura das colheitas a entrega dos géneros valorizados conforme o § 1º. desta cláusula, pelo modo a que se segue :

- a) Encargos de 1) - prática de regadio: no total de despesa feita;
- b) Encargos de 2) - alíneas a), b), c), d) e e) - serviços mecanizados: nas percentagens que sejam fixadas pelo Inspector-Geral do Fomento sob proposta da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo;

§ 1º. - Os géneros entregues pelo segundo outorgante serão a este creditados pelo seu valor de mercado na altura da entrega.

§ 2º. - Logo que a soma das parcelas dos valores creditados perfaça o montante emprestado consoante a alínea A) da cláusula III, e o gado esteja amortizado nos termos da cláusula VI, o Governo-Geral de Moçambique, sobre proposta da Brigada Técnica do Fomento e Povoamento do Limpopo e ouvido o Inspector-Geral do Fomento considerará liquidado o empréstimo respectivo entrando o Casal em regime de concessão definitiva, do que a Brigada passará o respectivo título, enviando um duplicado aos Serviços Geográficos e Cadastrais, a fim de os mesmos Serviços passarem ao colono interessado o título comprovativo dos direitos respectivos.

§ 3º. - Liquidado o empréstimo conforme o disposto no § 2º., o colono continuará a pagar o sexto referido na cláusula VII, destinando-se o produto a reembolsar o Estado do valor do casal agrícola em quanto não for estabelecido o regime jurídico da cláusula V.

§ 4º. O sexto a pagar pelos colonos não pode ser inferior ao valor mínimo correspondente a uma intensidade de exploração definida pelo índice de produção bruta agro-pecuária vendível, fixada em vinte quintais métricos de trigo por hectare (pela cor em trigo de toda a produção) correspondendo esse índice à relação entre a produção bruta vendível da exploração na área total, expressa em quintais métricos de trigo, e o número de hectares de regadio do Casal, incluindo a área do lameiro comunitário.

VIII - Os bens imóveis mencionados na cláusula II integram um património familiar indivisível sobre que não pode incidir qualquer ônus destinado a garantir ou satisfazer dívidas do segundo outorgante, enquanto não seja promulgado o regime jurídico definitivo.

§ Único. - Quando se estabelecer o regime jurídico definitivo fixar-se-ão as condições e limites de uma possível divisão, com base num parcelamento conveniente, que garanta a suficiência económica da produção agro-pecuária em ordem a satisfazer as necessidades de uma família rural, sob as exigências de uma boa exploração e tenha a capacidade também suficiente para absorver o trabalho de uma família, poderá ser superiormente autorizada a desintegração, não devendo a propriedade do regadio ser inferior a dois hectares.

IX - A exploração do casal é feita exclusivamente com a mão-de-obra do agregado familiar, admitindo-se porém permuta de serviços entre colonos e com os autóctones em fruição de glebas.

Pelo segundo outorgante foi dito:

Que aceitava o presente contrato com todas as condições nele exaradas, sujeitando-se por sua pessoa e bens, ao seu fiel e exacto cumprimento:

Dou fé que assim o disseram, outorgam e aceitam.

A tudo foram testemunhas presentes: .....

.....  
.....  
.....

E depois de lido em voz alta na presença simultânea de todos os intervenientes dou fé de que os outorgantes aceitaram este contrato, e, por isso o vão assinar.

**Anexo 10.**

**Contrato de concessão de um casal agrícola**

**Fonte:** Documento cedido pelo antigo técnico da Brigada – Alfredo Pírio Mukhavele

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR  
CONSELHO SUPERIOR DO FOMENTO ULTRAMARINO  
PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE  
BRIGADA TÉCNICA DE FOMENTO E POVOAMENTO DO LIMPOPO  
CONTRATO DE CONCESSÃO DUM CASAL AGRÍCOLA

Aos ... Cinco ..... dias do mês de ... Abril ..... do ano de mil novecentos e .. Setenta um ....., na sede da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo, compareceram:

COMO PRIMEIRO OUTORGANTE: O Senhor .. Agrônomo Residente e na sua ausência o Engenheiro Chefe da referida Brigada, Manuel Pereira Coutinho Teixeira Duarte ..... representando o Governo da Província, por delegação de Sua Excelência o Governador-Geral conforme despacho do Exm<sup>o</sup>. Secretário Provincial de Terras e Povoamento, Engenheiro Agrônomo, José Alberto de Lemos Martins Santareno, de dezanove de Março de mil novecentos e setenta, lançado no ofício número quatrocentos e dezasseis traço setenta traço quatrocentos e quarenta e um traço Décima Secção Técnica traço setenta de onze de Março de mil novecentos e setenta, cujo original se encontra devidamente arquivado nos seus escritórios centrais

COMO SEGUNDO OUTORGANTE: ..... ALVARO GONÇALVES ..... de ..... cinquenta e três ..... anos de idade, natural de .. Viade ..... freguesia de ..... Viade ..... Concelho de .. Montalegre ..... casado na qualidade de chefe do agregado familiar composto de: .. de sua mulher, Luiza Gonçalves Parafita da Silva e de seus filhos: João Penedos Gonçalves, Victor Gonçalves, Rosa Gonçalves, Mário Gonçalves, Joaquim Gonçalves, Américo Gonçalves e Filomena Gonçalves .....

E, estando presentes as testemunhas adiante mencionadas e no fim assinadas, pelo primeiro outorgante foi dito:

CLAUSULA I - O Governo-Geral de Moçambique entrega em regime de concessão provisória ao segundo outorgante o casal agrícola número ..... da aldeia de ..... constituído por:

- 1) Uma casa de habitação, sita na rua ..... no valor de ..... sessenta e nove mil escudos .....
- 2) Um prédio de regadio com a área de ..... DEZ ..... hectares, no valor de .. duzentos e quarenta e dois mil e quinhentos escudos .....
- 3) .....

§ 1<sup>o</sup>. - A entrega a que se refere o corpo desta cláusula não implica a transmissão da propriedade a favor do segundo outorgante, enquanto não estiver feito o reembolso ao Estado do valor do casal agrícola e de acordo com o que for fixado no regime jurídico definitivo.

§ 2<sup>o</sup>. - No prédio de regadio identificado nesta cláusula estão incorporadas as obras de rega respectivas e a água de rega na medida do disponível e do necessário e utilização em harmonia com os horários de rega, entendendo-se que

## CLAUSULA II

O Governador-Geral de Moçambique fornece ao segundo outorgante, através da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo:

A - Por empréstimo, de que o mesmo segundo outorgante se reconhece e cofesse devedor:

- 1º. - Passagens -
- 2º. - Alimentação -
- 3º. - Culturas pendentes -
- 4º. - Sementes e insecticidas -
- 5º. - Equipamento e alfaías agrícolas -
- 6º. - Mobiliário da casa de habitação -
- 7º. - Gados

B - Gratuitamente durante o período da instalação que, para o efeito, se considera com a duração máxima de três anos:

- 1) Assistência técnica agrícola e veterinária de que careça a a sua exploração agro-pecuária;
- 2) Assistência médica de que necessite a sua pessoa e as pessoas do agregado familiar.

§ 1º. - No anexo I este contrato encontra-se o inventário dos valores que são objecto do empréstimo a que respeita a alínea A) desta cláusula.

§ 2º. - Os bens que forem objecto do empréstimo nos termos da alínea A) desta cláusula não podem ser utilizados ou consumidos fora do objectivo deste contrato sem prévia autorização do Governo-Geral de Moçambique.

§ 3º. - Enquanto não estiverem amortizados nos termos das cláusulas IV e V e respectivos parágrafos, o segundo outorgante é fiel depositário dos bens a que se refere a alínea A) do corpo desta cláusula, por estes respondendo civil e criminalmente.

§ 4º. - A assistência agrícola e veterinária referida na alínea B) do corpo desta cláusula não inclui serviços mecanizados ou assistência financeira que o segundo outorgante requisite a quaisquer organismos cooperativos, de crédito ou associações de regantes. Também não inclui sementes, pesticidas ou medicamentos para o gado.

§ 5º. - Depois de decorrido o período de instalação, a que se refere o corpo desta cláusula, a assistência médica que o segundo outorgante ou as pessoas da sua família necessitem ficará sujeita ao regime e disposições legais em vigor na Província de Moçambique, sendo da responsabilidade do segundo outorgante os pagamentos a que haja lugar de acordo com as tabelas respectivas.

§ 6º. - Da mesma forma, depois de decorrido o período de instalação, também a assistência agrícola ou veterinária poderá deixar de ser gratuita ou prescinda pela Brigada, passando então a ser regida pelas disposições legais em vigor na Província de Moçambique, sendo da responsabilidade do segundo outorgante o respectivo pagamento quando a ele haja lugar.

-3-

CLAUSULA III

O segundo outorgante obriga-se:

- a) - A receber os móveis referidos neste contrato, assinando o respectivo termo de entrega que será anexo ao contrato;
- b) - A dedicar-se exclusivamente e em conjunto com a sua família, à exploração do casal directa e regularmente, com o cuidado e zelo de um bom agricultor, podendo permutar os serviços com os outros agricultores;
- c) - A utilizar a água de rega que seja posta à sua disposição e, conforme for fixado pelos serviços competentes e em harmonia com os regulamentos e horários de rega estabelecidos;
- d) - A manter a intensidade cultural prevista nos planos de exploração;
- e) - A acatar as indicações dos serviços que prestam assistência técnica. nomeadamente, no que respecta à boa técnica de regadio, nos cuidados visando à conservação do solo e sua fertilidade e ao combate a pragas e epizootias;
- f) - A inscrever-se como sócio da Associação de Regantes a que deva pertencer e a cumprir os respectivos estatutos e demais regulamentos;
- g) - A não exercer qualquer actividade comercial diferente da venda dos produtos do casal;
- h) - A pagar as taxas de exploração e conservação da obra de rega que forem fixadas.

CLAUSULA IV

O segundo outorgante obriga-se a reembolsar o Estado do valor do casal agrícola identificado na cláusula I e dos empréstimos referidos na alínea A) da cláusula II deste contrato, em anuidades de amortização conforme for fixado no diploma do regime jurídico das obras de irrigação e povoamento do Plano de Fomento.

§ 1º. - Enquanto não for publicado o diploma referido no corpo desta cláusula o segundo outorgante obriga-se a entregar ao Governo-Geral de Moçambique, através da Brigada, um sexto dos géneros colhidos no casal para amortização dos empréstimos da alínea A) da Cláusula II e, amortizados estes, para reembolsar o Estado do valor do casal agrícola.

§ 2º. - Os géneros entregues pelo segundo outorgante serão a este creditados pelo seu valor de mercado na altura da entrega.

§ 3º. - A entrega de géneros correspondentes ao sexto da produção pode ser substituída pelo seu equivalente em dinheiro.

§ 4º. - O sexto referido no § 1º. não pode ser inferior ao valor mínimo correspondente a uma intensidade de exploração definida pelo índice de produção bruta agro-pecuária vendável, fixada em vinte quintais métricos de trigo.



§ 6º ~~O segundo outorgante tem a faculdade de fazer entregas superiores~~ as previstas no § 1º., abreviando assim a amortização dos empréstimos e do casal agrícola.

#### CLÁUSULA V

Quando entre os empréstimos da alínea A) da cláusula II figure o empréstimo de gado enquanto este não estiver amortizado nas condições da cláusula IV e seus parágrafos o segundo outorgante tem a faculdade de o amortizar com a entrega ao Governo-Geral de Moçambique, através da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo, do número de cabeças das mesmas espécies, raças e sexos, igual ao que lhe foi cedido e mencionado no inventário do anexo I, de idade não inferior a um ano, à excepção do gado suíno que poderá ter o mínimo de quatro meses, ~~considerando-se então liquidado~~ o empréstimo referente a gado.

§ único - Por cada cabeça de gado entregue ao abrigo desta cláusula, será o segundo outorgante creditado pelo valor de inventário da cabeça de gado que lhe corresponde. Quando haja mais que uma cabeça de gado que possa corresponder à criação entregue será, em primeiro lugar, paga a de menor valor.

#### CLÁUSULA VI

Depois de amortizados os empréstimos da alínea A) da cláusula II e de corridos que sejam cinco anos a contar da data da entrega do ~~casal agrícola~~ o segundo outorgante pode requerer os títulos de concessão gratuita do casal agrícola que se não concedidos pelo Governo-Geral de Moçambique, ~~ouvida a Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo~~ e o Presidente do Conselho Superior do Fomento Ultramarino.

§ único - A concessão ficará onerada a favor do Estado pelo valor da parte não amortizada do casal agrícola.

#### CLÁUSULA VII

O Governo-Geral de Moçambique sob proposta da Brigada e parecer do Presidente do Conselho Superior de Fomento Ultramarino, poderá rescindir o presente contrato retirando ao segundo outorgante a concessão do casal quando este:

- a)- Mostre inadaptação à vida do núcleo de colonização a que pertença, desinteresse, mau comportamento moral, familiar ou social;
- b)- Deixe de trabalhar a terra ou se dedique a outras ocupações fora do casal agrícola, quer de conta própria quer de conta de outrem ou à permuta de géneros com os autóctones;
- c)- Se ausente do casal para fora da Província Ultramarina sem prévia autorização da Brigada;
- d)- Se negue a pagar as anuidades de amortização ~~conforme a cláusula IV e seus parágrafos;~~
- e)- Ou deixe de cumprir ~~alguma das obrigações da cláusula III~~ deste contrato.

#### CLÁUSULA VIII

Efectivada a rescisão da concessão do casal agrícola, o segundo outorgante obriga-se a abandonar o casal no prazo máximo de trinta dias a contar da data

**Anexo 11.**

**Contrato adicional de colono**

**Fonte:** Documento cedido pelo antigo técnico da Brigada – Alfredo Pírio Mukhavele

MINISTERIO DO ULTRAMAR  
CONSELHO SUPERIOR DE FOMENTO ULTRAMARINO  
PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

BRIGADA TÉCNICA DE FOMENTO E POVOAMENTO DO LIMPOPO

Contrato adicional ao de concessão celebrado em cinco de Abril de mil novecentos e setenta e um entre o Governo-Geral de Moçambique e, ALVARO GONÇALVES, para atribuição de um casal agrícola de DEZ hectares de regadio na aldeia de Folgares, pela compra de DOIS hectares de terra irrigada, anexos àquela prédio.

Aos .....~~QUINZE~~..... dias do mês de .....~~ABRIL~~..... do ano mil novecentos e ..~~setenta e um~~..., nos escritórios da sede da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo, perante mim, Carlos ~~Alves~~ Anastácio, ~~Adjunto da Décima Secção Técnica~~, compareceram:

COMO PRIMEIRO OUTORGANTE : O Senhor Agrónomo Residente e no seu impedimento o Engenheiro Chefe da referida Brigada, Manuel Pereira Coutinho Teixeira Duarte, representando o Governo da Província, por delegação de Sua Excelência o Governador-Geral conforme despacho do Excelentíssimo Secretário Provincial de Terras e Povoamento, Engenheiro-Agrónomo, José Alberto de Lemos Martins Santarém, de dezanove de Março de mil novecentos e setenta, lançado no ofício número quatrocentos e dezasseis traço setenta traço quatrocentos e quarenta e um traço Décima Secção Técnica traço setenta de nove de Março de mil novecentos e setenta cujo original se encontra devidamente arquivado nos seus escritórios centrais.

COMO SEGUNDO OUTORGANTE: O Senhor .....~~ALVARO GONÇALVES~~..... de .....~~cinquenta e três~~..... anos de idade, casado, agricultor, filho de ..... e de .....~~Adozinda Gonçalves~~..... natural da freguesia de .....~~Vinde~~....., Concelho de .....~~Montalegre~~..... e residente .....~~na aldeia de Folgares~~..... Concelho do Baixo Limpopo.

Estando presentes as testemunhas adiante mencionadas e no fim assinadas, pelo primeiro outorgante foi dito:

PRIMEIRO - Que pelo presente contrato vende ao segundo outorgante uma parcela de terreno com a área de .....~~DOIS~~..... hectares confrontando: Norte: Terreno livre; Este: Glebas de Freixiel; Oeste: Eugénio Nabessa e a Sul: com a gleba do segundo outorgante que se encontra registado no respectivo cadastro sob o número na aldeia de Folgares.

SEGUNDO - O preço da parcela referida no número anterior é de vinte e quatro mil duzentos e cinquenta escudos por hectare, no valor total de .....~~quarenta e oito mil e quinhentos escudos~~..... que serão liquidados nos seguintes termos e condições: vinte e cinco por conta

do valor total da transacção pagos no acto da assinatura do presente contrato<sup>2</sup> de compra e venda dos quais dá plena quitação e o restante em dez anuidades iguais, sem juros, pagas seguidamente a partir do segundo ano após a entrega da área, até trinta de Setembro de cada ano e cujo montante perfaça os restantes setenta e cinco por cento, na importância total de trinta e seis mil, trezentos e setenta e cinco escudos.....

TERCEIRO - O prédio rústico com a área de DOIS.....hectares agora adquiridos, é incorporado no prédio de fegadio constante DEZ.....hectares indicado no contrato de concessão celebrado em cinco de Abril de mil novecentos e setenta e um..... e fica sujeito a todas as obrigações legais aplicáveis aos colonatos, bem como contrato de concessão..... assinado pelo segundo outorgante aquando da posse do seu casal agrícola que possui em regime de fruição provisória, salvo no que diz respeito ao reembolso ao Estado, que deixa de ser feito com o sexto da produção agrícola a que se refere o parágrafo primeiro da cláusula quarta do contrato de concessão....., mas sim nos termos da Cláusula anterior deste contrato.

Pelo segundo outorgante foi dito:

QUATRO - Que aceita a compra dos referidos DOIS.....hectares, pelo preço e nas condições exaradas, bem como a quitação do pagamento agora feita, no valor de doze mil centos e vinte e cinco escudos..... comprometendo-se a satisfazer todas as obrigações inerentes ao fiel cumprimento deste contrato.

De tudo foram testemunhas presentes Alfredo Pirio Chambal, Dactilógrafo e Albasine Brouene Chambal, Auxiliar de Secretaria..... ambos em serviço na Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo.

Depois de lido em voz alta e na presença simultânea de todos os intervenientes, dou fé que os outorgantes aceitam mutuamente as Cláusulas e condições exaradas neste contrato de compra e venda e por isso vão assinar comigo.

..... Alfonso de Sousa .....

..... Alfonso de Sousa .....

..... Alfonso de Sousa .....

..... Alfonso de Sousa .....

**Anexo 12.**

**Bens entregues aos colonos e o respetivo valor**

**Fonte:** BRIGADA TÉCNICA DO LIMPOPO, 10ª Seção Técnica da Brigada, 1960

BRIGADA TÉCNICA DE FOMENTO E POVOAMENTO DO  
LIMPOPO

NOTA DOS BENS ENTREGUES

COLONO \_\_\_\_\_

DATA DE CHEGADA \_\_\_\_\_

		Entregues	A entregar	Obs.
<u>I - MOBÍLIAS</u>	5.000\$00			
Mesa de comer		370.00		
Mesa de cozinha		270.00		
Armário		900.00		
Arca		200.00		
Cómoda		800.00		
Escaparate		70.00		
4 Cadeiras	a 90,00	360.00		
Cama de casal c/ colchoaria		470.00		
Camas de solteiro c/ colchoaria		288.60		
Beliches com colchoaria (duplo)		400.00	simples 200,00	
Pote de barro		12.50		
Cântaro de folha		97.50		
Púcaro de folha		4.30		
Filtro		197.00		
Alguidar de esmalte		18.50		
		<u>4.458,40</u>		
<u>II-EQUIPAMENTOS E ALFAIAS AGRÍCOLAS</u>				
	8.500\$00			
Bomba de ar		90.00		
Gadanheira		138.50		
Charrua		499.00		
Corrente		61.00		
Grade de bico		415.00		
Sachador		627.00		
Carroça		4.200.00		
Pulverizador		468.00		
3 Enxadas	a 26,90	80.70		
Forquilha		39.20		
Machado grande		57.90		
Machado pequeno		49.20		
2 Pás	a 29,00	58.00		
Picareta		37.00		
Martelo		32.20		
Enxó		38.70		
Serrote		41.70		
Alicate		17.00		
Tesoura de poda		42.30		
Apeiragem		62.50		
Canga		75.00		
		<u>7.129,90</u>		
<u>III-GADO</u>	12.000\$00			
2 Bois de trabalho		3.500.00		
5 Novilhas		5.000.00		
1 Vaca leiteira		3.000.00		
1 Casal de porcos		500.00		
		<u>12.000,00</u>		

Mod.37/10S.T./60

**Anexo 13.**

**Relato de Alfredo Mukhavele sobre a sua resistência clandestina**

«A FRELIMO teve uma base de apoio bastante forte no Chókwè [colonato]. Conseguiu agrupar clandestinamente, figuras legítimas da administração colonial como: régulos, técnicos da Brigada, colonos negros, etc. O meu caso de militância pela FRELIMO foi muito delicado e divido em três momentos: primeiro fui rejeitado pelos membros clandestinos da FRELIMO, que me associavam à PIDE, por ser um destacado técnico negro da Brigada. A rejeição agravou-se porque quando cheguei no colonato, em outubro de 1962, fui viver algum tempo numa região do sequeiro [hoje III bairro], até que em setembro de 1963, a Brigada disponibilizou um quarto na pousada onde viviam os funcionários brancos solteiros. Devido a essa mudança, os membros clandestinos ficaram em alerta por pensarem que a minha passagem pelo sequeiro foi de recolha de informações dos apoiantes do movimento e que já no colonato iria comandar as detenções e torturas. Porém, no meio dessas suspeitas, conheci um membro e colega da Brigada – Albazine Chambale. Ele contribuiu para que a base da FRELIMO na região me integrasse nas atividades como, o pagamento de cotas e de sensibilização de jovens para as fileiras do movimento. Mas, como sabiam que passava refeições na pousada, um restaurante frequentado majoritariamente, por brancos, responsabilizaram um *garçom* Obadias Mulambo – filho do colono negro chamado Jossias Mulambo – para escutar as minhas intervenções nas conversas com os brancos durante as refeições de modo a certificar, se era ou não, da PIDE. Esse *garçom* percebeu que eu intervia apenas em conversas técnicas e não políticas, o que abriu paulatinamente, o segundo momento, caracterizado pela minha aceitação pelos militantes. Por conseguinte, sem dar conta, começava simultaneamente, o terceiro momento que foi de suspeitas por parte dos colegas funcionários brancos da Brigada que me associaram ao movimento clandestino, fato que se agravou em 1968, com a minha promoção profissional. Os técnicos e colonos brancos em geral, acusaram-me de pertencer a FRELIMO na clandestinidade, mas como não apresentaram provas e porque sempre fui um funcionário exemplar, os responsáveis da Brigada distanciaram-se de tais acusações. Em vésperas da independência [da colônia de Moçambique] demonstrei direta e abertamente o meu comprometimento com a FRELIMO ao desincentivar algumas ideias de colonos e funcionários brancos que visavam desestabilizar o colonato e fiz todo o esforço de modo a proteger parte da documentação que serviu e/ou serve de fonte para a continuidade deste sistema de regadio. Essa última postura veio reforçar a minha legitimidade na FRELIMO».

**Entrevista com Alfredo Pírio Mukhavele, realizada em Chókwè, em 22/5/2014.**



**Anexo 14.**

**Distribuição de colonos por aldeias do colonato, 1967**

Aldeias	Colonos			Total
	Branços	Negros	Timorenses	
Vila Trigo de Morais	142	7	-----	149
Barragem	37	2	-----	39
Lionde	84	5	-----	89
Folgares	175	58	-----	233
Sagres	39	13	3	55
Freixiel	124	148	-----	272
São José de Ribamar	30	1	-----	31
Senhora da Graça	200	5	-----	205
Madragoa	112	183	-----	295
Ourique	69	-----	-----	69
Santa Comba	46	14	-----	60
Santana	26	1	-----	27
Pegões	24	1	-----	25
Santiago	16	2	-----	18
Soma	1.124	440	3	1.567

**Fonte:** LOPES, Manuel dos Santos. 1968, 538 p. - adaptado pelo autor.